



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA – PosLA**  
**DOUTORADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

**EDMAR PEIXOTO DE LIMA**

**ABORDAGEM TERMINOLÓGICA NAS VEREDAS TEÓRICAS DA**  
**ARGUMENTAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOB A PERSPECTIVA**  
**DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2017**

EDMAR PEIXOTO DE LIMA

ABORDAGEM TERMINOLÓGICA NAS VEREDAS TEÓRICAS DA  
ARGUMENTAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOB A PERSPECTIVA  
DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes.

Coorientador: Prof. Dr. Márcio Sales Santiago.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lima, Edmar Peixoto de.

Abordagem terminológica nas veredas teóricas da argumentação: uma investigação sob a perspectiva da variação denominativa [recurso eletrônico] / Edmar Peixoto de Lima. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 325 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes.

Coorientação: Prof. Ph.D. Márcio Sales Santiago.

1. Terminologia. 2. Terminografia. 3. Variação terminológica. 4. Dicionário terminológico. 5. Teorias da argumentação. I. Título.

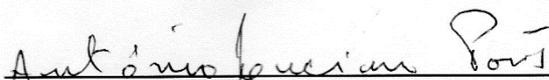
EDMAR PEIXOTO DE LIMA

ABORDAGEM TERMINOLÓGICA NAS VEREDAS TEÓRICAS DA ARGUMENTAÇÃO: UMA  
INVESTIGAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA

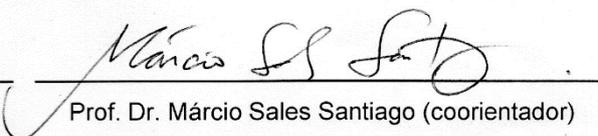
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e interação.

Aprovada em: 01/09/17

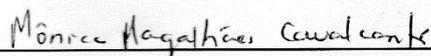
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes (orientador)  
Universidade Estadual do Ceará



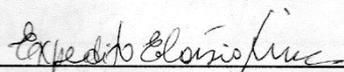
Prof. Dr. Márcio Sales Santiago (coorientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



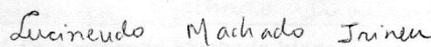
Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará



Profa. Dra. Ednúsia Pinto de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará



Prof. Exedito Eloisio Ximenes  
Universidade Estadual do Ceará



Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu  
Universidade Estadual do Ceará

*À minha grande mentora e única responsável por minha vontade de seguir em frente: minha mãe. Uma guerreira que, na construção das veredas da vida, foi minha companheira fiel por muitos anos, mas que teve de partir e percorrer outras trilhas no mundo espiritual. Todavia, eu tenho certeza que ela continua me acompanhando nas veredas terrestres.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus pais, responsáveis pela vida e pelo ser humano que me tornei. Especialmente, anoro todas as minhas lutas na imagem da minha mãe, Vicentina: mulher guerreira, que não está presente em forma material, mas sei que jamais me deixou sozinha nesta empreitada, ajudando-me a percorrer as veredas necessárias ao meu crescimento. A minha família, na qual acrescento a Ana Luiza, que se tornou parte do grupo no meio deste caminho;

Ao meu grande amigo, orientador e colega de trabalho com quem tenho a honra de dividir momentos pessoais, acadêmicos e profissionais, Luciano Pontes. Um ser humano de grande conhecimento e de muita humildade, que me envolveu nas veredas terminológicas e que sempre esteve à disposição nos momentos mais cruciais;

Ao meu coorientador, Márcio Sales Santiago, com as suas substanciais contribuições terminológicas, que foram imprescindíveis ao processo de construção desta tese;

À querida Gladis Maria Barcellos Almeida, grande no nome e maior ainda na função de entrelaçar os seres pesquisador e humano nas relações acadêmicas. Acolheu-me no GETERM, tornou minha estada em São Carlos (UFSCar) muito mais prazerosa e objetiva e me mostrou “o fio de Ariadne” nas veredas da terminologia das teorias da argumentação;

No mesmo tom, sou grata à admirada Mônica Magalhães, que também se fez “pesquisadora-humana” e que, com uma competência magnífica, acolheu-me no PROTEXTO, fazendo-me sentir como uma “filha do grupo” e me guiando “fundo” em busca do meu objeto de investigação;

À estimada Ednúsia Pinto que, com excepcional competência, ouviu-me “nos primeiros passos” e soube me encaminhar nas veredas terminológicas da tese;

Ao meu querido e único Lucineudo Machado, grande amigo, pesquisador e ser humano que, com notável sabedoria, mostrou-me, dentre outras coisas, que “não saber o caminho é constitutivo de toda investigação”;

Ao meu prezado Exedito Ximenes que, com invejável sagacidade, fez-me ver, em um dia de sábado, nas análises e interpretação dos dados, que a “língua reflete as vivências e as ideologias” de uma comunidade;

Aos especialistas da argumentação, imprescindíveis para esta investigação, sem os quais não teria sido possível chegarmos aos resultados versados nesta tese;

Aos meus queridos companheiros e amigos: Walison Paulino, excelente interlocutor e pesquisador, que muito me incentivou na construção desta pesquisa; Gláucia Bastos, pesquisadora competente e leitora proficiente, com quem minha história acadêmica se confunde, já que compartilhamos angústias, ideias e sonhos desde o período do mestrado em Letras; Adriana Josino e Ludovica, interlocutoras singulares deste trabalho, cada uma com igual importância e relevância;

Aos amigos do curso de doutorado em Linguística Aplicada da UECE, que foram fundamentais nesta empreitada;

Aos meus colegas da UERN e, mais especificamente, àqueles do Departamento de Letras Vernáculas, que tornaram este meu caminhar bem mais eficiente e proveitoso. Destacamos ainda a presença marcante nesta investigação do meu amigo e pesquisador Gilton Sampaio, líder do GPET, companheiro de grandes interlocuções; Aos queridos professores do PosLA, representados nominalmente pelos professores Wilson e Dilamar, excelentes profissionais e responsáveis pelos encaminhamentos da pesquisa no Seminário de Tese;

À inesquecível Margarete, a “Meg”, líder do GETEME/UFC, pelas inúmeras contribuições durante as nossas interlocuções em parceria com a grande companheira Cilânia;

Ao PROTEXTO, grupo pelo qual fui “adotada”, cujos membros são inesquecíveis, especiais e fundamentais em meu percurso acadêmico. Juntos, fizemos e fazemos história nas veredas teóricas da argumentação;

Ao GETERM, grupo que me acolheu em São Carlos, representados nominalmente por Jackson, Roger e Theciana, grandes responsáveis pela minha feliz estada na cidade e na UFSCar;

Aos demais companheiros das cidades de Crato, Pau dos Ferros, Fortaleza e São Carlos, cujos nomes não registro, mas que fazem parte da minha história e sabem o quanto lhes sou grata pela possibilidade que tivemos e temos de poder compartilhar momentos inesquecíveis nas veredas da vida pessoal e da vida acadêmica.

## O FERRAGEIRO DE CARMONA

Um ferrageiro de Carmona,  
que me informava de um balcão:  
“Aquilo? É de ferro fundido,  
foi a forma que fez, não a mão.

Só trabalho em ferro forjado  
que é quando se trabalha ferro  
então, corpo a corpo com ele,  
domo-o, dobro-o, até o onde quero.

O ferro fundido é sem luta  
é só derramá-lo na forma.  
Não há nele a queda de braço  
e o cara a cara de uma forja.

Existe a grande diferença  
do ferro forjado ao fundido:  
é uma distância tão enorme  
que não pode medir-se a gritos.

Conhece a Giralda, em Sevilha?  
De certo subiu lá em cima.  
Reparou nas flores de ferro  
dos quatro jarros das esquinhas?

Pois aquilo é ferro forjado.  
Flores criadas numa outra língua.  
Nada têm das flores de forma,  
moldadas pelas das campinas.

Dou-lhe aqui humilde receita,  
Ao senhor que dizem ser poeta:  
O ferro não deve fundir-se  
nem deve a voz ter diarreia.

Forjar: domar o ferro à força,  
Não até uma flor já sabida,  
Mas ao que pode até ser flor  
Se flor parece a quem o diga.”

(MELO NETO, 1994, p. 595-6)

## RESUMO

Esta investigação promove uma articulação epistemológica entre os estudos da variação terminológica e os das teorias da argumentação com fins à construção de um dicionário específico que contemple, em sua estrutura organizacional, as especificidades e as particularidades desta área de domínio. Desse modo, a presente pesquisa objetiva investigar a variação denominativa no campo das teorias da argumentação, considerando os pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia e da Terminografia. Orientamo-nos pelo pressuposto de que as unidades terminológicas são flexíveis, mutáveis, variáveis e se inserem em uma comunicação especializada, com a finalidade de veicular os conceitos que representam a área de domínio. Do ponto de vista teórico, recorreremos aos preceitos das teorias da argumentação, de acordo com Breton e Gauthier (2001), Grácio (2010) e Garantizado Júnior (2015); da Terminologia, evocamos os requisitos conceituais da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), postulados por Cabré (1993, 1999, 2001) e demais estudiosos; da Variação Terminológica, aludimos aos conceitos, segundo Cabré (1999), Freixa (2002, 2014) e Kostina (2009); e, da Terminografia, recorreremos aos estudos postulados por Barros (2004), Krieger e Finatto, (2004), dentre outros pesquisadores. Do ponto de vista metodológico, construímos o *corpus* da argumentação (CORPARG) e utilizamos o software *WordSmith Tools* versão, 6.0 (SCOTT, 2014) como ferramenta computacional para auxiliar na extração das candidatas às unidades terminológicas, na seleção dos contextos definitórios e nas análises dos aspectos da variação na terminologia da área. Do ponto de vista analítico, concluímos que: (i) o repertório terminológico das teorias da argumentação se constitui das UT representativas, que se revelam como veiculadoras de informações específicas deste campo do conhecimento; (ii) os tipos e as causas da variação denominativa de maior incidência no CORPARG são os/as de variação lexical e variação lexical complexa, com as respectivas motivações ocasionadas pela filiação teórica e pelas diferenças nas conceitualizações; (iii) as bases teóricas e metodológicas do protótipo do dicionário terminológico consistem nos elementos estruturais que contemplam, dentre outros aspectos, a microestrutura materializada pelo verbete terminológico. Por fim, o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação contempla, em sua organização, além dos aspectos

variacionistas, as características particulares de cada uma das teorias e contribui para a construção da identidade da área, revelando seu caráter de heterogeneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terminologia. Terminografia. Variação terminológica. Dicionário terminológico. Teorias da argumentação.

## ABSTRACT

This investigation is the outcome of an epistemological discussion between two branches of study, terminological variation and argumentation theories, whose aim is to create a specific dictionary which encompasses, in its organizational structure, some particularities of this knowledge field. Thus, this research aims at investigating denominative variation within argumentation theories, by taking into account some theoretical and methodological assumptions from Terminology and Terminography. We are guided by the assumption which states that terminological units are flexible, mutable, variable and are inserted into a specialized communication, whose purpose is to convey some concepts which represent this domain field. In theoretical terms, we are grounded in argumentation theories, according to Breton and Gauthier (2001), Grácio (2010) and Garantizado Júnior (2015); concerning Terminology, we are based on Communicative Theory of Terminology (CTT), by Cabré (1993, 1999, 2001) and some other researchers; in relation to Terminological Variation we are guided by cabré (1999), Freixa (2002, 2014) and Kostina (2009); regarding Terminography, we resorted to Barros (2004), Krieger and Finatto (2004), among others. In methodological terms, we constructed the corpus of argumentation (COPARG) and used the software *WordSmith Tools* version 6.0 (SCOTT, 2014) as a computational tool to help extract the candidates to be terminological units in the selection of defining contexts and in the analyses of variation in the terminology of the field. In analytical terms, we concluded that: (i) the terminological repertoire of argumentation theories is constituted of representative TU which are shown as conveyors of specific information of this knowledge field; (ii) the types and causes of denominative variation with a higher incidence within COPARG are lexical variation and complex lexical variation, with their respective motivations occasioned by the theoretical affiliation and the differences in the conceptualizations; (iii) the theoretical and methodological foundations of the prototype of a terminological dictionary consist of structural elements that contemplate, among other aspects, a microstructure materialized by the terminological entry. In conclusion, the prototype of a Terminological Dictionary of Argumentation Theories envisages, in its organization, besides the variationist aspects, the particular features of each of the theories and contributes to construct the field identity, revealing its heterogeneous nature.

KEYWORDS: Terminology. Terminography. Terminological variation. Terminological Dictionary. Argumentation theories.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	As teorias da argumentação na contemporaneidade.....	42
Figura 2 –	Componentes retóricos.....	44
Figura 3 –	Técnicas argumentativas.....	46
Figura 4 –	Etapas da Teoria da Argumentação na Língua.....	50
Figura 5 –	Tipologias da variação denominativa.....	86
Figura 6 –	Delimitação das teorias da argumentação para a investigação.....	115
Figura 7 –	Interface do <i>WordSmith Tools 6.0</i> com os arquivos prontos.....	135
Figura 8 –	Representação conceitual das teorias da argumentação.....	140
Figura 9 –	Interface com a primeira palavra que mais se repete no <i>corpus</i> .....	145
Figura 10 –	Interface com a ilustração da palavra que mais se repete no CORPARG.....	146
Figura 11 –	Configuração das combinatórias de 03 a 05 palavras com a frequência mínima.....	148
Figura 12 –	Ficha terminológica.....	154
Figura 13 –	Interface do <i>WordSmith Tools 6.0</i> .....	163
Figura 14 –	Lista de palavras por ordem de frequência.....	165
Figura 15 –	Lista de palavras em ordem alfabética.....	166
Figura 16 –	Interface com a ilustração da ferramenta <i>Concord</i> .....	167
Figura 17 –	Interface com a ilustração do contexto de ocorrência.....	166
Figura 18 –	Representação conceitual da teoria da argumentação de base retórica.....	184
Figura 19 –	Representação conceitual da teoria da argumentação de base linguística.....	196
Figura 20 –	Tipo de variação denominativa: variação gráfica I.....	211
Figura 21 –	Tipo de variação denominativa: variação gráfica II.....	216
Figura 22 –	Tipo de variação denominativa: variação morfossintática I.....	222

<b>Figura 23 – Tipo de variação denominativa: variação morfossintática</b>	
<b>II.....</b>	<b>224</b>
<b>Figura 24 – Tipo de variação denominativa: variação por redução</b>	
<b>I.....</b>	<b>227</b>
<b>Figura 25 – Tipo de variação denominativa: variação por redução</b>	
<b>II.....</b>	<b>229</b>
<b>Figura 26 – Tipo de variação denominativa: variação lexical I.....</b>	<b>234</b>
<b>Figura 27 – Tipo de variação denominativa: variação lexical II.....</b>	<b>238</b>
<b>Figura 28 – Tipo de variação denominativa: variação lexical complexa</b>	
<b>I.....</b>	<b>242</b>
<b>Figura 29 – Tipo de variação denominativa: variação lexical complexa</b>	
<b>II.....</b>	<b>248</b>
<b>Figura 30 – Bases teóricas e metodológicas do dicionário terminológico.....</b>	<b>259</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Panorama dos estudos terminológicos.....	60
Quadro 2 –	Panorama dos estudos da variação terminológica.....	79
Quadro 3 –	Variação gráfica.....	87
Quadro 4 –	Variação morfossintática.....	88
Quadro 5 –	Variação por redução.....	89
Quadro 6 –	Variação lexical.....	90
Quadro 7 –	Variação lexical complexa.....	92
Quadro 8 –	Causas da variação denominativa.....	93
Quadro 9 –	Relações entre causas, ocorrências e autovariação/ heterovariação.....	97
Quadro 10 –	Plano de organização da microestrutura.....	112
Quadro 11 –	Modelo de verbete do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.....	113
Quadro 12 –	Princípios conceituais da Terminologia.....	116
Quadro 13 –	Posicionamentos conceituais da variação terminológica..	117
Quadro 14 –	Bases conceituais da Terminografia.....	119
Quadro 15 –	Composição do CORPARG.....	132
Quadro 16 –	Critérios de seleção das Unidades Terminológicas.....	149
Quadro 17 –	Estruturação do verbete do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.....	176
Quadro 18 –	Critério de pertinência temática I.....	185
Quadro 19 –	Critério de pertinência pragmática I.....	187
Quadro 20 –	Critério de pertinência temática II.....	197
Quadro 21 –	Critério de pertinência pragmática II.....	198
Quadro 22 –	Lista em ordem alfabética das UT das teorias da argumentação de base retórica.....	207
Quadro 23 –	Lista em ordem alfabética das UT das teorias da argumentação de base linguística.....	208
Quadro 24 –	Síntese das características da variação denominativa nas teorias da argumentação.....	251

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam as teorias da argumentação de base retórica.....</b>	<b>189</b>
<b>Tabela 2 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam os objetos analíticos da teoria da argumentação de base retórica.....</b>	<b>191</b>
<b>Tabela 3 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam os participantes que falam na teoria da argumentação de base retórica....</b>	<b>192</b>
<b>Tabela 4 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam os participantes para quem se fala na teoria da argumentação de base retórica.....</b>	<b>194</b>
<b>Tabela 5 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam a teoria da argumentação de base linguística.....</b>	<b>201</b>
<b>Tabela 6 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam os objetos analíticos da teoria argumentação de base linguística.....</b>	<b>204</b>
<b>Tabela 7 –</b>	<b>Unidades terminológicas que nomeiam os participantes que falam na teoria da argumentação de base linguística.....</b>	<b>206</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CH	Centro de Humanidades
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CORPARG	Corpus da Argumentação
LA	Linguística Aplicada
LC	Linguística de Corpus
GERAR	Grupo de Estudos de Retórica e Argumentação
GPET	Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto
GETEME	Grupo de estudos em Gêneros Textuais: Perspectivas Teóricas e Metodológicas
GETERM	Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia
IES	Instituição de Ensino Superior
POSLA	Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada
PROCAD	Programa de Cooperação Acadêmica
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	Teoria Geral da Terminologia
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UT	Unidade Terminológica

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>A ÁREA DE DOMÍNIO E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: REVISITANDO CONCEITOS.....</b>	<b>33</b>
2.1	NOÇÕES DA ÁREA DE DOMÍNIO.....	34
2.1.1	<b>Teorias da argumentação.....</b>	<b>35</b>
2.1.1.1	Historicização.....	37
2.1.1.2	Revitalização.....	43
2.1.1.3	Marco na atualidade.....	47
2.2	PRINCÍPIOS DA TERMINOLOGIA.....	53
<b>2.2.1</b>	<b>Unidade terminológica.....</b>	<b>63</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Texto especializado.....</b>	<b>69</b>
2.3	PRINCÍPIOS DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA.....	74
<b>2.3.1</b>	<b>Variação denominativa.....</b>	<b>82</b>
2.3.1.1	Tipos de variação denominativa.....	84
2.3.1.2	Causas da variação denominativa.....	92
2.3.1.3	Correlação entre os tipos e as causas da variação denominativa...	97
2.4	PRINCÍPIOS DA TERMINOGRAFIA.....	100
<b>2.4.1</b>	<b>Megaestrutura.....</b>	<b>106</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Macroestrutura.....</b>	<b>108</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Medioestrutura.....</b>	<b>109</b>
<b>2.4.4</b>	<b>Microestrutura.....</b>	<b>110</b>
2.5	SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA.....	114
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>121</b>
3.1	METODOLOGIA DA PESQUISA: UMA TRAJETÓRIA NA OBSERVAÇÃO DOS DADOS.....	122
<b>3.1.1</b>	<b>Corpus da argumentação (CORPARG).....</b>	<b>124</b>
3.1.1.1	Critérios de seleção do <i>corpus</i> .....	127
3.1.1.2	Tratamento e organização do <i>corpus</i> .....	133
<b>3.1.2</b>	<b>Representação conceitual da área de domínio.....</b>	<b>136</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Critérios para o reconhecimento das unidades terminológicas.....</b>	<b>140</b>

3.1.4	<b>Passos para o reconhecimento das unidades terminológicas.....</b>	144
3.1.5	<b>Validação das unidades terminológicas.....</b>	149
3.1.6	<b>Exposição e discussão da ficha terminológica.....</b>	152
3.1.7	<b>Procedimentos para o desenvolvimento das análises.....</b>	158
3.1.8	<b>Seleção e uso das ferramentas da Linguística de <i>Corpus</i>.....</b>	161
3.1.8.1	<i>Apresentação do software: WordSmith Tools 6.0.....</i>	161
3.1.8.1.1	<i>Ferramenta WordList.....</i>	164
3.1.8.1.2	<i>Ferramenta Concord.....</i>	167
3.1.8.2	<i>Apresentação do software: Cmap Tools.....</i>	169
3.2	<b>ORGANIZAÇÃO DO DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DAS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO: UM CAMINHO POSSÍVEL NO LABIRINTO DA VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA.....</b>	171
3.2.1	<b>Da megaestrutura à microestrutura.....</b>	172
3.2.1.1	Megaestrutura.....	172
3.2.1.2	Macroestrutura.....	173
3.2.1.3	Medioestrutura.....	174
3.2.1.4	Microestrutura.....	174
3.2.1.4.1	<i>Estruturação do verbete.....</i>	176
3.3	<b>SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	177
4	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO CORPUS: SOB A PERSPECTIVA DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA.....</b>	179
4.1	<b>CRITÉRIOS PARA O RECONHECIMENTO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS: ASPECTOS COMPORTAMENTAIS.....</b>	181
4.1.1	<b>Teoria da argumentação de base retórica.....</b>	183
4.1.1.1	Caracterização das unidades terminológicas: pertinência temática e pertinência pragmática.....	185
4.1.1.2	Análise das unidades terminológicas: aspectos comportamentais.....	188
4.1.2	<b>Teoria da argumentação de base linguística.....</b>	195
4.1.2.1	Caracterização das unidades terminológicas: pertinência temática e pertinência pragmática.....	197

4.1.2.2	Análise das unidades terminológicas: aspectos comportamentais.....	201
<b>4.1.3</b>	<b>Síntese do observado.....</b>	<b>209</b>
4.2	CORRELAÇÃO ENTRE TIPOS E CAUSAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA.....	210
<b>4.2.1</b>	<b>Variação gráfica.....</b>	<b>210</b>
4.2.1.1	Teoria da argumentação de base retórica.....	211
4.2.1.2	Teoria da argumentação de base linguística.....	215
<b>4.2.2</b>	<b>Variação morfossintática.....</b>	<b>221</b>
4.2.2.1	Teoria da argumentação de base retórica.....	221
4.2.2.2	Teoria da argumentação de base linguística.....	223
<b>4.2.3</b>	<b>Variação por redução.....</b>	<b>226</b>
4.2.3.1	Teoria da argumentação de base retórica.....	227
4.2.3.2	Teoria da argumentação de base linguística.....	228
<b>4.2.4</b>	<b>Variação lexical.....</b>	<b>232</b>
4.2.4.1	Teoria da argumentação de base retórica.....	233
4.2.4.2	Teoria da argumentação de base linguística.....	238
<b>4.2.5</b>	<b>Variação lexical complexa.....</b>	<b>241</b>
4.2.5.1	Teoria da argumentação de base retórica.....	241
4.2.5.2	Teoria da argumentação de base linguística.....	248
<b>4.2.6</b>	<b>Síntese do observado.....</b>	<b>250</b>
4.3	PROTÓTIPO DO DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DAS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO.....	254
<b>4.3.1</b>	<b>Sistematização das bases teóricas e metodológicas.....</b>	<b>257</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.....</b>	<b>260</b>
4.3.2.1	Apresentação.....	261
4.3.2.2	Guia de uso.....	264
4.3.2.3	Lista alfabética I.....	266
4.3.2.4	Lista alfabética II.....	267
4.3.2.5	Organização dos verbetes.....	268
4.3.2.6	Referências do CORPARG.....	272

4.3.3	<b>Síntese do observado.....</b>	278
4.4	SÍNTESE GERAL DOS DADOS OBSERVADOS NO CORPARG...	279
5	<b>CONCLUSÃO.....</b>	283
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	295
	<b>APÊNDICES.....</b>	305
	APÊNDICE A - DADOS CODIFICADOS DO CORPARG.....	306
	APÊNDICE B - LISTA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS DAS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO.....	314
	APÊNDICE C - FICHAS TERMINOLÓGICAS.....	316

## 1 INTRODUÇÃO

“Dou-lhe aqui humilde receita,  
Ao senhor que dizem ser poeta:  
O ferro não deve fundir-se  
nem deve a voz ter diarreia.

Forjar: domar o ferro à força,  
Não até uma flor já sabida,  
Mas ao que pode até ser flor  
Se flor parece a quem o diga.”

(MELO NETO, 1994, p. 595-6)

O ato de construir uma tese consiste em uma luta incessante por novas descobertas, pois oportuniza observar e “interpretar as informações” (GIL, 1999, p. 19) sobre o tema selecionado e promover novos conhecimentos acadêmico-científicos e/ou ampliar e aprofundar os saberes já existentes. Nesse sentido, produzir e organizar os resultados da pesquisa, materializados em uma tese, é semelhante ao trabalho de um ferreiro, quando se debruça sobre o ferro forjado que, de acordo com Melo Neto (1994), é diferente do ferro fundido.

Manipular o ferro forjado exige luta, queda de braço, é um trabalho feito à mão. O ferreiro precisa domar o ferro à força com o uso das ferramentas adequadas. De modo igual, a tese trabalhada como um ferro forjado não apresenta inicialmente uma forma, é uma tarefa que exige “flores criadas em outra língua” (MELO NETO, 2008, p. 595-596), que tem a finalidade de apresentar algo novo e inédito, que reflita sua própria forma, como uma tarefa realizada e desenvolvida à forja, sem as facilidades do trabalho com o ferro fundido.

Como uma forja - conjunto de instrumentos que auxiliam o ferreiro no incremento de suas ações -, a presente pesquisa, efetivada neste trabalho, consiste em apresentar os percursos delineados na construção da nossa investigação, cuja abordagem está relacionada aos aspectos da Terminologia nas teorias da argumentação<sup>1</sup> e tem por objeto de análise a variação terminológica nesse campo do

---

<sup>1</sup> Utilizamos argumentação (letra minúscula) para fazer referência à área de conhecimento e Argumentação (letra maiúscula) para mencionar a disciplina acadêmica.

conhecimento, considerando as duas perspectivas de maior representatividade no Brasil, no que se refere à área de estudos da argumentação, quais sejam: a teoria da argumentação de base retórica e a teoria da argumentação de base linguística<sup>2</sup>.

A motivação pelo tema emergiu, principalmente, das nossas dificuldades, durante a dissertação de mestrado<sup>3</sup>, de lidar com a complexidade do vocabulário que contempla as várias subáreas constituintes das teorias da argumentação. A essas dificuldades, associamos o interesse de pleitear uma abordagem de análise terminológica descritiva das unidades terminológicas, de modo que nos possibilitasse propor as bases teóricas e metodológicas de um dicionário da área que pudesse servir de apoio aos estudantes iniciantes e demais pesquisadores que se interessem pelos estudos da argumentação.

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa Linguagem, Tecnologia e Ensino do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) que, dentre as pesquisas abordadas, destacam-se aquelas que se voltam aos estudos do léxico. Os itens lexicais, nessa linha, de modo geral, são analisados sob a perspectiva da Lexicologia e da Terminologia: a primeira tem como objeto de estudos as questões que envolvem o léxico comum, e a segunda, o léxico especializado.

Tanto a Lexicologia quanto a Terminologia fazem parte do bloco de ciências que constituem as chamadas ciências do léxico – Lexicologia, Terminologia, Lexicografia e Terminografia. Essas áreas do conhecimento têm como foco a análise do léxico sob duas dimensões: uma abordagem teórica – Lexicologia e Terminologia - e uma vertente aplicada – Lexicografia e Terminografia.

Assim a pesquisa, descrita nesta tese, configura-se em uma investigação de base terminológica, cujas discussões se desenvolvem a partir do enfoque teórico e descritivo dos itens lexicais especializados e de base terminográfica, cujo aspecto predominante se relaciona à parte aplicada das abordagens terminológicas, ou seja, à proposição das bases teóricas e metodológicas do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

---

<sup>2</sup> Denominação utilizada, por nós, neste trabalho, tomando por base os textos que constituem o *corpus* de estudos. A primeira perspectiva se refere à abordagem da argumentação que se vincula aos preceitos teóricos da Retórica aristotélica, e a segunda diz respeito à argumentação como um ato vinculado à estrutura interna da língua.

<sup>3</sup> Dissertação intitulada *O ethos de professores universitários em discursos sobre o ensino de Língua Portuguesa*, pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sob a orientação do prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza, disponível em: [http://www.uern.br/controldepaginas/ppgl-dissertacoes-defendidas-2011/arquivos/0722dissertacao de edmar peixoto de lima.pdf](http://www.uern.br/controldepaginas/ppgl-dissertacoes-defendidas-2011/arquivos/0722dissertacao%20de%20edmar%20peixoto%20de%20lima.pdf). Acesso em: 10 ago. 2017.

Nesse sentido, as articulações entre os estudos da variação terminológica e os das teorias da argumentação podem ser produtivas para a constituição de um dicionário específico desse campo do conhecimento que contemple, em sua estrutura organizacional, as especificidades e particularidades da área.

Para alicerçar esse ponto de vista, partimos do posicionamento defendido em Benveniste (1989, p. 252), para quem a ciência “não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o”. Nesse sentido, nosso desejo de sintetizar a terminologia das teorias da argumentação se justifica pelo fato de ser necessária, a nosso ver, uma organização terminológica que reflita a realidade da área, uma vez que esta apresenta em sua constituição uma diversidade de aportes teórico-metodológicos.

Convém que acrescentemos a esse cenário da argumentação que não identificamos, em nossas pesquisas sobre a área, nenhuma organização terminológica que contemple a sistematização da terminologia das teorias da argumentação, sobretudo, sob os aspectos teóricos da Terminologia e da Terminografia. Portanto, diante dessa lacuna e da necessidade, que detectamos, em “especificar seu objeto denominando-o”, retomando as palavras de Benveniste (1989, p. 252), é que se torna substancial para essa área do conhecimento ter seu repertório vocabular analisado sob a lente dos estudos terminológicos.

Em outras palavras, entendemos que as terminologias das teorias da argumentação fazem parte dos diversos discursos sobre argumentação que circulam na comunidade acadêmico-científica. Os autores dos textos, no uso desse repertório vocabular, revelam a necessidade de uma sistematização da terminologia, para que torne o emprego das denominações e das conceitualizações mais adequado às comunicações especializadas.

Aliados a esse pensamento, compartilhamos dos dizeres apresentados em Krieger (2001, p. 112), para quem “entender o termo é, de certa forma, entender o sentido maior desta área do conhecimento”. Logo, acreditamos que os resultados apresentados neste trabalho podem contribuir para a construção da identidade da argumentação, como um campo de conhecimento que comporta em sua estrutura um conjunto de diferentes perspectivas teóricas, mas que apresentam terminologias comuns e divergentes entre si. Essa perspectiva é corroborada pelo posicionamento de Benveniste (1989), quando afirma ser a ação de identificação da terminologia o

que faz com que uma área de estudos comece a construir sua identidade enquanto campo do conhecimento.

Tomando por base esses pressupostos, observamos que a linguagem argumentativa vem sendo objeto de análise em muitas investigações nas graduações e pós-graduações no Brasil. Dentre elas, podemos citar, com o intuito de ilustração, os trabalhos realizados pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), com os estudos desenvolvidos pelo grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET), que abordam os aspectos da teoria da argumentação aplicando-os aos diversos discursos que circulam na sociedade. A Universidade Federal do Ceará (UFC), com as pesquisas realizadas pelo grupo de Pesquisa em Linguística Textual (PROTEXTO) e pelo grupo de estudos em Gêneros Textuais: Perspectivas Teóricas e Metodológicas (GETEME), em que a argumentação se constitui como teoria de base para se compreenderem as questões de texto e, a Universidade de São Paulo (USP), com as discussões promovidas pelo Grupo de Estudos de Retórica e Argumentação (GERAR), que tem como foco observar os aspectos da argumentação em diferentes gêneros textuais.

As escolhas por essas universidades estão relacionadas aos seguintes aspectos: a UERN, por termos realizado o mestrado nessa instituição e, posteriormente, por assumirmos a docência como professora assistente IV do curso de Letras Vernáculas desta instituição; a UFC, pelo fato de participarmos dos grupos de pesquisa: PROTEXTO e GETEME, seja compartilhando experiências nos encontros, discutindo e apresentando os resultados da pesquisa, seja produzindo artigos, participando de eventos e organizando-os com os demais membros dos grupos; a USP, pelo contato mantido no período do mestrado quando participamos do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD)<sup>4</sup>.

Diante desse contexto de cooperação acadêmica, em que as universidades elegem a argumentação como tema de pesquisa, aliando a teoria às demais áreas da linguagem, os estudos revelam a ascensão desse campo do conhecimento.

---

<sup>4</sup> Projeto de Cooperação Acadêmica: *Disciplinas de Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa* – PROCAD NF/2008, sob a coordenação de Antônio Paulino de Sousa (UFMA). Além do envolvimento da UERN e da USP, o PROCAD contou com a participação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esse programa tinha como objetivo promover a troca de conhecimentos teórico-metodológicos, com o intuito de aprofundar os diálogos entre pesquisadores e alunos de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Conseqüentemente, com a socialização dos resultados investigados, emerge a preocupação em se estabelecerem conceitualizações sobre a terminologia da área e em se compreender de que forma se estruturam as teorias da argumentação. Nesse panorama de inserção acadêmica, os estudos sobre essa área tornam-se relevantes para compreender as concepções linguísticas na contemporaneidade, no que se refere às pesquisas sobre argumentação, com destaque para o uso do repertório vocabular que contempla essa área do conhecimento.

Assim, consideramos necessário investigar como se apresenta a terminologia da argumentação, na medida em que, além de ser uma disciplina acadêmica, faz parte também do foco de ensino de outras áreas pedagógicas, como da produção textual, já que os estudantes são “convidados” a utilizar em seus textos aspectos argumentativos da língua. Isso pode ser comprovado, particularmente, pela proposta de produção textual do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM<sup>5</sup>, que consiste na elaboração de um texto “dissertativo-argumentativo” por parte dos candidatos.

Por conseguinte, esta investigação tem como justificativa a necessidade de se organizar e de se sistematizar a terminologia da área de estudos, de modo a contemplar as especificidades das teorias da argumentação, em razão de ser uma área da linguagem em ascensão, mas que expressa flutuação terminológica nas conceitualizações. Vale ressaltar que essa imprecisão terminológica, embora permita o desenvolvimento da área de estudos no que se refere ao enriquecimento vocabular, pode provocar, no estudante iniciante, certa confusão no acesso às informações e, como consequência, dificultar o processo de entendimento das teorias impedindo-o de apreender elementos importantes para a formação acadêmica.

Torna-se, portanto, oportuno aliar os estudos da argumentação aos aportes teóricos e metodológicos da Terminologia. Com essa finalidade, apropriamo-nos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) como teoria de base para orientar as discussões que permitam observar o comportamento das linguagens de especialidade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a variação denominativa no campo das teorias da argumentação, considerando os pressupostos

---

<sup>5</sup> <http://enem.inep.gov.br/#!/antes?k=r4a1lr>

teóricos e metodológicos da Terminologia e da Terminografia. Como objetivos específicos, traçamos:

- a) Caracterizar as unidades terminológicas das teorias da argumentação em textos acadêmico-científicos;
- b) Analisar as unidades terminológicas sob a perspectiva da variação denominativa, considerando as tipologias e as causas da variação no domínio, correlacionando-as à autovariação e à heterovariação;
- c) Propor as bases teóricas e metodológicas para a construção do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, estruturado nos fundamentos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia.
- d) Construir um protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, que contemple os aspectos variacionistas da área.

As inquietações que nos motivaram a realizar a investigação, cujos resultados estão materializados neste trabalho, provieram das seguintes questões de pesquisa:

- a) Quais as características que uma unidade terminológica deve apresentar para pertencer às teorias da argumentação?
- b) Quais os tipos de variação denominativa e quais as motivações que estimulam o uso dessas tipologias nas teorias da argumentação?
- c) Quais os princípios teóricos e os procedimentos metodológicos mais viáveis para se organizar o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação de modo a contemplar os aspectos da variação?
- d) De que forma se pode organizar um protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação que contemple a variação denominativa da área?

Por meio destas inquietações, e com o intuito de nortear o olhar sobre o nosso objeto de pesquisa, conjecturamos que os motivos que proporcionam a variação podem ser a escolha lexical dos autores, por acharem necessário tornar o conceito mais claro para o interlocutor, auxiliando-o no entendimento das unidades terminológicas, ou a relação com as bases epistemológicas que norteiam a teoria da argumentação a que esse autor se filia.

Sendo assim, julgamos ser importante organizar o repertório terminológico das teorias da argumentação, uma vez que essa ação nos possibilita observar de que forma as unidades terminológicas (UT) se comportam no seu *habitat* natural, o texto especializado. Ademais, o processo de organização das unidades pertencentes à terminologia desse campo do conhecimento é fundamental para compreendermos a própria construção da área que, conforme assinalamos, abarca em sua constituição diferentes perspectivas teóricas.

Nesse sentido, a presente pesquisa é pertinente tanto para os estudos da argumentação quanto para os da área da Terminologia. Para a primeira, o ponto fundamental consiste no entendimento de que, segundo as averiguações realizadas para desenvolver a investigação apresentada neste trabalho e, ainda, tomando por base o *corpus* da argumentação (CORPARG), construído para a tese, não tivemos acesso a pesquisas que tenham como objeto de análise os estudos da variação na argumentação. Já para a Terminologia, a presente pesquisa é relevante porque os estudos no campo das ciências do léxico demonstram que o termo especializado evolui constantemente, principalmente, por estarmos tratando de uma terminologia que representa a realidade da área de estudos. Convém reiterar, que não há pesquisas terminológicas com a finalidade de analisar o repertório vocabular das teorias da argumentação.

Os resultados apresentados neste trabalho confirmam o pressuposto de que as unidades terminológicas são flexíveis, mutáveis, variáveis e se inserem em uma comunicação especializada, com a finalidade de veicular os conceitos que representam a área de domínio. Por esse ângulo, reiteramos o caráter variacionista da linguagem como algo inerente aos textos especializados. Além do mais, os estudos terminológicos se debruçam sobre os termos de uma área por meio do repertório vocabular que os autores, especialistas no assunto, utilizam nos textos especializados. Nesse sentido, apoiamos-nos em Faulstich (2006, p. 27), ao afirmar que “nenhum termo é usado fora da situação discursiva em que é criado”.

Já no contexto da Linguística Aplicada, esta investigação, a nosso ver, é relevante por centrar as discussões na tentativa de esclarecer possíveis soluções às questões que envolvem o uso da linguagem em um ambiente acadêmico. Ela possibilita algumas contribuições com relação aos aspectos teóricos que circundam tanto as questões terminológicas e terminográficas quanto as abordagens sobre a organização das teorias da argumentação.

Trata-se de uma pesquisa que poderá ainda servir de auxílio ao interlocutor tanto na Universidade quanto fora dela, na medida em que oportuniza o acesso às terminologias que circundam as teorias da argumentação. Nesse sentido, harmonizamo-nos com os dizeres de Moita Lopes (1996), para quem a Linguística Aplicada (LA) “é uma ciência social, já que seu foco é em problemas de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social, isto é, usuários da linguagem [...] dentro do meio ensino/aprendizagem e fora dele” (MOITA LOPES, 1996, p. 20).

Diante desse posicionamento, que conceitua a LA como uma área do conhecimento com foco nas questões relacionadas ao uso da linguagem em contexto social, e com a finalidade de demonstrar o panorama acadêmico em que a presente investigação se situa, expomos alguns trabalhos que relacionam a temática da variação em Terminologia sob o enfoque dos estudos da LA. Nosso intuito é o de demonstrar de que modo o tema vem sendo debatido nas comunidades acadêmico-científicas, quais as abordagens realizadas pelos pesquisadores e em quais aspectos nosso trabalho se insere, neste cenário investigativo, de modo a participar deste grande diálogo e poder contribuir com as discussões já estabelecidas e/ou proporcionar a ampliação destas.

Nesse sentido, apropriamo-nos das observações relatadas por Costa (2015) ao tratar das questões da variação em Terminologia, especificamente, nos estudos sobre a variação denominativa. A referida pesquisa tem como foco o estudo da variação denominativa na terminologia da Lexicografia brasileira. A autora em destaque discute as causas da variação e delimita as questões que envolvem a variação denominativa com ou sem consequências cognitivas.

Em nossa pesquisa, focalizamos a variação denominativa, buscando identificar as tipologias e as causas que motivam a variação no *corpus* de estudos. Partimos, portanto, da noção da funcionalidade dos termos no texto especializado. Essa visão nos revela um fenômeno tanto mais próximo das escolhas teóricas do autor quanto da necessidade de adequação ao texto. Nesse sentido, mantemos relação de proximidade com a pesquisa realizada por Costa (2015), no que se refere aos estudos da variação, mas nos distanciamos nos tipos de variação abordados pela autora.

Ainda com relação ao panorama acadêmico, no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), encontramos, em Nuvens (2006), uma abordagem terminológica, em que a

autora propõe um produto terminográfico semibílingue, tendo como base a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), e discute ainda a variação geográfica como elemento importante para a área da cana-de-açúcar. Essa pesquisa tem como objeto de análise a comparação entre a variante brasileira, no caso da língua portuguesa, e a variante cubana, no caso da língua espanhola.

Aproximamo-nos da temática abordada pela referida autora quando propõe as bases teóricas, mas nos distanciamos tanto na proposta de glossário quanto no enfoque dos tipos de variação, já que Nuvens (2006) delimita apenas a variação geográfica como objeto a ser observado. O foco da pesquisa consiste em analisar os aspectos da variação sob a égide de dois idiomas: a língua portuguesa e a língua espanhola.

Já Collaço (2008) apresenta a relação entre os estudos da Terminologia com a área do Direito. A autora discute a produção de um glossário bilíngue e promove um debate sobre os aspectos morfossintáticos, morfossemânticos e pragmáticos dos termos encontrados no *corpus* de estudo.

Estabelecemos aproximação com os estudos desenvolvidos em Collaço (2008), tanto nos aspectos teóricos quanto nas questões metodológicas, mas nos distanciamos no tipo de obra terminográfica, uma vez que o trabalho em questão propõe um produto bilíngue e, no nosso caso, propomos um dicionário terminológico monolíngue. Não obstante, mantemos diálogo com a pesquisa descrita por meio dos aspectos pragmáticos das unidades terminológicas.

Essas pesquisas, de modo geral, apresentam os aspectos variacionistas como fundamentais para se analisar e se descrever a terminologia de uma área especializada. Sob essa perspectiva, os resultados das investigações contribuem para o desenvolvimento das ciências do léxico no sentido de comprovar que o fenômeno da variação é um elemento inerente à linguagem e que, portanto, não há diferenças, no que se refere às unidades terminológicas, entre a língua comum e a especializada; o que as distingue é o contexto em que estão inseridas.

Diante desse espaço investigativo, salientamos que, para desenvolver a presente pesquisa, organizamos o *corpus* da argumentação (CORPARG), que é formado por teses, dissertações, artigos e livros que circulam na comunidade acadêmico-científica. Nesse *corpus*, é possível ter acesso aos contextos definitórios, que funcionam como os espaços de inserção das terminologias e podem contribuir para a seleção do repertório terminológico representativo da área. Assim, para auxiliar

no processo de organização desse *corpus*, utilizamos o *software WordSmith Tools*, versão 6.0<sup>6</sup> com o objetivo de manipular os textos, produzir as listas de palavras e investigar os contextos em que circulam as candidatas a UT pertencentes às teorias da argumentação.

Enfim, consideramos, que as abordagens realizadas nesta investigação são fundamentais para se reconhecerem, se entenderem e se descreverem os aspectos constitutivos de uma área, que tem como propósito tornar a comunicação especializada mais eficiente.

Com relação aos aspectos teórico-metodológicos que sustentam nossa tese e que orientam o percurso delineado nessa pesquisa, apropriamo-nos dos postulados de: i) Breton e Gauthier (2001), Grácio (2010) e Garantizado Júnior (2015), para esclarecer as noções sobre a área de domínio; ii) Cabré (1993, 1999, 2001), Krieger (2001, 2010), Almeida (2000, 2012), Costa (2015), a fim de discutirmos os princípios teóricos da Terminologia, seu campo de trabalho e seus objetos de estudos; iii) Faulstich (1995, 2006), Freixa (2002, 2005, 2006, 2013, 2014), Kostine (2009), Silva Filho (2013), Santiago (2013), Souza Lara (2014), Costa (2015), para tratarmos da variação terminológica no discurso especializado, e iv) Barros (2004), Krieger e Finatto (2004), com o objetivo de traçar o percurso da Terminografia para a proposição do protótipo do dicionário terminológico.

Diante do panorama apresentado, em que evidenciamos os componentes que dão sustentação aos parâmetros norteadores da nossa investigação, contemplados desde a apresentação da pesquisa, passando pelos nossos objetivos e pelas motivações que nos instigaram na escolha do objeto de estudo delineado neste trabalho, passamos a apresentar de que modo construímos o percurso de exposição da presente tese.

Na *introdução*, como vimos, apresentamos as reflexões iniciais que têm como foco a construção do nosso objeto de pesquisa, assim como as questões que nos instigaram a pensar esta proposta de trabalho, os objetivos e a história que nos levaram a construir a trajetória traçada para o desenvolvimento desta tese.

No segundo capítulo, *A área de domínio e os fundamentos teóricos da pesquisa: revisitando conceitos*, evidenciamos a área de estudos e os aportes teóricos que norteiam as análises relatadas nesta investigação. Dividimos, portanto, o capítulo,

---

<sup>6</sup> Site em que está disponibilizado o *software* para *download*: <http://www.lexically.net/index.html>.

em quatro seções: a primeira seção, relacionada às noções que envolvem a área de domínio, apresentando, na historicização do campo de conhecimento, a origem, o ressurgimento e os elementos que constituem as teorias da argumentação na atualidade. A segunda seção aborda as bases teóricas da Terminologia, por meio das quais buscamos construir nosso posicionamento na organização da terminologia da área, revendo conceitos importantes para o desenvolvimento da investigação. Na terceira etapa, explanamos conceitos e concepções sobre a variação em Terminologia, mais especificamente, sobre a variação denominativa, com o propósito de elaborar nosso ponto de vista para observar os dados. Na quarta etapa, abordamos os pressupostos teóricos da Terminografia que direcionam o nosso olhar sobre os aspectos do dicionário terminológico. Por fim, apresentamos uma síntese dos fundamentos teóricos com a finalidade de demonstrar os aspectos discutidos no capítulo, que se mostraram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo seguinte, *Procedimentos metodológicos*, foi dividido em dois segmentos. Especificamos, no primeiro, o percurso metodológico da tese, em que apresentamos as etapas para a organização da terminologia pertencente às teorias da argumentação, assim como expusemos o trajeto para observar a variação terminológica. No segundo segmento, evidenciamos a metodologia para a organização da proposição do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação. Para finalizar o capítulo, demonstramos sinteticamente os aspectos metodológicos, com a finalidade de aclarar o percurso traçado na pesquisa.

No quarto capítulo, *Análise e interpretação dos dados do corpus: sob a perspectiva da variação denominativa*, dividimos em quatro seções. Na primeira, discutimos os aspectos da variação terminológica, que contemplam a caracterização e análise das unidades terminológicas. Na segunda subseção, correlacionamos os tipos e causas da variação denominativa no CORPARG. Para finalizar o capítulo, dedicamo-nos à ilustração do protótipo do Dicionário das Teorias da Argumentação, dividida em duas subseções: a primeira direcionada à sistematização das bases teóricas e metodológicas do protótipo do dicionário e a segunda, com a apresentação do protótipo constituído dos componentes estruturais de uma obra terminográfica.

Nas *conclusões*, apresentamos nossas reflexões e conclusão da pesquisa, destacando os desafios enfrentados e as lacunas encontradas neste trabalho. Finalmente, evidenciamos as implicações da abordagem para o ensino da

Argumentação na universidade e ressaltamos as contribuições de nossa investigação para as pesquisas vindouras.

Ainda de acordo com o cenário investigativo exposto nesta Tese, destacamos a importância da sistematização das terminologias para uma comunicação eficiente tanto no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de uma teoria no panorama acadêmico quanto nas relações sociais. De todo modo, estas situações comunicativas apresentam no cerne da questão o uso de um repertório vocabular adequado, sobretudo quando envolve o uso dos argumentos pelo orador com vistas a defender um posicionamento.

Nesse sentido, aventuramo-nos, no próximo segmento, ao relato dos fundamentos teóricos que sustentam a presente investigação. Assim, dividimos o capítulo em quatro seções, envolvendo desde a apresentação da área de estudos, até a revisão de conceitos considerados por nós como relevantes para a pesquisa. Esses conceitos dizem respeito ao conjunto de informações que envolvem os estudos da Terminologia, da variação terminológica e da Terminografia que são necessários à tese.

Assim, sob o propósito de apresentar estes fundamentos, passamos a discutir as “veredas teóricas da argumentação”. A nosso ver, essas veredas representam os diferentes caminhos percorridos pelo pesquisador na construção da tese, que semelhante ao trabalho do ferreiro se constitui em uma tarefa “pesada”, que precisa ser “lapidada e domada à força”, mas reflete um caminho próprio, já que esta tese e sua área de investigação apresentam veredas peculiares. É, portanto, nesse clima de reflexão, no que se refere aos embasamentos teóricos da pesquisa, que adentramos, na seção seguinte, nas díspares veredas que envolvem as noções da área de domínio.

## 2 A ÁREA DE DOMÍNIO E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: REVISITANDO CONCEITOS

“A necessidade de compreender, que nos parece óbvia hoje, se construiu com a história e a necessidade de dar sentido. Para produzir um conjunto de conhecimentos sobre um objeto, criamos conceitos – estas ferramentas mentais que, podemos dizer, nascem com a linguagem, que cria mundos. Mundos no plural porque há uma diversidade de línguas e de indivíduos que as falam”.

(HARDY-VALLÉE, 2013, p. 11)

Nas palavras de Hardy-Vallée, apresentadas na epígrafe que inicia este capítulo, para se produzirem conhecimentos é preciso que conceituemos as coisas da realidade que nos cercam. Diante da ação de conceituar, estão implícitas as noções de compreender e de dar sentido aos elementos que nos conduzem a este conhecimento. Assim, neste capítulo, fazemos uma incursão ao universo dos fundamentos teóricos que nos permitem compreender os componentes conceituais das teorias que embasam esta investigação, de forma que possamos construir “ferramentas mentais” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 11) para dar sentido ao mundo heterogêneo do campo das teorias da argumentação e ao mundo das ciências do léxico - Terminologia e Terminografia.

Nesse sentido, temos dois propósitos, neste capítulo da tese. O primeiro consiste em apresentar a área de domínio delimitada para realizar nossa investigação e o segundo, em discutir os aspectos da Terminologia e da Terminografia que dão sustentação às escolhas teóricas para o desenvolvimento da pesquisa.

Dividimos, portanto, o capítulo em quatro seções. A primeira, voltada às questões que envolvem as teorias da argumentação. Nesse ponto, enfatizamos a origem dos estudos argumentativos, o ressurgimento do tema na contemporaneidade e os desdobramentos na atualidade das teorias da argumentação no Brasil.

Já na segunda seção, salientamos os aportes teóricos da Terminologia e seus objetos de estudo, em que delineamos os princípios teóricos da Terminologia, destacando a função dessa ciência do léxico para os estudos da linguagem, bem como seu percurso, seu desenvolvimento e como se encontram, na contemporaneidade, as pesquisas terminológicas. Evidenciamos ainda, neste tópico, as conceitualizações sobre os objetos de investigação da Terminologia, destacando as informações que são relevantes para a construção da tese.

Expomos o percurso da Terminologia, de forma breve, apenas para situar o leitor quanto ao ponto de onde partimos, para, em seguida, abordarmos as bases epistemológicas e os aspectos funcionais nas atividades comunicativas que envolvem o texto especializado. Fundamentamos ainda nossas discussões nos parâmetros defendidos pela TCT, em que são considerados os aspectos da variação dos termos.

Na terceira seção, as discussões têm como foco os elementos da variação terminológica, em que nos apropriamos das concepções defendidas por Freixa (2002, 2005, 2006, 2013, 2014), para acessarmos as indicações conceituais que possibilitem observarmos o comportamento desse fenômeno nas teorias da argumentação. Ademais, os pressupostos, discutidos neste ponto, servem para embasar as decisões teóricas necessárias tanto para delinear o caminho da pesquisa como para propor o protótipo do Dicionário<sup>7</sup> Terminológico das Teorias da Argumentação.

Por fim, a quarta seção contempla as bases da Terminografia que embasam a nossa proposição do protótipo de Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação. Dedicamo-nos, neste ponto, à abordagem dos princípios da Terminografia que dão sustentação ao processo de construção do protótipo do dicionário. Iniciamos, portanto, a seguir, apresentando as noções sobre a área de domínio, objeto de investigação desta tese.

## 2.1 NOÇÕES DA ÁREA DE DOMÍNIO

Esta seção da tese se justifica pelo fato de que, embora as discussões que envolvem a área de estudos não façam parte do embasamento teórico que fundamenta a pesquisa, é por meio dessa explanação que pretendemos oferecer ao nosso leitor condições de compreender os encaminhamentos tratados na investigação

---

<sup>7</sup> Adotamos a definição de Barros (2004, p. 144) para a concepção de “Dicionário terminológico”.

e, conseqüentemente, promover um maior entendimento sobre o nosso capítulo de análise.

### **2.1.1 Teorias da argumentação**

A ação de delimitar a área de domínio em uma pesquisa terminológica ocorre por várias razões, dentre elas, destacamos que, no nosso caso, fomos motivados pelo interesse em compreender de que modo se constitui o repertório terminológico deste campo do conhecimento. Sendo assim, as teorias da argumentação figuram como o espaço em que o repertório terminológico da área, ao ser utilizado pelos produtores dos textos em suas composições textuais, possibilita a circulação tanto das denominações quanto das conceitualizações que representam a área de domínio.

Nesse sentido, esclarecemos que, para Espíndola (2005, p. 11), “o ato de argumentar é definido e nomeado de diferentes formas, marcando diferentes perspectivas de um mesmo objeto”. Nesse sentido, afirmamos que o campo da argumentação é formado por inúmeras subáreas ou teorias<sup>8</sup>, segundo preceitos da autora supracitada. A nosso ver, cada uma dessas teorias, embora parta de origens epistemológicas distintas, de acordo com a filiação teórica mencionada nos textos, identificamos, entre elas, um ponto em comum, todas apresentam certa inquietação sobre o uso da linguagem com foco na argumentação e buscam explicações para isso.

Esses aspectos inquietantes se referem tanto às conceitualizações e denominações do próprio campo do conhecimento, como à definição da área, do argumento, do propósito argumentativo, bem como dos objetos analíticos de cada uma das teorias, dentre outros elementos importantes para identificação do campo da argumentação.

Com o advento das necessidades de conceituar e denominar os objetos de estudos das teorias, emergem, portanto, diversas subáreas que se voltam a analisar o fenômeno sob as mais variadas abordagens. Nesse sentido, as diferentes maneiras de observar a argumentação se relacionam, de modo geral, tanto ao objetivo do ato argumentativo, que consiste em convencer ou persuadir o auditório por meio

---

<sup>8</sup> Utilizamos subáreas ou teorias para fazer referência às áreas do conhecimento que estudam a argumentação.

da defesa de teses, quanto ao objetivo de demonstrar que os enunciados possuem marcas na própria estrutura que conduzem o interlocutor a determinadas conclusões.

Ancorando-nos nesse pensamento, compartilhamos das premissas defendidas por Freitas (2006), para quem o domínio da argumentação é formado por várias teorias, o que nos instiga a observar aquelas que mais se destacam nas ciências da linguagem, tendo em vista o propósito da nossa investigação. Por essa razão, apropriamo-nos das considerações abalizadas em Garantizado Júnior (2015), ao afirmar que foram os trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca e Ducrot os que mais tiveram repercussão no Brasil.

Diante dessa constatação, e ainda tomando por base os textos que compõem o *corpus* da nossa tese, delimitamos, para nossa investigação, os estudos das teorias da argumentação que tomam por base as discussões que envolvem a retórica, tratada neste trabalho como teoria da argumentação de base retórica, e os estudos da teoria da argumentação na língua, designada, por nós, como teoria da argumentação de base linguística.

Convém acrescentar que não é fácil sistematizar as teorias da argumentação sem levar em consideração que este é um fenômeno de estudo pesquisado por várias áreas do conhecimento que apresentam inúmeras perspectivas. Em outras palavras, a área da argumentação é composta tanto por vertentes teóricas que se complementam, como por vertentes teóricas que se opõem entre si. Sob essa ótica, nosso propósito é tão somente apresentar a área de estudos com o intuito de facilitar o entendimento das discussões tratadas neste trabalho.

Em vista disso, organizamos esta seção em duas subseções: a primeira que enfoca a historicização das teorias da argumentação, destacando os diferentes períodos que envolvem a área de estudos. E a segunda, que discute as teorias sob a perspectiva da contemporaneidade e o surgimento das diversas vertentes que se envolvem com o tema da argumentação. Em suma, recorreremos aos aspectos relacionados à fundação, à revitalização e à evolução dos estudos na atualidade. Encetamos, portanto, na subseção a seguir, a apresentação do panorama das teorias da argumentação.

### 2.1.1.1 Historicização

Ao apresentarmos a historicização das teorias da argumentação, convém destacar que o nosso olhar sobre esse campo do conhecimento, que contempla em seu arcabouço, conforme já enfatizado neste texto, uma infinidade de possibilidades de estudos, que envolvem tanto as áreas da filosofia, da sociologia, quanto do direito, é um olhar que apresenta como ponto de origem os estudos da linguagem. Portanto, o lugar de fala de onde construímos nossos posicionamentos está relacionado aos pontos de vista pelos quais os estudos das ciências da linguagem observam o fenômeno da argumentação e, nesse caso, especificamente, as teorias da argumentação.

Por esse ângulo, para apreender esses posicionamentos, passamos a investigar a origem do surgimento das teorias na história. Como afirmam Breton e Gauthier (2001), para o estabelecimento das teorias da argumentação, o percurso da história se inicia desde a retórica antiga até o século XX.

Corroborando os posicionamentos desses autores, Freitas (2006) ratifica a concepção de que o início das teorias se relaciona ao mundo grego e afirma que “a argumentação se enraíza lá, a partir dos estudos dos filósofos que pensaram a linguagem como meio para persuadir alguém” (FREITAS, 2006, p. 68). Logo, revisitar a origem dos estudos da argumentação nos orienta a considerar o ato de argumentar com a finalidade primeira de persuadir o interlocutor, embora outras dimensões sejam atribuídas ao tema, de acordo com as discussões tratadas na presente tese.

Com base nessas convicções, as teorias da argumentação são foco de vários momentos históricos, com especificidades singulares a cada período, o que justifica o argumento de que as teorias se constituem em um campo de complexidade teórica, mas apresentam elementos comuns entre si. Nesse sentido, ao mencionarmos esses componentes comuns entre as vertentes teóricas, estamos nos remetendo aos elementos de aproximação, seja de aceitação ou de oposição entre as teorias.

Podemos considerar, em tal situação, que as teorias da argumentação divergem entre si, seja na concepção de argumento, seja na filiação à retórica ou na oposição a esta, na ligação com os estudos que envolvem a lógica, na relação com a ética e/ou na forma de considerar o conceito de argumentação. Em outras palavras, as teorias se constituem, embora divergentes entre si, em um conjunto de

conhecimentos voltados à linguagem argumentativa. Essas vertentes teóricas demarcam espaços na construção da área por meio dos conteúdos e dos conceitos delimitados e definidos pelos estudiosos e/ou idealizadores dessas teorias.

Sob essa perspectiva, o percurso dos estudos argumentativos, de acordo com Breton e Gauthier (2001), divide-se em quatro fases que vão do período inicial, passando pelo momento de culminância e declínio, até chegar à contemporaneidade.

O período inicial está relacionado aos primeiros passos da retórica na antiguidade; o segundo se refere aos estudos sistematizados e apresentados por Aristóteles, que, podemos dizer, serviram mais precisamente de base para as demais discussões sobre o tema da argumentação. Já o terceiro momento diz respeito às críticas realizadas pelos filósofos e, conseqüentemente, ao momento de silenciamento das discussões sobre o tema, quando se deu o período do declínio. Por fim, a última fase consiste no ressurgimento das teorias da argumentação, que tem como marco as publicações dos estudos desenvolvidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Stephen Toulmin (2006). O primeiro, com a obra intitulada *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, o segundo, com o *Uso dos argumentos*.

Nesse sentido, observamos que a fase inicial consiste no nascimento da retórica como componente importante para o surgimento das primeiras teorias da argumentação, que emergem no contexto de democracia<sup>9</sup> ateniense. Os cidadãos objetivavam utilizar os discursos com fins persuasivos, já que necessitavam defender seus direitos e apresentar argumentos capazes de convencer o auditório sobre as questões apresentadas.

De acordo com Breton e Gauthier (2001), essa primeira fase das teorias está relacionada ao uso da palavra, que se torna imprescindível nas relações sociais, uma vez que, para convencer o outro, a eloquência é uma grande aliada. O indivíduo necessita utilizar argumentos que sejam capazes de agir sobre o outro, levando-o ao entendimento de que as teses defendidas são válidas e verdadeiras. Logo, dominar um discurso eloquente e com a presença de argumentos capazes de persuadir o auditório torna-se fundamental nessa primeira fase das teorias.

Sob esse prisma, o discurso eloquente passa a ser necessário entre os cidadãos e, no intuito de formar sujeitos capazes de usar a palavra para defender seus

---

<sup>9</sup> “A palavra democracia na concepção dos antigos pode ser interpretada de forma literal como realmente sendo o poder do *demos* ou do povo, embora muitas pessoas fossem excluídas das decisões políticas” (PIERINI, 2008, p. 127), como é o caso dos escravos, mulheres e estrangeiros.

direitos, o tema se torna objeto de ensino. “O grego Corax, um dos primeiros ‘professores’ de retórica e de certa forma seu inventor, redige então um manual, que se perdeu entretanto, e que irá passar de mão em mão e servir de base a todos os retores (ou retóricos) que se seguirão.” (BRETON; GAUTHIER, 2001, p. 21-22, grifo dos autores).

O manual de Corax, a que os autores se referem, torna-se conhecido apenas pelas menções realizadas por Aristóteles, quando o cita em suas obras, todavia, é nesse momento que surgem as primeiras teorias da argumentação, que têm como foco empreender o uso dos argumentos como forma de persuadir o interlocutor sobre as teses defendidas.

Conforme já demonstramos, de acordo com os estudos retóricos, o propósito de agir sobre o outro se dá por meio da língua e, conseqüentemente, com o uso da palavra. Nesse sentido, entendemos que cabe ao falante dominar o código linguístico para estar apto a realizar escolhas lexicais, que possam expressar as informações necessárias capazes de promover a adesão do auditório às teses defendidas.

Em oposição a esse primeiro momento da retórica, emerge a segunda fase das teorias argumentativas que, de acordo com Breton e Gauthier (2001), diz respeito ao período considerado o ápice pelos estudiosos, uma vez que consiste no processo, realizado por Aristóteles, de sistematização dos discursos. Aristóteles produziu duas grandes obras para tratar do assunto, uma relacionada à *arte retórica* e outra direcionada à *arte poética*. É à *Retórica* de Aristóteles (2013) que os estudiosos se referem em suas pesquisas quando tratam das questões que envolvem o discurso persuasivo ou quando fazem alusão ao caráter argumentativo da linguagem.

Podemos afirmar que a argumentação se constitui um tema necessário, desde os seus primeiros vestígios, registrados pela retórica antiga, pois denota uma preocupação com a prática da oratória por parte dos filósofos, no sentido de convencer ou persuadir o auditório, conforme já salientamos. É, todavia, a inquietação de Aristóteles em compreender os processos que envolvem o entendimento da eloquência que o faz debruçar-se sobre o assunto e produzir a *Arte Retórica* como a primeira obra de relevância a que temos acesso.

Nesse sentido, por meio da sistematização aristotélica, muitos outros estudos foram desenvolvidos, com destaque para algumas contribuições, tais como: a noção do conhecimento provável e não da certeza e das evidências; os elementos

retóricos (*ethos*, *pathos* e *logos*); o conceito de auditório e a necessidade de o orador se adaptar a quem se dirige, dentre outros contributos. Esses conceitos foram, em alguns momentos da história da argumentação, revitalizados, ressignificados e até mesmo renegados.

Ainda com relação ao processo de historicização das teorias, deparamo-nos com a terceira fase que consiste em relatar o declínio da temática. Ou seja, o processo de enfraquecimento da retórica. Sua derrocada se deu pelo fato de que, para alguns retóricos, bastava ter o domínio das técnicas e saber utilizá-las adequadamente, em um determinado contexto, para que o discurso persuasivo cumprisse a função que lhe competia: convencer ou persuadir o auditório.

No que se refere ao declínio da retórica, Breton e Gauthier (2001) afirmam que os sofistas são os precursores em discutir teoricamente o poder da palavra, tanto com relação ao elemento estético quanto com relação ao alcance da linguagem persuasiva. No entanto, de acordo com os referidos autores, a ação de teorizar não satisfaz os sofistas e eles decidem por tornarem-se “educadores profissionais”.

É nesse cenário educacional que esses mestres da oratória, considerado como os “pensadores que detinham um saber eminentemente enciclopédico” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2015, p. 22), se firmam na arte do discurso como aqueles que realizaram grandes transformações na educação. Essas transformações, para Garantizado Júnior (2015), contemplam a arte de falar em público como elemento necessário à formação dos guerreiros e atletas gregos.

Esse cenário motivou vários questionamentos por parte dos filósofos, já que, para alguns, não bastava apenas saber ordenar um discurso, e nem suscitar paixões no auditório, para que houvesse o convencimento ou a persuasão. O foco não estava somente na eloquência do discurso. Surgem, assim, as críticas à retórica. Ante a conjuntura apresentada, o declínio da retórica é concretizado, levando-a a um período de esquecimento, ressurgindo anos depois com o advento dos estudos da argumentação.

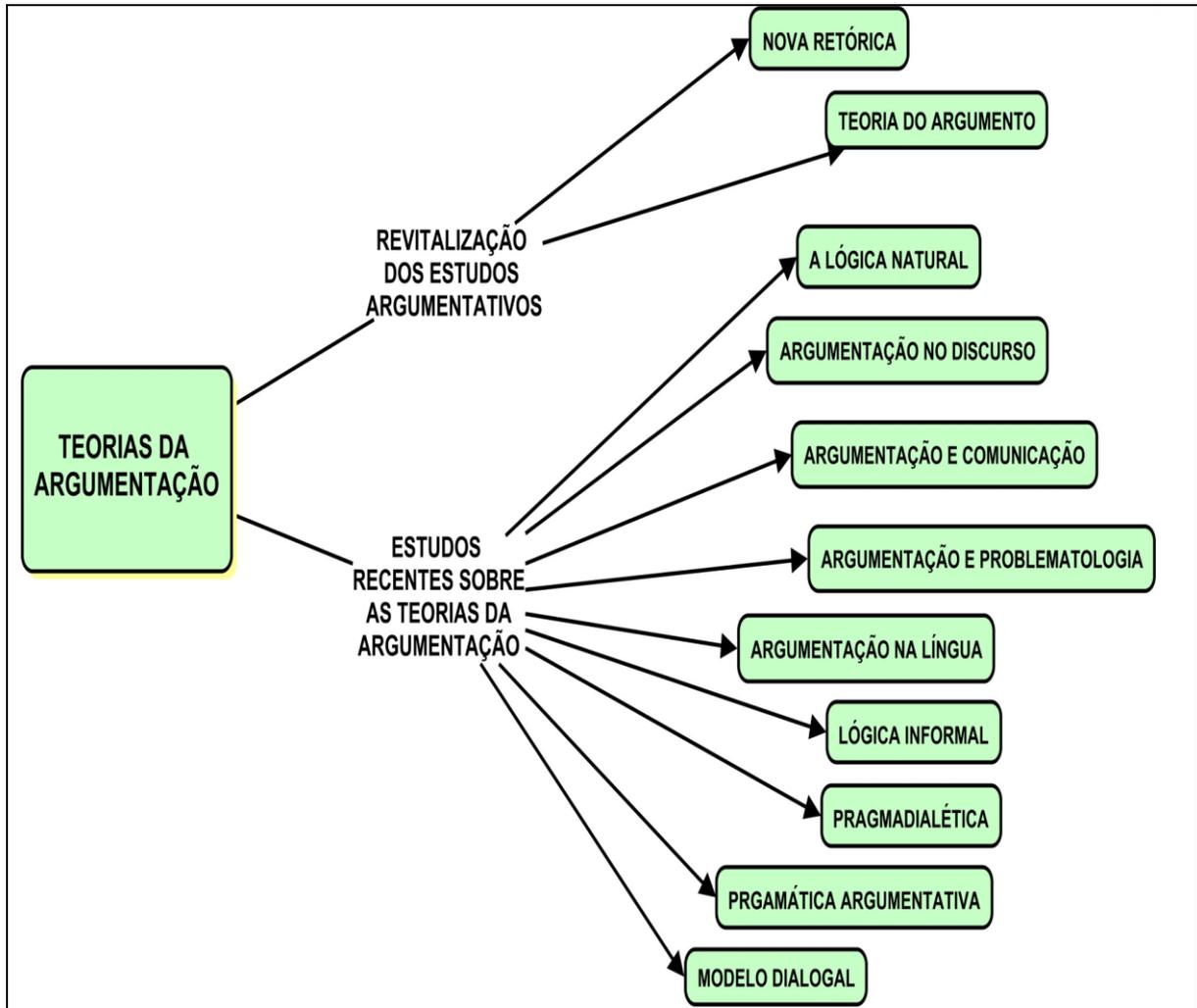
Ainda no que se refere aos estudos argumentativos na atualidade, as vertentes teóricas e metodológicas são diversificadas, embora algumas delas se apropriem dos estudos retóricos, ressignificando-os, e outras neguem totalmente essa filiação. De modo geral, cada uma delas utiliza terminologias similares, seja sob a perspectiva dos conceitos seja das denominações, de todo modo apresentam elementos comuns entre si.

Convém acrescentar que as denominações pelas quais cada uma das vertentes que estuda a argumentação se torna conhecida também apresentam divergências. Essa heterogeneidade denominativa, a nosso ver, só enriquece as discussões abordadas na investigação.

Em suma, de acordo com as discussões já apresentadas, a argumentação tem cronologicamente sua origem na retórica antiga; posteriormente, passa a fazer parte dos estudos aristotélicos com a organização do discurso persuasivo; em seguida, passa por um período de silenciamento, visto que depois da intervenção de Aristóteles e das críticas à retórica, só temos conhecimento novamente do assunto no período de revitalização do tema, com as obras já citadas neste capítulo.

Com base na exposição sobre a área de domínio, sintetizamos no quadro a seguir, as vertentes teóricas que compõem o campo das teorias da argumentação na contemporaneidade, lembrando que somente àquelas que foram identificadas como as mais expressivas no *corpus* serão discutidas com mais detalhes. Ademais, estudos mais abrangentes sobre o assunto podem ser retomados em Breton e Gauthier (2001), Grácio (2010), Capitani (2015), dentre outros estudiosos sobre o tema da argumentação.

**Figura 1 – As teorias da argumentação na contemporaneidade**



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a figura 1, as teorias da argumentação se apresentam na contemporaneidade sob duas grandes subdivisões: a primeira que contempla o processo de renascimento das discussões sobre a argumentação, o qual se constitui com a presença da nova retórica e da teoria do argumento, precisamente; e a segunda que envolve os estudos mais recentes sobre o tema, o qual compreende a argumentação sob a perspectiva da estrutura da língua.

Assim, com relação às teorias da argumentação, Grácio (2010) apresenta os estudos na contemporaneidade divididos em dois momentos: o primeiro voltado ao que denominamos na tese de revitalização dos estudos argumentativos e o segundo, estudos recentes sobre as teorias da argumentação, envolvendo as seguintes vertentes teóricas: a lógica natural e a onipresença, de Jean-Blaise Grize; a argumentação no discurso, de Ruth Amossy; um ponto de vista comunicativo e

interacionista, de Charles Arthur Willard; a argumentação do ponto de vista da problematologia, de Michel Meyer; a argumentação na língua, de Ducrot e Anscombre; a lógica informal e os critérios para a avaliação dos argumentos, de Anthony Blair e Ralph Johnson; a pragmadialéctica, de Frans H. van Eemeren e Rob Grootendorst; uma teoria funcional da pragmática e argumentativa em contexto de diálogo, de Douglas Walton; e o modelo dialogal trilógico, de Plantin.

Diante desse panorama de constituição das teorias da argumentação, reafirmamos o carácter multifacetado desse campo do conhecimento, que confirma, por sua vez, a noção de complexidade da área. No entanto, como não é objetivo desta tese, não realizaremos profundas discussões sobre o assunto, já que, conforme já assinalamos, existem na literatura diversos trabalhos que já cumpriram essa tarefa.

Sendo assim, mantendo a fidelidade aos objetivos da pesquisa, nosso propósito é tão somente apresentar as teorias da argumentação que compõem esse campo do conhecimento e destacar aquelas que se apresentam no *corpus* da argumentação e que, portanto, fazem parte do cerne desta investigação.

Enfim, no próximo tópico, sigamos no entendimento do processo de revitalização das teorias da argumentação, como domínio selecionado para nossa investigação, cuja terminologia, a nosso ver, contribui para a construção da identidade da área.

### 2.2.1.2 Revitalização

O processo de revitalização dos estudos argumentativos diz respeito às pesquisas desenvolvidas por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca com a publicação do *Tratado da argumentação: a nova retórica*, na Bélgica e *Os usos do argumento* de Stephen Toulmin, na Inglaterra, ambas divulgadas em 1958. No CORPARG, nesse processo de revitalização, os trabalhos que mais se destacaram estão relacionados às pesquisas que tomaram por base as investigações realizadas pelos autores do *Tratado da argumentação: a nova retórica*.

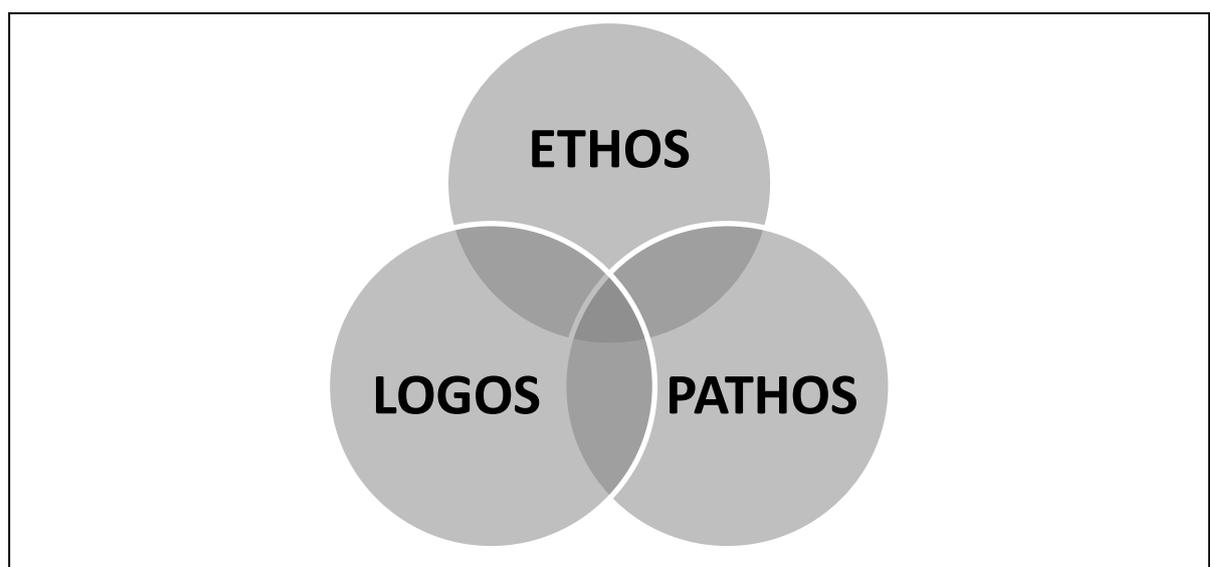
De acordo com Grácio (2010, p. 164), quando se refere ao tratado, afirma que “a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca inspirou-se na tradição retórica, nomeadamente em Aristóteles, e reclamou um estatuto de racionalidade para a persuasividade das práticas argumentativas”, principalmente pelo fato de que a língua, para os autores, funciona como “um instrumento de comunicação e de ação sobre

outrem” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 580). Assim, aquele que argumenta parte das ideias defendidas pelo auditório para a construção das teses admitidas. Esse processo se dá por meio da língua natural e da capacidade de raciocínio do indivíduo.

A nova retórica se apropria das noções fundamentais da retórica aristotélica, tais como, *ethos* (orador), *pathos* (auditório universal e particular) e *logos* (técnicas argumentativas) e sugere que, para entender os discursos argumentativos, podemos recorrer à presença dos componentes retóricos, tanto nos discursos orais quanto nos discursos escritos. Nesse sentido, o *Tratado da argumentação: a nova retórica* tem como foco as análises dos elementos argumentativos em textos escritos, sobretudo, o texto jurídico. Assim, de acordo com o prefácio escrito por Coelho (2005, p. xiv) na obra em questão, “o ponto de partida de Perelman é o modo pelo qual se entendeu, a partir da codificação napoleônica principalmente, o raciocínio jurídico”.

Essa teoria da argumentação se constitui no imbricamento dos elementos retóricos, ilustrados na figura 2, a seguir. No entanto, a obra intitulada *Tratado da Argumentação: a nova retórica* apresenta como enfoque mais representativo o estudo do *logos*, que se constitui como o próprio discurso e é nomeado pelos autores como as técnicas argumentativas. O destaque, a que fazemos referência, diz respeito ao realce que é dado ao uso das técnicas na obra pelos próprios idealizadores do tratado.

**Figura 2 – Componentes retóricos**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

*O tratado da argumentação: a nova retórica* se divide em três partes. Os autores recorrem a essa divisão na tentativa de didatizar a temática, embora defendam que todos os elementos retóricos devem estar interligados na organização do discurso e, conseqüentemente, na organização dos argumentos.

Com relação à organização da obra em discussão, na primeira parte, os autores do Tratado, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), mostram uma espécie de preparação para estabelecer a argumentação e apresentam a diferença entre demonstração e argumentação, entre persuasão e convencimento e entre a noção de orador e de auditório. Acreditamos que essas são noções básicas para se pensar em uma organização discursiva da argumentação e, conseqüentemente, são importantes para a sistematização da terminologia da área, conforme demonstrado em nosso capítulo de análise.

Na segunda parte, a obra apresenta os aspectos para iniciar o ato argumentativo. Segundo os autores, é necessário se estabelecer com o auditório um acordo prévio. Além disso, são discutidas questões referentes aos valores e lugares da argumentação, que são definidos como premissas, para que ocorra de fato a tentativa de argumentar acerca das teses defendidas.

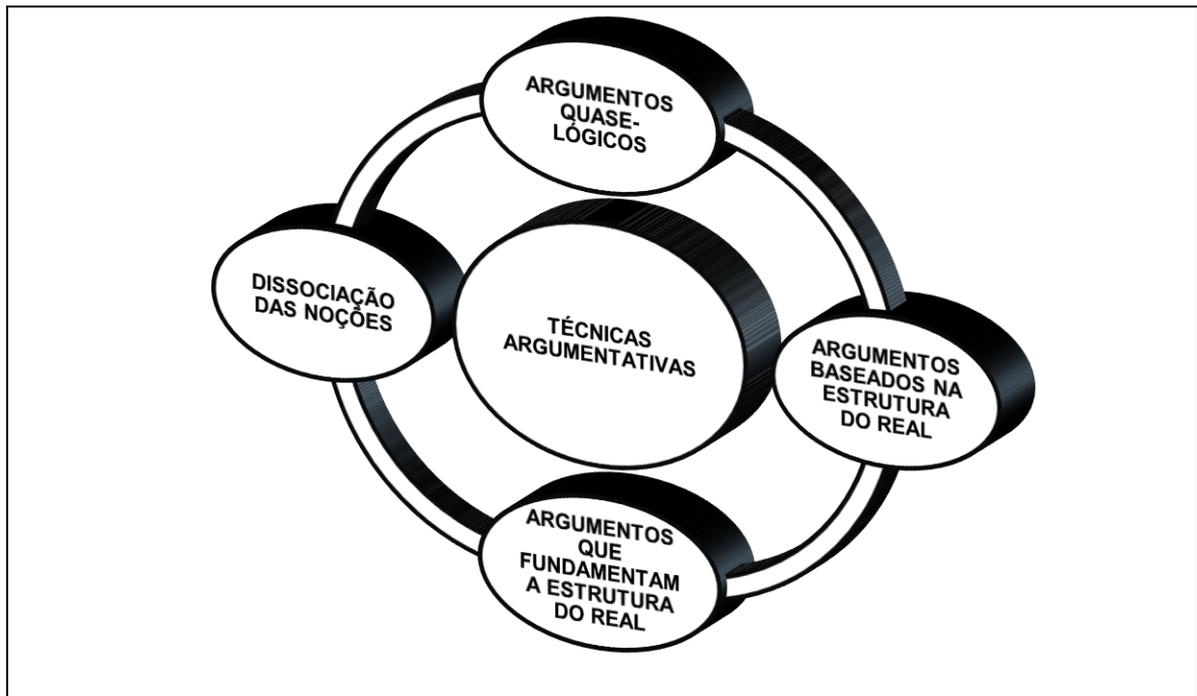
Nesse sentido, tanto as primeiras discussões, apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que contemplam a preparação para a argumentação, como a segunda parte, que funciona como uma espécie de mobilização dos valores existentes na comunidade para realizar a argumentação propriamente dita, definida na obra, como o uso das técnicas argumentativas, são pontos fundamentais e importantes para que o orador possa agir sobre o interlocutor. Em outras palavras, segundo os autores do Tratado, para que o orador consiga estabelecer algum tipo de relação com o auditório, é necessário mostrar disposição para escutá-lo.

Sendo assim, a parte dedicada à presença das técnicas argumentativas se configura no maior componente da obra. As técnicas são entendidas como estratégias que o orador poderá utilizar para convencer ou persuadir o auditório. Consiste, portanto, na descrição – terceira parte - em que são apresentadas as características e exemplificações de cada um dos argumentos, “diferenciados por processos de *ligação* e *dissociação*”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215, grifo dos autores). Os processos de ligação são compostos pelos argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do

real. Com relação aos processos de dissociação, são técnicas argumentativas compostas pelos argumentos por dissociação das noções.

A seguir, observemos as quatro técnicas argumentativas apresentadas pelos autores:

**Figura 3 – Técnicas argumentativas**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

As técnicas argumentativas dizem respeito aos argumentos quase-lógicos que são comparáveis aos raciocínios lógicos; Já os argumentos baseados na estrutura do real, segundo os autores do Tratado, são aqueles que se apropriam da relação entre o raciocínio e as fórmulas lógicas ou matemáticas existentes nos argumentos quase lógicos para admitir valores aceitos ou apresentar novas propostas.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real exercem papéis diversificados, que vão desde a argumentação pelo exemplo, passando pela ilustração, até a compreensão do modelo ou antimodelo como forma de persuasão. Já os argumentos por dissociação das noções funcionam como uma espécie de ruptura que serve para “afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 467-468).

No último capítulo da obra, os autores retomam alguns posicionamentos e afirmam que é importante a interação dos diversos argumentos para a construção do discurso. Com relação à força dos argumentos, é imprescindível levar em consideração o auditório e os objetivos da argumentação.

Em suma, para a subárea que tem como embasamento os elementos da retórica aristotélica, a finalidade da argumentação consiste em conseguir a adesão do auditório às teses defendidas pelo orador. Nesse sentido, essa abordagem representa uma das teorias que influenciou os estudos sobre argumentação no Brasil.

As terminologias que circulam nessa subárea, conforme lista apresentada nos apêndices e nas discussões tratadas nas análises, mantêm relação tanto com as conceitualizações e denominações realizadas pelos estudos aristotélicos quanto com o processo de revitalização dos estudos abordados pela nova retórica.

Sob esse prisma e continuando a exposição da área de domínio selecionada para desenvolver nossa pesquisa, passamos a discutir as teorias da argumentação, identificada na tese, como os estudos mais recentes sobre as teorias da argumentação. Lembrando que essa distinção se dá apenas como estratégia utilizada para tornar didáticas as nossas considerações, uma vez que o tema de modo geral faz parte dos estudos na contemporaneidade e, conseqüentemente, é um assunto atual.

No entanto, para demonstrar que a área de estudos se divide em dois momentos, utilizamos a noção de revitalização ou ressurgimento, para nos referirmos aos estudos que funcionam como uma recolocação do tema nas pesquisas sobre o discurso argumentativo. Lançamos mão da concepção de atualidade, para demonstrar que esses estudos foram retomados ou ressignificados e até mesmo renegados pelos estudiosos na época atual.

Dito isto, discorreremos sobre as teorias da argumentação que fazem parte do *corpus* de estudos construído para esta tese, priorizando as abordagens que contemplam a área na contemporaneidade. No próximo tópico, as discussões versam sobre o marco das teorias argumentativas na atualidade.

### 2.2.1.3 Marco na atualidade

Até esta seção da tese, discutimos o processo de historicização das teorias da argumentação, com destaque para o ressurgimento do tema na

contemporaneidade. Nesta subseção, focamos os estudos das teorias da argumentação, na atualidade, que consistem em diferentes abordagens que contemplam desde estudos da lógica natural, da argumentação no discurso, de um ponto de vista comunicativo e interacionista, da argumentação do ponto de vista da problematologia, da argumentação na língua, da lógica informal e dos critérios para a avaliação dos argumentos, da pragmatológica, de uma teoria funcional da pragmática e argumentativa em contexto de diálogo, até o modelo dialogal trilógico. Essa subdivisão, conforme já assinalamos e ilustramos na figura 1, faz parte dos estudos realizados por Grácio (2010).

Diante dessa organização teórica, a segunda perspectiva de estudos contemplada pelo CORPARG e delimitada para as discussões se referem aos estudos que tratam das questões ligadas à argumentação na língua. Em nossa tese, essa teoria é denominada de teoria da argumentação de base linguística, que aparece no *corpus* com outras denominações, conforme mostramos em nossas análises no quarto capítulo.

Essa é uma teoria que surge nos estudos da linguagem no final dos anos setenta, reunindo em sua composição “tanto a reflexão filosófica sobre os fundamentos e o funcionamento da língua, como a observação, análise e descrição da língua, a partir de novas e originais perspectivas”. (FREITAS, 2006, p. 107). É uma abordagem que se contrapõe aos estudos mais tradicionais sobre a argumentação que, envolviam os fundamentos da retórica clássica e da lógica. Sob esse ponto de vista, a argumentação, para essa teoria, revela-se como um processo que acontece por meio dos elementos linguísticos.

Ducrot e Anscombre (1981), idealizadores dessa vertente teórica, ao explicarem as bases de seus posicionamentos, esclarecem-nos que “muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa, que eles objetivam levar o destinatário a uma certa conclusão, ou desviá-lo”. (DUCROT; ANSCOMBRE, 1981, p. 178). Nessa condição de valor da argumentação presente no interior da língua, os autores apresentam o enunciado como uma proposição com marcas linguísticas existentes na própria estrutura que direcionam para uma orientação argumentativa. Essa orientação se relaciona com a ideia de conduzir o interlocutor para uma ou outra direção por meio dos enunciados.

Em outras palavras, para os autores supracitados, o argumento assume a função de ser portador de uma conclusão, independente da aceitação ou não do

interlocutor. Ademais, nessa perspectiva, o posicionamento defendido sobre argumentação é o de que o tema diz respeito a uma ação que “pode ser explicada exclusivamente em termos linguísticos” (GRÁCIO, 2010, p. 254), sem levar em consideração os elementos extralinguísticos. A finalidade da argumentação, nesse caso, difere do ponto de vista defendido pela nova retórica, uma vez que, para os estudos argumentativos de base linguística, o objetivo consiste em motivar o interlocutor a uma determinada conclusão construída no próprio enunciado e não com o propósito de levá-lo ao convencimento das teses defendidas.

Nesse sentido, Grácio (2010), ao responder aos questionamentos realizados pelos autores da teoria sobre os fundamentos da argumentação, posiciona-se da seguinte maneira:

A resposta a esta pergunta — feita em ruptura com uma concepção que liga o sentido do enunciado a uma dimensão representativa que remete para o exterior do discurso — é a de que a argumentação pode ser explicada pelo funcionamento da língua e, especialmente, pela forma como as frases são articuladas ao nível da enunciação: as palavras-chave são, aqui, as de *orientação* e de *sequência*. Trata-se de ver, com efeito, que mecanismos linguísticos instruem a passagem da significação das frases, que é aberta, para o sentido que adquirem quando são articuladas em termos de enunciado, que é a unidade elementar do discurso. (GRÁCIO, 2010, p. 254, grifos do autor).

Esta concepção argumentativa aponta que as características argumentativas da linguagem podem ser explicadas tomando por base apenas os elementos que estruturam o próprio enunciado, não sendo necessário, portanto, recorrer a elementos exteriores ao discurso. Logo, de modo geral, os motivos que justificam a argumentatividade da linguagem se explicam, sobretudo, se considerarmos os aspectos formais e funcionais da língua.

Convém reforçar que essa concepção marca o início dos estudos argumentativos da teoria. No entanto, não permanece da mesma forma, no decorrer das pesquisas, já que essa vertente teórica passa por um processo de transformação e tem os seus conceitos e pontos de vista ressignificados pelos estudiosos.

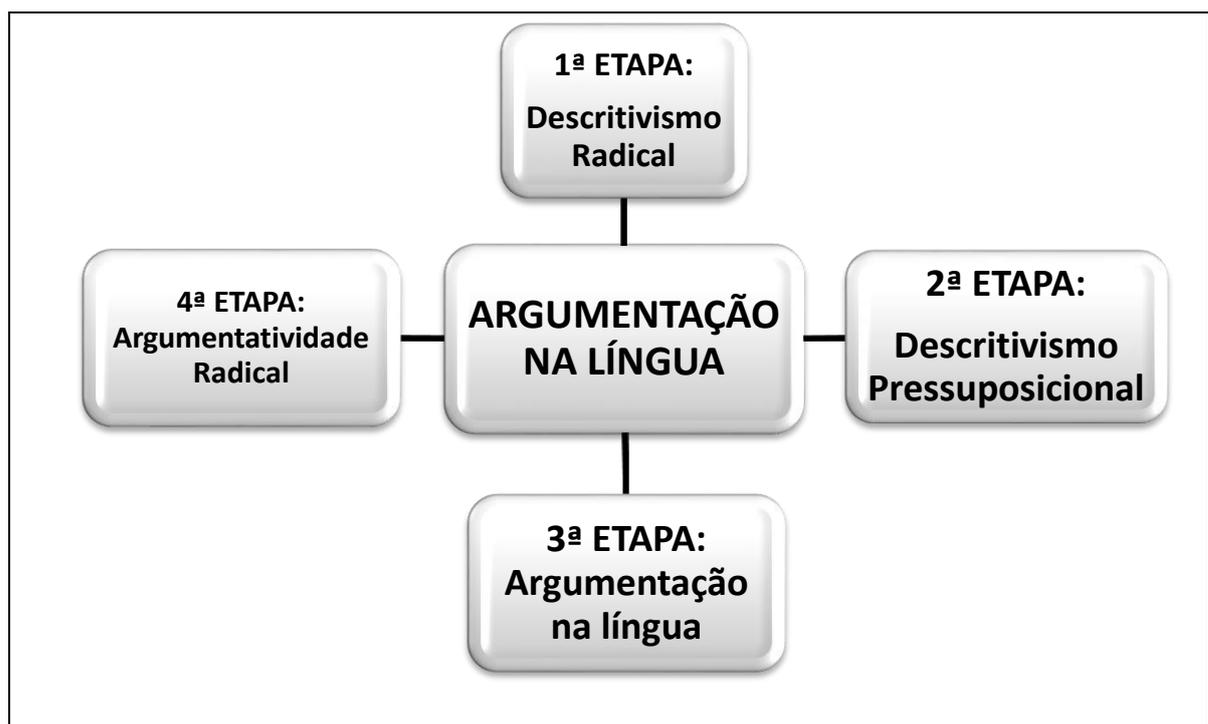
Para Freitas (2006), em vista dessa conjuntura, a teoria da argumentação na língua se divide por meio da cronologia, que se configura, segundo o autor, em um dado importante na compreensão do andamento dos estudos. A divisão por cronologia se caracteriza em um dado relevante e necessário para essa vertente, pelo fato de que tanto os objetos de análises quanto a concepção de argumentação e demais

elementos teóricos passam por um processo de evolução, sendo, portanto, fundamentais para a compreensão dessa área.

De modo geral, e de acordo com o CORPARG, os pesquisadores subdividem a teoria da argumentação em três perspectivas e as nomeiam de acordo com cada uma delas. Todavia, convém antecipar que, conforme demonstramos em nossas análises, as denominações expressas no *corpus* sofrem variação, tanto com relação ao mesmo autor no mesmo texto, quanto em relação entre diferentes autores e em diferentes textos.

Nesse sentido, apoiamo-nos nos estudos desenvolvidos por Espíndola (2005), para quem os trabalhos argumentativos sob este enfoque teórico são contínuos, o que explica as diferentes etapas de estudos ilustrados a seguir.

**Figura 4 – Etapas da Teoria da Argumentação na Língua**



FONTE: Elaborado pela autora com base em Espíndola (2005).

A Argumentação na Língua, de acordo com Espíndola (2005), tal como ilustrada na figura anterior, divide-se em quatro etapas, que são denominadas, pela autora, como os diferentes momentos de estudos em que a teoria foi sendo construída e tendo seus conceitos transformados e retomados pelos estudiosos. Todavia, as etapas abordadas por Espíndola (2005) representam apenas as duas primeiras fases

da teoria. Assim sendo, seguindo os fundamentos de Espíndola (2005, p. 18), esses momentos da teoria se manifestam do seguinte modo:

Descritivismo Radical – em que a língua e a argumentação ainda são vistas, seguindo a retórica da época; Descritivismo Pressuposicional – representa um ajuste da primeira fase; Argumentação na Língua – a argumentação passa a ser constituinte da significação, ou seja, os valores argumentativos passam a estar na língua; e a quarta etapa – chamada de Argumentatividade Radical (teoria dos *topoi*) – começa com a Argumentação na Língua até as pesquisas atuais.

O Descritivismo Radical e o Descritivismo Pressuposicional, segundo os preceitos defendidos pela pesquisadora, configuram-se na constituição da primeira fase da teoria, denominada, dentre outras, pela expressão *Teoria Standard*. Com relação às etapas denominadas pela autora de “argumentação na língua” e a chamada “argumentatividade radical”, juntas elas compõem a segunda fase da teoria que se refere, dentre outras expressões, à *Teoria dos Topoi*. Já a terceira fase chamada de *Teoria dos Blocos Semânticos* não é contemplada no esquema anterior.

Nesse sentido, a primeira fase consiste na defesa da existência de expressões na língua que apresentam carga argumentativa. O conceito de potencial argumentativo do enunciado é definido levando em consideração a ideia de conclusão do argumento, respaldado na presença da expressão argumentativa na frase. Ou seja, segundo Carneiro (2006), a principal contribuição dessa etapa dos estudos diz respeito ao fato de retratar a argumentação como um elemento que faz parte da língua e não como algo exterior a ela.

Nesse segmento, tomamos emprestadas as palavras de Grácio (2010), ao afirmar que a argumentação está presente no “semantismo das palavras da língua” (GRÁCIO, 2010, p. 242) e não nos elementos exteriores a ela. Logo, podemos inferir que os estudos da argumentação, sob essa perspectiva teórica, levam-nos a considerar que o conceito de interno à língua é utilizado como oposição aos estudos retóricos que consideravam apenas os elementos externos à língua, como é o caso do orador. Nessa perspectiva teórica, a ideia que orienta os posicionamentos defendidos é a de que existem na língua expressões que apresentam por si mesmas características argumentativas que determinam os valores dos enunciados em que estão imersos.

Assim, de modo geral, podemos afirmar que essa fase é marcada pelo uso das expressões argumentativas que exercem a função de orientar

argumentativamente os enunciados, conforme os posicionamentos já destacados. No entanto, com o desenvolvimento dos estudos, é possível perceber que a presença das expressões pode orientar o interlocutor a diferentes conclusões ou, ainda, é possível perceber que frases diferentes com a presença do mesmo operador permitem ao interlocutor atingir uma mesma conclusão.

Nessa conjuntura, de acordo com Grácio (2010), os estudiosos, idealizadores da argumentação na língua passam a explicar que, para argumentar sob essa perspectiva, já não basta compreender os articuladores apenas entre dois enunciados, é preciso reconhecê-los “também ao nível de um único enunciado.” (GRÁCIO, 2010, p. 256).

Emerge, nesse sentido, a segunda fase dos estudos argumentativos, cujo foco está nos *topoi*. A teoria dos *topoi* argumentativos consiste em atribuir valor argumentativo às chamadas “palavras plenas”. Se antes, na primeira fase, o foco estava nos operadores ou conectores argumentativos, na segunda fase, com a publicação da nova edição da argumentação na língua, em que “são acrescentados alguns capítulos sobre a noção de *topos* e de polifonia” (CARNEIRO, 2006, p. 38), o foco passa a estar nos indicadores da língua, que, quando usados em um enunciado, apontam para a orientação argumentativa.

Já na terceira fase dos estudos, denominada de Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a ideia central é a de que o discurso se constitui em um bloco de sentidos e não mais como uma passagem entre uma justificativa e uma conclusão. Portanto, de acordo com os desdobramentos dos estudos sob esse ângulo, tanto as denominações quanto as conceitualizações variam na mesma subárea, com a finalidade de atender às necessidades da teoria.

Diante desse panorama de apresentação das noções da área de domínio, realizada nesta seção, reafirmamos que a área da argumentação se configura em um campo do conhecimento que faz parte das análises de diferentes teorias da linguagem, de acordo com a figura 1. Delimitamos, portanto, para desenvolver nossa investigação, somente a teoria da argumentação de base retórica e a teoria da argumentação de base linguística.

Assim, restringimos para nossas análises apenas as vertentes mencionadas, levando em conta os textos que compõem nosso *corpus* de estudos e as contribuições advindas dos especialistas na área. Essa escolha se tornou necessária tanto pelo recorte metodológico que uma pesquisa dessa natureza requer,

já que não podemos abarcar todas as subáreas do campo, quanto pela delimitação em campos nocionais prescritos pelos estudos terminológicos. As duas subáreas em destaque, segundo Garantizado Júnior (2015) e conforme comprovado pelos textos que constituem o CORPARG, são as mais representativas no Brasil quando a proposta é estudar o fenômeno da argumentação.

Sendo assim, após esse introito sobre a área de estudos demarcada para desenvolver a investigação, com vista a tornar ciente o interlocutor no que se refere aos aspectos gerais da área de domínio, seguimos com a abordagem dos princípios da Terminologia. No tópico seguinte, expomos os conceitos terminológicos que embasam os pontos de vista necessários no momento de se sistematizar e de se organizar a terminologia das teorias da argumentação.

## 2.2 PRINCÍPIOS DA TERMINOLOGIA

Nossa incursão pelos caminhos dos sentidos atribuídos aos fundamentos teóricos principiou com as noções sobre a área de domínio, que revelou aspectos gerais das teorias da argumentação tanto no que se refere à origem quanto no que tange aos estudos mais atuais sobre o tema. Nesta subseção, tratamos de compreender os princípios norteadores da ciência do léxico que embasam os itinerários conceituais relevantes para a pesquisa.

Assim, principiamos a abordagem declarando que a Terminologia é uma disciplina científica que tem como objeto de análise as unidades terminológicas ou os termos pertencentes a uma área especializada. É um campo de conhecimento que assume uma função primordial na sociedade atual, principalmente com o advento da evolução científica e tecnológica, em que inúmeros termos surgem com muita rapidez na socialização dos conhecimentos. Essa aceleração no surgimento de novas terminologias exige dos usuários um maior entendimento dos vocabulários que circulam nas comunicações especializadas.

No contexto da comunidade acadêmico-científica, os aspectos que envolvem as terminologias de cada área de estudos são fundamentais para a veiculação e a disseminação dos saberes, contribuindo para o desenvolvimento das ciências na Universidade. No entanto, a Terminologia, enquanto estudo do vocabulário de uma área especializada, não é um tema recente, já faz parte da própria

história humana, que sempre revelou a necessidade de nomear e denominar as coisas que fazem parte da realidade.

Nesse sentido, podemos afirmar que as pesquisas em Terminologia estão atreladas às necessidades de resoluções de problemas com relação à organização das denominações nas ciências e à tentativa de unificar a comunicação entre os especialistas de uma determinada área do saber, com o intuito de se estabelecer harmonia e se evitarem interpretações díspares nos discursos, acarretando “ruídos” na comunicação.

O termo *terminologia* é entendido sob duas concepções: em referência ao conjunto de termos específicos de uma área do conhecimento – terminologia (t minúsculo) e em referência ao campo de estudos dedicado aos termos técnico-científicos – Terminologia (T maiúsculo).

Nesta segunda acepção, os estudos terminológicos possibilitam uma abordagem mais teórica, ao promover fundamentos capazes de auxiliar os pesquisadores da área no processo de identificação, de reconhecimento e de seleção dos termos de uma área específica, e um enfoque aplicado, quando da produção de glossários, dicionários, banco de dados terminológicos, dentre outras ferramentas de organização das terminologias. Portanto, deparamo-nos com uma disciplina que tem objetos de estudos e práticas bem definidas.

As pesquisas terminológicas revelam a importância dessa ciência na compreensão do léxico especializado que repercute diretamente nas relações profissionais, nas interfaces com as mais diferentes áreas do conhecimento, bem como na construção de produtos terminológicos que funcionam como elementos de apoio no processo de comunicação e, no nosso caso, no processo ensino-aprendizagem.

Ancorados no posicionamento de Krieger (2010), para quem “sem terminologia não se faz ciência, nem se descreve uma técnica, nem se exerce uma profissão especializada” (KRIEGER, 2010, p. 314), reafirmamos a relevância desses estudos como forma de compreender as relações comerciais e profissionais nas mais diferentes áreas e práticas sociais. Para nós, especificamente, a terminologia funciona como aporte para facilitar a comunicação entre os especialistas e os aprendizes nas discussões que envolvem os estudos das teorias da argumentação.

Sendo assim, a Terminologia tem como objeto de estudo os termos científicos das áreas especializadas. O objetivo dessa ciência do léxico é o de tornar

a comunicação especializada mais útil e produtiva às relações em sociedade, facilitando a comunicabilidade entre os interlocutores. A Terminologia é uma disciplina considerada por Wüster (1988) como autônoma e multidisciplinar, que funciona em parceria com as demais ciências, pois as questões que envolvem essa ciência estão sempre em constante revisão e são sempre atualizadas, e principalmente sempre fazem parte diretamente das práticas sociais, comerciais, educacionais, políticas, científicas, entre outras.

Assim, partimos da ideia de que a complexidade de sentidos do léxico especializado demonstra o quanto a Terminologia é necessária à compreensão dos textos, especialmente, no nosso caso, que nos deparamos com uma área cuja terminologia atende aos princípios teóricos de cada uma das subáreas que compõem a nossa área de estudo, conforme mostramos no decorrer desta tese. Esse caráter polissêmico envolve, inclusive, a própria ciência do léxico, quando se tem como propósito definir a Terminologia, que é palco de inúmeros debates e não apresenta uma noção unívoca de sentido, o que corrobora a ideia de polissemia das unidades terminológicas. Nesse sentido, as discussões realizadas por Dal Corno (2006) tendem a reafirmar esse caráter dos múltiplos sentidos atribuídos às acepções pelas quais a Terminologia é definida. Para a autora:

O termo *terminologia* remete a três acepções distintas: a) pode ser entendida como a disciplina que se ocupa dos termos; b) é concebida como um conjunto de princípios e diretrizes que regem a compilação dos termos; e c) define-se como um conjunto dos termos de um campo do saber, que gera um produto a partir de uma prática. (DAL CORNO, 2006, p. 47, grifo da autora).

Inferimos, assim, que a primeira acepção está centrada na denominação da Terminologia como uma disciplina responsável por tratar dos termos e, possivelmente, ser ensinada nos cursos de graduação; já a segunda noção está relacionada aos novos paradigmas e princípios que norteiam as pesquisas na atualidade, em que os produtos terminológicos (dicionário, glossário, vocabulário, banco de dados, dentre outros produtos) deixam de ser vistos apenas como uma compilação de lista de termos. Nesse sentido, a Terminologia torna-se uma ciência responsável por descrever, analisar e estabelecer critérios para o reconhecimento das terminologias de uma área do saber, com base em fundamentos teóricos e metodológicos. Quanto à terceira acepção, ela diz respeito à sistematização da terminologia de uma área especializada que pode ser organizada em um dos produtos

terminográficos mencionados, tais como o dicionário, por exemplo. Refere-se, portanto, ao conjunto de termos pertencentes a um campo de estudos.

Vale ressaltar que, embora não se configurem em uma área do conhecimento recente, é somente na segunda metade do século XX, que os estudos terminológicos se sedimentam na academia com o propósito de realizar ações mais voltadas às conceituações dos termos técnico-científicos, sob a perspectiva de normatização. Essa fase faz parte das pesquisas desenvolvidas por Eugênio Wüster (1998), que é referência para os demais pesquisadores, sendo considerado o responsável por estabelecer os princípios norteadores da disciplina, primando por uma visão mais prescritiva dos estudos e pela noção de univocidade dos termos.

Embora esse momento seja foco de inúmeras críticas e novas perspectivas de estudos tenham surgido posteriormente, devemos reconhecer que a Terminologia se institui com mais vigor a partir dessas primeiras discussões. De acordo com Krieger (2001, p. 24), os fundamentos da Teoria Geral da Terminologia (TGT) “se estabelecem com base no propósito maior de padronizar o uso dos termos técnico-científicos, como forma de garantir a univocidade da comunicação entre os especialistas”.

A comunicação especializada, nessa etapa dos estudos, configura-se como um ato em que não há espaço para ambiguidades ou para interpretações diversificadas. Os estudos em desenvolvimento têm como objetivos a sistematização e a denominação no sentido de normatizar o vocabulário das línguas especializadas. Em outras palavras, deparamo-nos com a perspectiva de que o termo é designado por apenas um conceito ou o contrário, mas nunca pelo seu caráter polissêmico. Isso pode ser comprovado pelas observações de Araújo (2006, p. 85), quando afirma que o propósito da TGT era

normatizar as terminologias, com o fim de facilitar o uso e assim garantir a perfeita comunicação técnica e científica em âmbito internacional. Sob seu ponto de vista tal objetivo seria alcançado em decorrência da univocidade obtida pela normatização. De acordo com o princípio da univocidade, um conceito é designado por só um termo e um só termo se refere a um só conceito. Nessa ótica fica rejeitada a ideia da variação linguística, da sinonímia, da polissemia e da homonímia.

A noção de contexto situacional é deixada de lado nessa fase da Terminologia, vindo a aparecer com mais ênfase em momentos posteriores. Os estudos da TGT tinham como perspectiva a concepção de que a Terminologia deveria centrar-se nos conceitos e não nos significados dos termos e que as unidades eram

definidas pela posição ocupada “na estrutura conceptual da especialidade”. (KRIEGER, 2001, p. 53). Nesse sentido, a Terminologia se torna uma ciência mais prescritiva, de caráter mais normativo, sendo considerada por estudiosos da contemporaneidade como uma teoria incapaz de dar conta dos estudos dos termos em sua plenitude.

Segundo Barros (2004), esse período diz respeito às origens da Terminologia, que por volta de 1930, “tinha como objetivo dar as bases científicas para a eliminação da ambiguidade nos discursos técnico-científicos”. (BARROS, 2004, p. 55). Ademais, nesse período, originam-se as bases primeiras da Terminologia e, ainda, de acordo com Krieger e Finatto (2004), promove-se o surgimento das “escolas de Terminologia, tais como a de Viena, a de Praga e a Escola Rússia<sup>10</sup>, agregando-se, em tempo posterior, a do Canadá, entre outras que vieram a se constituir” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 30). As Escolas Terminológicas da Rússia e de Praga desenvolveram estudos com bases teóricas similares às do trabalho de Wüster (1998). Assim, tornaram-se, segundo Krieger e Finatto (2004, p. 31), as primeiras escolas a serem “reconhecidas pelo seu pioneirismo e pela relevante contribuição de seus representantes maiores ao estabelecimento das bases da disciplina”.

Além dessas precursoras dos estudos terminológicos, que foram fundamentais para o desenvolvimento da Terminologia, outras correntes surgiram com o propósito de incluir aspectos comunicativos e pragmáticos nas linguagens especializadas, questão que não havia sido contemplada pelas correntes mais tradicionais. Por meio das ideias defendidas por Wüster (1998), surgem vertentes que atribuem aos estudos terminológicos novas perspectivas de análise que têm em comum “fazer da Terminologia uma disciplina mais descritiva (e menos prescritiva)”. (ALMEIDA, 2012, p. 201).

Tomando por base as primeiras referências que deram origem aos estudos terminológicos, podemos afirmar que a Terminologia é uma área de pesquisa que alia teoria e prática, facilita a comunicação especializada, mantém uma relação de interdisciplinaridade com outras áreas e contribui para que as demais ciências

---

<sup>10</sup> “As escolas de Viena, de Praga e a da Rússia, conhecidas como escolas clássicas da terminologia, foram as primeiras fontes de reflexão sistemática a respeito das unidades terminológicas. Essas escolas compartilham algumas características na sua visão sobre a Terminologia, como a valorização da dimensão cognitiva em detrimento das demais e a busca pela padronização dos termos”. (OLIVEIRA, 2011, p. 310).

construam suas identidades próprias, uma vez que, por meio dessa ciência do léxico, é possível se perceberem as unidades específicas pertencentes a cada área especializada. Portanto, mesmo que alguns estudiosos não vejam a Terminologia como uma ciência autônoma e independente, não se pode negar a importância dessa área de estudo do léxico para os demais campos do conhecimento.

A Terminologia vem assumindo sua função na comunidade acadêmica de maneira ostensiva no tocante à comunicação humana, de modo geral e, mais especificamente, no espaço de interlocução em que é necessário utilizar uma linguagem mais especializada. Não se concebe pensar em estudar uma área ou uma teoria sem antes tomar ciência dos termos que a compõem, principalmente pelo fato de ser uma ação necessária à compreensão de sentidos dos textos.

Essa necessidade torna-se mais premente pelo fato de que é importante, para a sociedade, a divulgação dos resultados das pesquisas, e essa exposição exige que a comunidade entenda os discursos apresentados e, conseqüentemente, seja capaz de compreender os termos técnico-científicos pertencentes à área de divulgação. De acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 20), “a Terminologia é uma disciplina que possui seu objeto primordial definido: o termo técnico-científico”. Essa ideia já havia sido mencionada nos estudos de Wüster (1988), o que nos revela já ter sido preocupação do referido estudioso estabelecer a Terminologia como ciência e atribuir-lhe identidade.

Com as mudanças e transformações pelas quais a sociedade passa no decorrer dos tempos, os estudos são redimensionados, e, na tentativa de atender às necessidades exigidas pela sociedade, o percurso teórico-metodológico da Terminologia defendido no início dos estudos já não atende mais às expectativas atuais e novos caminhos precisam ser traçados, como forma de adequação à realidade. Para Cabré (2005), considerando as mudanças sociais, linguísticas, políticas e tecnológicas vividas pela sociedade, torna-se necessário revermos os fundamentos da TGT e traçarmos novas bases para uma teoria da Terminologia. Por esse prisma, para a criação dessa nova proposta, alguns pontos deveriam ser esclarecidos, quais sejam: a delimitação do objeto, as perspectivas de análise desse objeto, a função que a terminologia exerce no discurso especializado e o âmbito ou campo disciplinar em que se encontra.

Nesse sentido, os estudos em Terminologia passam para uma fase mais descritiva dos termos, levando-se em consideração seu *habitat* natural – o texto

especializado – e os aspectos sociais que envolvem a linguagem. Podemos, assim, considerar a ciência do Léxico sob duas formas distintas de abordar os estudos em Terminologia, uma mais voltada à normatização dos termos e, portanto, mais prescritiva, e outra mais preocupada em descrever as terminologias, dentre as quais, citamos a Socioterminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), dentre outras.

Deste modo, apresentamos, de forma geral, elementos caracterizadores das teorias que buscam descrever os termos como forma de nos situar teoricamente. Assim, iniciamos essa exposição com as peculiaridades da TGT e, neste momento, passamos às demais vertentes teóricas que se voltam aos estudos do léxico especializado. Nesse caso, a Socioterminologia defende que os termos apresentam “variantes lexicais e conceituais” (BARROS, 2006, p. 22) e que devem ser analisados levando em consideração o contexto em que estão inseridos. Para Faulstich (2006, p. 29), a Socioterminologia

é um ramo da terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação linguística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade.

Logo, a Socioterminologia é uma abordagem dos estudos terminológicos que observa o comportamento dos termos sob a perspectiva linguística, considerando as condições de produção e a funcionalidade da língua nas interações sociais. Sendo assim, a “Socioterminologia pode levar em conta a realidade do funcionamento da linguagem e restituir toda a sua dimensão social às práticas languageiras concernidas”. (GAUDIN, 1993, *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 16).

Convém reiterar que tomamos os estudos da TCT como teoria de base para nortear nossa investigação, portanto, as abordagens que tratam dessa vertente da Terminologia serão apresentadas mais adiante.

Já a perspectiva cognitivista da Terminologia, segundo Barros (2006), apresenta, em linhas gerais, mudanças na noção de termo. A Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST) defende que os termos devem ser estudados no espaço de construção, o texto especializado. No entanto, a TST apresenta uma nova concepção do termo, pois há uma rejeição da noção “de conceito e de significado e propõe que se fale em unidade de compreensão ou de entendimento (*units of understanding*)”.

(BARROS, 2006, p. 23, grifos da autora). De acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 37), “outro ponto central da teoria reside na compreensão de que as unidades terminológicas estão em constante evolução”. Portanto, a TST defende a noção de que a linguagem assume inúmeras funções na construção do conhecimento, podendo se adequar a cada situação comunicativa.

Além dessas vertentes, deparamo-nos com a Terminologia Textual, que “é uma abordagem essencialmente descritiva que procura nos textos especializados as expressões linguísticas que, em função de um fim visado, representam o conhecimento de uma área”. (MACIEL, 2007, p. 377). Esse ramo dos estudos terminológicos propõe, de acordo com a autora, a não existência de uma só terminologia para cada área. Ou seja, as terminologias visam atender às necessidades do usuário e se adequam aos propósitos comunicativos de cada situação de interlocução. Portanto, nesse caso, o surgimento das terminologias de uma área está relacionado diretamente com as necessidades da comunicação e com os propósitos comunicativos. Esses são alguns dos elementos responsáveis pelo surgimento de quantas terminologias sejam necessárias por área especializada.

Em suma, a Terminologia reúne em seu arcabouço teórico, várias perspectivas de estudos sobre o repertório vocabular de uma área especializada. Apresentamos, a seguir, em síntese, as discussões até então realizadas sobre os estudos dessa ciência do léxico especializado.

### Quadro 1 – Panorama dos estudos terminológicos

<b>Perspectiva teórica</b>	<b>Características principais</b>
Teoria Geral da Terminologia (TGT)	Primeira orientação que contempla os estudos da Terminologia, idealizada e fundada por Wüster (1988). É a vertente teórica que institui as bases da Terminologia enquanto ciência do léxico e apresenta como preocupação básica a padronização no uso dos termos técnico-científicos. Essa teoria apresenta um caráter mais prescritivo dos estudos em Terminologia.
Socioterminologia	Vertente teórica que defende o caráter mais descritivo dos termos de uma área especializada, instituída por Gaudin (1993), que postula a variação terminológica na comunicação especializada.

### Quadro 1 – Panorama dos estudos terminológicos

(continuação)

Perspectiva teórica	Características principais
Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)	Abordagem teórica que apresenta críticas às bases conceituais defendidas pela TGT, principalmente, pelo fato de essa vertente teórica considerar os aspectos comunicativos das linguagens especializadas. É uma perspectiva idealizada por Cabré (1999) e “pelo grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada, da Universidade de Pompeu Fabra, em Barcelona” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 25).
Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST)	Perspectiva mais cognitivista da Terminologia, idealizada por Temmerman (2000). Essa vertente compreende os termos como unidades de compreensão que estão em constante evolução.
Terminologia Textual	Abordagem teórica descritiva que, segundo Maciel (2007), intenciona buscar nos textos especializados a identificação das expressões linguísticas que representam a área especializada. Esse ramo dos estudos terminológicos propõe, de acordo com a autora, a não existência de uma só terminologia para cada área. Logo, as terminologias podem pertencer às diferentes áreas do conhecimento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Deixamos as abordagens sobre a TCT para o final do tópico, por ser essa a teoria que tomamos como base para fundamentar a tese que ora apresentamos. Essa vertente se configura como “uma nova proposta teórica” (BARROS, 2006, p. 22), tendo sido sistematizada por Maria Teresa Cabré. Emerge como uma vertente terminológica de base descritiva que, a nosso ver, se configura como a tendência que apresenta os elementos teórico-metodológicos capazes de dar conta do desafio que se revelou nessa pesquisa, a saber: sistematizar a terminologia das teorias da argumentação, considerando as suas peculiaridades.

Para Almeida (2006, p. 86), a “grande influência da TCT no Brasil não é sem razão, haja vista que uma teoria descritiva de base linguística parece ser muito

mais adequada ao âmbito brasileiro: país monolíngue com grande variedade dialetal”. Diante dessa assertiva, concluímos que a TCT demonstra ser uma abordagem que atende às exigências impostas pelas teorias da argumentação, uma vez que tais teorias apresentam, em seu processo de construção, grande variedade terminológica em um mesmo campo do conhecimento.

Por isso, a escolha pela TCT, como aporte teórico e orientação metodológica, significa que a terminologia do domínio deverá ser observada considerando: os aspectos pragmáticos que circundam a comunicação especializada, a noção de que termos e palavras se diferenciam pelo contexto de uso e o entendimento de que tanto os conceitos quanto as denominações variam em uma área especializada. Portanto, a variação é um elemento inerente à linguagem especializada. Ademais, concordamos com Almeida (2012, p. 32), que se baseia na proposta de Cabré (1998 e 1999), para afirmar que “os objetos terminológicos (conhecimento especializado, textos especializados e unidades terminológicas) devem ser estudados sob três perspectivas: a perspectiva social, a perspectiva cognitiva e a perspectiva linguística”.

Diante do exposto, essas três formas de observação dos objetos da Terminologia dizem respeito à orientação sob a qual deve ser realizado o trabalho do terminólogo. E, pautando-nos em Almeida (2006), entendemos que a perspectiva social consiste em atender às necessidades dos profissionais de uma área nas comunicações especializadas. Já a cognitiva, segundo Almeida (2006), está relacionada aos conhecimentos que o especialista do léxico especializado deverá ter, principalmente, pelo fato de que é preciso estabelecer critérios para sistematizar as terminologias da área e, para isso, torna-se necessário compreender as características dessa área de estudos. Por fim, destacamos a perspectiva linguística que, dentre outras funções, refere-se à compreensão do funcionamento da linguagem especializada.

Por meio dos princípios que regem a TCT, em que a investigação dos termos de uma área deve ser orientada de acordo com as especificidades do campo de conhecimento, podemos afirmar que “a terminologia do desejo passa a ser efetivamente a terminologia da realidade”.<sup>11</sup> (CABRÉ, 1999, p. 126, tradução nossa).

---

<sup>11</sup> La terminologia del deseo pasa a ser efectivamente la terminologia de la realidad.

Por essa razão, apropriamo-nos dos estudos desenvolvidos pela TCT para identificar, reconhecer e selecionar a terminologia das teorias da argumentação, posto que essa área apresenta peculiaridades próprias e exige um tratamento específico na organização dos dados, na metodologia utilizada para a definição dos termos, dentre outros aspectos importantes ao desenvolvimento do trabalho.

De modo geral, podemos afirmar que as teorias que estudam as terminologias de uma área se voltam ao caráter descritivo da língua especializada por meio do texto especializado. O texto se revela como o local em que os termos nascem, evoluem, relacionam-se com os demais elementos textuais e apresentam comportamentos diferenciados em função da situação de comunicação.

A seguir, abordamos, além da unidade terminológica, as discussões envolvendo o texto especializado e a variação terminológica.

### **2.2.1 Unidade terminológica**

Até então, expomos os princípios norteadores dos estudos terminológicos. Nesta subseção, detemo-nos em observar os preceitos teóricos que orientam as concepções sobre a unidade terminológica (UT). De modo geral, a Terminologia tem como objetivo estudar, descrever e explicar seus objetos de pesquisa, quais sejam: as unidades lexicais especializadas, as fraseologias especializadas, a definição terminológica e o texto especializado.

Para este trabalho, não interessa discutir os aspectos das fraseologias e da definição terminológica, pois não fazem parte do nosso objeto de estudo. Logo, atemo-nos a abordar os objetos que se configuram necessários para o desenvolvimento da tese, mais especificamente, as UT e o texto especializado.

Sendo assim, utilizamos ora unidade terminológica (UT), ora termo para nos referirmos à unidade lexical especializada. A UT revela tanto um elemento linguístico quanto um componente pertencente ao conhecimento específico de uma área especializada. A forma como esse objeto foi e vem sendo estudado passa também por várias abordagens.

Nesse sentido, traçamos um percurso histórico com o objetivo de compreendermos teórica e metodologicamente como esse objeto se comporta em cada uma das abordagens da terminologia. Demonstramos, com essas premissas, o

ponto de vista que tomamos por base para afirmar quais características uma UT deve apresentar para pertencer à terminologia das teorias da argumentação.

Para a TGT, a noção de termo está vinculada à ideia de designação dos conhecimentos científicos que, de acordo com Krieger (2004, p. 328), relaciona-se à noção de nódulo conceitual. Dito de outro modo, os termos que representam as características ontológicas da área de conhecimento a que pertencem são “um constructo cognitivo idealizado”. Sob essa perspectiva, podemos inferir que o objetivo da TGT não era observar o comportamento do termo, mas estabelecer parâmetros pelos quais fosse possível nomear objetos da realidade.

Essas indicações demonstram que os primeiros estudos sobre a Terminologia compreendem o léxico especializado como elemento diferente do léxico da linguagem comum. As palavras e os termos eram entendidos como elementos diferentes e individualizados que não apresentavam relações de similaridades nos comportamentos. Nessa perspectiva, o fenômeno da variação e da sinonímia na Terminologia não poderia ser levado em consideração e era, portanto, um tema abolido pelos estudiosos por volta dos anos 30.

A Terminologia na atualidade contraria essa noção e concebe o léxico especializado, considerando os elementos linguísticos que o constituem, e passa a observá-lo no texto, uma vez que este se funda como o seu *habitat* natural. Desse modo, é possível perceber que os termos assumem comportamentos similares aos da linguagem comum. Logo, podemos analisá-lo sob as perspectivas dos estudos semânticos e dos pragmáticos. Enfim, sob o enfoque dos elementos que constituem o sistema linguístico.

Como já havíamos esclarecido, nossa teoria de base está voltada à TCT que entende “o termo como uma unidade linguístico-pragmática com todas as implicações daí decorrentes”. (KRIEGER, 2001, p. 111). Ainda, segundo a referida autora, definir o que é termo não é uma tarefa fácil. Krieger (2001, p. 118) orienta-nos a refletir sobre a necessidade de se compreender a natureza do termo. Para isso, afirma que os termos “não se restringem a expressar objetos concretos, mas também conceitos, abstrações e processos, todos elementos dos mecanismos cognitivos de apreensão da realidade e de construção do saber científico e técnico”.

Por isso, a nosso ver, as UT estão inter-relacionados com a construção dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos. Inferimos, portanto, utilizando as palavras de Bakhtin (2006), ao afirmar que os enunciados refletem e refratam a

realidade, que a terminologia, do mesmo modo, reflete e refrata a realidade de uma área especializada.

Estamos falando de uma linguagem especializada, em que as unidades terminológicas assumem o papel de revelar informações pertinentes à área de domínio e exercem uma função comunicativa nesse espaço de interlocução. Portanto, “os termos são unidades lexicais que partilham de todas as características do sistema linguístico da língua geral e, assim, compõem a competência do falante especialista”. (MACIEL, 1998, p. 153). Daí decorre o nosso entendimento de que as unidades terminológicas funcionam e se comportam da mesma forma que as unidades da língua comum<sup>12</sup>, na medida em que são somente os espaços de produção das comunicações que as diferenciam.

Por conseguinte, o estudo das unidades deve ser realizado tendo em vista a situação comunicacional em que se inserem, descartando o modelo de léxico idealizado, uma vez que há uma relação de interdependência entre o texto especializado, os termos que compõem o texto e o próprio cenário de comunicação.

Torna-se, assim, relevante realizar pesquisas que promovam condições para identificar e descrever as unidades terminológicas dos textos especializados em seus espaços de construções discursivas. Em decorrência dessa necessidade, a construção de glossários, dicionários e banco de dados é fundamental para auxiliar no processo de comunicação entre profissionais e estudantes de uma mesma área do conhecimento. Nesse sentido, concordamos com o posicionamento de Krieger (2001, p. 126), ao afirmar que

o termo compreende tanto uma vertente conceitual, expressando conhecimento e fundamentos dos saberes quanto uma vertente linguística, determinando sua naturalidade e integração aos sistemas linguísticos, além dos aspectos sociais que se agregam a uma das suas funcionalidades básicas: a de favorecer a transferência do conhecimentos.

Portanto, ao definirmos o termo como uma unidade linguística, estamos reafirmando a necessidade de estudá-lo da mesma forma que fazemos com uma unidade lexical da língua comum, já que a unidade lexical especializada está subordinada a inúmeras transformações com relação aos aspectos da morfologia, da sintaxe e da semântica, bem como aos demais fenômenos que envolvem a língua.

---

<sup>12</sup> Neste trabalho, utilizamos os termos *língua geral* e *língua comum* como sinônimos.

Ademais, essas unidades fazem parte das escolhas do indivíduo na hora da produção do discurso. Embora esse falante não tenha total controle dessas escolhas, ele leva em consideração as questões que envolvem o ato comunicativo que vai da noção de **para quem** o discurso está sendo direcionado, **o que** pretende dizer, com que **objetivo** e **intencionalidade**.

Em suma, consideramos a relevância do contexto de produção para a construção do texto especializado e, conseqüentemente, para a seleção das unidades terminológicas. Essas questões influenciam diretamente nas situações comunicativas e na construção de sentidos dos textos.

Para nortear o nosso olhar sobre a unidade terminológica, entendida neste trabalho como pertencente à terminologia das teorias da argumentação, os termos são tomados como “unidades linguísticas naturais e caracterizam-se por serem unidades do conhecimento que assumem unidade de valor pelo uso”. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 78). A noção de cenário comunicacional configura-se, então, como essencial para afirmar que um termo pertence à terminologia de uma área especializada. Nessa mesma direção, compartilhamos do posicionamento de Szabo (2010) ao assegurar ser a unidade terminológica uma unidade linguística e pragmática, “cujas especificidades significativas são ativadas nas situações de comunicação especializada” (SZABO, 2010, p. 57). Logo, essas palavras confirmam a relevância desse contexto de comunicação para a seleção do repertório terminológico de uma área especializada.

Ainda com relação à compreensão da UT, outro aspecto importante para pensarmos na concepção de termo como pertencente a uma área do conhecimento é o fenômeno da terminologização, que possibilita que um termo pertença a mais de uma área e ainda faça parte do vocabulário do léxico comum. Desse modo, tanto as palavras do léxico comum podem fazer parte do vocabulário do léxico especializado quanto o inverso.

No primeiro caso, Barbosa (2006) discute a noção de terminologização que funciona como uma espécie de transformação do vocábulo da língua comum em um termo de língua especializada e a vocabularização que é a transformação do termo em vocábulo. Esse processo de transmutação torna-se, na sociedade atual, bastante corriqueiro, principalmente porque os estudos científicos, por conta da socialização dos conhecimentos, estão cada vez mais próximos do cotidiano das pessoas e isso faz com que a terminologia técnico-científica “invada” essa comunicação. Assim,

levando em conta as condições de resignificação dos discursos nas relações sociais, o falante, por sua vez, ao se apropriar dos termos, também promove outros sentidos, o que pode oportunizar o processo inverso e o vocábulo fazer parte da área especializada.

Para que possamos afirmar que um termo faz parte de uma área, devemos recorrer às análises das significações expressas nas unidades lexicais no texto especializado. Essa análise nos permite considerar o valor que a unidade terminológica exerce no texto. Em outras palavras, deparamo-nos com um vocabulário que adquire o valor de termo a partir das relações que são estabelecidas com os outros termos e ainda de acordo com o conceito revelado nessa relação.

Vale ressaltar que a unidade terminológica da argumentação se define, neste trabalho, primeiramente pelos aspectos conceituais. Reiteramos, assim, as ideias de Krieger e Finatto (2004, p.76), de que “uma unidade da língua, enquanto termo, está fundamentada no papel da dimensão conceitual do signo linguístico que responde, neste caso, pelo denominado conteúdo especializado”. Em outras palavras, um item lexical pertencente a uma área especializada, no caso da terminologia das teorias da argumentação, assume o caráter de termo da área, porque o uso está atrelado ao contexto comunicativo com determinado valor especializado. Sendo assim, a UT “é o signo linguístico que denomina um conceito inerente a uma área especializada em forma de símbolo, o qual pode ser uma frase, sigla, fórmula, acrônimo.” (SOUZA LARA, 2014, p. 61).

De acordo com Bevilacqua *et al* (2010), ao apresentar o conceito de combinatórias léxicas, a unidade terminológica é definida “como uma unidade léxica de caráter denominativo e conceitual, dotado de capacidade de referência que denomina um núcleo ou nó na estrutura conceitual de um âmbito do conhecimento”, (BEVILÁQUA; FINATTO; REUILLARD, 2010, p. 17) configurando-se, portanto, como um item lexical que concebe, em suas características, tanto os aspectos que envolvem a denominação quanto os conceitos fundamentais para a área.

Para validar o estatuto terminológico de uma área do conhecimento, é imprescindível relacionar os aspectos sistêmicos da terminologia com o cenário comunicativo em que se manifestam, já que as unidades terminológicas assumem essa característica de pertencentes à área por meio do valor adquirido no espaço de construção da comunicação especializada.

Assim, de acordo com Cabré (2001), a UT pode ser definida como uma unidade léxica de caráter denominativo e conceitual. A forma (denominação) é constante, mas o conteúdo (conceito) se singulariza em forma de seleção de traços adequados a cada tipo de situação. Nesse caso, as unidades são determinadas como pertencentes a uma área pelo âmbito, pelo tema, pela perspectiva de abordagem do tema, pelo emissor e destinatário e pela situação comunicativa. Portanto, são unidades que, por suas condições pragmáticas, adequam-se à comunicação, considerando os diversos elementos que as constituem.

Krieger e Finatto (2004, p. 79) compartilham da concepção da UT como “elemento da linguagem em funcionamento”, sendo então parte que integra o repertório vocabular de uma língua. Por essa razão, a UT se adequa à função que o texto especializado exige, estando sujeita aos “mecanismos sintagmáticos e pragmáticos que dão suporte ao texto”. (SOUZA LARA, 2014, p. 62).

Entendendo, portanto, que a concepção de termo de uma área específica do conhecimento está atrelada à situação comunicativa real, pautamo-nos em Cabré (1993, p. 220), para afirmar que os aspectos pragmáticos são fundamentais para identificar as unidades terminológicas de uma área especializada, entre os quais: a) a função básica a que se propõem; b) a temática de que tratam; c) os usuários envolvidos; d) as situações comunicativas em que estão inseridas; e, por fim, e) os tipos de discursos compreendidos.

Tomando por base os aspectos explanados por Cabré (1993), podemos definir que uma unidade terminológica pertencente ao campo da argumentação deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Tratar objetivamente dos aspectos referentes à área e denominar a realidade da área especializada. Ou seja, as unidades terminológicas são, nesta ocasião, ressignificadas, retomadas, definidas e redefinidas a partir da realidade, levando em consideração tanto os aspectos teóricos quanto os metodológicos de cada uma das subáreas que compõem a área de estudos.

b) Representar os conceitos da área. Em outras palavras, para que uma unidade terminológica faça parte do repertório terminológico das teorias da argumentação, é necessário que o enfoque conceitual esteja estritamente interligado com o tema em questão.

c) Contemplar os sujeitos produtores dos textos, quando se trata dos usuários dessa terminologia. A nosso ver, esses sujeitos referem-se aos autores

ligados à instituição superior de ensino que passaram por uma avaliação e aceitação dos trabalhos, portanto, podem ser considerados conhecedores do assunto. Em suma, estamos nos referindo à ideia de especialistas da área.

d) Englobar a situação comunicativa que está relacionada ao contexto de produção. Neste caso, o contexto de produção é definido por nós como um ambiente acadêmico-científico, em que os trabalhos são escritos com o objetivo de socializar as pesquisas desenvolvidas por cada estudioso em uma comunidade discursiva, com objetivos claros e determinados. Ao mencionarmos as pesquisas, destacamos que essas investigações contemplam em seu arcabouço teórico e metodológico a análise dos aspectos argumentativos da linguagem. Acrescentamos ainda que a comunidade discursiva se refere ao grupo de estudiosos que apresentam objetivos comuns e formalmente expressos, ou seja, nesse sentido, compartilham dos mesmos interesses acadêmicos.

Em suma, investigar a terminologia de uma área está condicionado a compreender tantos seus aspectos sociais quanto os pragmáticos, uma vez que os termos só adquirem valor terminológico se estiverem efetivamente relacionados à situação de comunicação. Nesse sentido, passamos a discutir o texto especializado, ambiente em que as terminologias se concretizam. É o texto ainda o espaço em que circulam as conceitualizações e denominações que constituem uma área especializada.

### **2.2.2 Texto especializado**

O texto especializado é considerado por Krieger e Finatto (2004) como o *habitat* imanente ao surgimento dos termos. Por essa razão, algumas questões tornam-se fundamentais para se analisar esse objeto de investigação. Para as autoras supracitadas, é importante reconhecer “que o texto é o *habitat* natural das terminologias, bem como concebê-lo como objeto de comunicação entre destinador e destinatário”. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 106). Deste modo, analisar os termos no texto especializado significa observar o comportamento das UT em contextos de ocorrências reais.

Nesse sentido, a análise do léxico especializado nos permite afirmar que a linguagem especializada funciona sob os mesmos paradigmas da linguagem comum

e que o âmbito de ocorrência comunicacional demonstra particularidades inerentes à terminologia da área.

Logo, a concepção de texto especializado, no caso da presente investigação, envolve a ideia da socialização e disseminação das pesquisas que abordam questões relacionadas à área de estudos. Por essa razão, a compreensão da noção de texto vai além de ser apenas “textos especializados como lugares de conceptualizações, mas também como lugares de expressão especializada”. (DESMET, 2002, p. 30). Referimo-nos, assim, à função que os termos exercem nas comunicações especializadas que, por sua vez, revelam conhecimentos específicos de uma área.

Dito de outra forma, de acordo com a posição de Krieger e Finatto (2004, p. 192), “o texto especializado se mostra como fruto da ação perceptiva e transformadora de um sujeito enunciador, individual e múltiplo sobre um conjunto de conhecimentos e textos com os quais se relaciona”. Nesse sentido, o texto revela diferentes posturas do produtor, que incluem a ação de re(dizer) algo de modo a tornar o assunto mais próximo do interlocutor. Assim, de acordo com Cabré *at al* (2001, p. 181, tradução nossa), o texto especializado é definido

como a produção linguística que serve para expressar e transmitir conhecimento especializado, que tem uma série de características linguísticas que lhe conferem especificidade no conjunto de textos produzidos em uma língua, e que apresenta uma série de características pragmáticas que determinam os elementos específicos do processo de comunicação (tema, usuários e situação comunicativa).<sup>13</sup>

Com tais características, o texto se constitui como o espaço em que a terminologia surge naturalmente, revelando em seu arcabouço as particularidades linguísticas e pragmáticas dessa área, cuja função engloba a comunicação entre os envolvidos na ação. Assim sendo, o repertório terminológico que compõe a terminologia de um determinado campo do conhecimento passa a existir como léxico especializado a partir do seu surgimento no texto, que por sua vez está atrelado diretamente ao vínculo comunicacional.

---

<sup>13</sup> Como la producción lingüística que sirve para expresar y transmitir conocimiento especializado, que tiene una serie de características lingüísticas que le confieren especificidade en el conjunto de textos producidos en una lengua, y que presenta una serie de características pragmáticas que determinan los elementos específicos del proceso de comunicación (tema, usuarios y situación comunicativa).

Sob essa perspectiva, Hoffman (2004, p. 81) afirma que a linguagem especializada pode ser definida como “um conjunto de todos os recursos linguísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre as pessoas que nela trabalham”. De acordo com esse posicionamento, é o espaço de interlocução e os sujeitos envolvidos no processo que configuram o caráter especializado do texto.

Levando em consideração os elementos descritos anteriormente, ancoramo-nos nos dizeres de Costa (2001, p. 200), ao afirmar que “o texto de especialidade é uma das formas privilegiadas ao qual o especialista recorre para transmitir e aceder ao conhecimento”, como forma de promover a comunicação na comunidade acadêmico-científica. Essa colocação demonstra a importância do texto no processo de compreensão dos discursos que circulam em diferentes áreas e, mais especificamente, em uma área cuja função consiste em ser uma disciplina acadêmica, como é o caso da Argumentação. Nesse sentido, essas áreas especializadas promovem, entre outras discussões, a socialização dos conhecimentos, a troca de experiências teórico-metodológicas e a construção e (re)construção de novos saberes, que de alguma forma envolvem a comunidade acadêmico-científica. São essas questões que nos motivam a afirmar que dominar os elementos que compõem o texto especializado é imperativo para o auxílio no processo de aprendizagem do aluno e de entendimento do tema.

Por esse ângulo, “o texto técnico-científico revela-se uma totalidade de significação que se particulariza como um objeto social e cultural construído em diferentes dimensões e níveis”. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 193). Então, o que produzimos nas interlocuções está relacionado com as questões sociais das quais fazemos parte e as marcas linguísticas expressas nos textos revelam crenças, convicções, valores e posicionamentos defendidos seja pelo especialista com relação aos leigos, seja pelos próprios especialistas de uma comunidade.

Esclarecemos que o texto especializado, na presente pesquisa, consiste nas teses, dissertações, artigos e livros que circulam nos contextos acadêmico-científicos. Esse cenário acadêmico contempla desde as aulas nas universidades até o desenvolvimento de pesquisas nos diversos cursos de graduação. Consideramos, com base em Costa (2001), que, no nosso caso, o texto especializado opera como um elemento de socialização das pesquisas e como uma forma de o aluno ter acesso a novos conhecimentos, podendo funcionar como instrumento pedagógico, que

promove o encontro entre autor-pesquisador e leitor. Logo, investigar de que forma esse texto apresenta a terminologia da área nas escolhas que o autor realiza, torna-se vital tanto para o entendimento da organização da área como para facilitar o acesso do graduando às informações que circulam neste espaço de construção e circulação dos conhecimentos sobre argumentação.

O texto especializado pode ser entendido, segundo Cabré (2007, p. 02, tradução nossa), como “produções linguísticas, orais ou escritas, que se produzem em cenários de comunicação profissional e servem exclusivamente a uma finalidade profissional”<sup>14</sup>. Na presente investigação, ele, o texto, se configura em um cenário acadêmico-científico, cujos interlocutores se reconhecem como pertencentes a uma mesma comunidade discursiva e atuam em uma situação de comunicação que visa à disseminação e socialização de conhecimentos na academia.

A situação de comunicação do texto especializado pode estar relacionada às condições pragmáticas, cognitivas e linguísticas (Cabré, 2007), que são importantes para caracterizar o texto especializado. As condições pragmáticas são próprias do cenário comunicativo, que envolve o locutor do texto, especialista na área; o interlocutor, que pode ser especialista ou não; e a função do texto.

Já as condições cognitivas compreendem regras impostas pelo próprio tema, pela forma de tratamento do assunto e pelos conhecimentos específicos da área que são veiculados no texto (Cabré, 2007). Nesse caso, essas são condições que têm sido objeto do processo de aprendizagem, já que acionam uma dimensão disciplinar, como é o caso do tema delimitado para esta pesquisa. Por fim, acrescentamos as condições linguísticas que contemplam questões envolvendo desde a organização até os elementos linguísticos que constituem os textos.

Partindo dessa perspectiva de observação do texto especializado, podemos afirmar que as condições pragmáticas envolvidas nos textos que abordam as teorias da argumentação estão direcionadas para o autor. Esse primeiro direcionamento contempla o que definimos neste trabalho por especialistas<sup>15</sup> na área.

---

<sup>14</sup> Producciones lingüísticas, orales o escritas, que se producen en escenarios de comunicación profesional y sirven exclusivamente a una finalidad profesional.

<sup>15</sup> Utilizamos o termo *especialista*, neste trabalho, sob três perspectivas: a primeira está relacionada ao fato de o especialista ser o autor dos textos que compõem o CORPARG, portanto, de acordo com Quiroz, Munoz e Zapata (2002, p. 809), “o especialista em cada campo ou subcampo do conhecimento tem acesso mais fácil às linguagens especializadas”. A segunda diz respeito ao especialista que participa da banca de defesa, seja de mestrado ou de doutorado, que orienta trabalhos acadêmico-científicos na área, e a terceira diz respeito ao especialista que exerce a

Assim, a noção de especialista diz respeito ao fato de serem estudiosos na área da argumentação e ainda ao fato de desenvolverem investigações realizadas no âmbito universitário sobre o tema. Em seguida, pensamos ainda no interlocutor do texto, que, nesse caso, figura também como um especialista, uma vez que são textos direcionados à banca de avaliação, que, normalmente, é constituída por pesquisadores na área. E, por fim, essas condições incluem ainda a própria função do texto que, nesta pesquisa, consiste em um gênero de divulgação e socialização dos resultados das pesquisas realizadas pelos estudiosos da área nas universidades.

No que se refere às condições cognitivas, elas influenciam diretamente a forma como os conhecimentos se processam e quais desses conhecimentos são acionados no momento da construção do texto. Já as condições linguísticas dizem respeito aos aspectos gerais do texto, à forma textual e, sobretudo, às unidades léxicas utilizadas no texto.

Em suma, o texto especializado é o espaço em que circulam as unidades terminológicas que representam, denominam e conceituam a terminologia pertencente a uma área temática. É o lugar em que os especialistas expressam, significam e ressignificam conhecimentos sobre o tema. Portanto, um texto é especializado tanto pela circulação do conteúdo temático quanto pela forma como é estruturado pelos especialistas.

Assim sendo, esta etapa de exposição da fundamentação teórica, em que revisitamos a Terminologia e seus objetos de estudos, teve como propósito selecionar o ponto de vista sob o qual desenvolvemos nossa pesquisa e analisamos o *corpus*. Ainda nessa construção teórica, apresentamos, a seguir, os princípios norteadores que embasam nossos posicionamentos sobre a variação terminológica. Temos como finalidade, nesta próxima seção, discutir os aspectos da teoria que orientam as concepções sobre o fenômeno da variação denominativa, a fim de embasarmos as análises realizadas nesta tese.

---

função, na nossa investigação, de validar as UT pertencentes às teorias da argumentação. Essa terceira concepção será detalhada no capítulo metodológico, na subseção 3.1.5.

### 2.3 PRINCÍPIOS DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA

O embasamento teórico da tese, até então, contemplou questões teóricas que orientam o percurso terminológico, com destaque para os princípios da ciência do léxico e seus objetos de estudo. Nesta seção, apresentamos os fundamentos que norteiam os estudos sobre a variação terminológica que, nos últimos anos, vêm passando por mudanças consideráveis para o desenvolvimento da Terminologia e demais ciências voltadas aos estudos do léxico. Essa constatação ratifica que as investigações sobre a Terminologia são necessárias para a comunidade acadêmico-científica, principalmente, por ser esse o espaço em que nos deparamos com uma maior diversidade tanto denominativa quanto conceitual do repertório terminológico.

Como vimos, são inúmeras as contribuições advindas da Terminologia para as demais áreas do conhecimento e da comunicação especializada. Dentre os contributos, destacamos, além dos aportes teóricos e metodológicos, a produção terminográfica que se configura de grande importância para o entendimento dessa ciência. No entanto, neste momento, debruçamo-nos mais particularmente sobre os aspectos da variação terminológica que proporcionam abordagens temáticas expressivas para a organização e compreensão das terminologias das áreas especializadas.

Especificamente, neste trabalho, em que nos deparamos com uma área constituída por diferentes perspectivas teóricas, ao buscarmos entender a variação expressa na terminologia das teorias da argumentação, percebemos que cada uma delas apresenta objetivos diferentes e possibilidades distintas na construção do percurso da área.

Nesse sentido, de acordo com os fatores extralinguísticos que podem motivar a variação na linguagem especializada, compartilhamos da ideia de que “a existência de teorias diferentes que formam parte de um termo conduz a diferentes esquemas cognitivos idealizados sobre um mesmo fenômeno”.<sup>16</sup> (KOSTINA, 2009, p. 18, tradução nossa).

Entendemos variação como a existência de diferentes “maneiras de expressar e significar entidades linguísticas”<sup>17</sup> (KOSTINA, 2009, p. 3, tradução nossa).

---

<sup>16</sup> La existencia de diferentes teorías de las que forma parte un término que conducen a diferentes esquemas cognitivos idealizados sobre un mismo fenómeno;

<sup>17</sup> [...] maneras diferentes de expresar y significar entidades lingüísticas.

Dessa forma, torna-se um desafio o ato de “abrir as portas da casa” para que o aprendiz possa se apropriar das diferentes formas de observar o fenômeno da argumentação e, a partir daí, poder refletir sobre as decisões necessárias, tanto no que se refere ao processo de compreensão e produção de textos quanto às escolhas das unidades lexicais utilizadas nessas produções.

Por esse ângulo, considerar os aspectos da variação no discurso especializado significa compreender que esse é um fenômeno natural, que faz parte da linguagem de modo geral, independentemente de ser especializada ou não e que, portanto, precisa ser compreendido tanto pelos especialistas quanto pelos aprendizes. Aprender os aspectos da variação na Terminologia só vem a confirmar que os limites entre o termo especializado e a palavra pertencente à língua comum são tênues, pois ambos se comportam na organização do texto de forma similar. A distinção consiste na situação de comunicação em que cada um deles se situa.

De outro modo, estamos afirmando que é o contexto de uso das palavras e/ou dos termos que define se é um ou outro, pois tanto as palavras podem ser consideradas unidades léxicas especializadas, como o contrário, os termos também podem ser considerados palavras da língua comum. Logo, o que de fato vai determinar a distinção entre o termo e a palavra é o espaço em que cada um deles está inserido, se em um texto especializado ou não.

Assim, torna-se imprescindível discutir as questões que envolvem a variação como uma maneira de compreender os aspectos pelos quais se organiza a terminologia de uma área de conhecimento. No entanto, nem sempre a variação terminológica foi entendida como algo necessário e fundamental para as pesquisas ou estudada sob essa perspectiva.

A tríade termo/conceito/referente defendida por Wüster (1998), que preconizava a monorreferencialidade entre os termos, não contempla os estudos da variação por várias razões. Dentre elas, podemos citar o próprio objetivo de um trabalho terminológico que era eliminar a ambiguidade nas linguagens técnicas e científicas. A comunicação não poderia ser acarretada por nenhum tipo de “barulho” que pudesse interferir no processo, deveria ser uma comunicação precisa e eficaz.

Sendo assim, nos estudos da TGT, admitia-se a existência da variação, que era considerada um problema e, por essa razão, não necessitava de maiores aprofundamentos. Podemos afirmar que houve uma espécie de silenciamento no que se refere à variação terminológica, já que o tema poderia provocar problemas na

comunicação especializada, portanto, como “um problema” não seria interessante abordá-lo. Ou seja, as ambiguidades geradas pela variação terminológica impediam a monossemia e a univocidade defendida pela teoria, já que o objetivo era apresentar a prescrição no ato de comunicar.

O fato de o fenômeno da variação terminológica não ter sido abordado pela TGT relaciona-se ainda com os princípios que orientavam as pesquisas. Dentre eles, podemos destacar tanto a orientação onomasiológica, quanto o princípio de univocidade e de sincronia até a ideia de que os conceitos têm limites precisos e devem apresentar apenas uma definição. Assim, de acordo com Souza Lara (2014, p. 65), a TGT

limita o objeto às unidades unívocas normalizadas próprias dos âmbitos científico-técnico, reduz a atividade terminológica à compilação dos conceitos e termos para a normalização (fixação de noções e denominações normalizadas) dos termos, circunscreve os âmbitos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional.

Nessa concepção, o estudo das UT e a função da Terminologia nas pesquisas estavam baseados apenas na noção de um termo para um conceito, cabendo à Terminologia a função de compilar os conceitos e termos, sem considerar as situações de comunicação inerentes ao uso da linguagem, pois o objetivo era o de normatizar a comunicação especializada.

A partir da década de 90, com o desenvolvimento dos estudos, as pesquisas terminológicas revelaram que o caráter de univocidade defendido anteriormente já não se sustentava. Sendo assim, surgem os estudos da Socioterminologia, que contempla a perspectiva variacionista da Terminologia. De acordo com Faulstich (2006, p. 29), essa vertente dos estudos terminológicos tem como objetivo de pesquisa empreender “a variação linguística dos termos no meio social e, por consequência, entender a mudança terminológica como mecanismo resultante da pragmática discursiva”. Assim, essa concepção terminológica tem como orientação principal considerar os aspectos sociais da língua especializada. Logo, as questões discursivas e pragmáticas tornam-se elementos fundamentais para o entendimento da variação.

Para Carvalho e Ferreira (2012, p. 7), ao definir a Socioterminologia, os autores afirmam ser “um ramo da Linguística que privilegia os aspectos sociais da

linguagem de especialidade”. Acrescentam ainda que essa vertente teórica apresenta semelhanças com os estudos da Sociolinguística, pois, de acordo com os referidos autores “do mesmo modo que a Sociolinguística entrou em cena preocupada com o aspecto social e variacionista da língua, a Socioterminologia também surgiu dessa mesma necessidade de evidenciar o uso real da linguagem especializada” (CARVALHO; FERREIRA, 2012, p. 7).

Nesse sentido, Faulstich (1995, p. 1) justifica os estudos sobre a variação defendendo a ideia de que “as comunicações entre membros da comunidade de estudos podem gerar termos diferentes para um mesmo conceito ou mais de um conceito para um mesmo termo”. A nosso ver, isso ocorre, principalmente, em uma comunidade acadêmico-científica cujo objetivo é socializar os resultados das pesquisas desenvolvidos nas universidades pelos pesquisadores.

A partir dos estudos do léxico defendidos pela Socioterminologia, que se propõe a analisar o repertório terminológico de uma área sob a perspectiva das práticas linguísticas e sociais, as unidades terminológicas passaram, assim, a ser entendidas como signos linguísticos. A compreensão de signos linguísticos está relacionada à noção de que eles comportam tanto aspectos de subjetividade quanto de polissemia e, por essa razão, de acordo com Cabré (1993), apresentam tanto um lado que envolve a expressão – denominação – quanto um lado que envolve o conteúdo – conceituação.

Essa nova forma de observar as terminologias de uma área leva em consideração a distinção de usos, os usuários, os ambientes socioculturais e as diversas funções comunicativas que cercam o texto especializado. Nesse sentido, as unidades terminológicas tanto podem adquirir quanto assumir diferentes valores no contexto, promovendo, portanto, várias maneiras de denominar e conceituar às terminologias de uma área.

Partindo desse princípio, emergem, então, os preceitos da TCT, período em que afloram também as críticas à TGT, principalmente pelo fato de que, ao considerar o caráter variacionista da terminologia, muitas outras questões e conceitos se tornam necessários para que os estudos sejam ampliados e aprofundados. Dentre as questões, podemos destacar tanto as características inerentes ao texto quanto ao discurso especializado, principalmente, pelo fato de que não se compreende a variação fora desse espaço de construção. De acordo com Cabré (1998, p. 24, tradução nossa), a TCT

pretende explicar os termos como unidades singulares e, simultaneamente, semelhantes a outras unidades de comunicação dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa, considerando a dimensão textual e discursiva dos termos.<sup>18</sup>

Ao afirmar que os estudos da Terminologia têm como foco compreender as UT em uma perspectiva de singularidade e ao mesmo tempo com características similares a outras no contexto comunicacional, passamos a compreender que a unidade apresenta traços próprios de distinção, mas que faz parte de um todo comunicativo.

Desse modo, as UT de uma área especializada não apresentam significações estanques e totalmente individualizadas, ou seja, cada um dos significantes se revela com particularidades distintivas sobre a área. Então, podemos afirmar que as UT mantêm relação umas com as outras no ato de significar, sendo por meio dessa relação que os diferentes significados se tornam passíveis de serem construídos e identificados. Nesse sentido, as unidades expressam, nessa relação dialógica, evidências particulares de aceitação e/ou de oposição às conceitualizações apresentadas nos textos quando os produtores textuais remetem aos aspectos caracterizadores da área especializada.

Acreditamos, em vista disso, que a possibilidade de os termos variarem torna-se imperativo, sobretudo, quando esses estudos envolvem uma área como a argumentação, que contempla uma infinidade de aportes teóricos, em que cada estudioso determina um ponto de vista sobre o fenômeno.

Esse posicionamento confirma as questões já abordadas sobre a variação terminológica, que se constitui em um fenômeno natural da língua que deve ser estudado pela Terminologia como um aspecto inerente à comunicação especializada, principalmente pelo fato de que os termos, conforme já apresentado, assumem comportamentos similares aos das palavras do léxico comum. Em suma, tanto a Socioterminologia quanto a TCT compreendem a investigação sobre os termos a partir do uso no texto especializado, considerando para isso o contexto social, situacional, espacial e linguístico da comunicação.

---

<sup>18</sup> Pretende dar cuenta de los términos como unidades singulares y a la vez similares a otras unidades de comunicación, dentro de un esquema global de representación de la realidad, admitiendo la variación conceptual y denominativa, y teniendo en cuenta la dimensión textual y discursiva de los términos.

Outra vertente da Terminologia que também se preocupa com os estudos variacionistas é a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), que defende o caráter polissêmico e sinonímico na comunicação especializada. Para a TST, a polissemia está relacionada ao aspecto funcional do discurso, uma vez que as unidades terminológicas são elementos que contribuem para o processo de compreensão dos textos especializados.

De acordo com Temmerman, (1997, p. 68, tradução nossa) a “polissemia na linguagem é funcional. É o resultado da reflexão humana sobre o mundo. Do ponto de vista puramente semasiológico, é o resultado da evolução do sentido”<sup>19</sup>. De modo geral, a variação é um fenômeno natural da língua, que faz parte da terminologia de uma área especializada por vários motivos, inclusive pelo fato de o produtor do texto se apropriar de determinados termos por ter a intenção de expressar de forma particular suas reflexões sobre o tema.

Enfim, “a variação terminológica concede à língua, enquanto entidade evolutiva, o dinamismo, a diversidade e a riqueza” (SILVA FILHO, 2010 p. 3) do repertório vocabular. Em vista disso, a variação possibilita a compreensão da macroestrutura de uma área, o que poderá vir a ser de grande utilidade para o desenvolvimento dos estudos científicos, principalmente por valorizar os diferentes olhares sobre um mesmo objeto de estudo, promovendo espaços para que as vertentes teóricas e metodológicas possam desenvolver maneiras específicas de como esse objeto pode e/ou deve ser observado.

A seguir, passamos ao quadro-síntese.

#### **Quadro 2 – Panorama dos estudos da variação terminológica**

<b>Perspectiva teórica</b>	<b>Características da variação</b>
Teoria Geral da Terminologia (TGT)	Teoria da Terminologia que admite a existência do fenômeno da variação terminológica. No entanto, por ter como objetivo eliminar as ambiguidades nas linguagens técnicas e defender a monossemia e univocidade dos termos, não contempla o fenômeno da variação em suas análises.

<sup>19</sup> Polysemy in language is functional. It is the result of the human reflection about the world. From a purely semasiological point of view it is the result of meaning evolution.

## Quadro 2 – Panorama dos estudos da variação terminológica

(continuação)

Perspectiva teórica	Características da variação
Socioterminologia	Para Faulstich (2006), a Socioterminologia é uma vertente teórica que descreve os termos de uma área especializada sob a perspectiva linguística na interação social. Logo, “fundamenta-se na análise das condições de circulação do termo no funcionamento da linguagem” (FAULSTICH, 2006, p. 29).
Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST)	Vertente teórica que também se preocupa com os estudos variacionistas e defende, em suas bases, os aspectos da polissemia e da sinonímia dos termos. Para essa teoria, o caráter polissêmico dos termos está relacionado aos aspectos funcionais do discurso, uma vez que as UT contribuem para o processo de compreensão do texto especializado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do panorama com relação às bases que orientam a variação nos estudos em Terminologia, apropriamo-nos, conforme já afirmamos, dos preceitos da TCT, que postulam ser a variação um princípio universal da língua (CABRÉ, 1999).

Nesse sentido, apreendemos os conceitos defendidos por Freixa (2002) ao afirmar que a variação terminológica é definida, em sentido amplo, como o fenômeno que afeta os termos e de forma mais específica como a "variação que afeta as denominações (variação denominativa) e os conceitos (variação conceitual)"<sup>20</sup>. (Freixa, 2002 p. 54, tradução nossa). Acrescentamos que o uso da variação está atrelado a inúmeros fatores que permeiam a construção do texto que vão desde os elementos que o compõem até os elementos voltados às decisões tomadas pelo autor no processo de construção textual.

Também para Cabré (1999), de acordo com o princípio universal que rege a variação, “todo processo de comunicação envolve inerentemente a variação, explícita em formas alternativas de denominação de um mesmo conceito (sinonímia)

<sup>20</sup> La variació que afecta les denominacions (*variació denominativa*) i els conceptes (*variació conceptual*).

ou nas diferentes significações de uma mesma forma (polissemia)”<sup>21</sup> (CABRÉ, 1999, p. 85, tradução nossa). Logo, a variação terminológica tanto pode acontecer no plano da expressão quanto no plano do conteúdo, pois há uma relação de imbricamento entre esses dois planos.

De acordo com Seghezzi (2011), “as diferentes percepções de um conceito conduzem à seleção de certas características semânticas, que se refletem nas distintas denominações que este recebe, com ênfase em uma característica particular do conceito”<sup>22</sup>. (SEGHEZZI, 2011, p. 61, tradução nossa). Vale ressaltar, então, que a distinção entre variação denominativa e variação conceitual se dá, neste trabalho, apenas como forma de esclarecimento sobre o fenômeno. Na situação de comunicação especializada, especificamente, a variação ocorre ora se relacionando a novas denominações, ora sendo resultado de conceituações distintas.

Neste sentido, os estudos variacionistas em terminologia adquirem uma dimensão linguística e uma dimensão conceitual dos termos. De acordo com Brito (2015), a dimensão linguística está voltada às designações dos objetos da realidade, que se refletem na variação denominativa. Já a dimensão conceitual afeta diretamente os conceitos que circulam nas áreas especializadas e dizem respeito à variação conceitual do repertório terminológico.

Assim, compartilhamos das convicções defendidas por Freixa (2002) ao afirmar que a variação denominativa acontece quando um mesmo conceito apresenta diferentes denominações e a variação conceitual ocorre quando um mesmo conceito, que pode ser abordado por várias perspectivas, resulta em diferentes denominações. Esse posicionamento é retomado em Seghezzi<sup>23</sup> (2011, p. 61, tradução nossa), para quem “a abordagem da variação conceitual baseada na variação denominativa se sustenta pela premissa de que os termos não só denominam, mas também significam”.

Embora, segundo os posicionamentos anteriores, os fenômenos da variação denominativa e da variação conceitual em uma área especializada

---

<sup>21</sup> Todo processo de comunicación comporta inerentemente variación, explicitada en formas alternativas de denominación del mismo concepto (sinonímia) o em apertura significativa de una misma forma (polissemia).

<sup>22</sup> Las diferentes percepciones de un concepto conducen a la selección de unos rasgos semánticos determinados que se reflejan en las distintas denominaciones que este recibe, las cuales ponen énfasis en una característica particular del concepto.

<sup>23</sup> El abordaje empírico de la variación conceptual a partir de la variación denominativa se sustenta em la premissa que los términos no solo denominan sino que también significan.

aconteçam de forma unificada, neste trabalho, nosso enfoque está em observar os aspectos da variação denominativa no campo da argumentação, mais especificamente na terminologia que constitui as teorias da argumentação.

Convém destacar que nosso foco centralizar-se-á na variação denominativa, levando em consideração que esse tipo de variação pode ser motivado pela influência dos vários conceitos atribuídos aos termos. Para finalizar esta seção, discorreremos a seguir sobre alguns aspectos no que se referem ao tipo de variação denominativa, as causas que motivam a variação e a concepção da autovariação e heterovariação como pressupostos importantes para compreender o processo variacionista da área.

### 2.3.1 Variação denominativa

Demonstramos, no tópico anterior, que a variação em terminologia acontece tanto no plano da forma quanto no plano do conteúdo. Por meio dessa noção, a variação terminológica se configura, nesta discussão, pela variação denominativa e pela conceitual. Delimitamos como objeto de investigação para este trabalho a variação denominativa, uma vez que o *corpus* da argumentação (CORPARG), constituído para esta pesquisa, apresenta diferentes denominações para nomear as subáreas da argumentação, os objetos analíticos de cada uma delas, dentre outros campos nocionais que compõem a terminologia da área de estudos.

Partimos da concepção de que a variação é inerente ao uso da língua e que, de acordo com Cabré (1999, p. 142, tradução nossa), “um conceito não se delimita apenas a uma área de especialidade”<sup>24</sup>, principalmente pelo fato de que pode assumir definições distintas, sobretudo porque cada especialista tem uma percepção diferente da realidade.

Convém acrescentar que, para Freixa (2014), a noção de variação denominativa se confunde com o conceito de sinonímia, uma vez que os limites que separam um conceito do outro são tênues. Em vista desse entendimento, nós optamos, para nossa pesquisa, pela concepção de variação denominativa, por ser mais amplo e aceitar, segundo a referida autora, tanto as variantes quanto os sinônimos no escopo de investigação.

---

<sup>24</sup> Un concepto no sólo se delimita únicamente dentro de um ámbito de especialidad.

Sob essa perspectiva, o autor decide escolher uma UT que mantenha relação com as conceitualizações que pretende imprimir à organização do texto. Nesse caso, a variação denominativa implica ainda em mudanças nos sentidos das unidades terminológicas, resultando em mudanças no conceito. Essas escolhas lexicais podem ainda se relacionar à necessidade que o autor tem de expressar as ideias de forma clara e coerente, por meio do texto especializado, atendendo às exigências inerentes à organização de um texto.

A variação interna do conceito está relacionada à diversificação “no uso de um termo dentro de uma comunidade científica” (SILVA FILHO, 2013, p. 113), pois, na mesma área do conhecimento, os conceitos podem ser retomados com outras significações a partir da funcionalidade que assumem na construção dos sentidos. Essa é uma perspectiva delineada com base no uso das unidades em uma mesma comunidade, considerando a situação comunicativa.

Partindo desse posicionamento, defendemos que a variação denominativa pode provocar mudanças nos conceitos, pois cada sujeito-autor, ao retomar os sentidos de um termo no texto especializado, imprime em seu discurso suas marcas linguísticas, que estão, na maioria das vezes, relacionadas às experiências vividas, às escolhas lexicais feitas e ao próprio conhecimento que se tem da área.

Assim, concordamos com Silva Filho (2013, p. 119), para quem uma “área de especialidade apresenta um leque variado de perspectivas, pela adoção de uma dessas é possível delimitar o conceito através de uma definição”. Então, a nosso ver, uma área de domínio se constitui em um espaço para o qual convergem inúmeras áreas do conhecimento. Esse processo de convergência se dá por meio da socialização das terminologias, pela comunidade, quando constroem seus discursos sobre a área, como é o caso das teorias da argumentação.

Nas palavras de Suarez (2004), a variação denominativa é um tipo de variação que apresenta distintas unidades léxicas para referir-se a um mesmo conceito. Desse modo, em conformidade com a referida autora, a variação denominativa “ocorre entre unidades terminológicas simples ou sintagmáticas, que compartilham o mesmo referente, mas diferem mais ou menos semanticamente”<sup>25</sup> (SUAREZ, 2004, p. 62, tradução nossa).

---

<sup>25</sup> Se presenta entre unidades terminológicas simples o sintagmáticas, que comparten el mismo referente aunque se diferencien más o menos semánticamente.

Nesse sentido, Freixa (2014) denomina essas unidades em termos *monoléxicos* e *poliléxicos*. De acordo com Adelstein (2002), as unidades terminológicas são monoléticas quando fazem referência a uma única palavra e poliléticas quando se referem a um grupo de palavras do léxico especializado. Sendo assim, para as discussões tratadas em nossa pesquisa, mantemos as expressões *monoléticas* e *poliléticas* ao tratarmos das UT das teorias da argumentação.

Já em conformidade com Fernandez-Silva (2013), a variação denominativa “é um fenômeno pelo qual um conceito especializado é denominado por várias unidades terminológicas distintas que pode diferir tanto formalmente, como semanticamente”<sup>26</sup> (FERNANDEZ-SILVA, 2013, p. 02, tradução nossa) e que pode ainda ocorrer dentro de uma mesma especialidade, como é o caso da pesquisa que está sendo discutida nesta tese.

Em suma, diante das discussões realizadas nesta subseção, a nosso ver, o fenômeno da variação possibilita ao usuário do repertório vocabular de uma área especializada o acesso à diversidade terminológica e, mais especificamente, o fenômeno da variação denominativa proporciona inúmeras possibilidades de construção de um texto especializado, permitindo ao produtor deste escolher as unidades terminológicas que mais condizem com os posicionamentos defendidos.

Partindo desse ponto de vista, as motivações que impulsionam a variação denominativa em um campo especializado são diversificadas e podem estar relacionadas tanto a elementos linguísticos como a extralinguísticos. A seguir, apresentamos, de modo geral, os tipos e as causas que motivam a variação denominativa em uma área especializada. Iniciamos, especificamente, o próximo tópico com as observações sobre as tipologias da variação denominativa.

### 2.3.1.1 Tipos de variação denominativa

Nas seções anteriores, apresentamos os aportes teóricos que embasam os fundamentos conceituais para a observação da variação denominativa em uma área especializada. Nesta parte do trabalho, objetivamos discutir os tipos de variação

---

<sup>26</sup> La variación denominativa es un fenómeno por el cual un concepto especializado es denominado a través de varias unidades terminológicas distintas, las cuales pueden diferir formalmente pero también semánticamente.

denominativa, nos quais nos alicerçamos para examinar a presença do fenômeno da variação na terminologia das teorias da argumentação.

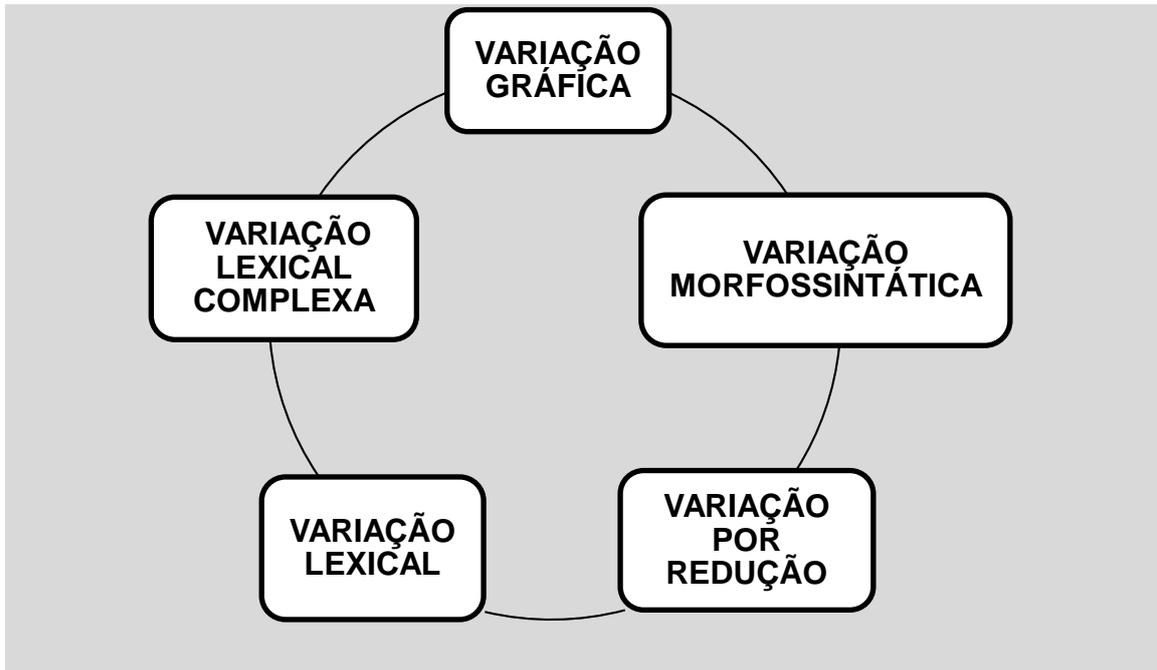
Para ilustrar as discussões teóricas, apropriamo-nos das pesquisas desenvolvidas pelos estudiosos considerados pioneiros no assunto sobre a variação e que apresentam elementos que possam fundamentar nossas análises. Desse modo, aproximamo-nos dos conceitos teóricos e metodológicos utilizados por Freixa (2002, 2006 e 2014), de quem apreendemos a classificação sobre os tipos e as causas da variação; Suarez (2004), que aborda a variação denominativa explícita no texto especializado; Seghezzi (2011), que nos apresenta as discussões tanto com relação às tipologias quanto no que se refere à distinção entre as causas da variação, tomando como pressupostos a autovariação e a heterovariação.

Iniciamos nosso percurso compartilhando a classificação dos tipos de variação apresentados em Freixa (2014). A referida autora toma por base uma série de critérios que vão desde a estrutura das denominações, passando por parentesco formal e alternância entre as unidades terminológicas monoléxicas e poliléxicas para apresentar as tipologias de variação. Freixa (2014) apresenta cinco blocos com os tipos de variação, cada um deles subdividido em seus respectivos subtipos.

Para desenvolver nosso trabalho, compartilhamos da mesma ideia defendida por Seghezzi (2011), quando afirma que em sua pesquisa não excluiu nenhum dos blocos da proposta original de Freixa (2002), embora não tenha encontrado todos os casos no *corpus* de análise. Em nossa pesquisa, encontramos no *corpus* apenas alguns dos subtipos de cada um dos blocos, conforme demonstramos no quarto capítulo desta tese. Por essa razão, mantemos as discussões sobre os blocos, mas restringimos as exemplificações apenas com os subtipos que foram identificados nas análises.

Na ilustração a seguir, demonstramos os cinco grupos a que a autora faz referência. Em seguida, expomos as subdivisões com as exemplificações apresentadas pela autora em sua pesquisa de doutorado. Passemos, então, a observar os tipos de variação, a saber: variação gráfica, variação morfossintática, variação por redução, variação lexical e variação lexical complexa.

**Figura 5 – Tipologias da variação denominativa**



Fonte: Elaborado pela autora baseada em Freixa (2014).

Seguimos nossa exposição apresentando algumas considerações sobre os tipos de variação ilustrados anteriormente, dado que a variação denominativa nomeada por variação gráfica consiste em mudanças que envolvem as formas de grafar os termos. Esse tipo de variação ocorre quando uma determinada unidade apresenta formas de escrita diferentes entre si. A variação gráfica está subdividida, de acordo com Freixa (2014), em “termo e forma artificial, termo e abreviação, termo e outra forma artificial<sup>27</sup>, termo e sigla e, por fim, variação ortográfica”.

De acordo com Diegues (2013, p. 61), a variação gráfica “é a que possui maior grau de equivalência conceitual, já que as alterações ocorrem apenas no aspecto formal da unidade linguística em questão”. Em outras palavras, esse tipo de alteração está relacionado à noção de igualdade, posto que, nesse caso, o produtor do texto poderá utilizar uma UT em vez de outra, sem modificação nos sentidos expressos, embora, para uma melhor compreensão do texto, o produtor possa

<sup>27</sup> Esta forma alternativa pode ser totalmente artificial e estabelecida internacionalmente, como uma fórmula química ou um símbolo ou pode ser menos artificial e fixo (normalmente, mas não necessariamente) para uma língua, como as siglas. (Freixa, 2002, p. 206, tradução nossa). Aquesta forma alternativa pot ser totalment artificial i establerta internacionalment, com una fórmula química o un símbol, o pot ser menys artificial i fixada (normalment, però no necessàriament) per a una llengua, com les sigles.

primeiro mencionar a forma ampliada para depois fazer referência utilizando a sigla ou outra expressão, conforme a necessidade do texto.

Para exemplificar a classificação do tipo de variação pertencente ao primeiro grupo, Freixa (2014) apresenta um quadro com todos os casos registrados em sua pesquisa, quando trata dos seguintes subtipos: termo e forma artificial, termo e abreviação, e variação ortográfica. No nosso caso, priorizamos apenas os tipos de variação identificados no CORPARG, ilustrados no quadro a seguir com as exemplificações apresentadas por Freixa (2014):

**Quadro 3 – Variação gráfica**

<b>1. Termo e forma artificial</b>	a) Termo e outra forma artificial	<i>lei de resíduos industriais de 1983 / ley 6 / 1983</i>
<b>2. Termo e abreviação</b>	b) Termo e sigla	<i>clorofluorcarbono / CFC</i>
<b>3. Mudanças ortográficas</b>		<i>espray / spray</i>

Fonte: Freixa (2014).

Esse tipo de variação revela que os “conceitos podem ser designados por *termos* ou por *símbolos*” (BARROS, 2007, p. 402, grifo da autora). Os símbolos podem ser representados de várias formas, que envolvem desde o uso de letra, de números e pictogramas a qualquer combinação dessas formas. Esses recursos são denominados por unidades braquigráficas que, de acordo com Barros (2007), são formas concisas reduzidas ou abreviadas. As unidades braquigráficas estão representadas, nos exemplos, com o uso da sigla, de fórmula química, símbolo e abreviatura.

A variação gráfica abarca ainda as mudanças ortográficas, que contemplam em seu arcabouço a forma de registro das unidades, a alternância de hífen, os acentos, as unidades escritas com “s” ou “ss” e a presença ou a ausência de espaços entre as UT.

A seguir, destacamos as características do segundo tipo, nomeado por Freixa (2014) de variação morfossintática. Esse tipo de variação expressa mudanças morfológicas em um dos itens lexicais. Abarca em sua construção mudanças de mesma estrutura e mudanças de estruturas diferentes. As unidades variam tanto com

a presença quanto com a ausência de artigos, alteração de número, de proposição, de gênero, quando se trata da variação na mesma estrutura da UT.

No tipo de variação que envolve mudanças de estruturas, as unidades são alteradas com o acréscimo de elementos, como a presença de preposição. Variam ainda entre unidades monoléxicas e poliléxicas ou com mudanças na ordem dos elementos (Seghezzi, 2011).

Vejamos o quadro que segue, com a ilustração do tipo de variação morfossintática com mudanças na mesma estrutura.

**Quadro 4 – Variação morfossintática**

<b>1. Mesma estrutura</b>	a) Mudança de número	<i>contaminación del agua / contaminación de las aguas</i>
	b) Mudança de preposição	<i>condiciones del condensador / condiciones en el condensador</i>

Fonte: Freixa (2014).

Conforme já afirmamos, mantemos em nossas discussões apenas os casos contemplados nas análises. Sendo assim, da classificação apresentada por Freixa (2014), apontamos somente dois casos registrados anteriormente. Notamos que esse tipo de variação, de acordo com Freixa (2014), é frequente em textos mais especializados e não apresenta alteração nos sentidos. Podemos falar, assim, em equivalência semântica.

O próximo bloco de classificação das tipologias é denominado por Freixa (2014) como variação por redução e se refere à ação de suprimir ou apagar um dos itens lexicais da combinatória que compõem a unidade terminológica. Esse ato de suprimir um dos elementos lexicais da unidade terminológica pode acontecer, de acordo com Diegues (2013), tanto com relação à redução anafórica, quando o item já foi explicitado no texto, quanto com relação a uma situação cuja redução lexical é condicionada pelos tipos de texto e pela situação comunicativa, assim como pelos elementos internos da própria unidade (Adelstein, 2002).

De modo geral, esse tipo de variação apresenta redução tanto na extensão quanto na base do sintagma e não produz alteração semântica. Podemos falar,

portanto, em equivalência conceitual entre as UT. Esse processo ocorre com relação à redução tanto da extensão como da base, conforme exemplificações:

**Quadro 5 – Variação por redução**

<b>1. Reduções da extensão</b>	Tipo $[N + X + Y] = [N + X]$ 1 $[N + SP + A] = [N + SP]$ 2 $[N + A + SP] = [N + A]$ 3 $[N + A_1 + A_2] = [N + A_1]$ 4 $[N + SP_1 + SP_2] = [N + SP_1]$	<i>ahorro de recursos naturales / ahorro de recursos recogida selectiva de residuos / recogida selectiva metal pesante tóxico / metal pesante tiempo de residencia del gas / tiempo de residència</i>
<b>2. Reduções da base</b>	d) $[N + A] = [A]_N$	<i>planta depuradora / depuradora</i>
<b>3. Outras reduções</b>		<i>emisión de compuestos químicos tóxicos / emisión tóxica</i>

Fonte: Freixa (2014).

Ainda de acordo com Freixa (2002), o bloco denominado de variação por reduções é heterogêneo e, em sua maioria, comporta casos anafóricos. Vejamos a UT *planta depuradora*. Quando retomada no texto, o produtor o faz somente pela UT *depuradora*, o que revela supressão do segundo elemento. De acordo com Freixa (2002), é um caso anafórico que não se lexicaliza e que raramente é registrado em dicionários.

Outra característica que envolve a variação por redução é o fenômeno contrário, uma vez que a variação pode acontecer por ampliação. Ou seja, o produtor do texto pode acrescentar elementos ao sintagma para referir-se à unidade já mencionada no texto. Esse caso não é registrado nas exemplificações, mas é um tema abordado em Freixa (2002) em sua tese de doutoramento.

Vejamos de que forma Freixa (2002) apresenta o caso da variação denominativa em que ocorre ampliação na unidade terminológica. Vale ressaltar que, nesta exemplificação, encontramos o uso das UT *empresas* e *empresas produtivas* que, de acordo com Freixa (2002), ocorre por meio da ampliação dos sintagmas.

- Uma das **empresas** que têm sido mais atentas às abordagens sustentáveis para o uso dos recursos em seus métodos de produção – e também no que diz respeito às necessidades de gestão de resíduos – é The Body Shop International. (Verde, p. 5) [18 ocorrências, cinco fontes]
- Para garantir que as **empresas produtivas** são limpas do início ao fim, cada fase deve ser avaliada. (Verde, p. 16) [uma ocorrência, uma fonte]<sup>28</sup>. (FREIXA, 2002, p. 310, tradução nossa)

Nesse sentido, podemos afirmar que o uso da primeira UT *empresas* no *corpus* representa um sentido mais amplo da unidade. No caso da UT *empresas produtivas*, a inferência feita é que apenas as empresas produtivas estão em evidência. Na retomada da UT, o sentido de empresa é especificado pelo adjetivo *produtivas*.

Em seguida, apresentamos os próximos blocos que fazem referência à variação lexical - um tipo de variação que implica alteração em um dos itens lexicais que compõem uma unidade terminológica. As modificações podem ocorrer entre unidades monoléxicas, entre unidades poliléxicas, seja com alteração de base, seja com alteração na extensão.

Convém lembrar que, de acordo com os registros do nosso *corpus*, esse tipo de variação ocorre entre unidades monoléxicas, entre monoléxicas e poliléxicas, e poliléxicas com alteração na base. Segundo Freixa (2002), do ponto de vista formal, é no nível do léxico que a variação mais se acentua. No que se refere à variação entre as unidades monoléxicas, é um subtipo que pode não apresentar alteração semântica em sua totalidade. Vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 6 – Variação lexical**

<b>1. Unidades monoléxicas</b>		<i>contaminación / polución</i>
<b>2. Unidades poliléxicas</b>	a) Alteração de base <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [N + SP (prep + art + N)]</li> <li>▪ [N + A]</li> <li>▪ Outras alterações de base</li> </ul>	<i>biens de consumo / producto de consumo abono químico / fertilizante químico destrucción de la capa de ozono/</i>

<sup>28</sup> □ Una de les **empreses** que ha estat més atenta als enfocaments sostenibles de l'ús dels recursos en els seus mètodes de producció – i també a propòsit de les necessitats de gestió de residus – és The Body Shop International. (green, pàg. 5) [18 ocurrencies, 5 fonts]

□ Per assegurar que les **empreses productives** són netes de principi a fi, cada fase ha de ser avaluada. (green, pàg. 16) [1 ocurrencia, 1 font]

### Quadro 6 – Variação lexical

(continuação)

1. Unidades poliléxicas		<i>degradación de la capa de ozono</i>
-------------------------	--	--

Fonte: Freixa (2014)

De acordo com as conclusões a que chegou Freixa (2014, p. 320), nesse subtipo, “a proximidade semântica é elevada entre os termos, mas não cobre a mesma área semântica, embora sejam usados indistintamente no texto: em alguns casos, um dos termos é mais geral ou mais metafórico do que outro”<sup>29</sup>.

O segundo subtipo da variação lexical diz respeito à variação que ocorre na base de uma unidade poliléxica, como as UT *biens de consumo* e *producto de consumo*. Nesse caso, o grau de sinonímia das unidades depende dos aspectos semânticos expressos no segundo elemento.

A variação lexical na extensão do sintagma, é um subtipo que pode afetar mudanças de ponto de vista e até provocar variação conceitual, embora Freixa (2014) apresente casos em que pode haver variação com equivalência semântica total, como as UT *agricultura ecológica* e *agricultura biológica*.

Ainda, há situação em que esse tipo de variação altera de algum modo os sentidos. Vejamos as UT *lodos de depuración* e *lodos de depuradora*, que mesmo apresentando uma relação de sinonímia, uma especifica a ação e a outra o lugar em que essa ação acontece (Freixa, 2014).

Portanto, de modo geral, podemos afirmar que, no tipo de variação lexical, podem acontecer situações em que as UT apresentam relação de equivalência semântica total, contextual, e ainda situações em que os pontos de vista sobre as unidades também variam.

Do mesmo modo, o quinto bloco dos tipos de variação consiste na variação lexical considerada complexa por Freixa (2014). Tal tipologia se subdivide em variação com parentesco formal e sem parentesco formal. Esse tipo de variação recebe essa denominação pelo fato de contemplar em seu arcabouço tanto a variação lexical quanto a redução. Vejamos a seguir:

<sup>29</sup> La proximidad semántica es elevada entre los dos termos pero no cubren la misma área semántica aunque sean usados indistintamente en los textos: en algunos casos, uno de los términos es más general o más metafórico que el otro.

**Quadro 7 – Variação lexical complexa**

<b>1. Com parentesco formal</b>	a) Monoléxico / poliléxico	<i>alimento / produto alimentario</i>
	b) Poliléxico / poliléxico	<i>lodo digerido / resíduo de digestión</i>
<b>2. Sem parentesco formal</b>	c) Monoléxico / poliléxico	<i>vertedero / depósito de resíduos</i>
	d) Poliléxico / poliléxico	<i>pesticida de síntesi / plaguicida químico</i>

Fonte: Freixa (2014).

No tipo de variação nomeado por variação lexical complexa, deparamo-nos com duas situações: a primeira diz respeito ao parentesco formal, em que as UT apresentam elementos comuns entre si, podendo revelar aproximação nas significações e a segunda situação se refere, conforme o quadro 7, às unidades sem parentesco formal, o que pode significar que as relações estabelecidas entre as UT tanto podem ser de equivalência conceitual quanto podem representar distanciamentos entre as significações.

Deste modo, após tomarmos ciência das tipologias apresentadas por Freixa (2002 e 2014), acrescentamos que esse tema se configura em um assunto fundamental na presente pesquisa, uma vez que, por meio dos tipos de variação abordados nesta seção, é possível, a nosso ver, se observar as diferentes formas com as quais os produtores dos textos usam o repertório vocabular da área de domínio. Ademais, os tipos de variação denominativa ocorrem no texto especializado por diferentes causas. Assunto tratado na próxima subseção.

### 2.3.1.2 Causas da variação denominativa

Apresentamos, na subseção anterior, as tipologias de variação denominativa nas quais nos embasamos para refletir sobre a existência desse fenômeno nas teorias da argumentação. Nesta etapa do texto, propomo-nos a discorrer sobre as causas da variação tomando por base os estudos desenvolvidos por Freixa (2002, 2005, 2006, 2013 e 2014), Seghezzi (2011) e Silveira (2013), dentre outros estudiosos.

Conforme já afirmamos, o fenômeno da variação é inerente à linguagem, seja geral, seja especializada. Desse modo, para cada uma das escolhas lexicais realizadas pelo falante, há uma motivação subjacente a essa construção. Essa motivação pode estar relacionada tanto às necessidades de organização textual como à intenção comunicativa do produtor do texto, entre outros fatores.

Orientando-nos, então, por esse pressuposto, partimos da classificação realizada por Freixa (2002) para nortear nosso ponto de vista na observação desse fenômeno no CORPARG. A autora supracitada apresenta as causas da variação denominativa e as respectivas subdivisões sintetizadas no quadro a seguir:

**Quadro 8 - Causas da variação denominativa**

<b>Tipo</b>	<b>Subtipos</b>
<b>1. Causas prévias</b>	A redundância linguística A arbitrariedade do signo linguístico As possibilidades de variação
<b>2. Causas dialetais</b>	Variação geográfica Variação cronológica Variação social
<b>3. Causas funcionais</b>	Adequação ao nível da língua Adequação ao nível de especialização
<b>4. Causas discursivas</b>	Evitar a repetição Economia linguística Criatividade, ênfase e expressividade
<b>5. Causas interlinguísticas</b>	Convivência do termo "local" com o empréstimo de outra língua Diversidade de propostas alternativas
<b>6. Causas cognitivas</b>	Imprecisão conceitual Distanciação ideológica Diferenças na conceitualização

Fonte: Freixa (2002, p. 150).

Observemos que as causas prévias, apresentadas por Freixa (2002), no primeiro bloco, envolvem a redundância linguística, a arbitrariedade do signo linguístico e as possibilidades de variação da língua. De acordo com Seghezzi (2011), esses subtipos estão relacionados aos aspectos que agenciam a existência da variação como fenômeno inerente à linguagem.

Nesse mesmo sentido, Freixa (2013) rediscute essas causas prévias e afirma ter sido necessário, antes de expor as causas propriamente ditas, apresentar

um bloco precedente, uma vez que os estudiosos já defendiam a existência de fatores linguísticos que levam à variação. Assim, ainda de acordo com a autora, essas “causas prévias” não seriam classificadas como causas no mesmo sentido das demais que fazem parte da proposta.

A nosso ver, esse primeiro bloco de classificação, defendido por Freixa (2002), relaciona-se ao terceiro princípio sobre a variação apresentado por Cabré (1999), que defende ser esse um “princípio universal para as unidades terminológicas”.<sup>30</sup> (CABRÉ, 1999, p. 85, tradução nossa). Tal premissa nos revela que a linguagem especializada, entendida como um ato inerente às comunicações especializadas, admite em seu arcabouço múltiplas maneiras de o falante expressar e significar ideias e concepções.

Com relação ao segundo e terceiro blocos do quadro (ver quadro 1), as causas dialetais e as funcionais respectivamente, de acordo com Freixa (2013), estão relacionadas a fatores externos e internos. Ou seja, as causas dialetais se referem às necessidades que os falantes têm de utilizar diferentes denominações conforme o eixo geográfico, cronológico ou social, e as causas funcionais se relacionam às necessidades que um mesmo falante tem de utilizar diferentes denominações de acordo com a situação de uso.

Nesse mesmo sentido, as causas discursivas, que pertencem ao quarto grupo, referem-se às questões mais interligadas à organização do texto. Isto é, às necessidades que o produtor do texto revela com relação ao ato de evitar a repetição de uma expressão, à economia Linguística e ainda à criatividade, à ênfase e à expressividade dos aspectos estilísticos. Freixa (2013) destaca que esse bloco pode ter gerado um problema denominativo que poderia ser resolvido do seguinte modo: “na realidade se trata de causas estilísticas e assim o bloco deveria ser denominado, entendendo estilo como uma maneira de escrever, como uma qualidade retórica do estilo, e não o estilo como registro funcional”.<sup>31</sup> (FREIXA, 2013, p. 41, tradução nossa).

No quinto bloco, em que a autora menciona as causas interlinguísticas, o fenômeno da variação se encontra em um “campo de batalha”, em que convivem conjuntamente o termo “local” e as expressões advindas de outra língua e ainda

---

<sup>30</sup> Este principio es universal para las unidades terminológicas.

<sup>31</sup> En realidad se trata de causas estilísticas, y así debería llamarse el bloque, entendiendo estilo como la manera de escribir, la calidad retórica del estilo, y no el estilo como registro funcional.

engloba as diversas propostas alternativas que se originam em uma língua para evitar os empréstimos.

Já no sexto e último bloco se encontram as causas cognitivas que, de acordo com a estudiosa, fazem referência à imprecisão conceitual, à distanciação ideológica e às diferenças na conceitualização. Freixa (2013), no propósito de revisar essa classificação, afirma que:

Definitivamente, a imprecisão dos conceitos, as diferenças na conceitualização que podem fazer dois indivíduos ou dois grupos são fatores que causam variação: primeiro no nível dos conceitos, e depois, no processo e resultado da denominação.<sup>32</sup> (FREIXA, 2013, p. 42, tradução nossa)

Nessa conjuntura que envolve as causas cognitivas, o fenômeno da variação terminológica, além de ser motivado pelos elementos destacados por Freixa (2013), mencionados anteriormente, mantém relação de proximidade com as expressões estilísticas (FREIXA, 2006). Ou seja, são expressões utilizadas pelo produtor do texto que podem funcionar como um componente enfático, que atribui graus de importância aos conceitos no processo de denominar.

Por outro ângulo, os estudos desenvolvidos por Seghezzi (2011), ao analisar as causas da variação, evidenciam que, dentre as causas motivadoras, estão as textuais. A autora destaca que essas causas se relacionam ao sentido que a denominação selecionada atribui ao que já foi explicado no texto e pode revelar também o uso de formas mais explicativas e transparentes para facilitar a comunicação.

Logo, ao escolher uma unidade terminológica, mesmo que não tenha consciência plena dessa seleção, o autor realiza as escolhas a partir de um objetivo que, por sua vez, poderá influenciar o interlocutor do texto na interpretação da informação. Enfim, a variação se dá tanto pelos diferentes posicionamentos de uma comunidade como pelos mecanismos linguísticos de cada língua, assim como pelas necessidades do texto.

Seghezzi (2011) afirma que as causas de variação podem estar relacionadas à “distinção de variação do mesmo autor (autovariação) ou entre

---

<sup>32</sup> Definitivamente, la imprecisión de los conceptos, las diferencias en la conceptualización que pueden hacer dos sujetos o dos colectivos son factores que provocan variación: primero en el nivel de los conceptos y después en el proceso y resultado de la denominación.

diferentes autores (heterovariação)<sup>33</sup>. (SEGHEZZI, 2011, p. 63, tradução nossa). No caso desse trabalho, que analisa a variação existente nas teorias da argumentação, a variação pode ocorrer tanto entre autores que se definem de mesma subárea, quanto entre diferentes autores que pertencem a diferentes subáreas. Delimitamos, para nossas análises, os casos em que o autor utiliza o fenômeno da variação em um mesmo texto, ou seja, a autovariação, e entre autores e textos diferentes, heterovariação.

A escolha lexical do produtor do texto (sujeito-autor) revela muito do que ele pensa e defende, logo, o repertório terminológico não poderia ser entendido como um léxico fixo e estático. Por esse ângulo, os aspectos da variação da língua só confirmam que o fenômeno não se configura em um obstáculo à comunicação. Pelo contrário, permite diferentes possibilidades de observar um objeto e variadas formas de referir-se ao termo no texto especializado.

Os aspectos variacionistas configuram-se em um assunto polêmico que necessita de estudos mais aprofundados, e acreditamos que algumas contribuições teóricas poderão surgir advindas de nossa pesquisa. Nesse sentido, esclarecemos que, entre as causas apresentadas em Freixa (2002), estudadas e reformuladas tanto pela autora (2005, 2005, 2013 e 2014) quanto pelos demais estudiosos (SEGHEZZI, 2011; SILVEIRA, 2013), adotamos as noções de causas discursivas e cognitivas para observarmos as motivações que instigam a ocorrência da variação nas teorias da argumentação em um mesmo autor e em um mesmo texto, bem como entre autores e textos diferentes.

A escolha pelas causas da variação em foco se justifica tanto pela necessidade de delimitação do tema em um trabalho acadêmico quanto pelo fato de que intentamos observar quais as motivações que induzem um mesmo produtor do texto a utilizar o fenômeno da variação no mesmo texto e, ainda, o que motiva autores diferentes a lançarem mão das variantes em textos diferentes.

A nosso ver, atentar para as diferentes maneiras de denominar os conceitos em um mesmo texto e em textos diferentes, sobre a área, torna-se importante e necessário para traçarmos a representação conceitual do domínio. Ademais, deparamo-nos com a realidade das teorias da argumentação, em que as

---

<sup>33</sup> Las causas de la variación en terminología: la distinción de la variación en un mismo autor (autovariación) o entre autores diferentes (heterovariación).

subáreas apresentam epistemologias diferentes e, conseqüentemente, podem gerar denominações distintas em uma mesma produção textual. A nosso ver, elencar essas motivações poderá ser de grande utilidade para o enriquecimento do vocábulo terminológico da área.

Nesse sentido, após esclarecer alguns percursos no que se refere às causas da variação denominativa, seguimos apresentando as questões que envolvem a autovariação e a heterovariação entre os estímulos que provocam a variação. Acrescentamos ainda a essas abordagens os nossos posicionamentos no que se refere às causas discursivas e cognitivas como foco das discussões, bem como a correlação entre elas.

### 2.3.1.3 Correlação entre os tipos e as causas da variação denominativa

Expusemos, na seção anterior, as causas da variação denominativa em Terminologia. Nesta parte das discussões, apropriamo-nos das ideias defendidas por Freixa (2002, 2005, 2006, 2013 e 2014), compartilhadas ainda por Seghezzi (2011) e por Silveira (2013), que distinguem a variação entre um mesmo autor – autovariação – e entre autores diferentes – heterovariação, como fenômenos motivadores para se observarem as causas da variação denominativa em um *corpus* especializado.

Por meio dessa distinção, as causas da variação denominativa ocorrem em função dos tipos de variação, conforme Freixa (2005) e Silveira (2013). Nesse sentido, elaboramos o quadro a seguir, com o intuito de ilustrar o debate estabelecido pelos referidos autores e delimitar as causas da variação que contemplamos na tese.

**Quadro 9 – Relações entre causas, ocorrências e autovariação/ heterovariação**

<b>CAUSAS DA VARIAÇÃO</b>	<b>OCORRÊNCIAS</b>	
<b>Causas dialetais</b>	Autores diferentes	Heterovariação
<b>Causas funcionais</b>	Mesmo autor – diferentes textos	Autovariação
<b>Causas discursivas</b>	Mesmo autor – mesmo texto	Autovariação
<b>Causas interlinguísticas</b>	Mesmo autor ou diferentes autores	Autovariação Heterovariação
<b>Causas cognitivas</b>	Mesmo autor ou autores diferentes	Autovariação Heterovariação (dependendo do subtipo analisado)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Freixa (2005) e Silveira (2013).

Para Freixa (2005), a autovariação diz respeito ao recurso utilizado pelo autor do texto de variar diferentes denominações para um mesmo conceito em um mesmo texto. Já a heterovariação pode envolver diferentes autores, de lugares diversos, que podem pertencer a correntes teóricas diferenciadas, a grupos sociais e períodos díspares que utilizam os mesmos conceitos partindo de elementos ideológicos diferentes e/ou de posicionamentos teóricos distintos.

Concordamos com os posicionamentos de Serra (2014), para quem a concepção de autovariação se refere às escolhas que o produtor do texto deve realizar em função tanto de evitar a repetição enfadonha quanto de adequar o texto aos diferentes interlocutores a quem se direciona. Para esse pesquisador, o conceito de autovariação está relacionado a recursos estilísticos a que o produtor recorre para atender aos seus propósitos no ato da construção textual.

Assim, por meio do quadro ilustrativo anterior, observamos que, para cada causa, há um tipo diferente de variação. Nesse sentido, mantendo-nos fiéis ao objetivo do trabalho e ao *corpus* constituído para nossa investigação, delimitamos as causas discursivas e as cognitivas como foco de análise, considerando as relações estabelecidas com a autovariação e a heterovariação.

A variação denominativa, apresentada por Freixa (2002), como causa discursiva está relacionada tanto aos recursos retóricos quanto estilísticos, que dizem respeito às escolhas realizadas pelo autor no ato da produção do texto. Já as causas cognitivas dizem respeito aos aspectos da flutuação conceitual no ato de denominar as unidades que representam a terminologia da área especializada.

Podemos afirmar que essas escolhas se referem tanto ao estilo individual do autor, que pode estar relacionado aos conceitos dos termos, que são escolhidos, quanto ao conhecimento que o autor expressa do assunto que está sendo abordado. Quando falamos em “estilo individual”, estamos compreendendo que o indivíduo faz parte de uma comunidade discursiva e que, por essa razão, realiza escolhas lexicais condizentes com o grupo. Com relação às causas discursivas e às causas cognitivas podem ocorrer em um mesmo texto de um mesmo autor (autovariação) ou entre textos diferentes e de diferentes autores (heterovariação).

Sendo assim, segundo Freixa (2002), com relação às causas discursivas, as razões que provocam esse tipo de variação estão associadas às necessidades que os falantes revelam na “procura de sinônimos para o que já foi dito de uma

determinada maneira que não se torne repetitivo, em algumas ocasiões; que seja mais econômico em outras; mas que também seja enfático, criativo ou expressivo outras vezes”<sup>34</sup> (FREIXA, 2002, p. 146, tradução nossa).

Freixa (2002) divide, ainda, essa tipologia em três subtipos, de acordo com a funcionalidade das escolhas terminológicas no texto, a saber: impedimento da repetição, economia linguística e criatividade, ênfase e expressividade.

O recurso utilizado pelo produtor do texto, com vistas a evitar a repetição, torna-se necessário como forma de proporcionar a evolução e ampliação das informações apresentadas no texto. Em outras palavras, uma unidade terminológica pode ser retomada no texto por diferentes elementos que vão desde o uso de pronome até outras denominações retomando o termo anterior.

No tocante ao segundo subtipo das causas discursivas, refere-se à economia linguística. De acordo com Freixa (2002), há um princípio de economia que orienta o produtor do texto a usar unidades terminológicas de forma “encurtada”, como modo de referir-se a uma unidade já mencionada no texto.

Com relação ao último subtipo, apresentado por Freixa (2002), a motivação consiste em abordar aspectos de criação, originalidade e expressividade das unidades terminológicas a que o autor do texto poderá recorrer para expressar as intenções e necessidades comunicativas que julgar importantes.

Já as causas cognitivas estão relacionadas à variação terminológica que podem surgir em um mesmo texto de um mesmo autor (autovariação) ou entre textos de diferentes autores (heterovariação), dependendo do subtipo encontrado no *corpus*. As motivações que levam um produtor de texto a utilizar as causas cognitivas estão relacionadas a vários pontos de vista que subjazem a uma mesma unidade terminológica. De acordo com Freixa (2002, p. 154, tradução nossa), são causas que “referem-se a diferentes conceitualizações causadas por diferentes pontos de vista”<sup>35</sup> e podem apresentar ainda imprecisão nos conceitos e distanciamento ideológico.

O primeiro subgrupo explicitado por Freixa – a imprecisão conceitual – faz referência aos diferentes posicionamentos que orientam o ponto de vista do produtor do texto, no momento de realizar as escolhas lexicais que comporão os textos. No

---

<sup>34</sup> Busca expressions sinònimes per al que ja ha estat dit d'una manera determinada en l'intent de no resultar repetitiu, en algunes ocasions; de ser més econòmic, en d'altres; i també de ser emfàtic, creatiu o expressiu, encara en d'altres.

<sup>35</sup> Referim a les diferents conceptualitzacions provocades per diferents punts de vista.

caso da terminologia das teorias da argumentação, esse ponto se torna fundamental pelo fato de os autores, que constituem o CORPARG, usarem as unidades terminológicas a partir do ponto de vista teórico que orienta as investigações. Ademais, ao utilizar uma ou outra UT nas produções, o produtor do texto revela tomadas de decisões teóricas.

No que se refere à segunda classificação – distanciamento ideológico –, as questões teóricas influenciam diretamente as escolhas das unidades terminológicas. Em outras palavras, a ação de observar um mesmo fenômeno sob diferentes pontos de vista pode resultar em distintas denominações. É o caso, por exemplo, das teorias da argumentação, que apresentam o mesmo fenômeno de estudo nas diversas perspectivas teóricas, o que resulta na diversidade terminológica que temos discutido nesta pesquisa.

As diferenças nas conceituações das teorias da argumentação são motivações para as causas cognitivas da variação. De acordo com Freixa (2002), esse tipo de variação acontece entre disciplinas diferentes. No nosso caso, especificamente, essa motivação está relacionada aos diferentes enfoques teóricos com os quais as teorias da argumentação são estudadas e, conseqüentemente, está relacionada ao subtipo anterior que menciona a distanciamento ideológico.

Um mesmo fenômeno analisado sob os vários aspectos promovem diferentes formas de observá-lo e é comum que cada estudioso use diversas denominações e conceitualizações no momento de utilizar a terminologia que representa o objeto que vem sendo estudado por ele. Destaque-se que essas questões tanto podem ser retomadas por um autor no mesmo texto, como por autores de textos diferentes sobre o mesmo tema.

Após evidenciarmos algumas considerações sobre a variação denominativa e as causas que a motivam; na subseção seguinte, discutimos as questões teóricas da Terminografia e os pressupostos delimitados para a construção da nossa proposição de Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

## 2.4 PRINCÍPIOS DA TERMINOGRAFIA

Até esta etapa da tese, apresentamos, na primeira parte do capítulo, as noções basilares sobre a área de domínio, com vistas a facilitar o entendimento do interlocutor sobre a área de estudos delimitada para desenvolver a investigação. Na

segunda, abordamos os aportes teóricos que envolvem os conceitos da Terminologia e, na terceira parte, expusemos os aspectos da variação terminológica, com destaque para os tipos e as causas da variação na autovariação e na heterovariação. Essas abordagens se configuram em assuntos relevantes e necessários para o desenvolvimento da presente pesquisa. Nesta subseção, seguimos discutindo questões da Terminografia que são importantes para a construção do nosso posicionamento com relação à organização e à sistematização da terminologia das teorias da argumentação.

Para além dessa dimensão, os estudos da Terminografia emergem em consonância com os aspectos teóricos e metodológicos da Terminologia, entendidos, de modo geral, como a parte aplicada dessa última, cujo objetivo consiste em produzir um dicionário, glossário, vocabulário, banco de dados, dentre outros produtos terminográficos. Enfim, a Terminologia e a Terminografia se configuram em ciências do léxico que se complementam no tratamento das unidades terminológicas.

Partindo dessa confluência entre as ciências do léxico, nesta parte do trabalho, propomo-nos a estabelecer os elementos da Terminografia fundamentais para traçar os passos delimitados e necessários ao desenvolvimento da proposição do glossário terminológico da área de estudos. Para tal, apresentamos algumas considerações com relação à natureza, ao funcionamento e aos objetivos da Terminografia, bem como os elementos que fazem parte diretamente da construção do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Antes de atender aos propósitos mencionados, achamos por bem estabelecer os limites entre a Terminologia e a Terminografia no desenvolvimento de uma investigação. A primeira promove reflexões que norteiam as decisões teóricas no que se refere aos aportes que dão sustentação ao fazer terminográfico. De acordo com Oliveira (2010, p. 25), a Terminologia tem como meta estudar os “termos de uma determinada área de especialidade, usados em contextos comunicativos específicos, visando, de igual forma, à reflexão metodológica sobre o processo de elaboração de recursos terminológicos e/ou sobre a sua otimização”.

Dito de outro modo, as investigações em Terminologia envolvem estudos sobre as unidades terminológicas em espaços de construção específicos de uma área especializada, portanto, em espaços reais de comunicação, com o propósito de organizar e sistematizar essa terminologia em forma de um produto terminográfico.

Esses produtos contemplam desde o dicionário especializado até o banco de dados, dentre outras obras.

Já a Terminografia, que também se preocupa, segundo Cabré (1993), com os aspectos teóricos que envolvem as unidades terminológicas, diz respeito ao fazer concreto da proposta, que se relaciona diretamente com o levantamento e o estudo dos termos pertencentes à área especializada. Enfim, refere-se ao modo do fazer terminológico. Nesse sentido, podemos defini-la como “uma atividade prática que abrange as operações de recolha, sistematização, validação e apresentação dos termos de um determinado domínio ou atividade humana” (MILNER, 2000, p. 43). Em suma, as atividades desenvolvidas tanto pela Terminologia quanto pela Terminografia se inter-relacionam nos estudos das unidades lexicais especializadas.

Convém salientar que um projeto terminográfico envolve a participação de vários estudiosos, sendo, portanto, de caráter multidisciplinar, haja vista ser necessário, de acordo com as particularidades do trabalho, acionar os conhecimentos dos terminólogos e linguistas ou tradutores, os conhecimentos dos especialistas da área de estudos e os saberes dos profissionais da informática.

Esse conjunto de profissionais envolvidos no processo de construção de um trabalho terminográfico se torna imprescindível pelo fato de que cada um deles exerce uma função na ação planejada. Ou seja, cabe ao terminólogo e linguista a função de organizar o projeto que contemple a terminologia de uma área especializada, que pode, por sua vez, ser do interesse do estudioso ou ser solicitado pelo especialista da área especializada. Já ao profissional da tradução cabe a função de ser o responsável pelos estudos sobre os termos equivalentes, caso seja essa a proposta do trabalho.

Convém salientar que é fundamental a participação do especialista da área, uma vez que, segundo Quiroz, Muñoz e Zapata (2002), esse é o profissional mais capacitado e com mais domínio para lidar com uma área de conhecimento. Por fim, os profissionais da informática são responsáveis pelo manejo das ferramentas computacionais necessárias ao desenvolvimento do trabalho. De todo modo, para que seja possível unir esses participantes na realização de um projeto com tais propósitos, convém acrescentar o planejamento da obra como fator preponderante para o sucesso do trabalho.

Feito esses esclarecimentos, embora a Terminografia represente a parte aplicada das atividades em Terminologia, isso não se dá de forma aleatória. De acordo

com Cabré (1993), um trabalho terminográfico deve respeitar os princípios teóricos que se impõem sobre os termos:

- a consideração dos termos como unidades duplas indivisíveis: a forma e o conteúdo;
- a tendência para manter uma relação única entre a forma e o conteúdo de um termo;
- a localização necessária de um termo em um campo conceitual particular, sem referência ao qual não teria um valor específico;
- a relação inevitável de cada conceito com os demais conceitos com os quais constitui um campo específico;
- o conjunto de possibilidades estruturais que possuem as denominações<sup>36</sup>. (CABRÉ, 1993, p. 266, tradução nossa).

Ainda de acordo com a autora, todos esses elementos atribuem à Terminografia um caráter de atividade prática cuidadosa, organizada, sistematizada e orientada pelas bases explícitas de uma teoria sobre os termos.

Enfim, sobre as características que constituem os estudos da Terminografia, acrescentamos que, com relação à natureza, trata-se de uma ciência que se configura em uma atividade prática com aportes teóricos e metodológicos específicos, mas que mantém relação de imbricamento com os fundamentos da Terminologia. No que se refere aos objetivos, consiste na busca de respostas para preencher as lacunas existentes na organização dos conhecimentos de uma área especializada. De todo modo, a Terminografia se constitui em uma ciência do léxico com a função de identificar, sistematizar e organizar as terminologias que circundam as comunicações especializadas.

Ademais, de acordo com Cabré (1993), a prática terminológica, entendida como a Terminografia, independente da concepção teórica, pode apresentar um processo distribuído em fases, dentre cujos critérios de caracterização, o primeiro é definir o número de línguas envolvidas no trabalho. Então, no nosso caso e compartilhando das ideias apresentadas pela autora supracitada, o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, exposto nesta tese, é de

---

<sup>36</sup> - la consideración de los términos como unidades indisociables de doble vertiente: la forma e el contenido;  
 - la tendencia a mantener una relación unívoca entre la forma e el contenido de un término;  
 - la necesaria ubicación de un término en un campo conceptual determinado, sin referencia al cual no tendría un valor específico;  
 - la relación ineludible de cada concepto con los demás conceptos con los que constituye un campo específico;  
 - el conjunto de posibilidades estructurales que poseen las denominaciones.

caráter “sistemático monolíngue” (CABRÉ, 1993, p. 290), já que tratamos apenas da Língua Portuguesa e não da equivalência entre idiomas distintos.

Após essas explicações no que se refere aos aspectos da Terminografia, passamos a discutir os elementos terminográficos, de modo que possamos estabelecer as demarcações necessárias para fundamentar a proposição do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação. Nesse caso, além da noção de exequibilidade que um trabalho desse porte deve ter, torna-se ainda indispensável atentar para alguns aspectos que, de acordo com Barros (2006), abrangem desde o tipo de obra até a viabilidade do projeto.

A própria autora sugere algumas questões que servem para nortear o nosso olhar no processo de construção do plano de trabalho. Dentre os aspectos apresentados, destacamos o tipo de obra, que está atrelado tanto aos objetivos quanto ao público que se pretende atingir com a proposição do produto terminográfico.

Logo, definir o consulente também se torna necessário para determinar a linguagem que será utilizada nas definições. Se o dicionário for dirigido a profissionais específicos de uma área, a obra deve apresentar “alta densidade terminológica” (BARROS, 2006, p. 191). No entanto, se o objetivo for atingir estudantes de graduação, o importante é que as informações sejam claras e coerentes, para que possam cumprir a função de auxiliar o usuário que ainda se encontra em formação. Além do mais, a nomenclatura e os dados que serão veiculados no produto terminográfico também estão relacionados ao público-alvo escolhido.

Podemos afirmar, então, que determinar a quem se dirige a obra é mister para as decisões tomadas pelo autor do dicionário. Desta forma, esclarecemos que o público a quem direcionamos nossa proposta é o estudante universitário, iniciante nos estudos das teorias da argumentação, embora possa ainda ser utilizada pelos docentes como apoio didático no desenvolvimento das ações pedagógicas. Temos como finalidade a proposição de “um instrumento de auxílio à aquisição de conceitos básicos de uma disciplina científica ou técnica ensinada nas escolas” (BARROS, 2004, p. 191). Mais especificamente, na área de conhecimento da argumentação que circunda o espaço universitário.

Outro aspecto importante, nesse processo de planejamento, relaciona-se ao domínio escolhido para desenvolver a proposta do trabalho, que pode ser realizada tanto pela solicitação de profissionais de uma empresa ao terminólogo como pelo interesse do pesquisador. Este é o nosso caso. O que está em evidência, nesse

aspecto, é que o “terminólogo é um cientista da linguagem capaz de, entre outras coisas, elaborar todo tipo de obra terminográfica” (BARROS, 2004, p. 192), sem necessariamente ser um especialista no domínio. Cabe, portanto, ao estudioso das ciências do léxico adquirir conhecimentos que possam capacitá-lo para uma visão geral da área especializada com foco dos estudos terminológicos.

Diante desse cenário, o dicionário terminológico<sup>37</sup> não é apenas uma súmula de palavras técnicas traduzidas em outro idioma, tampouco um compêndio cheio de definições, mas “uma obra complexa, com informação útil para o usuário, que é necessário entender onde e como se origina, a quem se destina e para que tem sido produzida”.<sup>38</sup> (MARZÁ, 2012, p. 100, tradução nossa). Tal entendimento nos leva a afirmar que a construção de um produto terminográfico conduz o autor a se instrumentalizar tanto teórica quanto metodologicamente para delinear, planejar e realizar escolhas muito antes de passar a desenvolver a obra.

Sob essa perspectiva, levando em consideração os pressupostos de que o dicionário é uma obra terminográfica com fins e características específicos, sendo, portanto, único em sua modalidade, justifica-se o plano de trabalho apresentado nesta tese, cujo escopo é a proposição das bases teóricas e metodológicas para a construção do protótipo de Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, tomando por base os aspectos da variação.

Vale salientar que um produto terminográfico apresenta, em um primeiro aspecto, uma organização estrutural externa, que diz respeito aos componentes que envolvem o planejamento descrito anteriormente, assim como as informações sobre os autores, data, área de domínio, entre outros elementos. Pontes (2009) apresenta ainda uma organização interna que consiste na megaestrutura, passando pela macro e medioestrutura, com destaque para a parte do dicionário que contempla o chamado “material interposto” e ainda a microestrutura que compõe o dicionário.

O uso dessa terminologia sofre variação entre os autores e, de acordo com Pontes (2009), não há uma nomenclatura padrão. Nesse sentido, para as finalidades desta tese, atendendo aos objetivos propostos, apropriamo-nos das concepções desenvolvidas em Barros (2004), Welker (2004) e Pontes (2009), quando destacam

---

<sup>37</sup> Conforme já esclarecemos, respaldamo-nos na definição de “dicionário terminológico” adotada por Barros (2004, p. 144).

<sup>38</sup> Una obra compleja, con multitud de información útil para el usuario, que hace necesario entender dónde y cómo se origina, a quién va destinada y para qué ha sido confeccionada.

que os componentes estruturais de uma obra estão relacionados à megaestrutura, à macroestrutura, à medioestrutura e à microestrutura.

Enfim, tendo em vista esse panorama, conforme demonstramos nas discussões abordadas, cada produto terminográfico apresenta uma organização própria, com objetivos específicos e público-alvo definido, configurando-se em elementos externos, assim como uma organização interna da obra, que se relaciona às escolhas realizadas pelo terminólogo, visando contemplar o planejamento traçado para a construção do produto terminográfico.

Dito isso, passamos a discutir os elementos estruturais de uma obra, apresentando, a seguir, as escolhas realizadas para a estruturação da proposição discutida nesta investigação, com os esclarecimentos das concepções teóricas que norteiam a megaestrutura do dicionário.

#### **2.4.1 Megaestrutura**

De acordo com os posicionamentos apresentados nesta tese, os elementos estruturais de uma obra terminográfica são organizados de forma semelhante às obras lexicográficas. Damim (2005) afirma que a megaestrutura do dicionário consiste em sua estrutura, sendo composta pela macroestrutura, medioestrutura e microestrutura, bem como por materiais externos.

Partindo desse entendimento, Pontes (2009, p. 67) destaca que a megaestrutura contempla “as páginas iniciais (elementos preliminares, material anteposto), o corpo (nomenclatura ou macroestrutura) e as páginas finais (material posposto)”. Em síntese, esse elemento estrutural abarca todos os componentes que constituem o dicionário, resultando no conjunto geral da obra.

Desse modo, as páginas iniciais podem se relacionar com a apresentação do dicionário, com o guia de uso ou prólogo e exercem a função de explicar como o consulente poderá tirar proveito da obra. Assim, pode envolver tanto as explicações com relação às características quanto à forma de manusear a obra. Essa parte do dicionário é definida por Pontes (2009) como a introdução em que o dicionarista ou o especialista da área de estudos destaca a importância da obra e convida o leitor a fazer o melhor uso possível dela.

Observamos que a forma como essas páginas iniciais são estruturadas e organizadas no dicionário não é unânime entre os dicionaristas. Todavia, de modo

geral, tomando por base os estudos de Pontes (2009), compreendemos essa parte da obra como um conjunto de informações que podem contemplar as características técnicas da obra terminográfica, a apresentação dos critérios selecionados pelo terminólogo, as indicações de uso e do tipo de leitor que se pretende atingir, bem como os objetivos da obra.

Castillo (1997) afirma que, em muitos dicionários, o elemento introdutório não faz parte do dicionário e, quando aparece, muitas vezes é bastante limitado ou muito extenso. Assim, defendemos que essa seção do dicionário deve levar em consideração as informações pertinentes com relação aos esclarecimentos da obra em questão, sempre em consonância com os objetivos que o dicionário pretende atingir e direcionado ao público-alvo definido. Embora não tenhamos registros ou pesquisas que afirmem a relevância da introdução do dicionário para o entendimento da obra por parte dos usuários, acreditamos ser nesse ponto que o pesquisador deverá apresentar os encaminhamentos que servirão de guia para o processo de consulta.

Ainda de acordo com Castillo (1997, p. 27), na introdução “se inclui aqui qualquer outra informação que se considere pertinente e que o consulente deva conhecer antes de começar a leitura”. É um espaço em que o dicionarista poderá esclarecer ao consulente sobre as decisões tomadas para a construção da obra, assim como apresentar pistas que possam orientá-lo a aproveitar o máximo do processo de consulta e armazenamento das informações que se mostrem mais relevantes para o processo de aprendizagem durante a consulta do dicionário.

Outras informações são pertinentes ao consulente e podem vir nessa parte introdutória, conforme os dados expostos no Dicionário de Linguística da Enunciação (FLORES, 2009). Nessa obra, as páginas iniciais contemplam o prefácio, as palavras ao leitor, o relato de uma expedição terminológica, o guia do usuário, a lista de abreviaturas e as siglas, os dados sobre as equipes que trabalharam na produção da obra, a lista alfabética de termos e a lista de verbetes.

Em suma, todas essas informações importantes para o consulente devem ser organizadas de forma clara para que possa atender à função a que se propõe: aclarar o percurso da busca com dados relevantes para a consulta. Diante dessa visão geral de que se compõe a megaestrutura, outra parte necessária, que complementa as informações e que faz parte dos elementos estruturais é a macroestrutura - assunto do próximo tópico.

## 2.4.2 Macroestrutura

Conforme demonstramos na seção anterior, a composição organizacional de um produto terminográfico envolve vários elementos estruturais, ficando sob a responsabilidade do terminólogo escolher aqueles componentes que se adequam melhor à proposta de trabalho. A megaestrutura diz respeito a todas as partes de composição do dicionário, envolve da primeira à última página da obra, conforme exposição anterior. Nesta subseção da tese, priorizamos o debate sobre a macroestrutura, que está sendo entendida, de acordo com Barros (2004), como o componente estrutural relacionado à organização das informações do verbete.

Já para Krieger, Maciel e Finatto (2000, p. 147), “além do repertório de termos, a macroestrutura está relacionada à parte introdutória, partes complementares e de fontes de consultas bibliográficas”. Já para Castillo (1997, p. 27, tradução nossa), a macroestrutura é composta por “parte introdutória, corpo da obra e os anexos”<sup>39</sup>. Ou seja, o todo do dicionário.

Convém ressaltar que essa questão também não apresenta consenso nas definições e, conseqüentemente no uso. Sendo assim, a macroestrutura, neste trabalho, contempla em seu arcabouço a lista de entradas com as UT e os verbetes, que consistem na organização dos dados das unidades da lista. Nesse sentido, a macroestrutura, para Miranda (2007, p. 262), “é tudo aquilo que tem a ver com a progressão vertical do dicionário”.

A organização da macroestrutura, nesse sentido, tanto poderá ser em ordem alfabética como em “família de palavras” (FROMM, 2004, p. 142). No caso da nossa proposição, optamos pela disposição das unidades-entradas em ordem alfabética, utilizando o critério de representatividade da terminologia para a área de estudos.

Assim, além da macroestrutura, que funciona como uma apresentação geral da obra, outra seção importante para o dicionário é a microestrutura que complementa as informações apresentadas na macroestrutura. No entanto, antes de abordá-la em nosso trabalho, apresentamos, a seguir, o componente organizacional que se relaciona à medioestrutura.

---

<sup>39</sup> a) parte introductória, b) cuerpo de la obra, c) anexos.

### 2.4.3 Medioestrutura

No que diz respeito à medioestrutura, assumimos a concepção de Damim (2005, p. 24), quando afirma que esta parte consiste em um “sistema de referência entre as diferentes partes do dicionário”. Esse sistema de referências está relacionado às remissivas, que permitem interligar os elementos da macroestrutura com as informações que norteiam a microestrutura.

Nesse sentido, as remissivas de um dicionário servem para guiar o usuário de uma pesquisa à outra seja interna ou externamente. Segundo Welker (2004, p. 177), “existem remissões não somente dentro do dicionário, como também fora”. As remissivas externas dizem respeito às pesquisas ou ao *corpus* que o autor da obra selecionou para a construção do trabalho terminológico. Isso se dá, principalmente, pelo fato de que cada escolha está relacionada diretamente com o usuário, já que as decisões tomadas pelo dicionarista devem atender às necessidades do consulente, conforme já demonstramos na seção em que apresentamos o planejamento da obra

Ainda segundo Welker (2004, p. 177), “as mais importantes são, evidentemente, as remissivas internas” que, além de apresentarem a função de impedir as repetições no dicionário, assumem o papel de “facilitar ao leitor a ampliação de conhecimentos em relação ao tema consultado” (PONTES, 2009, p. 88). As remissivas têm a função de interligar as diversas variantes no dicionário, evitando que uma unidade terminológica fique isolada da outra, no que se refere às significações, facilitando, inclusive, o acesso às informações pertinentes na consulta.

O sistema de remissivas tanto pode funcionar dentro dos verbetes, como pode fazer referências às relações semânticas das unidades terminológicas que compõem a obra. De todo modo, a remissão está relacionada às relações que as unidades mantêm umas com as outras no domínio repertoriado.

Nesse sentido, essa sequenciação serve para demonstrar ao consulente que as informações apresentadas estão conectadas em toda a obra e que ele poderá se valer desses dados para ampliar os conhecimentos não só dos termos, de forma pontual com a consulta, mas também desenvolver uma busca por maiores informações sobre a área de domínio, as referências e, até mesmo, o percurso traçado pelo terminólogo para se chegar à construção da obra.

Enfim, a medioestrutura exerce a função de interligar as informações que envolvem elementos desde a macro à microestrutura. A nosso ver, tem o papel de demonstrar que os dados que compõem o dicionário se complementam. Passemos então a tratar dos elementos que dizem respeito à microestrutura.

#### **2.4.4 Microestrutura**

De acordo com as subseções apresentadas anteriormente, em que destacamos os elementos estruturais do dicionário, reafirmamos a concepção de que a megaestrutura contempla o arcabouço geral da obra. Já a macroestrutura é a responsável pela organização das informações dos verbetes e a medioestrutura diz respeito às remissivas, que permitem ao consulente realizar uma leitura linear das UT. Com relação à microestrutura, como a própria denominação já revela, constitui-se de informações mais detalhadas sobre a terminologia que compõe a obra, sendo concretizada pelos verbetes.

Conforme afirmamos, as decisões tomadas nesse processo de organização, no que se refere aos elementos estruturais do dicionário, devem levar em conta, além dos objetivos e da finalidade da obra, a função que o consulente exerce nessa deliberação. Em outras palavras, o consulente é de fato o grande influenciador das escolhas realizadas pelo terminólogo no momento da construção do produto terminográfico.

Por essa razão, apoiamo-nos primeiramente em Miranda e Faria (2006, p. 117) que revalidam esse posicionamento, quando afirmam categoricamente que “toda informação dentro do artigo léxico<sup>40</sup> (seja na forma de um indicador estrutural, seja na forma de uma informação sobre a língua propriamente dita) deveria ter um valor efetivamente funcional”. Logo, é em função das necessidades do usuário que a estrutura de uma obra terminográfica deve ser planejada.

Nesse sentido, levando em consideração que o objetivo maior de um produto terminográfico é oferecer as informações terminológicas sobre o repertório vocabular de uma área especializada, vejamos o posicionamento de Castillo (1997, p. 29, tradução nossa), no que se refere aos elementos que compõem a microestrutura. Para o referido autor, na microestrutura, devem aparecer, pelo menos “o lema (quer

---

<sup>40</sup> Verbetes

dizer, o definido ou termo por definir), a informação gramatical, a definição e as notas de alcance”<sup>41</sup> (observações). Já para Welker (2004, p. 107), “a microestrutura deve ser organizada de forma constante, isto é, igual, padronizada em todos os verbetes” e, de acordo com Pontes (2009, p. 95), a microestrutura “consiste em um conjunto de paradigmas (ou informações) ordenados e estruturados, dispostos horizontalmente, ou seja, linearmente, após a entrada, dentro de cada verbete”.

Nessas circunstâncias, tomamos como nossos os posicionamentos defendidos em Pontes (2009), ao definir a microestrutura como o conjunto de paradigmas organizados dentro do verbete. Também nos respaldamos em Barros (2004, p. 156), quando afirma que a microestrutura funciona como “a organização dos dados contidos no verbete, ou melhor, o programa de informações sobre a entrada disposto no verbete”. Essa organização é definida atendendo às necessidades de cada obra.

Welker (2004, p.108) distingue a microestrutura sob duas perspectivas: uma concreta e outra abstrata. A microestrutura “concreta é aquela que se vê em determinado verbete, é a forma concreta em que as informações sobre o lema são dadas”. Já a microestrutura abstrata é, segundo Pontes (2009), construída antes. Assim, podemos dizer que se refere ao planejamento e será preenchida posteriormente pelas informações contidas na microestrutura concreta.

Pontes (2009) chama a atenção para os cuidados que devemos ter com a seleção e a organização dos paradigmas informacionais que compõem o verbete, uma vez que nem todos estarão presentes em uma obra. Nesse caso, devemos observar que alguns paradigmas se configuram como obrigatórios e devem constar na organização dos verbetes, já outros podem ficar a critério das escolhas do dicionarista.

Para exemplificar, demonstramos a seguir um plano de organização da microestrutura que fará parte do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação proposto nesta tese.

---

<sup>41</sup> - lema (es decir, el definiendum o término por definir),  
- información gramatical,  
- definición,  
- notas de alcance.

### Quadro 10 – Plano de organização da microestrutura

Verbetes = entrada (1) + informação gramatical (2) + definição (3) + contexto (4) fonte do contexto (5) ± nota (6) + fonte da nota (7) + forma variante (8) + nome da subárea (9) ± remissivas (10)

Fonte: Elaborado pela autora.

Enfim, as informações contidas na microestrutura, embora possam variar entre produtos terminográficos distintos, devem ser constantes no interior de uma mesma obra e expressar as informações sobre cada um dos termos. Esses paradigmas informacionais que compõem o verbete devem ser detalhados de modo que mantenha um diálogo claro com o usuário. Esse diálogo é, sobretudo, materializado na produção do verbete.

Por esse ângulo, convém destacar que o contato do consulente com a obra terminográfica se dá pela necessidade de se obterem informações sobre uma determinada unidade terminológica. Esse acesso se concretiza diretamente com as informações presentes no verbete que é formado de um “componente linguístico (a entrada), do indicativo de gramática e de uma definição” (BARROS, 2004, p. 156), bem como das notas que funcionam como informações adicionais no entendimento dessa unidade. Assim, de acordo com Pontes (2009), as informações presentes no verbete dialogam diretamente com o consulente. Nesse sentido, “o verbete constitui um enunciado lexicográfico, ou texto, que se forma a partir de um conjunto de respostas a uma série de perguntas que o usuário do dicionário pode fazer acerca de uma mesma unidade léxica, que aparece como entrada” (Pontes, 2009, p. 100).

Desse modo, a unidade terminológica funciona como a entrada do dicionário, é denominada em Terminologia como “*vedeta* (termo-vedeta ou termo-vedete)” (BARROS, 2004, p. 158) e exerce a função de orientar o consulente no momento da pesquisa. Portanto, aparece sempre em evidência, separada das demais informações apresentadas, podendo ser escrita em negrito ou fonte em número maior que os demais elementos do verbete e pode vir separada por dois pontos ou outro recurso gráfico.

A seguir um modelo do verbete que comporá o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

### Quadro 11 – Modelo de verbete do protótipo do dicionário

**Acordo prévio** *s.m* premissa compartilhada previamente entre os interlocutores da comunicação argumentativa.

**Contexto:** *Em nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem geralmente regras que estabelecem como a conversa pode iniciar-se, um **acordo prévio** resultante das próprias normas da vida social.* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

**Nota:** O acordo prévio consiste em uma ideia oriunda do locutor como ponto de partida para iniciar a argumentação, que presume compartilhar com o interlocutor os mesmos valores instituídos socialmente. Esses elementos apresentam a anuência do interlocutor e funcionam como ponto de partida da argumentação. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

**Forma variante:** contato intelectual.

**Subárea:** teoria da argumentação de base retórica.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, os elementos estruturais do produto terminográfico mantêm entre si uma relação de imbricamento, na medida em que estão todos interligados: a megaestrutura contempla o todo do dicionário, a macroestrutura apresenta uma visão global no que diz respeito à organização das entradas, a medioestrutura assume a função de estabelecer uma sequência entre todos os componentes, relacionando-se ao sistema de remissivas e a microestrutura apresenta uma visão mais detalhada da terminologia selecionada.

Concluindo, os elementos estruturais responsáveis pela organização de uma obra em Terminologia envolvem, conforme apresentamos, tanto aspectos da macro e da microestrutura quanto os componentes que promovem as remissivas. Esse conjunto de paradigmas em um todo organizacional permite ao usuário um maior aproveitamento das informações apresentadas pelo terminólogo.

Demonstramos, em síntese, na conclusão das abordagens realizadas neste capítulo, as noções sobre a área de domínio, os princípios da Terminologia, da variação terminológica e dos estudos em Terminografia que embasam os fundamentos teóricos da presente investigação.

## 2.5 SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Com o intuito de encerrar as discussões que permitiram a mobilização de algumas conceitualizações tanto da área de estudos quanto dos componentes teóricos que embasam a tese, retomamos alguns pontos para o entendimento do nosso percurso nessa incursão pelos fundamentos teóricos. Nesse sentido, contemplamos neste capítulo, além da parte introdutória, o primeiro tópico, com as abordagens sobre as noções da área de estudos selecionada para desenvolver a pesquisa; na segunda seção, tratamos dos princípios que norteiam as investigações em Terminologia; na terceira, expusemos os aspectos teóricos que envolvem a variação terminológica e, por último, refletimos sobre as questões que envolvem a Terminografia.

Os posicionamentos assumidos neste capítulo consistem nos fundamentos teóricos que se configuram relevantes para a organização e o embasamento da tese. Nesse sentido, sobre as noções acerca das teorias da argumentação, realizamos a incursão pela origem, em que contemplamos as primeiras alegações sobre o assunto e nos deparamos com os preceitos aristotélicos que orientam o elemento persuasivo do discurso.

Em seguida, verificamos que o momento de revitalização das teorias se deu com a presença dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, com a publicação do *Tratado da argumentação: a nova retórica*, em 1958, quando retomam as discussões da retórica clássica e recolocam o tema da argumentação como necessário às discussões que envolvem a linguagem argumentativa.

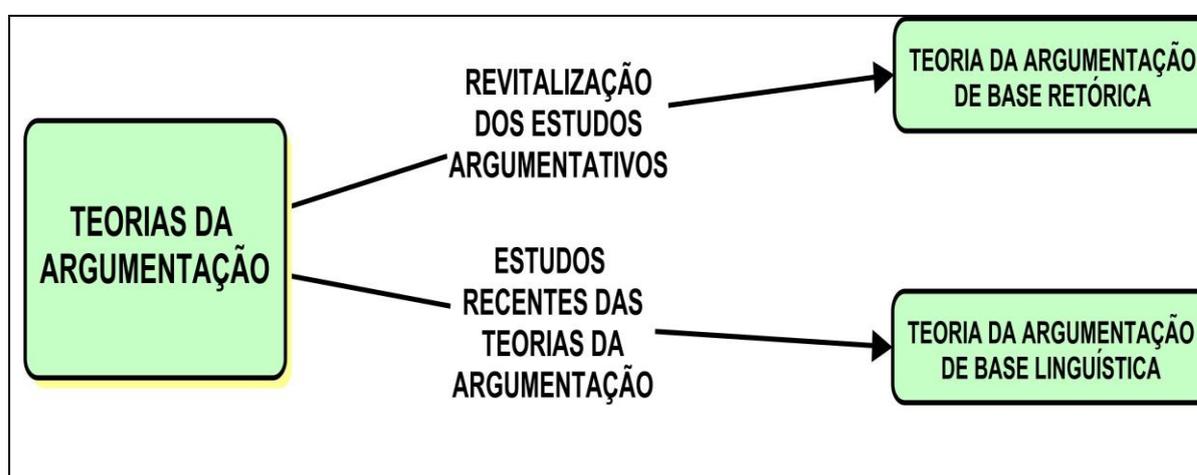
Para finalizar o percurso, ancoramo-nos nas pesquisas realizadas, inicialmente, por Ducrot, Anscombe e demais colaboradores, que defendem o caráter argumentativo da linguagem sob a perspectiva dos elementos estruturais da língua. Essa vertente teórica se divide em fases. A primeira fase aborda estudos direcionados à função dos conectores nos enunciados. Já a segunda fase contempla as diferentes vozes envolvidas na enunciação e a terceira fase, com a chamada *teoria dos Blocos Semânticos*, foi proposta principalmente por Marion Carel no desenvolvimento da Argumentação na Língua.

Diante desse panorama, em que o fenômeno da argumentação é estudado sob diferentes aspectos, delimitamos as duas teorias de maior representatividade no Brasil, a saber: as teorias da argumentação de base retórica e as de base linguística.

A noção de representatividade está baseada tanto nos dizeres de Garantizado Junior (2015), que partilha da ideia de que essas duas vertentes são as mais estudadas no Brasil, quanto nos trabalhos que compõem o *corpus* constituído para esta pesquisa. Em suma, tomando por base tanto o posicionamento de Garantizado Júnior (2015) quanto os resultados evidenciados no CORPARG, as duas teorias figuram no campo da argumentação como as vertentes teóricas de maior representatividade nos estudos argumentativos brasileiros.

A seguir, apresentamos as teorias selecionadas para sistematizar e organizar a terminologia.

**Figura 6 – Delimitação das teorias da argumentação para a investigação**



Fonte: Elaborado pela autora.

De posse das considerações que norteiam a área de domínio, após os esclarecimentos sobre a delimitação das teorias para nossa investigação, passamos ao segundo momento do capítulo que se destina a refletir sobre os princípios conceituais que envolvem a Terminologia.

Assim, focalizamos os pontos da Terminologia e dos objetos de estudos, a saber: a unidade terminológica e o texto especializado, que se constituem importantes para a construção da tese. Observamos que a Terminologia é uma ciência do léxico que, além de seu componente teórico, apresenta uma parte aplicada, cuja função é atender as necessidades dos profissionais, dos aprendizes e demais usuários que necessitam ter acesso às terminologias especializadas.

A área de estudos da Terminologia foi sistematizada pelo estudioso Eugênio Wüster, por volta de 1930, considerada nessa fase como uma ciência mais

prescritiva, tornando-se, décadas depois, com o avanço das tecnologias, uma área mais voltada à descrição das terminologias. Na evolução das pesquisas, os conceitos de unidade terminológica, de texto especializado e demais objetos de investigação dessa ciência sofreram modificações nas conceitualizações.

Apresentamos, com o mesmo percurso do capítulo, um quadro-síntese, cuja função é esclarecer a concepção tanto de unidade terminológica quanto a concepção de texto especializado, às embasam nosso posicionamento nesta tese.

**Quadro 12 – Princípios conceituais da Terminologia**

Objetos da Terminologia	Conceito delimitado na pesquisa
<b>Unidade Terminológica</b>	Para selecionar as unidades terminológicas pertencentes às teorias da argumentação, tomamos como pressuposto que uma unidade é constitutiva de forma e conteúdo, veiculadora de conceitos e faz parte do sistema conceitual de uma área especializada e/ou de uma comunidade de especialistas. Ela (a unidade terminológica) pode ser observada tanto no texto escrito quanto no texto oral e seus sentidos são ressignificados e atualizados em contextos discursivos. Logo, nesse processo de construção, as unidades terminológicas pertencentes à área especializada adquirem novos sentidos.
<b>Texto Especializado</b>	Entendemos o texto especializado como um espaço em que a terminologia surge naturalmente, revelando em seu arcabouço as características linguísticas e pragmáticas da área em tela, cuja função engloba ainda a comunicação entre os envolvidos no processo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dados os conceitos terminológicos que orientam nosso ponto de vista na observação dos dados, tanto com relação às UT que pertencem às teorias da argumentação quanto no que se refere à noção de texto especializado que selecionamos para a tese, passamos, na terceira seção do capítulo, a tecer considerações sobre variação terminológica. Nesse ponto, apresentamos os

fundamentos teóricos da variação, com ênfase nos tipos de variações e nas motivações, correlacionando-as à autovariação e à heterovariação.

Ainda nesta parte da tese, expusemos apenas as tipologias encontradas no CORPARG, embora tenhamos utilizado as exemplificações de Freixa (2014), para ilustrar os tipos de variação. Tomamos por base ainda as causas da variação discutidas por Freixa (2002), todavia delimitamos apenas as causas discursivas e cognitivas para refletirmos de que modo os tipos de variação e as causas dela ocorrem quando o autor varia consigo mesmo – autovariação –, seja em um mesmo texto, seja quando varia com outro autor em textos diferentes – heterovariação.

Assim, vejamos os posicionamentos conceituais sobre a variação terminológica que guiam nosso percurso analítico sobre o fenômeno expresso no CORPARG.

**Quadro 13 – Posicionamentos conceituais da variação terminológica**

	Delimitação para a pesquisa
<b>Variação Denominativa</b>	Defendemos que a variação denominativa pode provocar mudanças nos conceitos, pois cada sujeito-autor, ao retomar os sentidos de um termo no texto especializado, imprime em seu discurso suas marcas linguísticas, que estão, na maioria das vezes, relacionadas às experiências vividas, às escolhas lexicais feitas e ao próprio conhecimento que se tem da área.
<b>Pressupostos da variação: autovariação e heterovariação</b>	Para esta tese, conceituamos a autovariação como o tipo de variação denominativa que ocorre nas escolhas lexicais realizadas pelo mesmo produtor textual ao utilizar diferentes denominações para manifestar uma mesma ideia ou conceito no mesmo texto. Já a heterovariação consiste no ato de os produtores dos textos variarem entre si em textos diferentes.
<b>Causas discursivas da variação</b>	Compartilhamos da ideia de Serra (2014), quando apresenta as causas discursivas da variação como aquelas que envolvem os elementos retóricos e estilísticos do texto, pois estão relacionadas aos aspectos

### Quadro 13 – Posicionamentos conceituais da variação terminológica

(continuação)

	Delimitação para a pesquisa
<b>Causas discursivas da variação</b>	comunicativos como clareza e estilo textual.
<b>Causas cognitivas da variação</b>	As causas cognitivas são motivadas por imprecisão conceitual, diferentes conceitualizações e distanciação ideológica, já que os produtores textuais partem de pontos de vista diferentes para observarem seus fenômenos de estudos e expressam em suas produções essas flutuações terminológicas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Acreditamos que este quadro se torna elucidativo no que se refere aos componentes que fundamentam a variação terminológica, proporcionando ao leitor um olhar mais objetivo sobre os aspectos detalhados em nossas análises.

Seguimos nossa incursão pelos aportes teóricos que fundamentam a nossa pesquisa, apresentando os componentes estruturais de uma obra terminográfica. Dentre as atividades que permeiam essa ação, pontuamos o planejamento do trabalho com a finalidade de esclarecer os procedimentos que devem ser seguidos pela equipe na produção de uma obra. Nesse sentido, torna-se imprescindível explicitar como deve ser o projeto de uma obra terminográfica e quais os preceitos que o norteiam.

Acrescente-se a isso que tomamos por base os estudos realizados por Pontes (2009), quando afirma que a megaestrutura proporciona uma visão geral da obra terminográfica e que a macroestrutura, enquanto aspecto de organização das unidades em uma obra terminográfica, permite uma leitura verticalizada. Já a microestrutura possibilita uma apreciação minuciosa das informações, por meio de uma leitura que deve ser no sentido horizontal. A medioestrutura, por sua vez, constitui-se pelos elementos de ligação entre a macroestrutura e a microestrutura, sendo um recurso utilizado pelo dicionarista para estabelecer o sistema de remissivas.

Buscando atender aos objetivos definidos na tese, apresentamos, a seguir, em síntese, os elementos estruturais internos ao dicionário:

**Quadro 14 – Bases conceituais da Terminografia**

	Delimitação para a pesquisa
<b>Megaestrutura</b>	Neste trabalho, a megaestrutura se configura em informações importantes para o consulente que devem ser organizadas de forma clara para que possa atender à função a que se propõe: aclarar o percurso da busca com dados relevantes para a consulta. Refere-se ao todo do dicionário, contemplando das páginas iniciais até as páginas finais da obra.
<b>Macroestrutura</b>	Entende-se por macroestrutura, neste trabalho, primeiro os aspectos organizacionais que envolvem os elementos externos a obra, tais como: público-alvo, objetivo e finalidade do produto, bem como área de domínio, dentre outras informações pertinentes ao processo de busca pelo consulente. Segundo Barros (2004), a macroestrutura consiste na organização estrutural do dicionário que se refere “às características gerais do repertório, ou seja, à estruturação das informações em verbetes (que podem se suceder verticalmente)”.
<b>Medioestrutura</b>	No que diz respeito à medioestrutura, apropriamo-nos das palavras de Damim (2005, p. 24), quando afirma que essa parte consiste em um “sistema de referência entre as diferentes partes do dicionário”. Esse sistema de referências está relacionado às remissivas, que permitem interligar os elementos da macroestrutura com as informações que norteiam a microestrutura.
<b>Microestrutura</b>	Tomamos como nossos os posicionamentos defendidos em Barros (2004) e em Pontes (2009), quando definem a microestrutura como um conjunto de princípios que fazem parte da organização dos dados de um verbete, salientando, portanto, que essas informações tendem a atender às necessidades de cada obra.

### Quadro 14 – Bases conceituais da Terminografia

(continuação)

	Delimitação para a pesquisa
<b>Verbetes</b>	Apropriamo-nos das concepções defendidas por Pontes (2009), quando destaca que o verbete é um enunciado que se forma por meio de um conjunto de informações, que emergem do usuário na hora da consulta e do dicionarista quanto planeja a obra. É, portanto, um texto que exerce a função de ser um espaço de encontro entre o consulente e o autor da obra no momento da pesquisa sobre uma unidade terminológica.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio das sínteses demonstradas neste capítulo, foi-nos possível apresentar as delimitações necessárias dos conceitos teóricos que embasamos nosso processo investigativo. Nesse sentido, após tomar ciência dos fundamentos teóricos da tese, passamos ao entendimento dos procedimentos metodológicos que funcionam como um caminho a ser percorrido no emaranhado das terminologias da área de domínio.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A pesquisa produz saber, mas o primeiro passo é saber por onde ir, caso contrário, jamais chegaremos a lugar algum. [...] Assim como Teseu, o pesquisador se encontra perdido e enclausurado em seu próprio labirinto. O método será o fio de Ariadne que o ajudará a encontrar a saída, mostrando-lhe o caminho”.

(SERRANO, 2011, p. 101).

Os caminhos pelos quais uma investigação percorre, no momento da sua elaboração, são diversos e, muitas vezes, o pesquisador se sente como Teseu, enclausurado em dúvidas e questionamentos, a ponto de se sentir perdido e não saber qual direção seguir. A sensação que assola o pesquisador em não conhecer o caminho que deverá ser trilhado, no processo investigativo, é constitutiva da pesquisa acadêmico-científica, sendo, portanto, necessário, segundo Bourdieu (2007), muitas idas e vindas para saber quais trajetos percorrer no sentido de se atingirem os propósitos perquiridos na investigação.

Nessa perspectiva, o processo de construção de um objeto de pesquisa é “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridas, por o que se chama o ofício” (BOURDIEU, 2007, p. 27). Para tal, é necessário encontrar o “fio de Ariadne” que levará o pesquisador a encontrar uma saída no labirinto investigativo. Nesse contexto, apresentamos o “fio de Ariadne” delineado, para observarmos a terminologia das teorias da argumentação.

Diante desse cenário, construir o trajeto metodológico de uma investigação não é uma tarefa simples, principalmente quando nos aventuramos a realizar uma pesquisa terminológica cujo propósito é o de analisar a terminologia de uma área especializada, complexa, difusa, constituída por diferentes perspectivas de análises e, conseqüentemente, por diferentes abordagens teóricas, como é o caso das teorias da argumentação.

Desse modo, com o intuito de tornar claros os percursos delineados neste trabalho, dividimos este capítulo em duas partes: a primeira, voltada para a metodologia da pesquisa para a investigação dos dados, entendida como um itinerário que esclarece os caminhos seguidos no processo de desenvolvimento da pesquisa, e a segunda, mais direcionada à construção do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, que se configura em um caminho possível para se esclarecerem os aspectos variacionistas expressos na terminologia da área de estudos.

Nesse sentido, o capítulo está composto pelos seguintes passos: começamos por justificar os elementos que caracterizam o *corpus* da argumentação (CORPARG) como pertencentes à área de domínio e por estabelecer os preceitos que justificam essa caracterização. Além disso, explicitamos os critérios de seleção e de organização do *corpus*, bem como a representação conceitual do domínio e os critérios para o reconhecimento das unidades terminológicas pertencentes à área.

Em seguida, apresentamos o tratamento dado aos textos que compõem o *corpus*, para serem manejados pelo *software*. Na sequência, tratamos da seleção e do uso do *software* utilizado para manipular as unidades terminológicas no *corpus* e a ferramenta usada para a construção da representação conceitual da área. Ainda nessa parte da tese, evidenciamos os passos para o reconhecimento das UT e a forma como foi validada a terminologia das teorias da argumentação. Para finalizar o capítulo, expusemos o modelo da ficha terminológica com as informações sintetizadas sobre as UT.

Com esse panorama de organização estrutural da tese, iniciamos, a seguir, o percurso metodológico da pesquisa, com a descrição da trajetória percorrida para desenvolver a investigação.

### 3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA: UMA TRAJETÓRIA PARA OBSERVAR OS DADOS

As pesquisas em Terminologia surgem com a função de atender às necessidades dos usuários na produção de conhecimentos de uma área e contribuir para o desenvolvimento desses estudos. Logo, os produtos terminológicos, resultantes desses conhecimentos, assumem ainda a função de serem instrumentos importantes, na medida em que facilitam a comunicação entre especialistas de um

mesmo domínio ou entre especialistas e não especialistas, e ainda entre especialistas em formação, no caso dos estudantes universitários.

Encontramos, em Barros (2004), discussões sobre a identificação dos estudos terminológicos que podem ser orientados sob três grandes tendências: a primeira, orientada para o sistema linguístico-terminológico; a segunda, para a tradução; e a terceira, para o planejamento. Com base nessa taxonomia, consideramos nossa pesquisa de orientação linguístico-terminológica por ter como proposta principal a sistematização das UT pertencentes às teorias da argumentação, além da descrição e da análise dos dados terminológicos.

Assim, nomear esta pesquisa como de orientação linguístico-terminológica se justifica por entendermos que as UT funcionam como um signo linguístico e assumem comportamentos similares aos signos da língua geral. Nesse sentido, os elementos textuais são importantes para compreendermos “os modos de constituição e de funcionamento” (KRIEGER, 2001, p. 29) dos termos no texto especializado.

Outro fator que caracteriza esta pesquisa como linguístico-terminológica está relacionado aos aspectos variacionistas que fazem parte tanto da língua comum quanto da linguagem especializada. Por essa razão, compartilhamos das ideias de Finatto (2001, p. 68, grifo da autora), quando afirma que “a variação terminológica, embora particularizada também com uma variação de conhecimentos, pode vincular-se às situações mais típicas da variação linguística, por assim dizer *comum*.”

Quanto à natureza, esta pesquisa é qualitativa pelo fato de priorizarmos os estudos das unidades terminológicas por meio das relações semânticas e pragmáticas em seu contexto de uso. Sendo assim, embora utilizemos a lista de palavras, o nosso foco é observar como essas unidades se comportam no seu *habitat* natural: o texto especializado.

Em síntese, é uma pesquisa linguístico-terminológica, de natureza qualitativa que tem como meta investigar e selecionar a terminologia das teorias da argumentação e propor as bases teóricas e metodológicas de um dicionário terminológico que contemple as especificidades da terminologia da área e que atenda às necessidades tanto da terminologia variacionista tanto dos pesquisadores do campo de conhecimento quanto dos estudantes universitários, conforme já esclarecemos em momentos anteriores.

Para tal, detemo-nos à seleção das UT das teorias da argumentação que atendam aos seguintes aspectos: a designação da teoria que compõe cada subárea

estudada, os objetos analíticos de cada uma delas e os participantes envolvidos no processo de argumentar. Nosso foco é apresentar os conceitos específicos do campo de estudo e as relações conceituais e denominativas das unidades investigadas. Acrescentamos ainda que o protótipo do dicionário é um produto terminológico monolíngue, uma vez que buscamos as definições em Língua Portuguesa e não nos atemos aos equivalentes em outro idioma.

Nesse sentido, iniciamos, na próxima seção, as considerações com relação ao *corpus* selecionado e organizado para o desenvolvimento da pesquisa.

### 3.1.1 O *corpus* da argumentação (CORPARG)

O processo de seleção de textos para a construção do *corpus* de uma área específica do conhecimento nas pesquisas terminológicas já se configurou como um procedimento rotineiro entre os pesquisadores voltados aos estudos do léxico. Na atualidade, não se concebe analisar a terminologia de uma área especializada que não tenha como base um *corpus*, porque o uso dos *corpora* legitima a investigação e possibilita análises em contexto de uso da língua.

Assim, algumas questões são importantes para a construção desse instrumento de análise, além das já relacionadas ao tipo de pesquisa, aos objetivos e aos propósitos estabelecidos no desenvolvimento do trabalho. Nesse caso, passamos a especificar a noção de *corpus* para esta investigação, os critérios de seleção, a concepção de *corpus* representativo e, por fim, os elementos que compõem o *corpus* especializado da argumentação (CORPARG).

Apresentamos, então, alguns posicionamentos no que se refere ao processo de construção do CORPARG. Primeiramente, a própria noção de *corpus* não é unânime entre os pesquisadores. Cada estudioso o caracteriza a partir das necessidades de sua própria pesquisa. Segundo Silva Filho (2013),

*Os corpora escritos de especialidade* são coleções de textos constituídos por produções escritas por especialistas de um determinado domínio de especialidade, destinados a um público específico e que são utilizados para analisar e descrever situações de uso real da(s) língua(s) de especialidade. (SILVA FILHO, 2013, p. 70)

Por meio dos posicionamentos expostos nessa definição, o CORPARG atende aos propósitos mencionados, a nosso ver, tanto pela noção de que os *corpora*

são compostos por textos escritos por especialistas, quanto pelo contexto de produção em que esses textos são construídos.

Em outras palavras, o CORPARG é um conjunto de dados constituído por textos, no caso dos artigos, dissertações e teses, que apresentam em sua composição os resultados de pesquisas realizadas no cenário acadêmico por mestres e doutores dos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras e pela caracterização dos sujeitos que os constroem, pois são professores, estudantes e/ou pesquisadores que se propõem a investigar sobre o tema da argumentação e socializar os resultados encontrados nas investigações.

Com relação aos livros que compõem o *corpus*, podemos inferir que são obras fundamentais na construção da identidade da argumentação, principalmente por representarem os aspectos teóricos de cada uma das teorias que compõem esse campo do conhecimento, mas principalmente por fazerem parte das referências dos trabalhos acadêmicos e/ou serem obras sugeridas pelos pesquisadores envolvidos com os estudos argumentativos.

Compreendemos que os autores dos textos são especialistas do domínio, já que destinam seus trabalhos também a um grupo especializado, em uma primeira etapa, que são os professores da banca de avaliação, no caso das dissertações e teses, e ainda aos professores-pesquisadores da área, que ministram disciplinas correlacionadas. Em um segundo momento, socializam os resultados já na condição de mestres e doutores, com as publicações tanto das dissertações e teses quanto dos artigos sobre as pesquisas realizadas em periódicos reconhecidos pelo Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) <sup>42</sup>. Por fim, o CORPARG funciona como um material de estudos, sendo, portanto, objeto de análise, cujos resultados poderão ser de grande importância para pesquisas vindouras sobre argumentação e, principalmente, para a compreensão da identidade da área na organização da terminologia, resultado da pesquisa apresentada neste trabalho.

Ainda com relação à conceituação do CORPARG, fundamentamo-nos nas discussões desenvolvidas por Sanchez (1995, p. 8-9) quando afirma ser o *corpus*:

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que

---

<sup>42</sup> <http://www.capes.gov.br/>

sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise. (SANCHEZ, 1995, p. 8-9)

Nesse sentido, retomamos essa concepção com a finalidade de caracterizar o *corpus* desta pesquisa e o denominamos como um conjunto de dados linguísticos que pertencem à escrita da língua, que foi selecionado por meio de critérios estabelecidos pela pesquisadora. Trata-se de um *corpus* extenso no que se refere à ideia da amostragem e é ainda representativo pelo fato de ser composto por diferentes textos que abordam a mesma temática.

Desse modo, apoiamo-nos nos critérios já definidos por Berber Sardinha (2004), segundo os quais um *corpus* deve ser definido por meio da representatividade, amostragem, autenticidade, diversidade, tamanho e balanceamento. Em síntese, de acordo com as discussões expressas em Oliveira e Müller (2013),

- 1) O *corpus* deve ser autêntico, composto por textos produzidos por humanos em situações reais;
  - 2) A inclusão de textos do *corpus* deve seguir critérios linguísticos explícitos;
  - 3) Deve haver um propósito específico de pesquisa ou estudo;
  - 4) Os textos devem ser processados por ferramentas computacionais;
  - 5) O *corpus* deve ser representativo em relação ao seu propósito;
- (OLIVEIRA; MÜLLER, 2013, p. 50).

Por meio desses critérios, o *corpus* selecionado para desenvolver nossa pesquisa é autêntico, já que é formado por textos produzidos em situações reais de comunicação. No tocante ao critério linguístico, o *corpus* revela a circulação da terminologia que caracteriza o domínio, bem como possibilita o entendimento da variação terminológica existente na área, levando em consideração a função que as unidades lexicais exercem no texto. Com relação ao propósito do trabalho, configura-se em um *corpus* de estudos. Quanto ao processamento por ferramentas computacionais, todos os textos foram convertidos no formato “txt”, para serem manipulados pelo *software*. Defendemos, portanto, que é um *corpus* representativo da área, assunto de que trataremos melhor mais adiante.

Convém salientar que podemos encontrar diferentes formas de registrar as UT de uma área, pois os autores dos textos imprimem em suas escolhas lexicais marcas que revelam concepções, crenças e convicções diversificadas. Cabe a nós, terminólogos, a tarefa de investigar e esmiuçar essas subjetividades existentes no

*corpus* como forma de enriquecer a pesquisa e compreender com mais profundidade os motivos que originaram o uso do item lexical especializado.

Desse modo, as pesquisas baseadas em *corpora* oferecem ao estudioso o acesso a inúmeras informações e a conhecimentos necessários à seleção da terminologia. A nosso ver, o *corpus* nos “fala” as nuances nunca antes percebidas pelas teorias. Nessa perspectiva, apresentamos os critérios de seleção para a construção e para a organização do CORPARG.

### 3.1.1.1 Critérios de seleção do CORPARG

Destacamos anteriormente a caracterização do CORPARG e, nesta subseção, passamos a esclarecer os critérios utilizados para a seleção e organização dos textos que o constituem. Nesse sentido, destacamos que o ato de se estabelecerem critérios para a seleção do *corpus* de estudo é uma tarefa importante para o desenvolvimento da pesquisa, conforme já salientamos neste trabalho, mas também se configura em uma empreitada complexa, uma vez que, no nosso caso, a área de estudos é constituída por textos que analisam o fenômeno da argumentação por meio de diferentes abordagens, o que já demonstra ser possível detectarmos uma variedade de conceitos e denominações.

Nessas circunstâncias, a área da argumentação apresenta ainda diferentes aportes teóricos e metodológicos, que vão dos estudos pertencentes à organização da língua enquanto estrutura do texto até a organização dos discursos com o objetivo de utilizar as técnicas argumentativas para convencer ou persuadir o auditório. Esse aspecto de heterogeneidade representa, para nós, primeiro, um grande desafio, na medida em que metodologicamente, precisamos estabelecer critérios que nos possibilitem coletar as candidatas a UT da área, que permitam compreender a argumentação neste emaranhado de teorias e metodologias. De posse dessas unidades, outro elemento desafiante, são as relações conceituais expressas pelas unidades no *corpus*. Por fim, outro desafio no processo de construção do *corpus* é que as unidades que compõem os textos podem ser organizadas em campos nocionais. Em suma, o *corpus* da argumentação deve possibilitar o entendimento das teorias da argumentação como uma área de conhecimento especializada que contempla em seu arcabouço um repertório vocabular variado, mas que representa o campo da argumentação.

Sob esse panorama multiforme, passemos a descrever como se deu o processo de construção do *corpus*. Assim, em um primeiro momento, realizamos uma busca na tentativa de identificar os grupos de pesquisas voltados aos estudos da argumentação, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>43</sup>. Esse conselho tem a missão de fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros, o que representa, para nós, o espaço em que as pesquisas são divulgadas. Mais que isso, é um espaço em que as áreas do conhecimento se sedimentam e adquirem dimensões de aplicabilidade, uma vez que é possível se estabelecerem vínculos entre as pesquisas e as questões sociais.

Por essa razão, optamos por verificar como a argumentação vem sendo estudada, discutida, representada nos grupos de pesquisas e quais as áreas do conhecimento que elegem os estudos argumentativos como foco investigativo nos últimos tempos, assim como os aportes teóricos que têm dado sustentação aos trabalhos realizados por esses grupos. Inicialmente, deparamo-nos com uma área ampla, pois encontramos 107 grupos que se propõem a desenvolver pesquisas tendo como foco a área em estudo, nos mais diferentes campos do conhecimento que vão do curso de Direito aos cursos da Educação, passando por Filosofia, Sociologia, Letras e Linguística. Logo, em um primeiro momento, podemos afirmar que nos deparamos com uma área multidisciplinar, já que várias áreas do conhecimento se voltam a pesquisar o fenômeno da argumentação.

Nesse sentido e de acordo com o nosso objetivo, que é investigar a variação terminológica no campo das teorias da argumentação, considerando os pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia e da Terminografia, restringimos nossa busca sobre os estudos e delimitamos trabalhos que têm como foco as pesquisas da argumentação vinculadas aos estudos da linguagem. Então, defrontamo-nos com 18 grupos de pesquisa que abordam o tema aliado às questões da linguagem.

Em síntese, utilizamos como critério para iniciarmos o processo de seleção do *corpus* o nome *argumentação* no diretório dos grupos de pesquisa, com o intuito de verificar como a área está sendo investigada. Limitamos a pesquisa por área e, em seguida, passamos a observar as páginas dos grupos no *site* das universidades

---

<sup>43</sup> <http://www.cnpq.br/>

brasileiras. Nossa meta era conhecer o propósito de cada grupo, além de ter acesso aos nomes dos pesquisadores envolvidos com as pesquisas na área.

De posse desses resultados, visitamos os *sites* dos referidos grupos e/ ou dos programas de pós-graduação das universidades, com o objetivo de investigar livros, teses, dissertações e artigos publicados pelos membros que pudessem servir de *corpus* para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Examinamos também, no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior os artigos publicados em periódicos.

Além desses critérios de busca já mencionados, definimos ainda que os autores deveriam pertencer aos grupos de pesquisas cadastrados e/ou os textos terem sido publicados em periódicos, ou que apresentassem em seus currículos trabalhos relacionados com a área de estudos. Acreditamos que essas questões imprimem maior credibilidade e confiabilidade ao CORPARG, pois partimos da compreensão de que esses textos foram aprovados por um comitê científico (artigos científicos), por uma banca de pós-graduação formada por doutores (teses e dissertações) e, no tocante aos livros, foram aceitos pelos pesquisadores como relevantes para a área, uma vez que são utilizados nas referências dos textos, bem como sugeridos pelos pesquisadores envolvidos com os estudos da área.

Notamos que a maioria dos trabalhos de pesquisa (principalmente as teses e as dissertações) relaciona o tema da argumentação à outra área do conhecimento. Nesse caso, delimitamos a parte do trabalho em que o autor apresenta apenas fundamentação teórica nas teses e dissertações, por acharmos que nessa parte do texto encontraríamos as UT mais representativas da área. Nos artigos, aproveitamos todo o texto, uma vez que se configuram em discussões mais específicas e não apresentam um aporte teórico longo e muito heterogêneo, o que acontece, em geral, com as teses e dissertações. No total, selecionamos: 20 (vinte) teses de doutorado, 20 (vinte) dissertações de mestrado, 20 (vinte) artigos científicos publicados em periódicos e 06 (seis) livros, totalizando 66 textos.

Com relação aos livros selecionados para fazerem parte do *corpus*, utilizamos o critério de pertencerem às referências nos trabalhos selecionados para a constituição do CORPARG ou terem sido sugeridos pelos líderes dos grupos de pesquisas envolvidos na investigação. Nesse sentido, inferimos que são obras expressivas para a área, embora não sejam as únicas, uma vez que necessitamos delimitar apenas algumas delas.

Essas obras se configuram como amostragem importante, principalmente, porque pensamos serem consideradas relevantes pelos pesquisadores e estudiosos da argumentação, uma vez que são contempladas nas referências dos trabalhos acadêmico-científicos e fazem parte da gama de textos sugeridos pelos docentes universitários para as discussões sobre argumentação em sala de aula. Ademais, são obras que refletem cada uma das subáreas e/ou discutem questões relacionadas a cada uma das teorias que constituem o campo do conhecimento. Em outras palavras, são obras que inauguram as teorias no percurso histórico da argumentação ou redefinem essas obras contribuindo para a evolução dos estudos. Portanto, a nosso ver, colaboram para a compreensão da terminologia da área, especialmente pelo fato de poderem nos oferecer condições de observar os contextos definitórios e explicativos com maior profundidade.

Partindo desse ponto de vista e de acordo com as discussões tratadas pela Linguística de *Corpus* (LC), o CORPARG se justifica a partir dos critérios apresentados por Berber Sardinha (2004):

- a) no quesito modo, é um *corpus* composto por textos escritos;
- b) com relação ao tempo, definimos como contemporâneo, uma vez que todos os textos se referem ao período entre 1980 e 2015;
- c) no caráter seleção, consideramos o *corpus* equilibrado (balanceado), já que contamos com o mesmo número de textos que constitui o gênero acadêmico-científico;
- d) no tocante ao conteúdo, é especializado, já que os textos são produzidos por mestres e doutores e consistem em resultados de pesquisas acadêmico-científicas;
- e) a autoria é de língua portuguesa;
- f) a finalidade é o estudo científico.

Segundo os princípios da LC, um *corpus* deverá ainda ser representativo de uma área ou domínio. Para considerarmos, portanto, o nosso *corpus* como representativo da área, apoiamo-nos na concepção de extensão de texto que, de acordo com Berber Sardinha (2004, p. 26), para ser classificado de tamanho “médio-grande” deverá apresentar de 1 a 10 milhões de palavras.

No tocante à noção de representatividade, para Berber Sardinha (2004), a primeira questão que devemos pensar é que o corpus é representativo “da linguagem, de um idioma, ou de uma variedade dele” (BERBER SARDINHA 2004, p. 22). A ideia de representatividade, portanto, envolve o levantamento de algumas questões, tais quais: representativo do quê, para quem e para quê.

A resposta para o “do quê” está relacionada à amostragem do *corpus*, pois “um *corpus* maior – quanto ao número de palavras, textos e gêneros (e tipos) – é em geral mais representativo do que um menor” (FELIPPO; SOUZA, 2012, p. 230), principalmente porque podemos ter acesso a unidades lexicais raras. Então, um *corpus* que contenha em torno de um milhão de palavras poderá ser considerado representativo de uma área.

Já com relação a segunda questão, volta-se ao aval dos pesquisadores e/ou especialistas que poderão reconhecer um *corpus* como representativo da área. Nesse sentido, de acordo com a função do terminólogo, cujo objeto é investigar o léxico que circula nas comunicações especializadas, podemos afirmar que o CORPARG é um *corpus* representativo da área, porque foi construído com base nos posicionamentos que os especialistas revelam em suas pesquisas.

Em outras palavras, selecionamos os textos que circulam na comunidade acadêmica, produzidos por sujeitos autorizados, inclusive numa situação de produção que seleciona trabalhos de qualidade, já que passa por uma avaliação e consequente aprovação. Ademais, participamos dos grupos de estudos e de pesquisa, cujos líderes foram indagados no que se refere às sugestões de autores que poderiam ser considerados representativos para a argumentação.

A terceira questão apresentada por Berber Sardinha diz respeito especificamente aos encaminhamentos da pesquisa e, mais particularmente, aos objetivos e à metodologia utilizada para desenvolver a investigação. No caso deste trabalho, a finalidade do CORPARG está vinculada à identificação e à seleção da terminologia da área, bem como ao debate sobre a variação terminológica e a proposta de organização de um Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação. No caso do CORPARG, contamos com mais de 15 milhões de palavras, conforme composição ilustrada, a seguir:

**Quadro 15 – Composição do CORPARG**

<b>Conteúdo</b>	Especializado: acadêmico-científico	
<b>Assunto</b>	Argumentação	
<b>Autoria</b>	Língua nativa e tradução	
<b>Língua</b>	Português do Brasil e Português de Portugal	
<b>Finalidade</b>	De estudo	
<b>Meio</b>	Eletrônico	
<b>Modo</b>	Escrito	
<b>Tipo de texto</b>	Artigos, dissertações, teses e livros que circulam na comunidade acadêmico-científica.	
<b>Seleção</b>	De amostragem e balanceado	
<b>Período</b>	Contemporâneo	
<b>Tamanho</b>	Nº de palavras (total de palavras no <i>corpus</i> ) 15.319.968	Nº de textos: 66 Artigos – 20 Dissertações – 20 Teses – 20 Livros – 06

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o quadro ilustrativo, o CORPARG apresenta características que atendem aos seguintes aspectos:

- a) diversidade de textos acadêmico-científicos, vinculados às universidades públicas do país, que socializam resultados de pesquisas;
- b) textos representativos da área, atendendo aos critérios de quantidade e relevância para a área de estudo;
- c) textos escritos em língua portuguesa e respectivas traduções;
- d) autores significativos para a área;
- e) textos disponibilizados na internet ou publicados em livros e revistas que possam ser digitalizados.

Para finalizar a descrição do *corpus*, acrescentamos que, embora tenhamos 37.080 mil palavras distintas, o número do tamanho do arquivo total representa a quantidade de 15.319.968 milhões de palavras. Consideramos que o CORPARG é de médio porte, que pode ser representativo para a área da

argumentação tanto pela diversidade de tipos de textos quanto pelo fato de ser composto por 66 diferentes textos.

Nesse sentido, definidos os critérios de seleção e constituição do *corpus*, expomos, a seguir, de que modo organizamos e tratamos os textos, para que pudessem ser manipulados pelo *programa WordSmith Tools 6.0*, que será apresentado ainda neste capítulo. As ações de tratamento e organização do *corpus* tornam-se necessárias pelo fato de que os textos precisam ser “limpos”<sup>44</sup> para poderem ser utilizados pelo *software* na busca de seleção dos dados.

### 3.1.1.2 Tratamento e organização do *corpus*

Nas seções anteriores do capítulo metodológico, apresentamos o processo de seleção e construção do *corpus*. Nesta subseção, detemo-nos a demonstrar a forma como os textos foram preparados e organizados para serem manipulados pelo *software WordSmith Tools 6.0* na seleção dos dados desta investigação.

Inicialmente, deparamo-nos com textos em formato “pdf”, uma vez que os encontramos disponibilizados na internet em domínio público ou nos *sites* das universidades em seus bancos de teses e dissertações, conforme afirmamos na subseção que trata da seleção do *corpus*. Alguns textos necessitaram ser digitalizados e transformados em formato “pdf” para, só em seguida, podermos manuseá-los e prepará-los para o processo de manipulação do *software*.

Após a seleção dos textos para a composição do *corpus* (teses, dissertações, livros e artigos), todos em formato “pdf”, tivemos então que convertê-los para o formato “word” e fizemos isso pelo *site* de conversão online-Convert.com<sup>45</sup>. O ato de conversão se justifica pelo fato de que precisávamos que estivessem no formato “word” para facilitar a “limpeza do texto”, que se configura em uma tarefa de retirada das informações que não são pertinentes a nossa pesquisa, tais como: capa, nome da instituição, nome dos autores, gráficos, número de páginas, sumário, agradecimentos, epígrafes. Enfim, ao término dessa ação, os textos continham somente as informações relevantes à investigação.

---

<sup>44</sup> O conceito de “limpo”, para a Linguística de *Corpus*, refere-se ao fato de retirar dados que não são importantes para o desenvolvimento da pesquisa, tais como: título, imagens, gráficos, dados do pesquisador, dentre outras informações.

<sup>45</sup> <http://document.online-convert.com/convert-to-doc>.

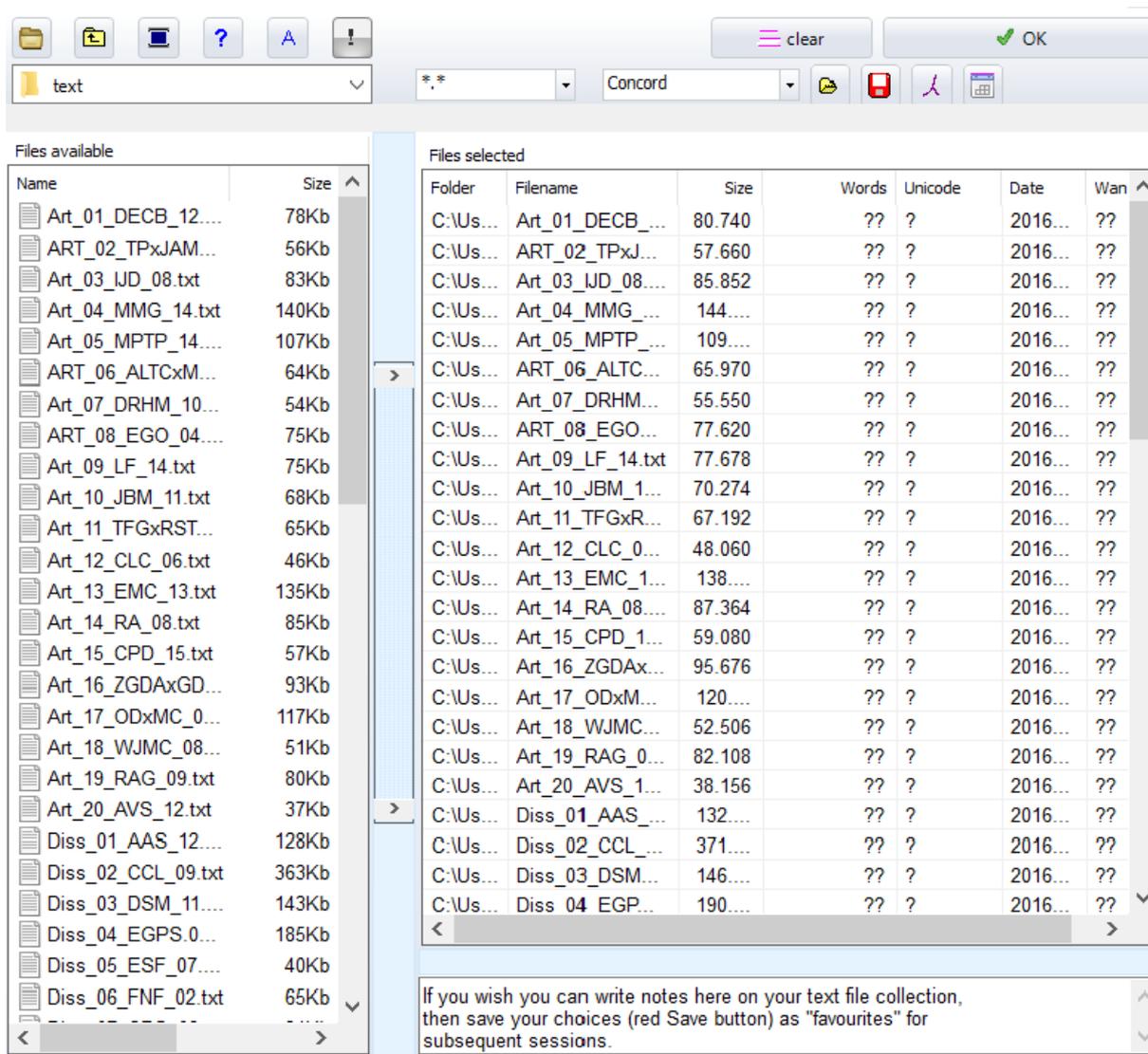
Para a organização do *corpus*, optamos, no caso das teses e dissertações, por priorizar o capítulo de fundamentação teórica, por acreditarmos que, nessa parte dos textos, circulam denominações e conceituações que representam as terminologias das teorias. Já com relação aos artigos, utilizamos todo o texto, uma vez que as discussões tratadas são, na maioria das vezes, interligadas às análises, o que dificultaria separar o enfoque teórico das demais partes do texto. No caso dos livros, também seguimos o mesmo processo de conversão e limpeza dos demais textos, sendo que utilizamos a obra completa, principalmente, pela verticalização e profundidade das discussões.

Convém acrescentar que todos os textos, após a conversão, foram lidos, organizados e corrigidos. As correções se configuram em uma ação importante na compilação do *corpus* pelo fato de que, na hora da conversão do formato “pdf” para “word” ou “txt”, alguns caracteres podem ser modificados e isso compromete a leitura dos dados pelo *software* ou ainda alguns arquivos aparecem com a extensão “rtf” e não podem ser lidos pelo programa.

Vale ressaltar que a emergência dessas questões contribuiu para dificultar um pouco o andamento da construção do *corpus*, porque tivemos que converter os textos em *documento word* (arquivo doc.) e só depois em *documento de texto sem formatação* (arquivo \*txt), uma vez que não localizamos nenhum *software* que nos permitisse fazer conversão direta entre textos em formato “pdf” para “txt”. Além disso, alguns livros precisaram ser digitalizados, já que não conseguimos encontrá-los disponíveis na internet e, somente após a digitalização, convertemo-los em “pdf”, para em seguida, realizarmos a “limpeza” no texto.

Para finalizar o processo de construção do *corpus*, organizamos uma pasta por autor e armazenamos os arquivos. Em cada pasta, colocamos um arquivo em “pdf”, “word” e “txt”, respectivamente, sendo que o *software* manipula somente os textos em formato “txt”, já que é este o que interessa diretamente à pesquisa. Para isso, as pastas foram nomeadas: Art\_ (artigos científicos), Diss\_ (dissertação de mestrado), Tese\_ (teses de doutorado) e livro. Para nomear os arquivos, acrescentamos ainda as iniciais dos nomes dos autores e o ano de publicação. Para concluir essa etapa, os arquivos foram copiados para a subpasta *text* dentro do próprio programa, de acordo com a figura 7.

**Figura 7 – Interface do *WordSmith Tools 6.0* com os arquivos prontos**



Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

Após a preparação e organização do *corpus*, conforme figura anterior, os textos ficaram prontos para a etapa seguinte da investigação. Porém, antes de tratarmos dos aspectos do *software* selecionado para a manipulação dos dados, passamos a discutir uma forma de organização da área de estudos que, a nosso ver, representa a trajetória delimitada para a construção da nossa proposição de dicionário.

Esta próxima seção da tese está relacionada aos aspectos metodológicos de uma pesquisa em Terminografia, que consiste em expor, o que é denominado pela teoria, como árvore conceitual da área. Sendo assim, propomo-nos, neste tópico, embora já tenhamos realizado a exposição da área de domínio no segundo capítulo,

em apenas contextualizar, de modo geral, os aspectos das teorias da argumentação nos quais nos baseamos para selecionar as unidades terminológicas. Para isso, apropriamo-nos dos textos que compõem o CORPARG.

### 3.1.2 Representação conceitual das teorias da argumentação

Até o presente momento do capítulo, que tem como finalidade expor a metodologia delimitada para desenvolver a pesquisa, demonstramos o processo de seleção, construção, tratamento e organização do *corpus*. Nesta subseção, nosso foco consiste em apresentar os elementos que compõem a árvore de domínio no processo de sistematização da terminologia de uma área especializada, discutir por que esse modelo de organização não atende às necessidades de uma área de estudos multifacetada e heterogênea como as teorias da argumentação e, por fim, apresentar uma forma de sistematização da área que contemple as peculiaridades já discutidas nesta pesquisa.

Sendo assim, de modo geral, a árvore de domínio se configura em uma ação terminológica utilizada para o desenvolvimento de uma investigação com o propósito de sistematizar a terminologia de uma área, principalmente pela função que exerce no que se refere à orientação dos paradigmas conceituais. A árvore serve para estabelecer uma aproximação entre as terminologias da área do conhecimento que está sendo pesquisada e promover uma forma de representá-la, de modo que seja possível compreender a organização desse repertório terminológico.

De acordo com Castillo (1997, p. 22, tradução nossa), a elaboração da árvore facilita para que o terminólogo possa:

- delimitar o alcance temático do trabalho;
- desenvolver um plano sistemático de vários termos;
- controlar o inventário;
- selecionar os termos e controlar sua pertinência;
- distribuir os termos por subáreas temáticas;
- classificar e ordenar as fichas;
- definir as unidades terminológicas da área de uma maneira lógica e sistemática;
- controlar os descritores-chaves;
- incorporar os termos a uma base e recuperar posteriormente as informações de maneira automática.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> - delimitar el alcance temático del trabajo,  
 - preparar un plan sistemático de vaciado términos,  
 - controlar la completitud del inventario,

Com tais características, a árvore de domínio auxilia no processo de organização e sistematização do trabalho terminográfico. Nesse sentido, para construir a representação conceitual que reflita o domínio pesquisado nesta tese, partimos das discussões anteriormente apresentadas, no segundo capítulo, sobre o domínio, bem como dos textos que constituem o CORPARG. Assim, delimitamos as duas subáreas mais conhecidas no Brasil, conforme justificativas destacadas na subseção 2.2.

Construir a árvore da argumentação é um desafio extremamente complexo, principalmente por nos depararmos com um campo heterogêneo, com aportes teóricos e metodológicos variados. É um domínio complexo, na medida em que apresenta um grande número de variáveis, embora elas não nos impeçam de considerar as diversas teorias da argumentação como uma área especializada que está em processo de organização e que nos desafia a delimitar os nós cognitivos necessários ao entendimento do repertório vocabular da área.

Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 134), “uma árvore de domínio é um diagrama hierárquico composto por termos-chave de uma especialidade, semelhante a um organograma”. Essa estrutura de organização das unidades pode também ser realizada em forma de esquemas. A decisão de organizar a área por meio da árvore ou em forma de esquemas está relacionada tanto com o objetivo do trabalho quanto com as necessidades da área de estudos.

Nesse sentido, para orientar nossa forma de representar a organização terminológica das teorias da argumentação, fazemos coro com as seguintes palavras de Saussure (2015, p. 39): “longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”. Sendo assim, nosso objeto de pesquisa, que é a variação terminológica no campo das teorias da argumentação, já nos instiga a observar a terminologia da área com um olhar diferenciado, já que não estamos fazendo referências a uma área em que as terminologias que a compõem se

- 
- seleccionar los términos y controlar su pertinência,
  - distribuir los términos por subáreas temáticas,
  - clasificar y ordenar las fichas,
  - definir las unidades terminológicas del área de una manera lógica y sistemática,
  - controlar los descriptores claves,
  - incorporar los términos a una base y recuperar posteriormente la información de manera automática.

configuram com exatidão e clareza. Ou seja, é uma área que promove uma flutuação terminológica tanto por causa da diversidade das teorias quanto por causa das decisões tomadas pelos autores dos textos.

Em outras palavras, a argumentação é um campo do conhecimento que faz parte das ciências humanas cujas unidades terminológicas circulam tanto em uma quanto em outra subárea, seja com a mesma denominação e conceitualizações diferentes, seja com as mesmas conceitualizações e denominações variadas.

Portanto, diante desse cenário, o ponto de vista sob o qual observamos a terminologia pertencente às teorias da argumentação deve ser pautado na organização diferenciada que a área promove. Deixemos de lado o modo linear e hierárquico com os quais as áreas especializadas são sistematizadas e passemos a traçar um perfil que privilegie o caráter de flexibilidade sobre as unidades que constituem o campo das teorias da argumentação.

Por essa razão, optamos por apresentar um esquema que consiga, a nosso ver, ser o mais fiel possível às especificidades da área tanto por ilustrar o processo de constituição das subáreas quanto por entender os aspectos que mantêm relação de convergência e divergência, uma vez que essas teorias são vertentes distintas em suas perspectivas teóricas e metodológicas.

Dito isso, esclarecemos que é em função da nossa área de estudos que definimos o ponto de vista com o qual observamos o fenômeno. Desse modo, se nos deparamos com uma área cujas características apresentamos anteriormente, não podemos observá-la desconsiderando esse fato. Logo, a forma de estruturá-la não poderá ser linear, tampouco hierárquica, já que suas unidades terminológicas flutuam entre as subáreas com conceitualizações e denominações específicas para cada uma delas.

Para Cabré (2003), cada UT abrange um espaço específico na organização da área e o seu significado é determinado pelo lugar que ocupa. Ressaltamos, ainda, que essa forma de organização é uma maneira de nortear o trabalho no que se refere a planejar, situar e orientar a seleção das terminologias que compõem o dicionário. Ainda que esse esquema de organização nos sirva de guia para a seleção das unidades terminológicas, ele não faz parte explicitamente das informações a que o consultante terá acesso. Funciona muito mais como um planejamento para se pensar o mapeamento da área de estudos e nos orientar no momento de organização do produto terminográfico na seleção das UT.

Desse modo, as duas subáreas delimitadas para desenvolver esta tese, embora diferentes, apresentam divergências nos elementos gerais de organização do fenômeno, principalmente pelo fato de que se definem em oposição uma à outra, mas apresentam também características comuns.

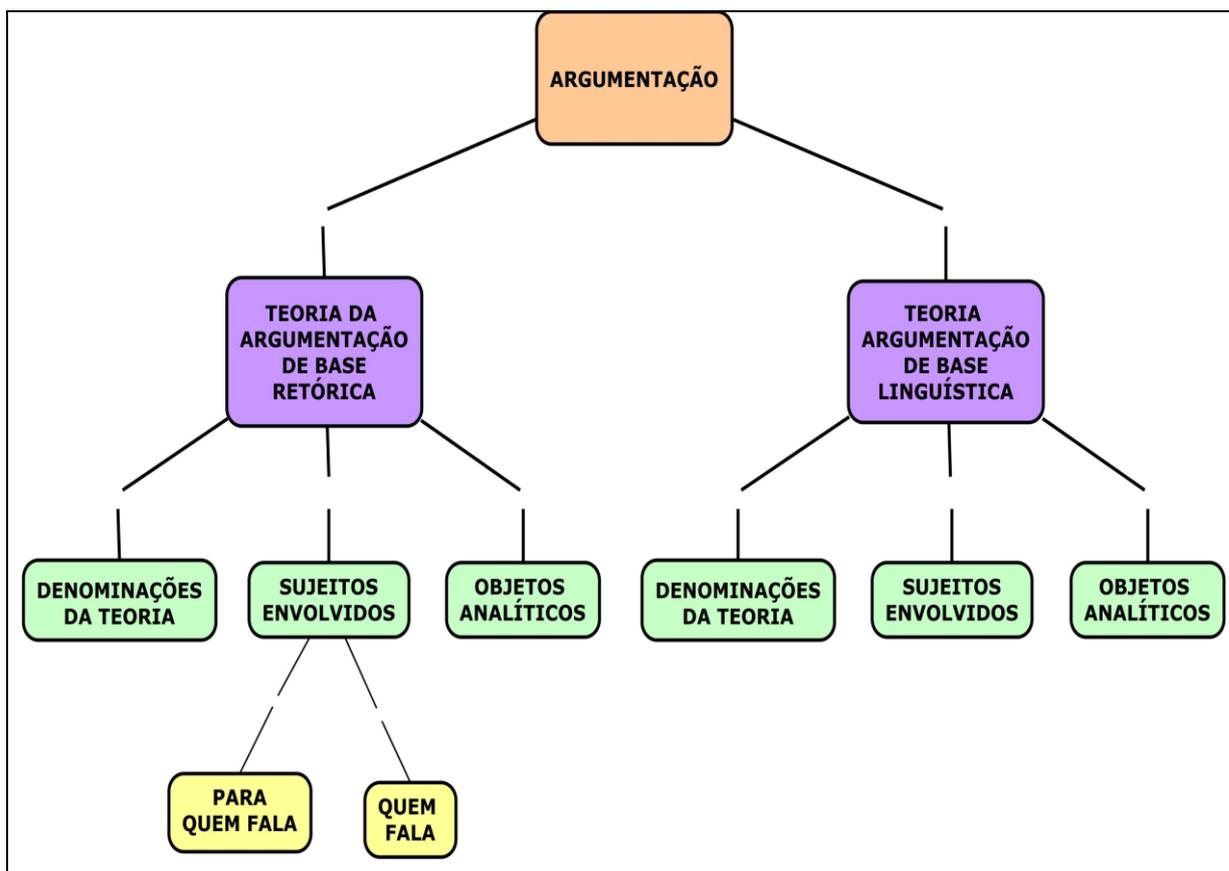
Assim, convém apresentarmos o modo como pensamos a organização da área. Partimos do “tronco”, primeiro plano da árvore – argumentação, cujo eixo de ligação das subáreas são as perspectivas teóricas que envolvem a área. Dentre essas subáreas nomeamos a teoria da argumentação de base retórica e a teoria da argumentação de base linguística, conforme já apresentamos neste trabalho.

Nesse caso, o elemento de intersecção das subáreas que estudam a argumentação é que todas elas elegem o fenômeno da argumentação como foco a ser analisado, seja por uma perspectiva ou outra. Esse é o ponto de convergência para afirmarmos que as subáreas constituem uma área de conhecimento voltada a investigar o fenômeno da argumentação sob a perspectiva dos estudos da linguagem.

Tomamos, portanto, o eixo da argumentação como elo entre as teorias da argumentação para apresentar as terminologias que fazem parte dos denominados campos nocionais, quais sejam: denominação da área, objeto analítico e participantes envolvidos no ato argumentativo. Dentro de cada campo, elencamos as UT selecionadas que atendam aos critérios estabelecidos.

A seguir, expomos a representação conceitual das teorias da argumentação que farão parte do escopo de análise debatido nesta investigação.

**Figura 8 – Representação conceitual das teorias da argumentação**



Fonte: Elaborado pela autora.

Apresentado o domínio com a respectiva representação conceitual construída para o desenvolvimento desta tese, demonstramos, a seguir, os critérios para o reconhecimento das UT pertencentes às teorias da argumentação.

### **3.1.3 Critérios para o reconhecimento das unidades terminológicas da argumentação**

Após a exposição dos elementos que orientam a seleção e a constituição do CORPARG e a representação conceitual da área de estudos, aspectos importantes para a proposição de um dicionário terminológico, nesta subseção, passamos à explanação dos critérios estabelecidos para o reconhecimento das UT pertencentes às teorias da argumentação.

Antes disso, acrescentamos que, no processo de elaboração do dicionário de uma área especializada, o ato de reconhecimento das unidades que compõem a obra se configura em um desafio de inestimável relevância para dar credibilidade ao

trabalho. Essa tarefa exige do terminólogo conhecer a área de estudos e, sobretudo, entender que, com os avanços dos conhecimentos, muitas áreas adquiriram o estatuto de cientificidade como as ciências humanas e sociais, por exemplo.

Reconhecer a terminologia como pertencente a uma área específica torna-se mais complexo, principalmente, porque a noção de pertencimento não é fixa, já que os termos podem fazer parte da terminologia de diferentes áreas especializadas. Portanto, o que identifica uma unidade terminológica própria de uma área é a relevância que esse termo adquire na estrutura conceitual na área de estudos.

Assim, propomo-nos nesta parte da tese expor alguns pontos fundamentais para que possamos estabelecer os paradigmas que seguimos para o reconhecimento das UT pertencentes às teorias da argumentação. Para tal, partimos do pressuposto de que, em um *corpus* de especialidade, não circula apenas o repertório terminológico específico de uma área, mas estão inseridas também nesse contexto palavras da linguagem comum que podem adquirir o caráter de termo de um campo de conhecimento especializado. Por essa razão, torna-se essencial estabelecer os critérios para o reconhecimento das UT pertencentes à área especializada.

De modo geral, de acordo com Maciel (2001), a terminologia de uma área deve atender aos parâmetros de pertinência tanto temática quanto pragmática para que possa ser considerada como pertencente a uma área especializada. Assim sendo, ancorados nesse posicionamento, discutimos, a seguir, de que modo se estruturam os componentes que envolvem a noção de pertinência.

Maciel (2001, p. 277) afirma que “os termos, sejam unidades sígnicas ou lexicais, são vinculadas à área temática pelo significado ou pela funcionalidade”. Logo, o que confere a uma unidade terminológica a noção de pertencimento a uma área especializada é o fato de essa unidade apresentar características que a relacionam à área, tanto no que se refere ao significado e à função que exercem no contexto de uso, quanto à construção da identidade da área.

Nesse sentido, ainda segundo Maciel (1998), há vários elementos que contribuem para os aspectos de especialização de um texto, que contemplam a natureza cognitiva, linguística e pragmática. Nas palavras da autora:

Os primeiros constituem a pertinência temática que, revelada através da língua pelos traços semânticos, vinculam os termos ao universo conceitual da área focalizada. Os fatores de natureza pragmática abrangem as características dos destinadores e destinatários da comunicação e seus

propósitos e as circunstâncias da situação, configurando a pertinência pragmática. (MACIEL, 1998, p. 153)

Sob esse aspecto, a pertinência temática diz respeito aos traços distintivos que representam as especificidades de uma área especializada. Em outras palavras, está relacionada aos aspectos semânticos que ligam o termo à área de domínio. Segundo Santiago (2013, p. 102), as características de um termo com base no critério temático estão relacionadas à “importância semântica do termo no domínio, termo *stricto sensu* e termo essencial”.

Apoiamo-nos, então, na noção da pertinência temática das unidades como um dos critérios para construir nossa lista de candidatas a UT da argumentação. Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 138), “esses traços caracterizam a individualidade do domínio”. Ou seja, funcionam como elementos definidores de um campo de conhecimento.

Portanto, é a pertinência temática que define se uma UT pertence a uma área e quais traços apresentam para caracterizá-la. Embora possa pertencer a mais de um campo de conhecimento, é o “fato de vincular-se a um conceito que faz parte do campo cognitivo do domínio inventariado” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 138) que irá determinar a ideia de pertencimento.

Outra noção que nos é fundamental diz respeito à pertinência pragmática, que, de acordo com Santiago (2011, p. 101), é “a condição que permite que o termo faça parte de uma terminologia *lato sensu*, em função de cobrir conceitos de áreas especializadas que adentram no domínio principal”. É, portanto, a ideia de que as unidades são definidas tendo em vista o ambiente de produção da comunicação.

Em outras palavras, uma mesma unidade lexical pode pertencer a duas ou mais áreas do conhecimento, no entanto são os significados construídos no contexto de uso que funcionam como elementos determinantes para que uma UT seja incluída no repertório de uma área especializada.

Ademais, a comunicação especializada consiste em um espaço de construção cujos aspectos, tanto da pertinência temática quanto da pertinência pragmática se tornam imprescindíveis. Assim sendo, a pertinência temática das UT expressa características representativas da área especializada e a pertinência pragmática consiste nos elementos que envolvem o contexto de produção em que a comunicação se situa.

De outro modo, no que se refere à dimensão pragmática, de acordo com Maciel (1998), é um enfoque que se traduz pelas circunstâncias em que se encontram os sujeitos, os objetivos, o tipo e o canal da comunicação. Logo, é um critério que leva em consideração os elementos exteriores à terminologia da área, já que está relacionado ao cenário de produção da comunicação.

Ademais, as características que definem o termo no que se refere à pertinência pragmática, na concepção de Santiago (2013, p. 102), estão relacionadas à “função informativa e comunicativa, termo *lato sensu* e oriundo de outras áreas”. Nesse sentido, o critério de pertinência pragmática diz respeito às informações que são acionadas no espaço de comunicação.

Consideramos, portanto, a noção de pertinência temática e pertinência pragmática como critérios importantes para a organização da terminologia da área de estudos discutidas neste trabalho. Todavia, convém acrescentarmos que as UT devem ainda pertencer à classe gramatical dos substantivos e/ou serem sintagmas nominais, para fazerem parte da terminologia observada nesta investigação.

A escolha pela classe gramatical do substantivo funda-se no fato de que, segundo Lorente (2013), é a categoria gramatical que melhor integra a capacidade referencial do léxico. Para a referida autora, “os substantivos são as unidades lexicais que permitem ser classificados, definidos e substituídos com maior facilidade”<sup>47</sup> (LORENTE, 2013, p. 130). Consequentemente, a escolha pelos sintagmas nominais integra a condição de que as UT devem apresentar uma significação global, isto é, mesmo sendo formado por dois ou mais componentes o sentido deve ser único para o sintagma.

Nesse contexto de reconhecimento, além dos critérios descritos, lançamos mão da noção de validação dos termos, que se configura como um critério fundamental para a tarefa de reconhecimento da terminologia de um domínio. Ou seja, é importante contarmos com a participação dos especialistas no processo de reconhecimento da terminologia, uma vez que são eles os que manuseiam as UT e as selecionam em suas produções com mais adequabilidade tanto no que diz respeito às conceitualizações quanto no que se refere às denominações.

---

<sup>47</sup> Los substantivos son las unidades del léxico que permiten ser clasificados, definidos e incluso substituidos com mayor facilidad.

Sob essa perspectiva, a tarefa de se estabelecerem critérios para elencar as terminologias que farão parte de um trabalho terminográfico realmente requer muitas habilidades por parte do terminólogo e ter acesso aos posicionamentos dos especialistas facilitará na sistematização e organização da terminologia.

Apresentamos em síntese os critérios para a seleção das UT, pertencentes às teorias da argumentação.

- a) pertinência temática;
- b) pertinência pragmática;
- c) categoria linguística dos substantivos ou sintagmas nominais;
- d) confiabilidade, por meio do teste de fiabilidade.

No que se refere ao processo de teste de fiabilidade, último critério para o reconhecimento da terminologia da área, construímos, por meio do programa de manipulação do *corpus*, uma lista de palavras que compõem o CORPARG, para serem apreciadas pelos especialistas da área. Nesse sentido, partimos das palavras existentes nessa lista como ponto de origem para compreendermos a terminologia da área, uma vez que consideramos importante pensar na proporção em que as candidatas a unidades terminológicas aparecem no *corpus*.

Convém acrescentar que a lista de palavras a que fazemos referência, embora não se configure em um paradigma de reconhecimento, torna-se fundamental para orientar o percurso de reconhecimento da terminologia. Após a organização da lista de candidatas a termos, enviamos aos especialistas da argumentação para que pudessem verificar se essas candidatas fazem parte da área de estudos ou não.

Dito isso, seguimos nossa exposição, definindo as etapas traçadas para o reconhecimento das UT das teorias da argumentação ilustradas na tese.

#### **3.1.4 Passos para o reconhecimento das unidades terminológicas das teorias da argumentação**

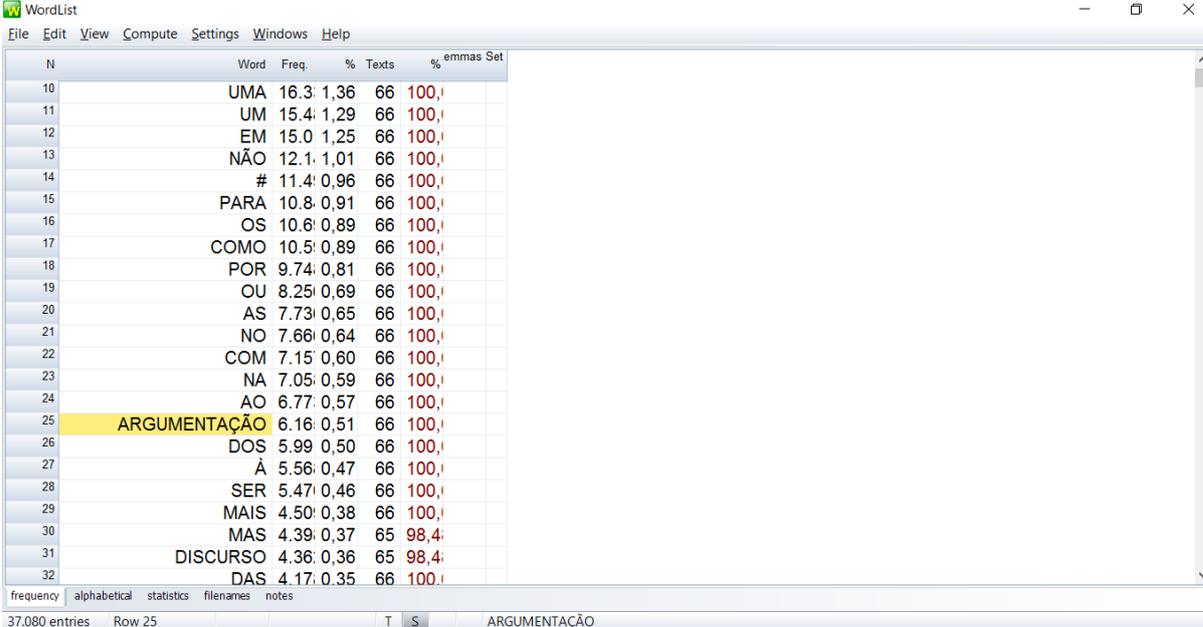
Após os critérios estabelecidos para nortear as observações das UT, organizamos, inicialmente, uma lista com todas as palavras do *corpus*, conforme salientamos anteriormente. Para essa ação, a ferramenta *WordList* do *software WordSmith Tools 6.0*, que será apresentada posteriormente, foi acionada para a construção da lista de candidatas a UT.

Percebemos que, nessa lista, o *software* nos apresenta os dados de várias maneiras envolvendo tanto a frequência quanto a ordem alfabética, bem como os dados estatísticos englobando o *corpus*. Delimitamos, portanto, a frequência para identificarmos se poderíamos definir, grosso modo, a UT como pertencente às teorias da argumentação.

Constatamos que muitas das palavras de maior frequência não atenderiam aos nossos propósitos, já que elas são classificadas pela gramática normativa como preposições, conjunções, artigos, pronomes. Esses termos isoladamente não apresentam significados pertinentes à área e em uma primeira análise, ficaram fora do escopo desta pesquisa.

De posse da lista pronta, passamos a analisá-la, buscando identificar a primeira candidata à unidade terminológica existente em nosso *corpus*. Utilizamos, para tal, a ferramenta *WordList* novamente e encontramos a candidata à unidade terminológica *argumentação* – palavra que aparece como a primeira unidade significativa no *corpus* (figura 9). Essa unidade é definida por nós como uma UT que nos remete à área de domínio. De acordo com os resultados da pesquisa, notamos que ela se repete em todos os textos que compõem o CORPARG.

**Figura 9 – Interface da primeira palavra que mais se repete no *corpus***



N	Word	Freq.	%	Texts	% emmas	Set
10	UMA	16.3	1,36	66	100,1	
11	UM	15.4	1,29	66	100,1	
12	EM	15.0	1,25	66	100,1	
13	NÃO	12.1	1,01	66	100,1	
14	#	11.4	0,96	66	100,1	
15	PARA	10.8	0,91	66	100,1	
16	OS	10.6	0,89	66	100,1	
17	COMO	10.5	0,89	66	100,1	
18	POR	9.74	0,81	66	100,1	
19	OU	8.25	0,69	66	100,1	
20	AS	7.73	0,65	66	100,1	
21	NO	7.66	0,64	66	100,1	
22	COM	7.15	0,60	66	100,1	
23	NA	7.05	0,59	66	100,1	
24	AO	6.77	0,57	66	100,1	
25	ARGUMENTAÇÃO	6.16	0,51	66	100,1	
26	DOS	5.99	0,50	66	100,1	
27	À	5.56	0,47	66	100,1	
28	SER	5.47	0,46	66	100,1	
29	MAIS	4.50	0,38	66	100,1	
30	MAS	4.39	0,37	65	98,4	
31	DISCURSO	4.36	0,36	65	98,4	
32	DAS	4.17	0,35	66	100,1	

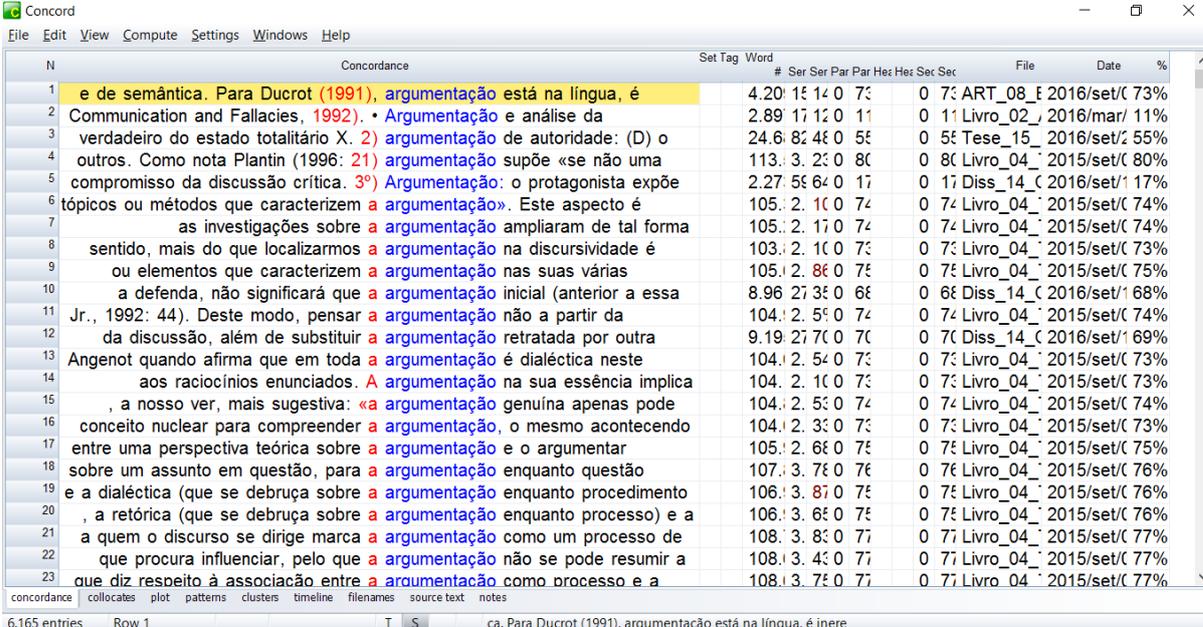
WordList  
File Edit View Compute Settings Windows Help  
frequency | alphabetical | statistics | filenames | notes  
37.080 entries Row 25 T S ARGUMENTAÇÃO

Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

De acordo com o programa *WordSmith Tools 6.0*, pudemos investigar de que maneira a candidata a UT aparece em seu contexto de uso. Nesse caso, digitamos a palavra “argumentação” na ferramenta *Concord* e obtivemos os seguintes dados (Figura 10), que passamos a observar mais detalhadamente. Ademais, constatamos que a UT apareceu também acompanhada de outras palavras que ampliam ou até mesmo modificam o sentido, conforme dados apresentados no capítulo de análise.

Vale lembrar que observamos os números, indicando a incidência da unidade no texto e nos deparamos com a quantificação de 6.165 vezes que a candidata à UT aparece no CORPARG. Lembrando que, embora os dados quantificadores não sejam levados em consideração como critério para a seleção da terminologia da área, esses resultados revelam que a UT é relevante para as teorias da argumentação. Ademais, entendemos que, em textos cujas discussões estejam voltadas a essa área, é provável encontrarmos uma UT dessa natureza. Enfim, é uma unidade que aparece 6.165 vezes e em 100% dos textos, conforme ilustração a seguir.

**Figura 10 – Interface com a ilustração da palavra que mais se repete no CORPARG**



The screenshot shows the Concord software interface with a concordance table for the word "argumentação". The table has columns for N, Concordance, Set, Tag, Word, #, Ser, Ser, Par, Par, Hex, Hex, Sec, Sec, File, Date, and %. The concordance text is highlighted in yellow in the original image.

N	Concordance	Set	Tag	Word	#	Ser	Ser	Par	Par	Hex	Hex	Sec	Sec	File	Date	%
1	e de semântica. Para Ducrot (1991), <b>argumentação</b> está na língua, é	4.20	1	14	7	0	7	ART_08_	2016/set/	73%						
2	Communication and Fallacies, 1992). • <b>Argumentação</b> e análise da	2.89	17	12	0	11	0	11	Livro_02_	2016/mar/	11%					
3	verdadeiro do estado totalitário X. 2) <b>argumentação</b> de autoridade: (D) o	24.6	82	4	0	5	0	5	Tese_15_	2016/set/	55%					
4	outros. Como nota Plantin (1996: 21) <b>argumentação</b> supõe «se não uma	113.	3.	2	0	8	0	8	Livro_04_	2015/set/	80%					
5	compromisso da discussão crítica. 3º) <b>Argumentação</b> : o protagonista expõe	2.27	5	64	0	17	0	17	Diss_14_	2016/set/	17%					
6	tópicos ou métodos que caracterizem <b>a argumentação</b> ». Este aspecto é	105.	2.	1	0	74	0	74	Livro_04_	2015/set/	74%					
7	as investigações sobre <b>a argumentação</b> ampliaram de tal forma	105.	2.	17	0	74	0	74	Livro_04_	2015/set/	74%					
8	sentido, mais do que localizarmos <b>a argumentação</b> na discursividade é	103.	2.	1	0	73	0	73	Livro_04_	2015/set/	73%					
9	ou elementos que caracterizem <b>a argumentação</b> nas suas várias	105.	2.	8	0	75	0	75	Livro_04_	2015/set/	75%					
10	a defesa, não significará que <b>a argumentação</b> inicial (anterior a essa	8.96	27	3	0	68	0	68	Diss_14_	2016/set/	68%					
11	Jr., 1992: 44). Deste modo, pensar <b>a argumentação</b> não a partir da	104.	2.	5	0	74	0	74	Livro_04_	2015/set/	74%					
12	da discussão, além de substituir <b>a argumentação</b> retratada por outra	9.19	27	7	0	70	0	70	Diss_14_	2016/set/	69%					
13	Angenot quando afirma que em toda <b>a argumentação</b> é dialéctica neste	104.	2.	54	0	73	0	73	Livro_04_	2015/set/	73%					
14	aos raciocínios enunciados. <b>A argumentação</b> na sua essência implica	104.	2.	1	0	73	0	73	Livro_04_	2015/set/	73%					
15	, a nosso ver, mais sugestiva: « <b>a argumentação</b> genuína apenas pode	104.	2.	5	0	74	0	74	Livro_04_	2015/set/	74%					
16	conceito nuclear para compreender <b>a argumentação</b> , o mesmo acontecendo	104.	2.	3	0	73	0	73	Livro_04_	2015/set/	73%					
17	entre uma perspectiva teórica sobre <b>a argumentação</b> e o argumentar	105.	2.	6	0	75	0	75	Livro_04_	2015/set/	75%					
18	sobre um assunto em questão, para <b>a argumentação</b> enquanto questão	107.	3.	7	0	76	0	76	Livro_04_	2015/set/	76%					
19	e a dialéctica (que se debruça sobre <b>a argumentação</b> enquanto procedimento	106.	3.	8	0	75	0	75	Livro_04_	2015/set/	76%					
20	, a retórica (que se debruça sobre <b>a argumentação</b> enquanto processo) e a	106.	3.	6	0	75	0	75	Livro_04_	2015/set/	76%					
21	a quem o discurso se dirige marca <b>a argumentação</b> como um processo de	108.	3.	8	0	77	0	77	Livro_04_	2015/set/	77%					
22	que procura influenciar, pelo que <b>a argumentação</b> não se pode resumir a	108.	3.	4	0	77	0	77	Livro_04_	2015/set/	77%					
23	que diz respeito à associação entre <b>a argumentação</b> como processo e a	108.	3.	7	0	77	0	77	Livro_04_	2015/set/	77%					

Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

O programa *WordSmith Tools 6.0* permitiu ainda que pudéssemos configurar a ferramenta para que os dados fossem revelados de modo que

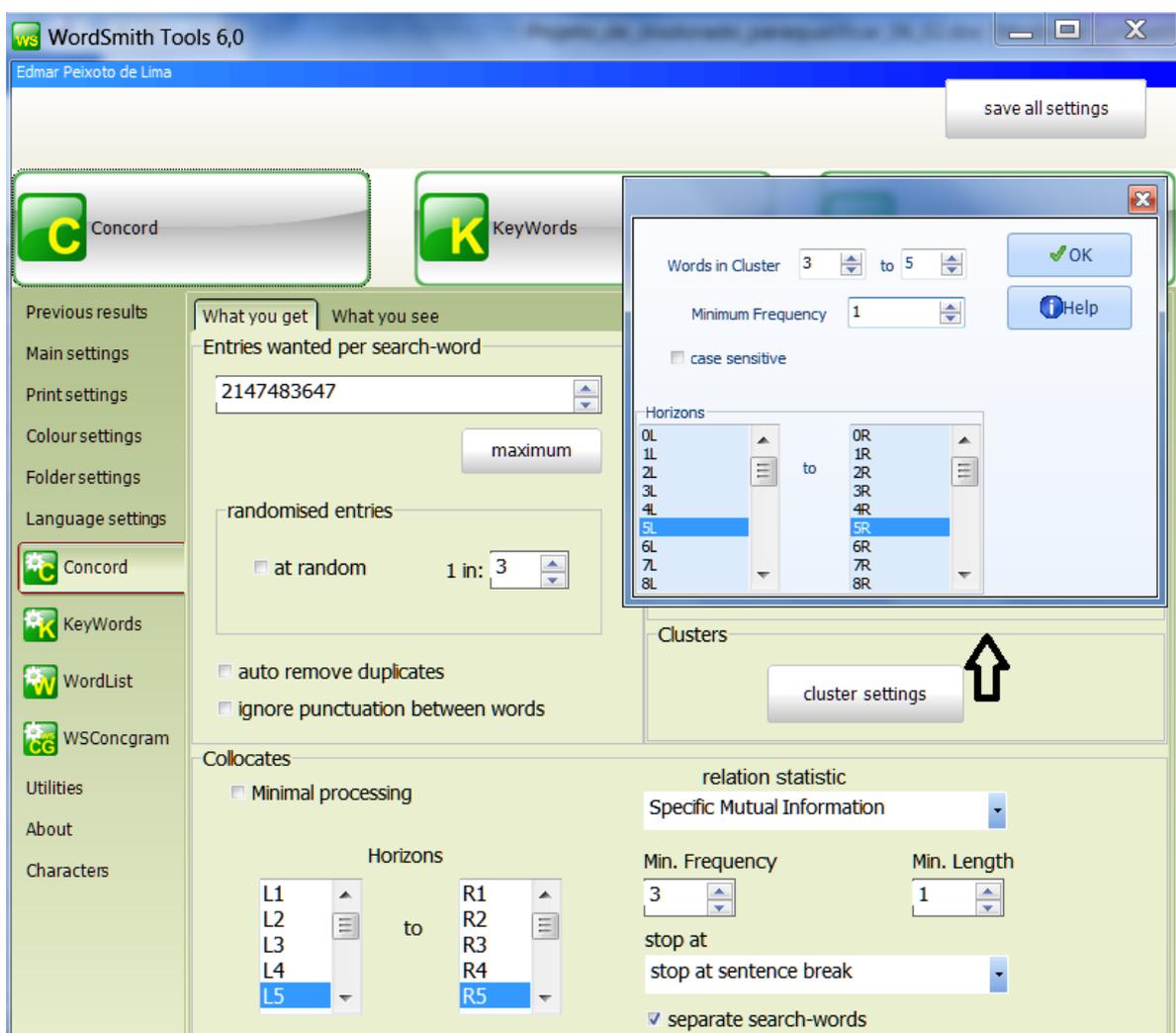
atendessem às necessidades do trabalho. Assim, ao clicarmos na ferramenta *Concord*, o programa nos ofereceu a opção na janela denominada *cluster settings*, que tem a função de mostrar a unidade desejada em um agrupamento no texto.

Nosso objetivo, com essa opção, foi percebermos com quais elementos do texto a UT aparece, com qual a frequência, mas, acima de tudo, tentarmos identificar o grau de relevância para os estudos da argumentação. Mesmo utilizando o programa *WordSmith Tools 6.0* para identificarmos as unidades, cabe ao terminólogo o trabalho primeiro de selecionar a terminologia da área de estudos e, conseqüentemente, levar ao conhecimento dos especialistas da área, para definir o que de fato se configura como uma unidade que compõem a nossa proposta de dicionário.

Acrescentamos, ainda, que todo esse processo investigativo exemplificado com a palavra *argumentação* foi também realizado com as demais candidatas a UT até que obtivéssemos a lista que foi enviada para ser analisada pelos especialistas.

Assim, configuramos a ferramenta para que pudéssemos ter acesso às combinações envolvendo as UT, de acordo com a figura a seguir:

**Figura 11 – Configuração das combinatórias de 02 a 05 palavras com a frequência mínima**



Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

Outro ponto que consideramos importante destacar é que, mesmo algumas UT tendo sido dicionarizadas em obras com diferentes abordagens teóricas, nós as mantivemos em nossa proposição, já que as unidades são tratadas sob a perspectiva das teorias da argumentação, conforme demonstramos nos critérios com os conceitos de pertinência temática e de pertinência pragmática.

Enfim, após a realização dos passos no processo de seleção, passamos a observar se as candidatas atendiam aos critérios de reconhecimento, ilustrados sinteticamente a seguir:

**Quadro 16 – Critérios de seleção das unidades terminológicas**

- a) pertinência temática;
- b) pertinência pragmática;
- c) categoria linguística dos substantivos ou sintagmas nominais;
- d) confiabilidade, por meio do teste de fiabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após esclarecermos os critérios para a seleção das unidades terminológicas da área e que servem de orientação para que possamos estabelecer a terminologia pertencente às teorias da argumentação, apresentamos, a seguir, como se deu o processo de validação das UT.

**3.1.5 Validação das unidades terminológicas**

Dentre os critérios de seleção das unidades terminológicas apresentadas anteriormente, utilizamos como parâmetro, para a seleção da terminologia das teorias da argumentação, a noção do “teste de fiabilidade” (MARTINS, 2014, p. 142). A concepção que norteia esse teste está relacionada diretamente com a participação dos especialistas, que validam os termos selecionados pela pesquisadora.

Consideramos como especialistas na área da argumentação os professores-pesquisadores com título de doutor, que orientam ou desenvolvem pesquisas abordando o tema, os líderes de grupos de pesquisa que focalizam seus trabalhos na área, além dos docentes universitários que ministram a disciplina tanto de Argumentação quanto de disciplinas que contemplam as discussões sobre argumentação. Diante desses paradigmas, os especialistas foram selecionados por meio do vínculo estabelecido com os grupos de pesquisas voltados ao tema.

Sendo assim, com relação ao envolvimento desses especialistas na presente investigação, tomamos por base as concepções defendidas por Quiroz, Muñoz e Zapata (2002), ao afirmarem que a relação entre o especialista e o domínio do conhecimento deve considerar os seguintes aspectos: “Que sejam especialistas em sua área de estudos (mestrado ou doutorado). Que tenham experiências

investigativas, sempre que possível na área específica. Que sejam atualizados na terminologia da área”<sup>48</sup> (QUIROZ; MUÑOZ; ZAPATA, 2002, p. 811, tradução nossa).

Partindo dessas explicações, os cinco especialistas, responsáveis por validar o repertório vocabular das teorias da argumentação, de acordo com os dados registrados na plataforma *lattes*<sup>49</sup>, atendem aos seguintes quesitos: são doutores, suas teses estão vinculadas aos estudos da argumentação, participam de grupos de pesquisas que promovem discussões na área, são professores universitários e/ou de programas de pós-graduações, portanto, orientam trabalhos acadêmicos sobre o assunto, publicam artigos em periódicos nacionais e internacionais e, por fim, participam de eventos, sobre argumentação, também em nível nacional e internacional. Sob essa perspectiva, acreditamos que o perfil do especialista das teorias da argumentação atende aos propósitos da presente pesquisa.

Nesse sentido, mantivemos contato com esses profissionais enviando, inicialmente, uma proposta de organização conceitual das teorias da argumentação, para que observassem a representação conceitual da área. A partir dessa proposta, selecionamos de forma semiautomática uma lista de candidatas à UT de cada uma das subáreas e em seguida, enviamos a cada especialista. Pedimos que assinalassem com um X as unidades relevantes para a área e/ou que acrescentassem mais alguma unidade, caso não estivesse contemplada na lista. Tarefa que foi realizada por alguns especialistas.

Após o retorno das listas validadas pelos especialistas, decidimos verificar se as UT pesquisadas poderiam fazer parte da representação conceitual da área, apresentada no início do percurso metodológico. Assim, agrupamos as UT dentro dos campos nocionais, com o objetivo de observá-las em consonância com as ramificações.

Nesse processo de agrupamento das unidades, passamos a analisar as UT pertencentes às teorias da argumentação, estudando os contextos em que estão inseridas no texto especializado e, por fim, construímos as definições para a nossa proposição de dicionário. Após todo esse processo, passamos ao preenchimento das fichas terminológicas. Em seguida, organizamos as informações das fichas no formato

---

<sup>48</sup> Que sea especializado en su área de estudio (maestría o doctorado). Que tenga experiencia investigativa, en lo posible, en el área específica. Que está actualizado en su área con respecto a la terminología.

<sup>49</sup> <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>

de verbete. Realizada essa atividade, enviamos o modelo de verbete aos especialistas, junto com as fichas terminológicas preenchidas com os dados de cada unidade.

Convém esclarecer que a função dessa ficha, para o especialista, consiste em uma apresentação das informações sobre as UT. Nosso propósito, com o envio da ficha, foi apenas dar-lhe ciência dos dados sobre as unidades e do modelo da ficha utilizada, por nós, nas pesquisas em Terminologia, com o intuito de facilitar o percurso do estudioso da argumentação sobre os aspectos terminológicos do repertório vocabular da área.

Em suma, o processo de validação dos especialistas foi realizado da seguinte forma: enviamos as listas com as candidatas às UT das teorias da argumentação aos pesquisadores do grupo de Pesquisa em Ensino e Produção de Texto (GPET), ao grupo de pesquisa em Linguística Textual (PROTEXTO) e ao grupo de estudos em Gêneros Textuais: perspectivas teóricas e metodológicas (GETEME) - resultando, portanto, em 05 especialistas. Após esses procedimentos, os pesquisadores devolveram as listas e passamos a analisar as UT. Em seguida, preenchemos as fichas terminológicas.

Para finalizar o processo de validação, enviamos as fichas e o modelo de verbete, com os elementos informacionais, para serem apreciados pelos especialistas e obtermos deles tanto suas considerações quanto o aceite, assim como a recusa, caso achassem necessário e/ou fizessem alterações nos dados. Por último, organizamos os resultados de acordo com a demonstração na subseção 4.3.2.5.

Convém ressaltar que todas as etapas descritas na metodologia são importantes para a produção de um dicionário, todavia, o teste de fiabilidade atribui ao trabalho do terminólogo uma maior credibilidade aos resultados obtidos, uma vez que cabe ao especialista da área de domínio confirmar ou refutar os dados apresentados pelo terminólogo.

Finalmente, após a construção das listas e de todo o processo de validação da UT descrito na presente tese, elencamos as unidades que pertencem às teorias da argumentação, muito embora, para analisar os aspectos da variação terminológica, tenhamos delimitado apenas aquelas UT que proporcionem condições de se observar o fenômeno da variação.

Desse modo, passamos à confecção das fichas terminológicas com as informações de cada uma das unidades delimitadas para o desenvolvimento da

pesquisa. Assim, apresentamos as discussões que nos motivaram no processo de construção da ficha terminológica e expomos o modelo, com os respectivos campos eleitos para a obtenção do maior número de informações sobre as UT.

### 3.1.6 Exposição e discussão da ficha terminológica

A produção da ficha terminológica se configura em uma etapa relevante para o desenvolvimento da organização do dicionário. É necessário que os dados referentes às terminologias sejam armazenados de forma que possam retratar os aspectos reais que envolvem as UT. Nas fichas terminológicas, deve constar o maior número de informações possível sobre a UT, possibilitando ao pesquisador uma visão geral e detalhada dessas informações. Nesse sentido, segundo Cabré (1993, p. 281-282, tradução nossa),

As fichas terminológicas são materiais estruturados que devem conter todas as informações relevantes sobre cada termo. As informações que apresentam são extraídas dos registros de filtragem (seleção) ou da documentação de referência e se apresentam de acordo com os critérios estabelecidos previamente.<sup>50</sup>

Para Almeida (2006, p. 90), a ficha funciona como um “dossiê do termo, contendo toda a sorte de informações que se mostrarem pertinentes para a pesquisa em foco”; permite, portanto, que as informações sejam ordenadas, localizadas e organizadas com mais clareza e funcionalidade. Para conseguir armazenar essas informações, faz-se necessário sistematizá-las em um documento e selecionar aqueles elementos que sejam relevantes para a pesquisa.

Barros (2004, p. 211) nos apresenta uma sequência de fichas que o pesquisador pode utilizar para organizar as informações que refletem as necessidades do trabalho. Para a autora supracitada, em um “primeiro momento o pesquisador utiliza as fichas de recolha (ou de citação)”, que se dividem em *ficha de identificação* ou *ficha de citação inteira*.

Segundo as explicações evidenciadas pela autora supracitada, no que tange à funcionalidade das fichas terminológicas, nós consideramos a segunda como

---

<sup>50</sup> Las fichas terminológicas son materiales estructurados que deben contener toda la información relevante sobre cada término. Las informaciones que presentan se extraen de las fichas de vaciado o de la documentación de referencia, y se representan siguiendo unos criterios fijados previamente.

mais relevante. Essa escolha se justifica por acharmos importante, além do registro da UT, o acréscimo da fonte (referência bibliográfica), a indicação de que o texto-fonte possibilita elementos para uma definição ou apresenta uma ilustração dessa unidade e, por fim, destacamos ainda que essa ficha possibilita observar a unidade no espaço situacional em que a UT se encontra no texto.

Convém ainda acrescentar que as fichas terminológicas apresentadas na presente investigação foram elaboradas pelo sistema de gerenciamento de banco de dados *Microsoft Access 2010*. Esse programa permitiu o armazenamento das informações sobre o repertório vocabular e o acesso a possíveis alterações dos dados no decorrer de nossa pesquisa, oportunizando, portanto, tanto o acréscimo quanto a exclusão de elementos informacionais sobre as unidades.

Assim sendo, a primeira etapa desta pesquisa em Terminologia se configurou no registro das informações nas fichas terminológicas. Após esse levantamento, coube à pesquisadora, de posse dos objetivos e do público-alvo a quem se destina a obra, selecionar os registros pertinentes à sistematização e à organização do dicionário terminológico. Nesse sentido, a seguir, apresentamos o modelo da ficha e expomos as explicações e justificativas com relação às informações que consideramos importantes na produção da ficha terminológica, delimitada para este trabalho.

**Figura 12 – Ficha Terminológica**

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ <span style="float: right;">             PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E INTERAÇÃO           </span>	
<h2>Ficha Terminológica</h2>	
<b>CAMPO 01: Código</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 02: Unidade Terminológica</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 03: Fonte da Unidade Terminológica</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 04: Contexto</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 05: Fonte do Contexto</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 06: Definição</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 07: Informação Gramatical</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 08: Unidades Terminológicas Relacionadas</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 09: Nota</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 10: Fonte da Nota</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 11: Subárea</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 12: Responsável pela Coleta</b>	<input type="text"/>
<b>CAMPO 13: Data da Coleta</b>	<input type="text"/>

FONTE: Elaborada pela autora.

Após a demonstração de como organizamos nossos dados na ficha terminológica, vamos às explicações e justificativas para as escolhas dos campos que compõem a referida ficha, ilustrada na figura anterior.

O campo 01, nomeado de código, se caracteriza por apresentar a codificação representativa de cada unidade. Entendemos que, dessa forma, torna-se mais fácil identificá-la. Em seguida, organizamos as UT, inicialmente com o número ordinal e a letra do alfabeto a que a unidade pertence. Esse espaço faz parte do aspecto organizacional do trabalho, embora no protótipo do dicionário, não pretendamos apresentar o código utilizado como um dado direcionado ao consulente.

O campo seguinte, (02), unidade terminológica, funciona como a entrada da nossa proposta de dicionário em que apresentamos as UT selecionadas em ordem alfabética. Esse campo é definido por Pontes (2009, p. 112) como a entrada do dicionário e “caracteriza-se como a unidade de discurso que figura sob a forma abstrata ou forma canônica: se substantivo ou adjetivo, encontram-se no masculino singular; se verbo no infinitivo”. Para nosso trabalho, detemo-nos somente na classe gramatical do substantivo e/ou sintagma nominal, conforme critérios estabelecidos.

A UT é o elemento que aparece em destaque na ficha terminológica e, conseqüentemente, no produto terminográfico (dicionário, glossário ou banco de dados); serve de guia para as buscas realizadas pelo consulente, já que o usuário inicia seu percurso de pesquisa analisando a organização das entradas, buscando identificar as palavras, termos ou unidades terminológicas que atendam às suas necessidades no momento da pesquisa. Portanto, é o elemento que será definido ou explicado pelo autor do dicionário. Em nossa proposta, a unidade-entrada será apresentada da mesma maneira que aparece no *corpus* de estudos.

Já o Campo 03, fonte da unidade terminológica, é o espaço que tem como função registrar a fonte da qual a unidade é retirada para compor a nomenclatura do dicionário. Fonte da unidade (codificado) serve para identificar o texto do qual as UT foram retiradas. Utilizamos os códigos: Art (artigo), Diss (dissertação), Tese (teses) e livro, seguido do ano de publicação (artigos e livros) ou de defesa, no caso das teses e dissertações, e as iniciais dos nomes dos autores dos textos. Esse campo tem como propósito identificar os textos nos quais a UT está registrada. É uma informação importante, entretanto, não fez parte das informações contidas nos verbetes no Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

O campo 04, o contexto, funciona como o espaço em que a unidade aparece junto com as demais unidades, isto é, no que consideramos seu *habitat* original. Esse campo se justifica, na nossa ficha, pelo fato de sentirmos a necessidade de observar e de analisar se, no espaço de construção das unidades, apareciam definições ou outra informação importante para a organização dos dados, que pudessem nos auxiliar na construção de um produto terminográfico. Esse campo serve ainda para exemplificar ou contextualizar os sentidos das unidades no texto acadêmico-científico, na medida em que consideramos fundamental para o consulente a necessária contextualização da unidade para o entendimento das significações.

O campo 05, a fonte do contexto, desempenha a função de identificar de qual texto as UT foram observadas e exemplificadas. Essa informação oferece ao terminólogo a possibilidade de analisar e buscar outros dados que contribuam para a tarefa de definir a unidade terminológica. Esse campo serve ainda para que o usuário não entenda o dicionário apenas como uma lista de palavras com significados, mas perceba que as unidades se constituem em um espaço de construção que pode oferecer inúmeros outros conhecimentos importantes para sua formação.

O campo 06 é a definição. Consideramos a ação de definir como um trabalho árduo e importante para a construção do produto terminográfico. A definição é considerada como o “calcanhar de Aquiles” de todos aqueles que se propõem a trabalhar com a produção de dicionários. Nesse sentido, concordamos com Pontes (2009, p. 163), quando afirma que “definir é uma das tarefas que requer do lexicógrafo conhecimentos teórico-metodológicos apurados”. Para Finatto (2001 p. 14) “a definição é um objeto textual multidimensional, dotado de características que o fazem exceder aqueles limites mais usuais ou tradicionais de um objeto lógico-categorial”.

Assim, a definição exige do terminólogo um maior conhecimento da área e promove condições de análise mais ampla do texto, uma vez que é possível observar as UT nas relações de significados que são construídas no seu *habitat*. As definições devem ser breves, objetivas e claras nas construções. Além disso, precisam ser de fácil acesso ao consulente. Portanto, a linguagem utilizada não pode ser prolixa ou cheia de adornos e enfeites, pois o texto da definição “tem a função de descrever as características que delimitam um conceito” (FINATTO, 2001, p. 308).

No campo 07, a informação gramatical é considerada por nós como um campo importante, uma vez que estamos construindo as bases teóricas e

metodológicas para a construção de um dicionário direcionado aos estudantes do curso de Letras e áreas afins. Portanto, estamos pensando em futuros professores, que ainda estão em processo de formação. Entretanto, isso não invalida o acesso de pesquisadores e docentes que já exercem a profissão e necessitam do apoio de um material didático em suas ações pedagógicas.

O campo 08, unidades terminológicas relacionadas, é para este trabalho um campo que permite a identificação das variantes, dos antônimos, das palavras derivadas, dos sinônimos, dos homônimos, dentre outras informações que estejam relacionados às UT. Consideramos um campo importante, pois nos possibilita compreender os diferentes elementos linguísticos que circundam as unidades. Foi-nos de grande ajuda quando organizamos o protótipo do dicionário, já que as nossas bases se dirigem à comunidade acadêmica a quem julgamos ser necessário o conhecimento do léxico para desenvolver leituras e produções textuais competentes sobre a temática. Convém destacar que esse campo no nosso modelo de verbete se materializa nas formas variantes, já que abarcamos apenas os aspectos da variação terminológica que nos permitiu, nesse caso, observar as relações sinonímicas ou equivalentes conceituais.

O campo 09, a nota, é um espaço que oferece ao consulente mais algumas informações que podem complementar a definição e, portanto, auxiliá-lo na contextualização e explicação da unidade terminológica. É um campo que tem a função de ampliar os conhecimentos do usuário, esclarecer e ou comentar aspectos de ordem linguística e conceitual pertinentes à pesquisa.

Convém sempre explicar que o público-alvo deste produto terminográfico é a comunidade acadêmica e, por essa razão, acreditamos que lhe poderá ser importante para propiciar informações diversas sobre as UT, tornando o acesso ao dicionário uma forma de aprender, inclusive sobre questões mais amplas da linguagem, da história e de tantos outros aspectos que consigamos oferecer por meio de nossa pesquisa.

O campo 10 é a fonte de onde retiramos as observações. É um campo que tem como propósito esclarecer o material que foi utilizado para ampliar as informações sobre a entrada do verbete. Auxilia bastante no processo de conhecimento que é necessário à compreensão das terminologias da área pesquisada, bem como serve de fonte para outras leituras e pesquisas. Esse campo permite que realizemos

investigações para oferecer outras possíveis leituras sobre as unidades selecionadas. Serve ainda como instrumento para nortear as análises do pesquisador.

No campo 11, subárea, registramos a qual teoria da argumentação pertence a UT. Esse campo se configura como imprescindível para se identificar as origens das unidades e se analisar as relações existentes na área especializada, no sentido de estabelecer as aproximações e os distanciamentos entre as teorias.

Os campos 12 e 13 funcionam como forma de organização dos dados, principalmente se houver a participação de uma grande equipe envolvida no trabalho. Embora não seja esse o caso, nesse momento da construção das bases teóricas e metodológicas do dicionário terminológico e da proposição do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, nós acreditamos que esses campos facilitem a organização dos dados. Nesse sentido, no caso da ilustração apresentada nesta tese, as datas foram modificadas a cada momento da pesquisa, uma vez que, todas as vezes que algo foi acrescentado ou retirado, vigorou a última data de acesso.

Convém acrescentar que nem todas as informações contempladas na ficha terminológica fazem parte do modelo de verbete que compõe o dicionário proposto, no entanto, os conhecimentos que envolvem cada UT são pertinentes e necessários para a produção de um dicionário terminológico, pois fundamentam as escolhas na constituição da obra.

Para concluir os aspectos metodológicos da tese, seguimos discutindo os procedimentos que tomamos por base para guiar nossa observação sobre o fenômeno da variação terminológica e, conseqüentemente, sobre as análises da terminologia das teorias da argumentação.

### **3.1.7 Procedimentos para o desenvolvimento das análises**

Nas subseções anteriores, expusemos os passos delineados para que nos fosse possível afirmar que as UT selecionadas pertencem às teorias da argumentação. Nesta seção da metodologia, discorreremos sobre o percurso definido para atender aos objetivos propostos para esta investigação.

Conforme já assinalamos, partimos da lista de palavras enviada e validada pelos especialistas, segundo o processo de validação descrito anteriormente. Essas listas servem para elencar as UT pertencentes à área, posto que coube aos

especialistas assinalar com um x e/ou acrescentar unidades que não tivessem sido contempladas, por nós, na primeira versão da lista enviada no processo de validação.

Nesse sentido, de posse dessas listas, organizamos as UT de cada uma das áreas, buscando identificar as que pertenciam a apenas uma das teorias ou que faziam parte das duas perspectivas teóricas apresentadas neste trabalho. Assim, dividimos essas listas em duas abordagens: uma que contempla as UT pertencentes às teorias da argumentação de base retórica e uma segunda lista com as UT da teoria da argumentação de base linguística. Construímos, portanto, por meio desse processo de consulta aos especialistas, um *subcorpus*. Sendo assim, utilizamos como procedimentos metodológicos, de modo geral, a construção do *subcorpus*, representado pelas listas de UT de cada uma das áreas.

Para atender ao primeiro objetivo da pesquisa, qual seja, caracterizar as unidades terminológicas das teorias da argumentação em textos acadêmicos científicos, recorreremos ao *subcorpus* descrito e passamos à caracterização das unidades, atentando tanto aos critérios estabelecidos para o reconhecimento do repertório terminológico quanto para as relações que essas unidades constroem umas com as outras no CORPARG. Assim, na seção 4.1, analisamos os aspectos comportamentais de cada unidade de acordo com os critérios, que contemplassem tanto a pertinência temática quanto a pertinência pragmática, bem como pertencessem à categoria dos substantivos e tivessem sido validadas pelos especialistas. Na segunda seção, 4.2, observamos as relações dessas unidades, observando tanto o número de ocorrência quanto o número de textos em que elas foram registradas.

Para observar o fenômeno da variação denominativa, atentando ao segundo objetivo da tese - analisar as unidades terminológicas sob a perspectiva da variação denominativa, considerando as tipologias e as causas da variação no domínio, correlacionando-as à autovariação e a heterovariação -, passamos às análises tanto dos tipos de variação quanto das causas que motivaram o uso da variação no *corpus*. Para tanto, consideramos os estudos apresentados em Freixa (2002, 2005, 2006, 2013, 2014) e demais estudiosos.

Construímos para cada tipo de variação denominativa uma figura com a ilustração dos dados do CORPARG. Convém salientar que utilizamos os cinco blocos destacados nos estudos da variação por Freixa (2002). No entanto, em nossos resultados, não encontramos todos os subtipos discutidos pela autora. Por essa razão,

tanto nos fundamentos teóricos quanto nas análises, apresentamos apenas os tipos de variação identificados no CORPARG.

Recorremos ainda ao contexto discursivo de cada uma das unidades apresentadas na ilustração mencionada anteriormente. Esse contexto discursivo está relacionado a uma porção do texto que constitui o CORPARG. São espaços de construção que permitem a observação das unidades no seu *habitat* natural: o texto especializado. Ainda nesse espaço de ilustração, observamos as causas da variação denominativa na área, atentando à autovariação e à heterovariação como elemento diferenciador da variação nas motivações.

Com relação ao terceiro objetivo da pesquisa, voltamo-nos à proposição das bases teóricas e metodológicas para a construção do protótipo do Glossário Terminológico das teorias da argumentação descritas no capítulo metodológico, em que apresentamos tanto a construção do *corpus* da pesquisa quanto os passos delineados para a produção do dicionário terminológico. Por fim, para responder ao quarto objetivo, recorreremos à construção do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, considerando o modelo de verbete que contempla os aspectos da variação terminológica. Ressaltamos que o terceiro e quarto objetivos são complementares entre si, no sentido de que o protótipo do dicionário contempla a proposição das bases teóricas e metodológicas do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação. Para realizar todos esses procedimentos descritos, contamos com o apoio do *software WordSmith Tools 6.0*.

Em suma, para realizar a investigação, cujos resultados estão materializados nesta tese, seguimos os seguintes passos: a) identificação das UT pertencentes a cada uma das teorias; b) envio da lista com as candidatas às UT aos especialistas; c) após o recebimento das listas, observação do fenômeno da variação no CORPARG, utilizando para isso os critérios de reconhecimento sobre o repertório terminológico; d) constatação do fenômeno da variação existente no *corpus*; e) caracterização do *corpus* quanto aos tipos de variação denominativa existentes; f) análise das causas da variação no *corpus*, considerando a autovariação e a heterovariação; g) proposição das bases teóricas e metodológicas de um dicionário terminológico que contemple a variação no repertório vocabular da área de estudos e h) construção de uma forma de organização dessa terminologia, demonstrando o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Após definir os procedimentos utilizados na pesquisa, a seguir, apresentamos as ferramentas da Linguística de *Corpus* utilizadas para o desenvolvimento das ações relatadas na metodologia. Elas consistem nos componentes que constituem o *software WordSmith Tools 6.0*, conforme já demonstramos no início da metodologia, e da ferramenta denominada de *Cmap Tools*<sup>51</sup>, que foi usada para construirmos a representação conceitual das terminologias da área.

### **3.1.8 Seleção e uso das ferramentas da Linguística de *Corpus***

Dedicamo-nos anteriormente a demonstrar o percurso que orientou os passos metodológicos da tese, tanto no que se refere aos indicativos para a organização da terminologia da área, quanto no sentido de guiar o ponto de vista com o qual observamos o fenômeno da variação. Nesta subseção, em que nos deparamos com os arquivos prontos para serem processados pelo *software WordSmith Tools 6.0*, passamos a expor os elementos que o compõem.

#### **3.1.8.1 Apresentação do *software: WordSmith Tools*<sup>52</sup> 6.0**

Conforme evidenciamos no decorrer da exposição sobre os aspectos metodológicos da tese, contemplamos, nesta subseção, os elementos que constituem o *software WordSmith Tools 6.0*. Nesse sentido, deparamo-nos com a Linguística de *Corpus* (LC) que contempla em seu arcabouço estudos com o uso de ferramentas computacionais em pesquisas linguísticas. A LC tanto pode ser entendida como uma ciência que proporciona os fundamentos teóricos ou metodológicos para a realização das investigações quanto como instrumento de apoio ao desenvolvimento das pesquisas. A presente tese se enquadra nessa última perspectiva da LC. Ademais, convém aclararmos que, embora as implicações teóricas dessa área de estudos sejam relevantes para o desenvolvimento dos estudos em Terminologia, nós não as seguimos enquanto aporte teórico.

---

<sup>51</sup> <http://cmap.ihmc.us/>

<sup>52</sup> <http://www.lexically.net/index.html> - podemos fazer o *download* do programa (de posse da licença); encontra-se também o tutorial do programa e um *link* para o grupo de discussão sobre o programa.

Reafirmamos que essa decisão se relaciona ao fato de que nossa pesquisa tem como embasamentos teóricos e metodológicos os preceitos defendidos pela TCT e os aportes da Terminografia, conforme discutidos no segundo capítulo deste trabalho. Assim, torna-se necessário que recorramos às ferramentas da LC com o intuito de facilitar o acesso às informações importantes para a pesquisa. Nesse sentido, para realizar nossa investigação, necessitamos do auxílio das ferramentas do referido campo de estudos que, de acordo com Barros (2004, p. 262), “cria instrumentos de composição, extração, análise, manipulação e processamento de dados linguísticos em textos”. Ou seja, apropriamo-nos das ferramentas apenas como instrumentos de apoio ao desenvolvimento da investigação.

Sob essa perspectiva, as ferramentas computacionais contribuem para que o pesquisador observe as unidades em contexto real de uso e possa selecionar as candidatas à UT. Entretanto essa ação, embora auxiliada pelo *software*, precisa da intervenção humana, uma vez que cabe ao pesquisador, munido dos conhecimentos adquiridos da área de domínio, verificar se todas as unidades extraídas do *corpus* são efetivamente unidades pertencentes à área de estudos.

Dito isso, tecemos algumas considerações sobre o *software* que utilizamos para nossa pesquisa, o *WordSmith Tools 6.0* e em seguida, apresentamos como nos apropriamos da ferramenta para o desenvolvimento do trabalho. De acordo com Berber Sardinha (2009, p. 08), “o programa *WordSmith Tools* é um conjunto de programas integrados (‘suíte’) destinados à análise linguística”. Mais especificamente, esse *software* permite fazer análises baseadas na frequência e na coocorrência de palavras em *corpora*. Para nossa pesquisa, embora não desconsideremos a frequência, foi a coocorrência o utilitário que mais serviu aos nossos propósitos.

Para Berber Sardinha (1999, p. 05), os itens devem ser analisados na presença de outros, pois “um item isolado é pouco informativo”. Portanto, foi fundamental que observássemos as unidades no contexto em que estavam inseridas, a saber: o texto especializado. Esse espaço de construção permitiu que analisássemos as UT na relação que elas mantêm com os demais elementos do texto, sendo possível investigar o comportamento e as associações que foram estabelecidas entre elas.

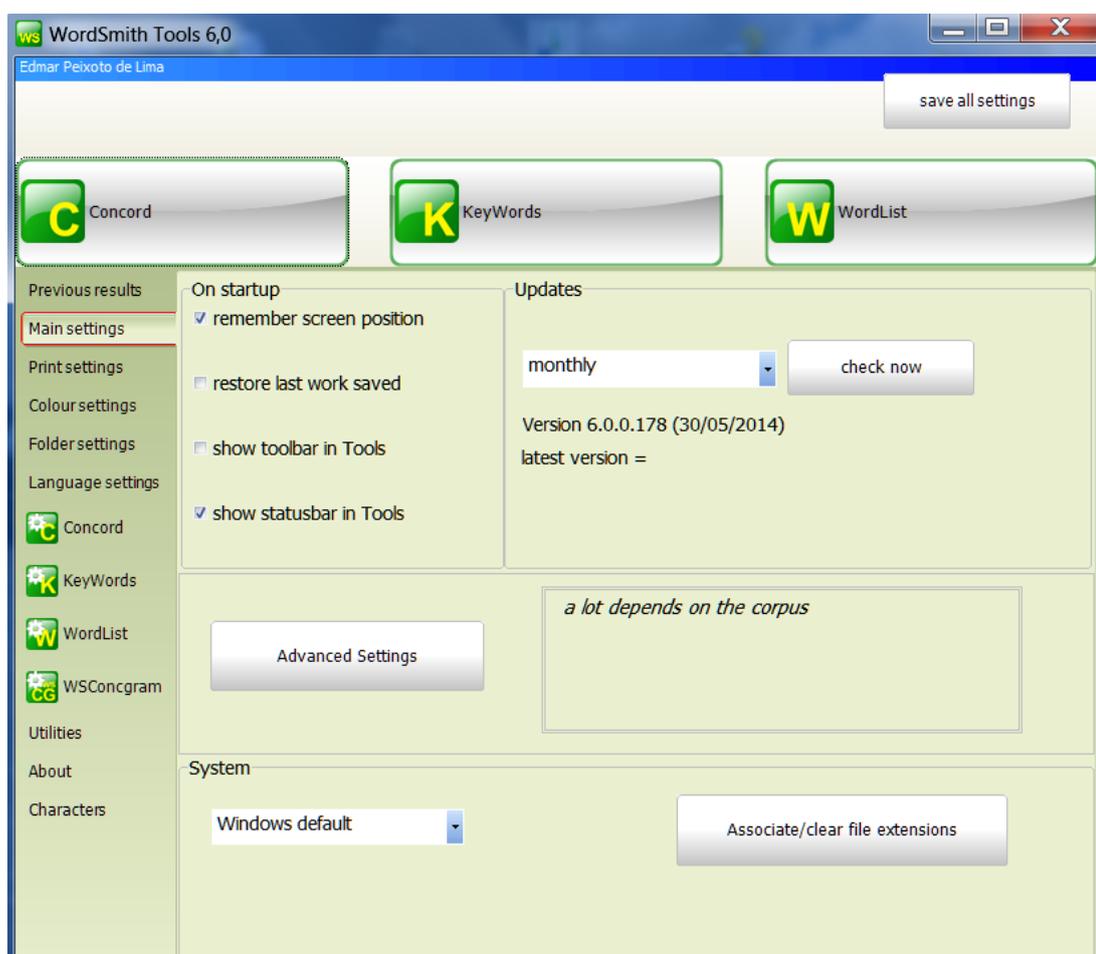
Para tal, o programa computacional facilitou o manuseio, auxiliando na busca de dados e possibilitando a análise das UT no *corpus* de estudos. Nesse sentido, o *software WordSmith Tools 6.0* apresenta as três principais ferramentas que

norteiam as pesquisas envolvendo a LC, seja como aporte teórico, seja como recurso metodológico.

Segundo Berber Sardinha (2009), esse programa existe desde 1996 e foi criado por Mike Scott, da universidade de Liverpool, Reino Unido. No início era formado por programas independentes, mas na atualidade é composto por um conjunto de elementos que permite a realização de diversas tarefas, no tocante ao tratamento com *corpora*, sendo, portanto, importante para as inúmeras áreas do conhecimento e, no nosso caso, especificamente para o terminólogo.

Sendo assim, a seguir, apresentamos a interface da página do programa com as ferramentas mencionadas:

**Figura 13 - Interface do *WordSmith Tools 6.0***



Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

O programa oferece as três ferramentas, ilustradas na figura 13, e vários utilitários. Não tratamos de todos, uma vez que Berber Sardinha (2009) apresenta uma espécie de guia, com explicações e muitas informações de como aproveitar ao

máximo o programa para o sucesso das investigações. Ressalte-se que, no próprio *site*, encontramos algumas explicações que contribuem para o entendimento das ações que o *software* pode ajudar a desenvolver.

Em consonância com nossos objetivos e propostas de trabalho, das três ferramentas oferecidas pelo programa, conforme figura 13, utilizamos apenas duas: *Concord* e *WordList* e, por essa razão, discorreremos somente a respeito delas. A primeira permite que conheçamos os contextos em que as unidades estão inseridas e a segunda que vejamos as listas de palavras. Optamos por apresentar as duas ferramentas seguindo as etapas realizadas para a construção da tese. Sendo assim, iniciemos pela *WordList*.

#### 3.1.8.1.1 A ferramenta *WordList*

*WordList* é uma ferramenta que proporciona ao pesquisador a produção de uma lista contendo todas as palavras dos arquivos selecionados, organizadas por frequência (Figura 14) e em ordem alfabética (Figura 15). A lista por frequência nos indica a quantidade de vezes que as unidades aparecem no *corpus*. Muito embora este não seja utilizado como critério para selecionar as UT neste trabalho, nós o consideramos importante para guiar o mapeamento da terminologia da área e facilitar o manuseio das candidatas à UT. Ressaltamos que utilizamos a frequência apenas para verificar a relevância das unidades na construção das terminologias envolvendo a área de domínio.

**Figura 14 - Lista de palavras por ordem de frequência**

N	Word	Freq.	%	Texts	% emmas Set
1	DE	51.5	4,31	66	100,1
2	A	49.5	4,14	66	100,1
3	QUE	42.6	3,56	66	100,1
4	O	34.2	2,86	66	100,1
5	E	26.9	2,25	66	100,1
6	SE	21.1	1,76	66	100,1
7	É	18.5	1,55	66	100,1
8	DA	17.3	1,45	66	100,1
9	DO	16.5	1,38	66	100,1
10	UMA	16.3	1,36	66	100,1
11	UM	15.4	1,29	66	100,1
12	EM	15.0	1,25	66	100,1
13	NÃO	12.1	1,01	66	100,1
14	#	11.4	0,96	66	100,1
15	PARA	10.8	0,91	66	100,1
16	OS	10.6	0,89	66	100,1

37.080 entries Row 1 T S DE

Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

Ao observarmos os dados, percebemos que, por ordem de frequência, os dados obtidos não se configuraram como relevantes para nossa pesquisa, pelo fato de que as palavras que mais se repetiam não apresentavam significações e nem revelavam características da área. Logo, de modo geral, o fator frequência não interessa às nossas análises, mas pode servir de apoio na busca pelas UT.

A segunda lista (figura 15), ilustrada a seguir, apresenta as palavras em ordem alfabética e a porcentagem de frequência no texto. Acreditamos que essa lista orienta o trabalho do terminólogo mais diretamente, uma vez que as unidades aparecem em ordem alfabética, sendo uma das formas de organização das entradas de um trabalho terminográfico.

Embora as listas contribuam e facilitem o trabalho do terminólogo, cabe ao estudioso selecionar as UT que de fato são relevantes para as pesquisas em desenvolvimento. Por meio das listas e levando em consideração a área de domínio, torna-se extremamente importante para o trabalho a presença de um especialista, conforme já explicitamos.

**Figura 15 - Lista de palavras em ordem alfabética**

N	Word	Freq.	%	Texts	% emmas Set
1	#	11.4	0,96	66	100,1
2	A	49.5	4,14	66	100,1
3	a	3		2	3,03
4	Á	214	0,02	25	37,8
5	À	5.56	0,47	66	100,1
6	ÁÁ	1		1	1,52
7	AABA	1		1	1,52
8	AACA	1		1	1,52
9	AARNIO	4		2	3,03
10	AB	3		2	3,03
11	ABADE	1		1	1,52
12	ABADES	1		1	1,52
13	ABAETÉ	1		1	1,52
14	ABAFADOS	1		1	1,52
15	ABAFAR	2		1	1,52
16	ABAIXADO	1		1	1,52
17	ABAIXAMENTO	2		2	3,03
18	ABAIXO	84		29	43,9
19	ABALA	5		4	6,06
20	ABALADA	4		4	6,06
21	ABALADO	2		2	3,03
22	ABALANÇADO	1		1	1,52
23	ABALANDO	1		1	1,52

Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

Essa ferramenta apresenta tipos distintos de palavras que seria o “número de formas (ou vocábulos)”, no caso do *corpus* construído para nossa pesquisa, tivemos ao todo 37.080 mil entradas, dados apresentados pelo próprio programa (com destaque na imagem anterior).

A *WordList* permite ainda que observemos a quantidade de palavras que aparecem em cada texto que compõe o *corpus*. Essa ferramenta possibilita uma análise quantitativa, com o objetivo de compreendermos estudos que levem em consideração a repetição de palavras ou que se interessem por dados estatísticos, o que não é nosso caso.

De todo modo, todas as vezes que acionamos a ferramenta *WordList*, três janelas aparecem: uma em ordem alfabética, outra por ordem de frequência e uma terceira com a estatística a respeito dos dados. Não discutiremos todos os utilitários da ferramenta, uma vez que Berber Sardinha (2004) já se preocupou em realizar essa tarefa, conforme salientamos.

Assim, a lista de palavras se configura como essencial na nossa investigação e, conseqüentemente, essa ferramenta serviu de grande valia para a realização das buscas necessárias ao desenvolvimento desta tese. A seguir, explicamos a segunda ferramenta, que também foi de inestimável valor em nossa pesquisa.

### 3.1.8.1.2 A ferramenta Concord

Similarmente à ferramenta *WordList*, a ferramenta *Concord*, que compõe o *WordSmith Tools 6.0* (Figura 16) proporciona as concordâncias ou listagens de palavras específicas dentro do texto. Com essa ferramenta, podemos observar a relação das unidades com as demais, criando uma lista de colocados que nos possibilita analisar as UT nos textos em que estão inseridas.

Figura 16 - Interface da ilustração da ferramenta *Concord*

The screenshot shows the Concord software interface with a concordance table. The table has columns for line number (N), concordance text, and various frequency statistics. The word 'argumentação' is highlighted in yellow in the concordance text.

N	Concordance	#	Ser	Par	Par	Hez	Sec	Sec	File	Date	%
1	e de semântica. Para Ducrot (1991), <b>argumentação</b> está na língua, é	4.20	1	1	0	7	0	7	ART_08_	2015/nov/	73%
2	Communication and Fallacies, 1992). • <b>Argumentação</b> e análise da	2.89	1	1	0	11	0	11	Livro_02_	2015/set/	11%
3	verdadeiro do estado totalitário X. 2) <b>argumentação</b> de autoridade: (D) o	24.6	8	4	0	5	0	5	Tese_15_	2015/set/	55%
4	outros. Como nota Plantin (1996: 21) <b>argumentação</b> supõe «se não uma	113.	3	2	0	8	0	8	Livro_04_	2015/set/	80%
5	compromisso da discussão crítica. 3º) <b>Argumentação</b> : o protagonista expõe	2.27	5	6	0	17	0	17	Diss_14_	2015/out/	17%
6	o de que a perspectiva descritiva vê <b>a argumentação</b> a partir da noção de	66.7	1	6	0	47	0	47	Livro_04_	2015/set/	47%
7	a perspectiva normativa aborda <b>a argumentação</b> a partir da ideia de	66.8	1	8	0	47	0	47	Livro_04_	2015/set/	47%
8	de tensões, a tentativa de focalizar <b>a argumentação</b> em determinados	67.1	1	3	0	47	0	47	Livro_04_	2015/set/	47%
9	<b>argumentação</b> — e se se entender <b>a argumentação</b> essencialmente como	64.2	1	2	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	45%
10	avaliar. Não toma, nesse sentido, <b>a argumentação</b> como algo que ocorre	63.6	1	2	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	45%
11	que perspectivam normativamente <b>a argumentação</b> valorizam, como um	65.8	1	3	0	47	0	47	Livro_04_	2015/set/	46%
12	a nossa proposta teórica sobre <b>a argumentação</b> —, importa agora fazer	65.1	1	5	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	46%
13	a segunda, querendo delimitar <b>a argumentação</b> da componente retórica	67.3	1	6	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	48%
14	que estão na base de toda <b>a argumentação</b> , abordagem que é	69.9	1	8	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	49%
15	a alguém» (Grize, 1996: 10). Se <b>a argumentação</b> é da ordem de uma	69.8	1	11	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	49%
16	pode ser também possível conceber <b>a argumentação</b> de um ponto de vista	71.3	1	5	0	5	0	5	Livro_04_	2015/set/	50%
17	mais generalizada segundo a qual <b>a argumentação</b> é dar razões para	71.3	1	3	0	5	0	5	Livro_04_	2015/set/	50%
18	: 43). Assim, ao nível da persuasão <b>a argumentação</b> não remete apenas	69.8	1	3	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	49%
19	qualquer prurido em ligar intimamente <b>a argumentação</b> e a retórica, concede	67.9	1	4	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	48%
20	em detrimento dos contextos em que <b>a argumentação</b> suspende a questão da	67.8	1	4	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	48%
21	no seu valor de verdade. Já <b>a argumentação</b> é da ordem da ordem	68.7	1	1	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	48%
22	formal, o contrário acontecendo com <b>a argumentação</b> que «é sempre	68.6	1	7	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	48%
23	deste modo de conceitualizar <b>a argumentação</b> relativamente à	63.3	1	2	0	4	0	4	Livro_04_	2015/set/	45%

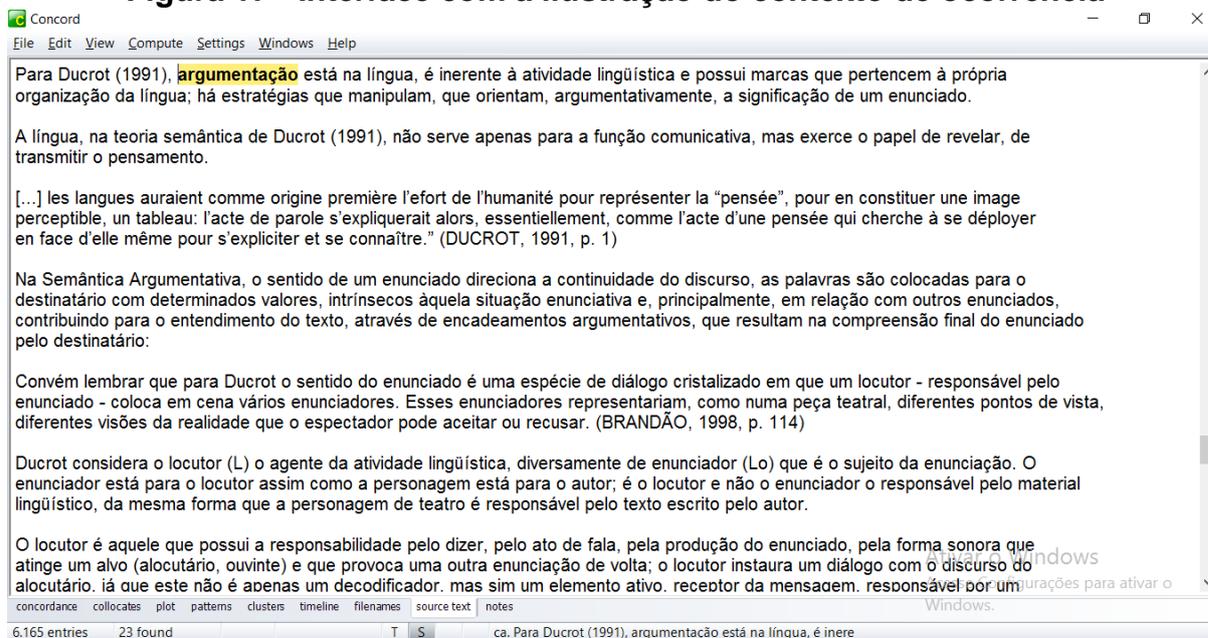
Fonte: *WordSmith Tools 6.0*

A ferramenta *Concord* nos permite observar e selecionar as unidades presentes nos textos; mostra ainda que os itens devem aparecer pelo menos duas vezes, embora as unidades consideradas como *hapax legomenon*<sup>53</sup> apareçam com muita frequência na linguagem e sejam de grande relevância para um trabalho como o nosso. Finalmente, essa ferramenta serviu, em nossa investigação, para orientar diretamente as nossas análises, porque as unidades foram registradas sempre em consonância com os demais elementos presentes no *corpus*, permitindo uma observação mais minuciosa das UT.

<sup>53</sup> O *hapax legomenon* significa “algo dito apenas uma única vez”. Nos estudos linguísticos, designa uma unidade que figura apenas uma vez no *corpus*.

Nesse sentido, essa ferramenta se configura como fundamental, uma vez que possibilita ao estudioso do léxico examinar a candidata à UT nas relações estabelecidas com as demais unidades. Logo, a ferramenta *Concord* nos permitiu observar a terminologia da argumentação no próprio espaço de construção. Outro aspecto bastante interessante na ferramenta é que, ao clicar sobre a unidade em azul, fomos levados ao texto em que a unidade terminológica se encontra. Essa ação tem a função de proporcionar ao terminólogo a observação da unidade no seu *habitat* natural - a porção do texto em que a unidade está inserida -, no nosso trabalho, definida por *contexto de ocorrência*. Temos, portanto, a “palavra-chave no contexto” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 106). Sendo assim, vejamos a ilustração a seguir:

**Figura 17 - Interface com a ilustração do contexto de ocorrência**



Fonte: *Wordsmith Tools 6.0*

A ação de observar a UT em seu espaço de construção e em sua relação com as demais palavras do texto permite que possamos, além de analisar de que forma as unidades se comportam, o de também identificar o contexto definitório, bem como seus espaços de usos.

Logo, consideramos as ações realizadas pelo *WordSmith Tools 6.0* extremamente necessárias ao trabalho terminológico, uma vez que auxilia na construção do *corpus* e no tratamento dado a ele. Ademais, promove diversas possibilidades de observação das unidades com a utilização das ferramentas, conforme já apresentamos.

Em suma, o programa oferece uma lista contendo a unidade terminológica (Figura 16) juntamente com parte do texto ao redor, denominada de contexto por Berber Sardinha (2004). Nessa lista, o terminólogo configura o programa para atender aos objetivos da pesquisa, ou seja, essa configuração permite o acesso à identificação das posições e da coluna em que aparecem as unidades terminológicas. A referida lista de agrupamentos tem como função permitir o acesso do pesquisador aos aglomerados de palavras em torno das unidades ou de outros elementos aos quais elas se relacionam no texto.

Diante desse quadro, o *software WordSmith Tools 6.0* pode ser utilizado nas mais diferentes pesquisas e das mais variadas formas e finalidades. Enfim, para organizar as candidatas às UT, nesta pesquisa, utilizamos a ferramenta *WordList* para construir a lista com as palavras que mais se repetiam no CORPARG. Seja alfabética ou estatística, a ferramenta tem a função de oferecer quais os termos que o *corpus* apresenta em sua constituição.

Já a ferramenta *Concord* se mostrou, na presente pesquisa, como fundamental, uma vez que nos permitiu visualizar o contexto de produção das UT, apresentando de que forma cada uma delas apareceu no *corpus* e com quais outras unidades elas se relacionavam. Essa ferramenta possibilitou, portanto, uma análise mais minuciosa das unidades, inclusive por nos oferecer o contexto de produção em que elas estavam inseridas no CORPARG.

Para encerrar, afirmamos que utilizar o programa para trabalhos terminológicos e terminográficos é de muita utilidade para a compreensão, organização e tratamento do *corpus* e, conseqüentemente, para selecionar as unidades relevantes para um produto lexicográfico ou terminográfico. Nesse sentido, passamos à exposição, a seguir, de outra ferramenta que foi utilizada com a finalidade de construir a representação conceitual das teorias da argumentação.

### 3.1.8.2 Apresentação da ferramenta *CmapTools*

Após demonstrarmos o uso do *software WordSmith Tools 6.0* do qual nos apropriamos para manusear as UT no CORPARG, expomos, nesta etapa, a ferramenta *CmapTools* a que recorreremos para organizar a representação conceitual das teorias da argumentação.

O *CmapTools* é uma ferramenta que tem como objetivo criar e manusear mapas conceituais. A noção de mapa conceitual está vinculada a diagramas que são compreendidos como formas de relacionar conceitos expostos nos textos para facilitar a aprendizagem. No nosso caso, embora reconheçamos a relevância dos estudos sobre mapas conceituais, utilizamos a ferramenta apenas como recurso para demonstrar a organização da área de estudos, com a finalidade de esclarecer os campos nocionais delimitados para a pesquisa.

Assim sendo, apropriamo-nos das discussões de Marinho (2008) ao apresentar o programa e demonstrar como podemos utilizá-lo para que se obtenha maior êxito na organização dos conhecimentos. Para o autor, essa ferramenta, desenvolvida pelo *Institute for Human and Machine Cognition*, configura-se em um *software* gratuito, para as instituições educacionais, com a finalidade de facilitar o acesso à aprendizagem dos conteúdos que circulam nas práticas pedagógicas no meio acadêmico. O referido instituto, de acordo com Marinho (2008), caracteriza-se por ser uma instituição de pesquisas sem fins lucrativos.

Este software, embora possa ser acessado pelo site<sup>54</sup>, pode também ser salvo no computador do usuário, para ser manuseado em momentos seguintes. Além disso, os arquivos podem ser armazenados em pastas específicas, o que facilita o desenvolvimento das pesquisas, já que se pode manuseá-lo de acordo com as necessidades e o desenvolvimento do trabalho.

Em suma, acrescentamos que o *Cmap Tools*, programa também referendado no *site*<sup>55</sup> que focaliza pesquisas envolvendo a informática educativa, foi de grande ajuda para que conseguíssemos sugerir uma forma de representação conceitual das teorias da argumentação que atendesse às particularidades da terminologia da área ou que pelo menos fosse o mais próximo possível, a nosso ver, do que ela representa, embora também tenhamos recorrido a essa ferramenta computacional para a exposição de outros esquemas em nossa investigação.

Por fim, depois de explicitarmos o processo metodológico da investigação desenvolvida nesta tese, seguimos abordando os procedimentos elencados para a proposição do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

---

<sup>54</sup> <http://cmap.ihmc.us/>

<sup>55</sup> <http://www.cp2.g12.br/blog/labre2/programas-e-tutoriais/cmap-tools/>

### 3.2 ORGANIZAÇÃO DO PROTÓTIPO DO DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DAS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO: UM CAMINHO POSSÍVEL NO LABIRINTO DA VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA

Na primeira seção deste capítulo, além dos aspectos introdutórios, expusemos a metodologia selecionada para construir nossa pesquisa, com a descrição do *corpus* de estudos e os passos projetados para que pudéssemos organizar a terminologia das teorias da argumentação e observar o fenômeno da variação terminológica no CORPARG. Além disso, demonstramos como as ferramentas computacionais nos serviram de guia no processo de observação dos dados.

Já nesta parte da tese, conforme salientamos, especificamos os elementos que estruturam um dicionário terminológico. Entretanto, antes de adentrarmos essa questão, convém explicarmos o porquê de estarmos propondo a construção de um dicionário e não outro produto terminográfico, como um glossário, um vocabulário ou banco de dados.

É importante destacar que, até mesmo quando buscamos definir esses produtos terminográficos, deparamo-nos com os aspectos da polissemia que envolve o uso da linguagem. Entretanto, para justificar os motivos que nos levaram a propor um dicionário, convém lembrarmos que esse produto pretende ser representativo da área das teorias da argumentação e com números de termos específicos. Assim, por apresentar características singulares de uma área, não poderia ser pensando como outro produto terminográfico.

Nesse sentido, quando mencionamos a expressão *dicionário terminológico*, estamos seguindo a concepção de Barros (2004, p. 140), para quem “o dicionário terminológico, por sua vez, é um tipo de dicionário que reúne as unidades terminológicas de um ou vários domínios”.

Ainda de acordo com Faulstich (1990, p. 3), uma obra terminográfica consiste em “registrar e definir termos de domínios científicos, técnicos ou culturais” (FAULSTICH, 1990, p. 3), que não pretende ser exaustiva, mas tem como proposição registrar a terminologia de um domínio que atenda aos postulados teóricos e metodológicos da Terminologia.

Em síntese, a nossa pretensão consiste em propor o protótipo de um dicionário específico que contemple as teorias da argumentação e apresente as

seguintes características: ser um dicionário em Língua Portuguesa, sem equivalentes em outras línguas, que contenha definições, considere o caráter variacionista da área e atenda às necessidades dos alunos da graduação, que se iniciam nos estudos da argumentação.

Para isso, passemos a discutir uma das possibilidades de organização do dicionário terminológico que considere essas características. Iniciemos, portanto com a visão da megaestrutura, passando pelas macro e medioestrutura, bem como pela microestrutura.

### **3.2.1 Da megaestrutura à microestrutura**

A organização tanto da megaestrutura quanto dos demais elementos no dicionário terminológico torna-se imprescindível para que a obra cumpra de fato a função a que se propõe. Nesse sentido, de acordo com as discussões abordadas na fundamentação teórica, cada obra consiste em uma estrutura específica e está relacionada com os objetivos que apresenta e o público-alvo a que se destina, uma vez que o terminólogo se vale desses elementos para planejar e construir sua proposta de dicionário, atendendo a essas necessidades.

Esses elementos exteriores determinam os componentes de estruturação da obra terminográfica. Assim, neste ponto do trabalho, detemo-nos na compreensão dos aspectos internos do dicionário e apontamos os elementos importantes para o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação discutidos nesta subseção.

A seguir, esclarecemos como pensamos a megaestrutura do protótipo do dicionário da área das teorias da argumentação.

#### **3.2.1.1 Megaestrutura**

Em conformidade com os aspectos metodológicos apresentados neste capítulo e os preceitos teóricos que tratam dos componentes da Terminografia, as partes que compõem o dicionário são fundamentais para atender aos objetivos propostos por cada obra terminográfica. Cabe, portanto, aos estudiosos das ciências do léxico, a função de organizar dicionários que possam servir de respostas aos questionamentos, curiosidades e necessidades do consulente.

Além do mais, o público a quem se destina a proposta de dicionário é fundamental para traçarmos os componentes organizacionais. Nesse sentido, o público-alvo a quem nos dirigimos são os alunos da graduação que, a nosso ver, precisam de informações que possam orientar pesquisas no sentido de contribuir para um maior amadurecimento acadêmico na compreensão dos textos exigidos na universidade, bem como na produção textual, com foco nas discussões teóricas sobre a área da argumentação.

A megaestrutura, composta pelas páginas iniciais, o “corpo” do dicionário e as páginas finais, no protótipo sugerido em nosso trabalho, consiste em uma apresentação, cuja finalidade está em expor as características da obra, os fundamentos da área de domínio e as informações sobre as UT que compõem o dicionário. Além disso, um guia de uso, que serve de elemento norteador para o consulente, com vistas a esclarecê-lo sobre a maior quantidade possível de dados, que possam auxiliá-lo no acesso às informações sobre as UT que compõe o dicionário.

A última parte da megaestrutura, sugerida por Castillo (1997), consiste em uma etapa opcional e deve conter informações bibliográficas, se houver e, se for relevante para a obra, deve apresentar tabelas, quadros ou qualquer elemento que possa ser útil aos usuários. Para a nossa proposta, utilizamos as referências, tanto dos textos que constitui o *corpus* de estudos, quanto das obras externas a esse grupo de textos, mas que serviram de apoio em nossas análises.

No que refere à organização do dicionário, recorreremos ao componente organizacional da terminologia, a macroestrutura, de que tratamos a seguir:

### 3.2.1.2 Macroestrutura

A megaestrutura diz respeito ao todo do dicionário, conforme demonstramos no tópico anterior, que contempla ainda na estrutura organizacional os elementos que compõem a macroestrutura. Sendo assim, com relação à organização das unidades-entradas na obra, organizamo-las em ordem alfabética, por acharmos que facilita a consulta dos usuários aos dados expostos. Ademais, o nosso propósito é que todos os verbetes tenham a mesma estrutura, embora apresentem informações sistematizadas e não sistematizadas.

Enfim, os critérios para a organização da macroestrutura que embasam a nossa proposta de dicionário, ilustrada no quarto capítulo deste trabalho, são as seguintes:

- a) O dicionário dividido em dois domínios, nomeados de subáreas das teorias da argumentação;
- b) As unidades terminológicas organizadas em ordem alfabética.

Por meio da macroestrutura, tomamos ciência dos componentes estruturais no que se refere à organização do dicionário, com relação às entradas. Destacamos que, para a leitura linear da terminologia que compõe o dicionário, isto é, a macroestrutura, contamos com os elementos constituintes da medioestrutura, assunto da próxima subseção.

#### 3.2.1.3 Medioestrutura

O terceiro elemento estrutural interno do dicionário diz respeito à medioestrutura, conforme demonstrado no capítulo teórico deste trabalho. É um componente organizacional que está relacionado ao sistema de remissivas da obra, as quais são necessárias para que a consulta se torne clara ao usuário no sentido de facilitar a leitura das informações. Ou seja, cabe ao sistema de remissivas a função de ser o componente estrutural do dicionário que encaminha o consulente às entradas do dicionário e às partes do verbete proporcionando ampliação e precisão no acesso aos dados.

Em outras palavras, o próprio termo “remissiva” nos direciona para a ideia de remissão a outras informações já dispostas nos verbetes. Sobre esse direcionamento, discutimos, na próxima subseção, os elementos que estruturam a microestrutura que, por sua vez, contempla o verbete do dicionário.

#### 3.2.1.4 Microestrutura

A microestrutura consiste nas informações que são selecionadas e organizadas para compor o verbete que, posteriormente, fará parte do dicionário especializado. Assim, destacamos três pontos importantes mencionados em Barros (2004, p. 156), no que se refere aos dados presentes na microestrutura: “a) o número de informações transmitidas pelo enunciado lexicográfico/terminográfico; b) a

constância do programa de informação em todos os verbetes dentro de uma mesma obra; c) a ordem de sequência dessas informações”. Seguindo essas condições, o número de informações na nossa proposição é constante, em torno de dez paradigmas, e seguimos a ordem estabelecida e sequenciada, conforme demonstração no quadro 17, no tópico *estruturação do verbete*, deste capítulo.

Convém acrescentar que, partindo desses posicionamentos, no segundo capítulo, apresentamos os referidos dados em consonância com os paradigmas informacionais que fazem parte da microestrutura, ao discutirmos os princípios da Terminografia. No entanto, retomamos, nesta subseção, esses paradigmas como forma de relembrar os elementos acionados no plano traçado para a construção da nossa proposição.

Sendo assim, mantivemos a presença da entrada + informação gramatical + definição + contexto + fonte do contexto + nota + fonte da nota + formas variantes + nome da subárea + remissivas. Acreditamos que esse conjunto de elementos informacionais compõem adequadamente o dossiê do repertório terminológico, promovendo o maior número de dados possíveis da UT. Salientamos ainda que essa microestrutura está concretizada na exposição dos verbetes terminológicos no capítulo de análise dos dados.

Convém mencionar que o verbete é uma espécie de concretização dos aspectos que permeiam a microestrutura. Nesse sentido, partimos da ideia de que ele é ainda entendido pelo consulente como o elemento final que contém respostas às suas indagações. Portanto, para que esse produto seja de utilidade para o usuário, muitas questões estão envolvidas em sua produção que contemplam desde os objetivos da obra, a quem se destina e a finalidade do dicionário.

Assim, o verbete funciona como forma de “oferecer uma explicação sobre o significado das palavras” (MIRANDA; FARIAS, 2006, p. 121), mas não só isso, uma vez que as informações sobre as unidades podem servir de grande ajuda no entendimento e compreensão do léxico.

Diante dessas discussões, demonstramos, a seguir, a estrutura do verbete, organizado para a proposição do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

### 3.2.1.4.1 Estruturação do verbete

Até então, na presente tese, demonstramos as noções que guiam nosso posicionamento no planejamento e na organização do protótipo apresentado no trabalho. Neste ponto, expomos a forma como elaboramos os verbetes da nossa proposta de dicionário, com as respectivas explicações dos campos selecionados para sua composição. Apresentamos, a seguir, a estruturação do verbete.

#### **Quadro 17 – Estruturação do verbete do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação**

Verbete = entrada (1) + informação gramatical (2) + definição (3) + contexto (4) fonte do contexto (5) ± nota (6) + fonte da nota (7) + forma variante (8) + nome da subárea (9) ± remissivas (10)

Fonte: Elaborado pela autora.

Passemos às explicações sobre os campos que constituem o verbete anteriormente mencionado. Iniciemos pela entrada do dicionário que figura como o componente do verbete que primeiro é acionado quando o consulente inicia a busca pela terminologia da área, ou seja, é a própria UT. Já as informações gramaticais são registradas, inicialmente pela classe gramatical, depois pelo gênero, se for substantivo e adjetivo. Nos verbetes do dicionário proposto, as UT selecionadas pertencem à categoria dos substantivos e/ou sintagmas nominais, conforme os critérios de reconhecimento.

A definição integra o conjunto de informações definitórias sobre as UT, que são de grande relevância para a organização dos dados do repertório vocabular da área. O processo de definição de uma unidade se dá por meio da análise dos contextos em que a unidade está inserida e, depois de ser validada pelo especialista da área, é registrada no espaço de definição na ficha terminológica, fazendo parte, em seguida, da organização do verbete.

Com relação ao contexto, trata-se da fonte de onde retiramos as UT e pode ser de cunho definitório ou explicativo. De todo modo, os contextos funcionam como os fragmentos dos textos em que o repertório vocabular é registrado e, conseqüentemente, operam como o espaço do qual as unidades se originam. Esse fragmento textual serve ainda como forma de demonstrar o espaço de uso da UT. No

que se refere à fonte do contexto, que também aparece no dicionário, ela é codificada e registrada no final da obra. Neste caso, apresentamos as referências do CORPARG.

Já no que diz respeito às notas, consideramos que elas são as fontes de informações diversas, que têm como objetivo ampliar os dados sobre a UT que está sendo definida. Essas informações atendem às necessidades de cada unidade, sejam as notas de caráter enciclopédico ou linguístico, isoladamente ou em conjunto. Convém ressaltar que a presença desta ampliação dos dados depende da necessidade de informações complementares no entendimento da unidade. Ademais, essa informação é registrada no modelo de verbete em consonância com a fonte de onde foram retiradas as informações que constituem a nota.

Com relação ao campo que faz referência ao nome da subárea, trata-se de uma forma de identificação da teoria a que pertence originalmente a UT. Essa informação, além de contribuir para a organização do repertório vocabular, a nosso ver, permite que o consulente tenha acesso à origem da unidade, no que se refere ao surgimento e à identificação dela na teoria, assim como ao processo de ressignificação da UT na área de estudos, se for o caso.

Finalizando a construção do verbete, temos o sistema de remissivas que mantém vínculo com as “unidades terminológicas relacionadas”. Em nosso modelo de dicionário, apresentamos ao consulente o paradigma da remissiva, logo após a palavra **ver**, que trata das formas variantes das unidades. Essa parte da ficha contempla, além das variações denominativas, os hiperônimos, hipônimos e demais informações semânticas que consideramos relevantes para o desenvolvimento do trabalho. Reiteramos que, para esta tese, as UT que são analisadas dizem respeito apenas aos aspectos da variação e, conseqüentemente, às formas variantes da UT.

Concluimos esta subseção da tese apresentando, a seguir, de forma conclusiva, as nossas concepções sobre o capítulo metodológico.

### 3.3 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para finalizar as discussões que englobam os procedimentos metodológicos elencados para o desenvolvimento da presente investigação, expusemos, em um primeiro momento, os elementos introdutórios do capítulo. Em seguida, focamos na metodologia da tese. Nessa segunda subseção, que trata da metodologia da tese, evidenciamos os critérios de escolha dos textos para a

construção do CORPARG, incluindo desde os critérios de seleção, organização e tratamento do *corpus*, assim como a representação conceitual do domínio que funciona como elemento delimitador das terminologias.

Os critérios para o reconhecimento das UT consistem em um ponto importante da metodologia por estabelecer as noções de pertinência temática e pragmática, assim como o teste de fiabilidade que, acompanhado da categoria do substantivo e/ou sintagma nominal, funcionam como os parâmetros de reconhecimento do repertório vocabular das teorias da argumentação. Apresentamos ainda o modelo da ficha terminológica, que exerce a função de ser um espaço em que registramos todas as informações sobre cada UT. Essa ficha consiste em um dossiê necessário ao processo de sistematização da terminologia.

Nesse ponto, atentando para os objetivos específicos da pesquisa, também apresentamos os procedimentos metodológicos para a realização de nossa investigação, delineando os passos utilizados para caracterizar as UT pertencentes às teorias da argumentação e analisar a variação denominativa, considerando as tipologias e as causas da variação. Para finalizar a subsecção, demonstramos as ferramentas computacionais que serviram de auxílio tanto no manuseio das UT, com o *software WordSmith Tools 6.0*, quanto no uso do *Cmap Tools*, a que recorreremos para esquematizar a representação conceitual da área.

Na segunda seção da metodologia, esboçamos os elementos de organização do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, ilustrando como organizamos os componentes estruturais internos à obra. Exemplificamos as discussões com a concretização do modelo de verbete construído para o protótipo. Nessa seção da tese, atendemos ao terceiro e quarto objetivos da pesquisa, uma vez que propusemos as bases teóricas e metodológicas do dicionário e construímos o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Após todos os componentes de estruturação tanto da organização da tese quanto da sistematização do protótipo do dicionário, passamos para o capítulo seguinte. Nele, analisamos e interpretamos os dados do CORPARG, com destaque para os aspectos da variação terminológica, mais especificamente os da variação denominativa, destacando as tipologias e as causas desta na autovariação e na heterovariação.

#### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO *CORPUS*: SOB A PERSPECTIVA DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA

“A observação dos termos em seu contexto natural tem mostrado que a teoria terminológica deve considerar a variação se quiser caracterizar adequadamente a linguagem especializada”.<sup>56</sup> (FERNANDEZ SILVA, 2010, p. 3, tradução nossa).

Tomando como nossas as palavras da epígrafe, destacamos a necessidade de se “caracterizar adequadamente a linguagem de especialidade” (FERNANDEZ SILVA, 2010, p. 3, tradução nossa) e, de modo singular, das áreas especializadas, como é o caso das teorias da argumentação. Os resultados que apresentamos nesta tese confirmam a inevitabilidade de se observar o repertório terminológico, considerando as particularidades da área investigada.

Desse modo, para as análises e interpretação dos dados do nosso *corpus*, salientamos a importância das contribuições teóricas que têm como objetivo apresentar os fundamentos terminológicos sob os quais a pesquisa se alicerça, além do percurso metodológico, que tem a função de esclarecer os procedimentos utilizados no desenvolvimento deste trabalho. Acrescentamos ainda que os preceitos norteadores da variação terminológica são fundamentais para respaldar o ponto de vista sob o qual observamos as UT que compõem o nosso *corpus* de estudos.

Por meio desse panorama, retomamos a metáfora das “veredas teóricas da argumentação”, apresentada no título desta tese, uma vez que, para conseguirmos analisar os dados do *corpus* e atender aos nossos objetivos, lançamos mão de percursos teóricos diversificados. Estes fundamentos embasam o nosso posicionamento no que se refere ao caráter heterogêneo da área de domínio e da riqueza vocabular que as teorias da argumentação contemplam em sua terminologia.

---

<sup>56</sup> En el panorama actual de la investigación en terminología existe un gran interés por el estudio de la variación. La observación de los términos en su contexto natural ha puesto de manifiesto que la teoría terminológica debe contemplar la variación si quiere caracterizar correctamente el lenguaje especializado.

Sendo assim, nesta seção da tese, dedicamo-nos à organização das informações existentes no CORPARG, que se relacionam com a variação terminológica, mais especificamente, com a variação denominativa. Para isso, apresentamos apenas as UT que englobam o fenômeno da variação terminológica.

A variação denominativa, no caso desta investigação, ao denominar cada uma das teorias que constitui o *corpus*, os objetos analíticos de cada uma delas e os sujeitos envolvidos no processo argumentativo adota um ponto de vista específico. O ponto de vista está relacionado diretamente com os preceitos teórico-metodológicos delimitados pelos produtores dos textos para cada uma das subáreas que compõem as teorias da argumentação.

Sob essa perspectiva, com o propósito de explicitar a organização adotada para desenvolver nossas análises, utilizamos, em primeiro lugar, a apresentação das unidades pertencentes à teoria da argumentação de base retórica e em segundo, as UT que pertencem à teoria da argumentação de base linguística<sup>57</sup>. Essa escolha se justifica pelo fato de que, segundo a cronologia das teorias que compõem a área, a primeira pertence ao ressurgimento dos estudos argumentativos, embora nosso *corpus* tenha em seu escopo estudos contemporâneos baseados nessas primeiras discussões; e a segunda, surgiu em meados dos anos 70 e consiste, portanto, em uma teoria mais recente sobre o tema.

Subdividimos as UT pertencentes às teorias por campos nocionais, priorizando as unidades que revelam características da variação (objeto de estudo desta tese). Acrescentamos que a lista completa com as unidades pertencentes à área de estudos encontra-se no apêndice B, no final deste trabalho.

Buscando, ainda, ser coerente com as singularidades que envolvem as teorias, optamos por apresentar os resultados, seguindo a representação conceitual de cada uma delas, construída com base nos textos que integram o CORPARG. De acordo com o que discutimos na metodologia, essa representação funciona como forma de selecionar, organizar e apresentar a terminologia da área. Na prática, essa representação exerceu a função de nos auxiliar para que pudéssemos selecionar as UT que fazem parte do protótipo do dicionário. Acrescentamos ainda que ela operou como um delimitador deste trabalho no que se refere à determinação das unidades e dos campos nocionais da área de estudos.

---

<sup>57</sup> Subáreas denominadas por nós, para esse trabalho, conforme já explicitamos.

Esclarecemos que, para registrar as UT como unidades pertencentes à terminologia da área, recorreremos ao uso da letra minúscula e do formato itálico. Quando necessário, ao tratarmos da denominação da área, utilizamos a primeira letra da nomenclatura maiúscula e o formato retorna ao original deste trabalho (letra arial, normal, tamanho 12).

O número de ocorrências, que apresentamos nas análises, não se configura em um critério estabelecido para o reconhecimento da terminologia da área, no entanto, consideramos essa informação relevante, no momento de explorar as relações que as UT estabelecem umas com as outras no *corpus*. Em suma, tanto o número de ocorrências quanto o número de textos em que as unidades são registradas nos permitem observar as diferentes características com as quais os produtores dos textos percebem e repertoriam a realidade terminológica do campo da argumentação.

Com base nessas considerações, organizamos o capítulo do seguinte modo: primeiro, apresentamos as UT pertencentes às teorias da argumentação, com destaque para a adequação aos critérios estabelecidos no capítulo metodológico e, em seguida, discutimos o comportamento das UT no *corpus* de estudos, observando o número de ocorrências e o número de textos em que são registradas. Nessas subseções da tese, atendemos ao primeiro objetivo específico, apresentado na introdução, a saber: caracterizar as unidades terminológicas das teorias da argumentação em textos acadêmico-científicos.

Na segunda subseção, estabelecemos a correlação entre os tipos de variação denominativa encontrados no CORPARG e as motivações que orientam o uso das denominações pelos produtores dos textos, relacionando-as com a autovariação e a heterovariação. Assim, atendemos ao segundo objetivo, a saber: analisar as unidades terminológicas sob a perspectiva da variação denominativa, considerando as tipologias e as causas da variação nas teorias da argumentação, correlacionando-as à autovariação e à heterovariação.

Como terceira subseção do capítulo de análise, apresentamos, em síntese, as bases teóricas e metodológicas do protótipo, discutidas com detalhes tanto no segundo capítulo, que trata da fundamentação teórica, quanto do capítulo metodológico, onde são abordados os elementos que constituem o dicionário. Nessa seção da tese, contemplamos o terceiro objetivo específico, a saber: propor as bases teóricas e metodológicas para a construção do Dicionário Terminológico das Teorias

da Argumentação, estruturado nos fundamentos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia.

Em seguida, ainda na mesma subseção, dedicamo-nos a demonstrar o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, com a apresentação das etapas que compõem um dicionário, tais como: apresentação, guia de uso, as listas das UT que compõem a área e a organização dos verbetes, assim como as referências do CORPARG. Salientamos que esse ponto figura na tese como a parte aplicada das discussões teóricas realizadas no desenvolvimento do trabalho. Nessa seção, contemplamos o quarto objetivo da tese, qual seja: construir um protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Finalizando essa parte introdutória e apresentados os limites estabelecidos para o desenvolvimento do capítulo, atentamos, nesse ponto, para os critérios de seleção do repertório terminológico das teorias da argumentação e, em seguida, para a observação do comportamento das unidades nos textos que compõem o *corpus*.

#### 4.1 CRITÉRIOS PARA O RECONHECIMENTO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS: ASPECTOS COMPORTAMENTAIS

Após apresentarmos os aspectos introdutórios com relação ao desenvolvimento das análises, nesta subseção, expomos o repertório terminológico das teorias da argumentação que contempla, primeiramente, os critérios de seleção das UT e, posteriormente, as observações com relação ao comportamento dessas unidades na área de estudos.

Nosso propósito, no primeiro ponto, é evidenciar os critérios de reconhecimento da terminologia apresentados no capítulo metodológico, com destaque para as pertinências temática e pragmática. Para tal, embasamos nosso ponto de vista nos estudos desenvolvidos por Maciel (2001), em que a autora destaca a relevância das pertinências como critérios fundamentais para a ação de se reconhecer a terminologia do Direito Ambiental. Também nos respaldamos em Santiago (2013), que se utiliza desses critérios para apresentar a terminologia da Educação a Distância.

Já na segunda subseção, observamos os comportamentos das UT, com foco nas relações que são estabelecidas entre o número de ocorrências e o número de textos registrados no CORPARG. Sendo assim, no próximo tópico, iniciamos

nossas considerações com base na primeira teoria delimitada para essa exposição, conforme já explicitado na tese.

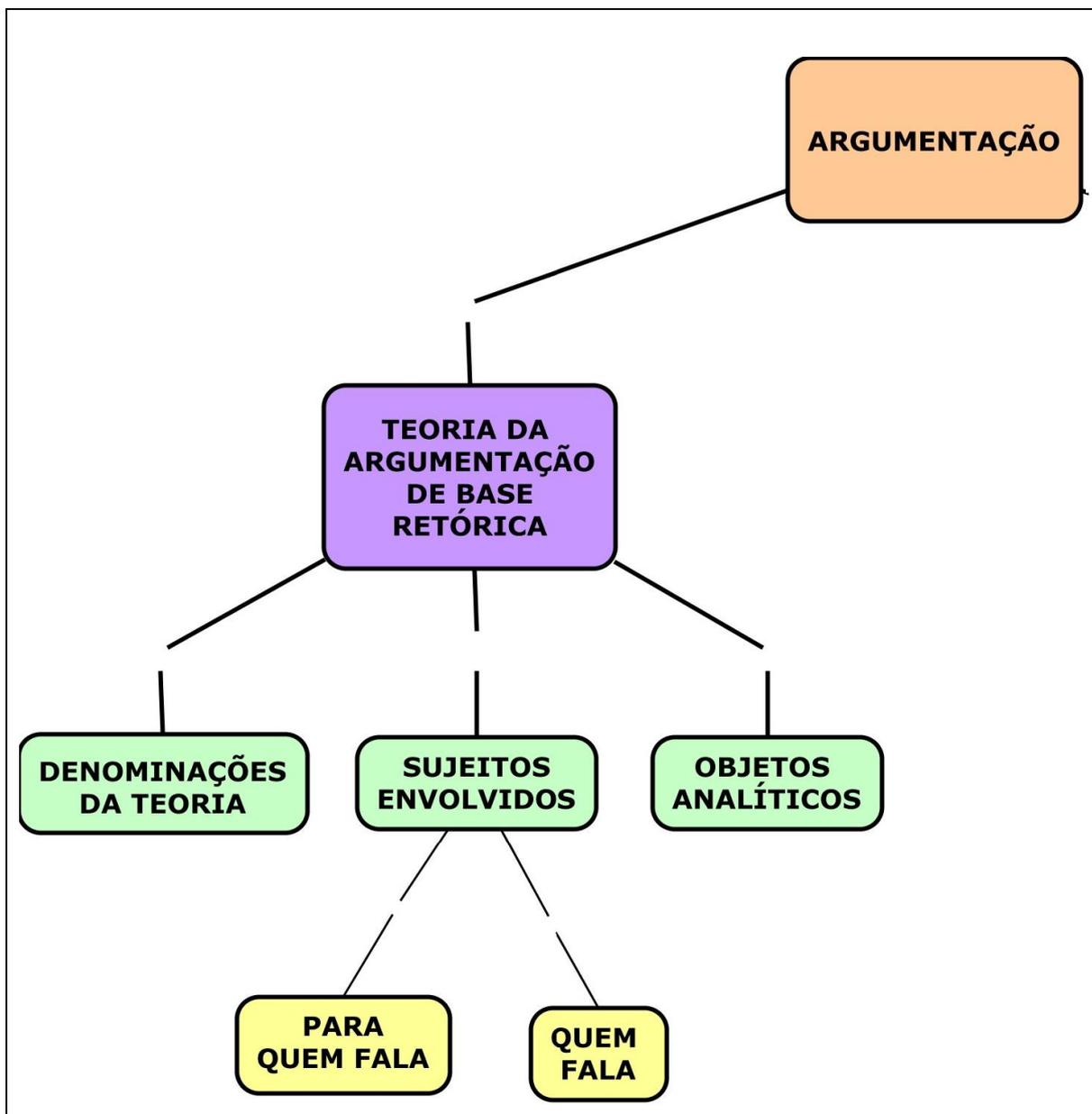
#### **4.1.1 Teoria da argumentação de base retórica**

A subárea denominada de teoria da argumentação de base retórica faz parte da vertente que promove discussões sobre os aspectos argumentativos da linguagem, tanto retomando conceitos da antiga retórica como os ressignificando. Essa remissão conceitual está relacionada às necessidades que os autores demonstram em adaptar as questões epistemológicas que envolvem essa subárea à contemporaneidade.

A representação conceitual da teoria da argumentação de base retórica se constitui do seguinte modo: UT que nomeiam a teoria da argumentação (*argumentação retórica, argumentação no discurso* etc.); UT que nomeiam o objeto analítico da subárea (*discurso persuasivo, logos, discurso convincente* etc); UT que tratam dos participantes envolvidos no processo de argumentar, subdivididos em dois subcampos: um composto pelas unidades que nomeiam os participantes que falam (*ethos, orador, ethos discursivo* etc) e o outro constituído das unidades que nomeiam aqueles para quem falam (*auditório, auditório universal, pathos* etc).

Feitos os esclarecimentos, vejamos a representação conceitual da teoria da argumentação de base retórica na ilustração que segue:

**Figura 18 – Representação conceitual da teoria da argumentação de base retórica**



Fonte: Elaborado pela autora

Diante da representação conceitual, as análises que seguem contemplam as UT que denominam a teoria, os objetos analíticos de cada uma e os sujeitos envolvidos (quem fala e para quem fala) no processo, conforme campos nocionais expostos na figura 18. Na sequência, apresentamos a caracterização das UT.

#### 4.1.1.1 Caracterização das unidades terminológicas: pertinência temática e pertinência pragmática

Em conformidade com as assertivas anteriores, nesta subseção, atentamos aos critérios de seleção para o reconhecimento da terminologia no processo de caracterização das UT. Utilizamos, para isso, o quadro ilustrativo com as informações que contemplam esses parâmetros de reconhecimento, em que destacamos os critérios de pertinência, acompanhado das características (SANTIAGO, 2013) de cada uma e das exemplificações retiradas do CORPARG na demonstração dos dados.

Vejamos o quadro, com a exposição das informações que explicitam a terminologia pertencente à teoria da argumentação de base retórica.

**Quadro 18 - Critério de pertinência temática**

<b>Características</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância semântica da unidade no domínio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UT <i>stricto sensu</i>;</li> <li>• Unidade essencial;</li> </ul>
<b>Unidades terminológicas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>nova retórica</i></li> <li>• <i>argumentação retórica</i></li> <li>• <i>estudos retóricos</i></li> <li>• <i>retórica argumentativa</i></li> <li>• <i>teoria da argumentação persuasiva</i></li> <li>• <i>argumentação persuasiva</i></li> <li>• <i>argumentação convincente</i></li> <li>• <i>tese</i></li> <li>• <i>logos</i></li> <li>• <i>orador</i></li> <li>• <i>ethos</i></li> <li>• <i>ethos prévio</i></li> <li>• <i>ethos discursivo</i></li> <li>• <i>ethos projetivo</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>ethos efetivo</i></li> <li>• <i>imagem de si</i></li> <li>• <i>etos</i></li> <li>• <i>auditório</i></li> <li>• <i>auditório universal</i></li> <li>• <i>auditório particular</i></li> <li>• <i>patos</i></li> <li>• <i>pathos</i></li> <li>• <i>pathos projetivo</i></li> <li>• <i>pathos efetivo</i></li> <li>• <i>discurso argumentativo</i></li> <li>• <i>discurso persuasivo</i></li> <li>• <i>discurso retórico</i></li> <li>• <i>discurso convincente</i></li> </ul>

Fonte: Adaptado da tese de doutorado de Santiago (2013, p. 102-103).

Observamos, de modo geral, que as UT, ao serem utilizadas pelos produtores dos textos, nos levam a perceber a relação que estabelecem com a teoria, quanto à carga semântica acionada e, conseqüentemente, quanto à vinculação aos estudos clássicos que enfocam o tema da retórica. São unidades relevantes para a área pelo fato de expressarem características próprias do campo do conhecimento que expressam elementos interligados aos estudos retóricos.

Esses dados revelam que o uso das UT consistem em uma espécie de recuperação dos conceitos que foram utilizados pelos estudos aristotélicos. Em outras palavras, conforme demonstramos, no segundo capítulo desta tese, os estudos que envolvem as teorias da argumentação nascem na Retórica antiga, passam por um momento de derrocada, sendo retomados com o período do renascimento ou o ressurgimento das teorias.

Nesse sentido, a ação de retomar a terminologia emerge nesse cenário, tendo os aspectos retóricos sido utilizados mais como elemento embelezador da linguagem, como é o caso dos estudos, quando da ocasião do ressurgimento das teorias da argumentação. Em outras palavras, a concepção de retórica com finalidades persuasivas foi deixada de lado e o foco estava nos elementos que embelezavam a língua. No entanto, o cenário de retomada da terminologia, pelos estudos contemporâneos, relaciona-se aos aspectos persuasivos do discurso, embora tenha surgido mediante o período em que a retórica era compreendida apenas pelo seu lado embelezador do discurso.

Sob esse panorama, a finalidade persuasiva da linguagem findou sendo relegada ao esquecimento e, conseqüentemente, a terminologia também caiu em desuso ou foi utilizada com significações diferentes nesse período de silenciamento. Todavia, pela necessidade de retomar esses posicionamentos emergem com a Nova Retórica e demais pesquisas advindas dessa vertente teórica, tanto as denominações quanto as conceitualizações que identificam a área.

As unidades são, então, retomadas e ressignificadas, como é o caso, da noção de *ethos*, *pathos* e *logos*. Os estudos na contemporaneidade mantêm a mesma denominação utilizada pela Retórica clássica, mas atribuem às UT significações diferenciadas ou conceitualizações ampliadas.

Embora a noção de *ethos* tenha origem na Retórica clássica, o CORPARG apresenta alguns desdobramentos dessa concepção e acrescenta elementos oriundos de outras áreas da linguagem com o intuito de especificar as conceitualizações e, por conseguinte, as denominações. Para ilustrar, podemos tomar como exemplo as UT: *ethos prévio*, *ethos projetivo*, *ethos efetivo* e *ethos discursivo*.

O mesmo caso ocorre com a UT *pathos*, que também é retomada pelos estudos mais recentes por meio das UT *pathos projetivo* e *pathos efetivo*. Com relação ao uso da UT *logos*, que diz respeito, segundo os estudos aristotélicos, ao próprio

discurso, é retomada no *corpus* pelas UT *tese*, *discurso* e, ainda, pela noção de argumento.

De modo geral, os estudos da teoria da argumentação de base retórica retomam essas conceitualizações (*ethos*, *pathos* e *logos*) e atribuem outras denominações, como é o caso das UT *orador*, *imagem de si* e *auditório*, por exemplo. Ao lançar mão dessas denominações, o produtor do texto propõe ainda conceitualizações similares que dialogam com os conceitos já existentes, mas que revelam marcas próprias da teoria da argumentação em foco.

Nesse sentido, a pertinência temática pode ser interpretada como as informações que as UT apresentam em sua constituição, que permitem a identificação da terminologia da área com mais transparência. Já no tocante à pertinência pragmática, podemos inferir que é necessário um “olhar” mais observador para se perceberem os elementos constituintes das UT que permitam indicar as características da área especializada. Vejamos a ilustração no quadro a seguir:

**Quadro 19 - Critério de pertinência pragmática I**

<b>Características</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Função informativa e comunicativa;</li> <li>• Termo <i>lato sensu</i>:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oriundo de outras áreas;</li> </ul>
<b>Unidades terminológicas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>pragmática dos valores</i></li> <li>• <i>pragmática de valores</i></li> <li>• <i>acordo prévio</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>contato intelectual</i></li> <li>• <i>teoria da argumentação no discurso</i></li> <li>• <i>argumentação no discurso</i></li> </ul>

Fonte: Adaptado da tese de doutorado de Santiago (2013, p. 102-103).

No que se refere aos critérios de pertinência pragmática, focalizamos as UT *pragmática de valores*, *acordo prévio*, *contato intelectual*, para observar as informações que são mobilizadas com o uso dessas unidades no *corpus*. De modo geral, observamos que essas UT são oriundas de outras áreas da linguagem, embora mantenham entre si uma relação de imbricamento nas significações.

Mediante esse cenário, ao examinarmos o comportamento das UT *pragmática de valores* e *pragmática dos valores*, empregadas no CORPARG, por exemplo, notamos que as significações estão relacionadas à ênfase dada pelo produtor do texto aos valores compartilhados pelo auditório a quem o orador se dirige no ato de argumentar. Ademais, essa concepção se relaciona ainda à definição que

se tem de pragmática, área de estudos da linguagem, que é definida por Pinto (2001, p. 47-48) como “a ciência do uso linguístico”. Podemos inferir, nesse sentido, que a noção de valor compartilhado pelos interlocutores é acionada pelas referidas UT, levando em consideração as relações que são estabelecidas entre o orador e o auditório a quem esse discurso é direcionado.

Por outro lado, a concepção mobilizada pela UT *acordo prévio* se relaciona aos acordos que são necessários em uma relação empresarial. Portanto, funciona como um pacto que é compartilhado e aceito pelos interlocutores quando se propõem a uma situação de negociação. Já com relação ao uso da UT *contato intelectual*, a noção de acordo é mantida, no entanto, a dimensão acionada faz parte de uma concepção da comunicação sob uma perspectiva mais acadêmica. Inferimos que essa noção está relacionada ao campo das ideias, já que envolve uma argumentação mais relacionada ao nível intelectual dos indivíduos.

Diante dessas reflexões, teoricamente, as noções de *pertinência temática* e de *pertinência pragmática* atribuem ao repertório terminológico da área características definidoras e identitárias do campo de conhecimento. Nesse caso, esses critérios contemplam em seu arcabouço conceitos advindos da mesma vertente teórica em um mesmo período ou em períodos diferentes e ainda conceitos oriundos de outras abordagens de estudos.

Deste modo, para concluir, seguimos nosso percurso analítico, observando os aspectos comportamentais das UT na construção de sentidos do repertório no *corpus*.

#### 4.1.1.2 Análise das unidades terminológicas: aspectos comportamentais

Observamos na subseção anterior que, de acordo com os critérios de seleção, o repertório terminológico da área se constitui como elemento caracterizador da identidade das teorias da argumentação. Nesse sentido, as UT expressam origens de diferentes campos e, por essa razão, o produtor do texto se posiciona de forma diferenciada, no momento de utilizar a terminologia para denominar os conceitos relativos: à denominação do campo de conhecimento, aos objetos analíticos e aos sujeitos participantes do ato de argumentar.

Assim, de acordo com os dados expostos a seguir, tanto o número de ocorrências quanto o número de textos em que as unidades são registradas no

CORPARG nos chama a atenção, pois essa quantificação confirma, a nosso ver, os diferentes posicionamentos teóricos que envolvem os estudos argumentativos. Ademais, esses resultados revelam o cenário de complexidade terminológica das teorias da argumentação no que se refere tanto às denominações quanto às conceitualizações das UT. De todo modo, as unidades identificadas no CORPARG expressam as várias características sob as quais as teorias da argumentação são constituídas e, conseqüentemente, estudadas pelas áreas da linguagem.

Nesse sentido, organizamos as UT em uma tabela ilustrativa, destacando as denominações com seus respectivos números de ocorrência, bem como a quantidade de textos em que aparecem no *corpus*. Para a organização do quadro, utilizamos o critério de quantidade de vezes que as UT são registradas no CORPARG. Vejamos, a seguir, a tabela com as UT que denominam as teorias da argumentação de base retórica:

**Tabela 1 – Unidades terminológicas que denominam as teorias da argumentação de base retórica**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>nova retórica</i>	268	43
<i>argumentação no discurso</i>	42	11
<i>argumentação retórica</i>	39	16
<i>estudos retóricos</i>	36	16
<i>teoria da argumentação no discurso</i>	08	04
<i>argumentação persuasiva</i>	06	06
<i>retórica argumentativa</i>	03	03
<i>pragmática de valores</i>	02	01
<i>teoria da argumentação persuasiva</i>	01	01
<i>pragmática dos valores</i>	01	01

Fonte: Elaborado pela autora

As denominações, que vinculam as teorias da argumentação à retórica, aparecem no *corpus* sob quatro contextos diferentes; que vão desde a presença do modificador, ligado à denominação retórica, passando pelos aspectos do discurso e da persuasão até chegar à pragmática dos valores.

Apresentamos então as UT *nova retórica*, *argumentação retórica*, *estudos retóricos* e *retórica argumentativa*, que são formadas em torno da expressão “retórica”. Essas unidades ocorrem 268, 39, 36 e 03 vezes, respectivamente, em 43, 16, 16 e 03 textos. Esses dados sinalizam, em uma primeira perspectiva, a ideia da filiação teórica dos estudos da argumentação aos elementos retóricos. Ainda com relação aos dados, observamos que essas informações revelam uma flutuação entre os elementos constituintes predominantes nas denominações, uma vez que ora a argumentação é determinada pela Retórica ora o contrário.

Em vista desse panorama, indicamos que a UT *nova retórica* aparece no CORPARG 268 vezes e em 43 textos, o que demonstra ser a forma mais utilizada pelos produtores dos textos. Todavia, os dados confirmam que o uso da UT *retórica argumentativa* no *corpus* revela registros de apenas 03 vezes e em 03 textos, sendo, portanto, uma unidade utilizada apenas uma vez por cada um dos produtores dos textos.

Já com relação às UT *argumentação retórica* e *estudos retóricos*, que são inscritas 39 e 36 vezes e em 16 textos cada uma, elas revelam que há uma relação de igualdade nessa forma de denominar a área, atribuindo valor de equivalência entre as unidades no grau de relevância para a teoria.

Com relação à UT que figura no *corpus* como aquela que é registrada 42 vezes em 11 textos, *argumentação no discurso*, observa-se ser o uso reduzido da UT *teoria da argumentação no discurso*, que se apresenta no CORPARG em 08 contextos de ocorrências e em 04 textos. No entanto, embora tenhamos acesso a esse registro, para alguns dos especialistas consultados nesta tese, essa unidade pode ainda significar um desdobramento dos estudos defendidos pela Nova Retórica e não apenas uma forma de nomeá-la. Nesse sentido, a despeito do registro da UT como uma forma de designar a teoria, essa concepção não se constitui em uma noção homogênea para os estudiosos da área.

Já as UT *argumentação persuasiva* e *teoria da argumentação persuasiva* ocorrem em 06 e 01 contextos de ocorrências e em 06 e 01 textos, respectivamente. São unidades registradas em menor quantidade no *corpus*. No entanto, evidenciam relevância para a área, pelo fato de que, a nosso ver, as UT vinculam a teoria a questões mais persuasivas da linguagem. Esses dados nos remetem aos primeiros estudos sobre o tema, que tinham a preocupação de identificar os elementos persuasivos do discurso.

Já as UT *pragmática de valores ou pragmática dos valores*, de acordo com o número de ocorrências apresentado na tabela, são registradas em apenas 02 e 01 contextos de ocorrências e em apenas 01 texto cada unidade. Esses dados revelam que as escolhas por essas unidades pertencem a um autor somente, embora os estudos da teoria destaquem a relevância dos valores compartilhados pelos envolvidos na argumentação. Esses valores estão relacionados às significações que são mobilizadas pelo uso da unidade no texto.

Diante desses resultados, o número de ocorrências revela quantas vezes a UT é utilizada no CORPARG e o número de textos demonstra se é uma UT utilizada por muitos autores ou se faz parte apenas de um pequeno grupo ou de um indivíduo somente. Esses dados nos auxiliam na observação das motivações que orientam a presença da variação no *corpus*.

Enfim, após verificar as unidades que nomeiam a teoria, sigamos para a próxima tabela que representa as UT que nomeiam os objetos analíticos abordados pelos produtores dos textos, quando discutem questões relacionadas à teoria em foco.

**Tabela 2 – Unidades terminológicas que nomeiam os objetos analíticos da teoria da argumentação de base retórica**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>tese</i>	805	58
<i>logos</i>	262	32
<i>discurso argumentativo</i>	120	33
<i>discurso persuasivo</i>	79	27
<i>discurso retórico</i>	44	11
<i>acordo prévio</i>	40	16
<i>contato intelectual</i>	20	10
<i>argumentação persuasiva</i>	06	05
<i>discurso convincente</i>	05	04
<i>argumentação convincente</i>	03	03

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com os registros expostos na tabela, as UT que nomeiam os objetos analíticos da teoria em estudo apresentam algumas particularidades que merecem destaque. A UT *tese* é a unidade oriunda do *corpus* que apresenta a frequência de 805 vezes em 58 textos. À primeira vista, trata-se de uma unidade que pode fazer referência ao gênero acadêmico Tese, no entanto, nossos dados revelam

que a quantidade de ocorrências mencionada na tabela faz referência à tese como um dos componentes argumentativos, assim como as UT *ethos* e *pathos*. Do mesmo modo, a UT *logos*, também considerada como o próprio discurso ou argumento, surge no CORPARG 262 vezes em 32 textos.

As UT *discurso argumentativo*, *discurso retórico*, *discurso convincente* e *discurso persuasivo* estão inscritas com as quantidades de 120, 79, 44 e 05 vezes, respectivamente, e em 33, 27, 11 e 04 textos que constituem o CORPARG. Sendo, portanto, a UT *discurso argumentativo* a unidade de maior incidência no *corpus* no que se refere à especificação do tipo de discurso abordado, tanto em número de ocorrências quanto em quantidade de textos.

Com relação às UT *acordo prévio* e *contato intelectual* ocorrem no *corpus* 40 e 20 vezes em 16 e 10 textos, nessa ordem. Isso sinaliza que a primeira se configura na unidade mais utilizada pelos produtores dos textos, tanto com relação aos contextos de ocorrências quanto com relação ao número de textos. Já no que se refere às UT *argumentação persuasiva* e *argumentação convincente*, a primeira ocorre em 06 contextos de ocorrências e em 05 dos textos e a segunda, em 03 contextos de ocorrências e 03 textos, respectivamente. Diante desse panorama, o uso dessas unidades sinaliza que os produtores dos textos priorizam em suas escolhas lexicais o registro da UT *argumentação persuasiva* como forma de delimitar o tipo de argumentação que é foco de análise em seus trabalhos.

Para finalizar, a próxima tabela diz respeito ao campo nocional das UT que nomeiam os “participantes envolvidos na argumentação” que se dividem em dois subcampos: um formado pelas UT que nomeiam aqueles que falam e outro subcampo formado pelas UT que nomeiam os participantes para quem se fala no ato de argumentar. Vejamos a seguir:

**Tabela 3 – Unidades terminológicas que nomeiam os participantes que falam na teoria da argumentação de base retórica**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>orador</i>	1537	37
<i>ethos</i>	420	33
<i>imagem de si</i>	53	12
<i>etos</i>	35	05
<i>ethos prévio</i>	22	06
<i>ethos discursivo</i>	21	08

**Tabela 3 – Unidades terminológicas que nomeiam os participantes que falam na teoria da argumentação de base retórica**

(continuação)

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>ethos projetivo</i>	16	01
<i>ethos efetivo</i>	06	01
<i>auto-imagem</i>	02	02
<i>autoimagem</i>	01	01
<i>autoimagem</i>	01	01

Fonte: Elaborado pela autora

Na tabela anterior, destacamos que a UT *orador* aparece 1.537 vezes em 37 dos textos que compõem o CORPARG. Trata-se de uma unidade que, a nosso ver, figura como representativa para a teoria, inclusive por funcionar como uma variante da UT *ethos*, em algumas situações comunicativas, conforme a subseção 4.2, em que analisamos a variação na terminologia da área. A UT *orador* funciona ainda como unidade determinante para especificar o tipo de orador que faz uso da palavra na argumentação.

A UT *ethos* é registrada no *corpus* 420 vezes em 33 textos, concorrendo com a forma variante *etos* que é uma UT registrada 35 vezes em 05 textos do CORPARG. Os dados revelam que a primeira é predominante no *corpus*. Já as UT, que são formadas por essa unidade junto a outras expressões, tais como, *ethos prévio*, *ethos discursivo*, *ethos projetivo* e *ethos efetivo* são registradas 22, 21, 16 e 06 vezes em 06, 08, 01 e 01 dos textos.

Com relação à UT *imagem de si*, que aparece em 53 contextos de ocorrências em 12 textos, é também uma UT que está em uma “arena de luta” com relação às variantes *ethos* e *etos*. Já no que se refere às UT *auto-imagem* e *autoimagem*, que acontecem em 02 e 01 contextos de ocorrências e em 02 e 01 dos textos do CORPARG, revelam que apenas dois produtores dos textos optaram pela primeira unidade e somente 01 se decidiu pela segunda.

Diante desses resultados, destacamos que apenas a UT *orador* figura como a que mais se repete no CORPARG, sinalizando ser uma unidade muito utilizada pelos produtores, ficando a UT *ethos* na segunda posição, precedida pela UT *imagem de si* e demais unidades expressas na tabela.

Para concluir essa subseção, o próximo subcampo nocional representado na tabela, está relacionado às UT que nomeiam os participantes para quem o ato de argumentar é direcionado quando se discute a teoria em foco.

**Tabela 4 – Unidades terminológicas que nomeiam os participantes para quem se fala na teoria da argumentação de base retórica**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>auditório</i>	1244	35
<i>auditório universal</i>	409	27
<i>pathos</i>	177	27
<i>auditório particular</i>	139	27
<i>patos</i>	31	04
<i>pathos projetivo</i>	02	01
<i>pathos efetivo</i>	01	01
<i>pathos efetivo</i>	01	01

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados demonstram que a UT *auditório* predomina no *corpus* de estudos no que diz respeito ao número de ocorrências 1244 vezes e ao número de textos 35. Esses números indicam que é uma UT registrada em muitos textos o que sinaliza ser uma unidade representativa cujos conceitos acionados especificam o campo do conhecimento. Aparece ainda registrada junto às expressões universal e particular, formando as UT *auditório universal*, com um contexto de ocorrência de 409 vezes em 27 dos textos e *auditório particular*, com o registro de 139 vezes também em 27 textos.

Esses dados expressam, primeiro, que as UT *auditório universal* e *auditório particular* são utilizadas pelos mesmos produtores dos textos, já que embora apresentem números de ocorrências diferentes, o número de textos é igual; segundo, são unidades indicadoras do tipo de auditório a que o texto faz referência. Em suma, embora a unidade se apresente com significações generalizadas para os estudos da argumentação, no primeiro momento, ao ser registrada no CORPARG, acompanhada pelo componente especificador do tipo de auditório, essa unidade mobiliza significações mais delimitadas ao campo do conhecimento. A nosso ver, é uma unidade relevante para a teoria.

Outro fator interessante é o uso das UT *pathos* e *patos*, em que a primeira é predominante no que se refere ao número de ocorrências no CORPARG, já que ocorre em 177 contextos e em 27 textos. Já a segunda, em 31 contextos de

ocorrências e em apenas 04 dos textos que compõem o *corpus*. Portanto, a UT *pathos* se destaca como a mais utilizada pelos produtores dos textos enquanto a segunda, embora com o registro de 31 ocorrências, foi escolhida apenas por 04 desses produtores.

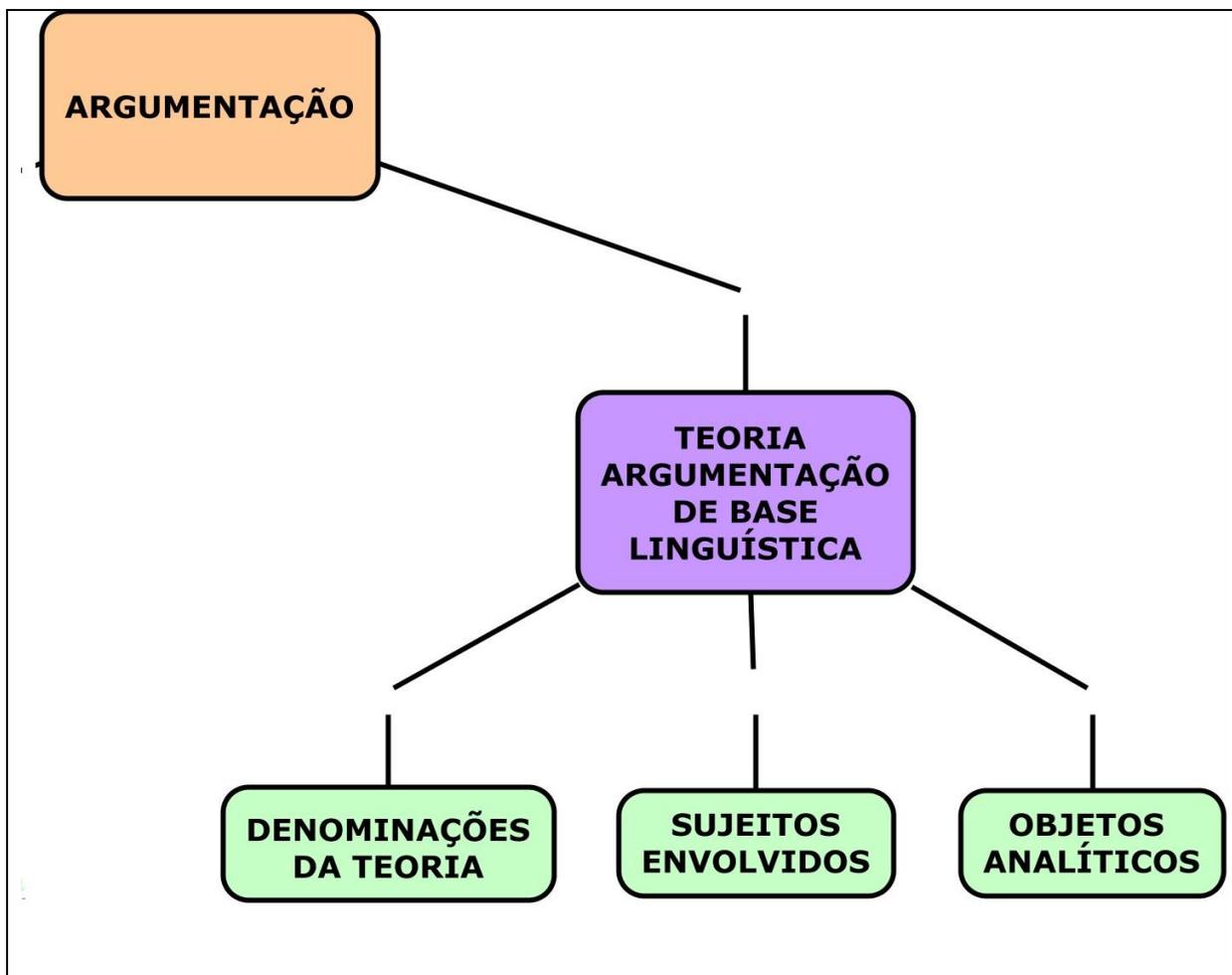
As UT *pathos projetivo* e *pathos efetivo* ocorrem em apenas um dos textos, sendo a primeira em 02 contextos e a segunda, em apenas 01. Essas escolhas indicam que tanto podem se relacionar à filiação teórica como podem revelar diferenças nos conceitos que são mobilizados nos textos.

A seguir, para finalizar a subseção, apresentamos as UT pertencentes à teoria da argumentação de base linguística.

#### **4.1.2 Teoria da argumentação de base linguística**

Após conhecermos o repertório vocabular que compõe a teoria da argumentação de base retórica, exposta na subseção anterior, passamos, neste tópico, às UT que constituem a teoria da argumentação de base linguística. Inicialmente, demonstramos a representação conceitual referente à subárea. Vejamos a seguir:

**Figura 19 – Representação conceitual da teoria da argumentação de base linguística**



Fonte: Elaborado pela autora

A teoria da argumentação de base linguística tem como foco principal observar o fenômeno da argumentação tomando por base os elementos estruturais da língua. É uma subárea que se divide em fases, o que representa, a nosso ver, uma evolução nos estudos e, conseqüentemente, expressa transformações tanto nas conceitualizações quanto nas denominações da terminologia da mesma vertente teórica.

Diante desse panorama, passamos à caracterização das UT sob a perspectiva dos critérios estabelecidos na metodologia e conforme as discussões expostas neste capítulo.

#### 4.1.2.1 Caracterização das unidades terminológicas: pertinência temática e pertinência pragmática

Nesta subseção, observamos que o inventário terminológico se configura de forma diferente das unidades que constituem a teoria da argumentação de base retórica, apresentada anteriormente. Ou seja, na teoria da argumentação de base linguística, há uma maior ascendência de unidades oriundas de outras áreas da linguagem, inclusive, pelo fato de que essa forma de observar a argumentação se contrapõe aos estudos retóricos, embora retome deles algumas unidades com a mesma denominação, mas significados diferenciados.

O próprio cenário de produção dessa teoria também contribui para que as UT assumam classificações e comportamentos diferenciados. Como dissemos, é uma teoria que se constitui por fases, sendo, portanto, um campo do conhecimento que apresenta variação tanto em seus próprios conceitos quanto em suas denominações. Podemos até afirmar que apresenta certo grau de aprofundamento da terminologia, nesse processo de revisão e, conseqüentemente, de evolução do repertório da área.

Esse caráter de multiplicidade repercute em uma riqueza vocabular que permite ao estudante iniciante nas pesquisas sobre argumentação ter acesso a um maior número de informações sobre o tema, o que justifica, mais uma vez, a necessidade de sistematização e organização da área.

Passemos então à caracterização das UT, atentando para os critérios já apresentados e exemplificando a relação de pertinência temática e pragmática, no quadro ilustrativo a seguir.

**Quadro 20 - Critério de pertinência temática II**

<b>Características</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância semântica da unidade no domínio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UT <i>stricto sensu</i>;</li> <li>• Unidade essencial;</li> </ul>
<b>Unidades terminológicas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>argumentação linguística</i></li> <li>• <i>argumentação na língua</i></li> <li>• <i>teoria da argumentação na língua</i></li> <li>• <i>potencial argumentativo</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>potencial argumentativo do enunciado</i></li> <li>• <i>potencial argumentativo dos enunciados</i></li> </ul>

Fonte: Adaptado da tese de doutorado de Santiago (2013, p. 102-103).

As UT que expressam a pertinência temática revelam características linguísticas da teoria e mantêm uma relação de fidelidade com a argumentação intrínseca à língua. Nessas circunstâncias, especificamente, no que diz respeito à denominação da área, os sentidos de oposição aos estudos retóricos se consolidam pelas características semânticas que são acionadas pelas unidades.

Logo, as UT *argumentação linguística*, *argumentação na língua* e *teoria da argumentação na língua*, utilizadas com a função de nomear a área, são definidas pelos produtores dos textos como um tipo de argumentação que não leva em conta os aspectos persuasivos do discurso. Portanto, são unidades que funcionam como componentes especificadores da área.

Ainda nesse percurso de significação, tomamos as UT *potencial argumentativo*, *potencial argumentativo dos enunciados* e *potencial argumentativo do enunciado* que se relacionam aos conjuntos de informações pertinentes às conclusões possíveis em um enunciado. Embora sejam utilizadas essas formas de registros, as significações, nessa situação, não se modificam entre si.

No entanto, convém que destaquemos as particularidades dessa unidade. Elas figuram no CORPARG e, conseqüentemente, na teoria, como unidades que apresentam variações nas conceitualizações de acordo com cada uma das fases que constitui a teoria da argumentação de base linguística. Logo, é uma unidade relevante para o campo do conhecimento.

A seguir, apresentamos de que modo os critérios de pertinência pragmática são expressos no CORPARG, na perspectiva dessa teoria.

**Quadro 21 - Critério de pertinência pragmática II**

<b>Características</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Função informativa e comunicativa;</li> <li>• Termo <i>lato sensu</i>:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oriundo de outras áreas;</li> </ul>
<b>Unidades terminológicas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>semântica argumentativa</i></li> <li>• <i>pragmática linguística</i></li> <li>• <i>pragmática integrada</i></li> <li>• <i>fase standard</i></li> <li>• <i>forma standard</i></li> <li>• <i>teoria standard</i></li> <li>• <i>teoria polifônica da enunciação</i></li> <li>• <i>teoria da polifonia</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>teoria dos topoi argumentativos</i></li> <li>• <i>teoria dos topoi</i></li> <li>• <i>teoria dos blocos semânticos</i></li> <li>• <i>material linguístico</i></li> <li>• <i>valor semântico da frase</i></li> <li>• <i>valor semântico dos enunciados</i></li> </ul>

### Quadro 21 - Critério de pertinência pragmática II

(continuação)

Características	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Função informativa e comunicativa;</li> <li>• Termo <i>lato sensu</i>:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oriundo de outras áreas;</li> </ul>
Unidades terminológicas	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>valor semântico do enunciado</i>;</li> <li>• <i>significação</i></li> <li>• <i>sentido</i></li> <li>• <i>componente retórico</i></li> <li>• <i>componente linguístico</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>locutor</i></li> <li>• <i>enunciador</i></li> <li>• <i>sujeito empírico</i></li> <li>• <i>frase</i></li> </ul>

Fonte: Adaptado da tese de doutorado de Santiago (2013, p. 102-103).

Ao denominar a área pela UT *semântica argumentativa*, o produtor do texto atribui características próprias ao campo, já que o conceito de semântica é determinado pelo especificador (argumentativa). Essa informação particulariza a maneira pela qual a teoria observa a argumentação, delimitando a área, inclusive para manter o caráter de oposição aos estudos retóricos e a fidelidade a estrutura da língua.

Ainda com relação aos elementos que caracterizam a pertinência pragmática, as UT *componente retórico*, *teoria dos topoi*, *teoria dos topoi argumentativos* advêm dos estudos retóricos, mas assumem características diferenciadas. Nesse sentido, podemos afirmar que o uso dessas unidades passa a estabelecer um diálogo com os estudos vinculados à retórica e a possibilitar a ressignificação das conceitualizações de acordo com o propósito da teoria. Ou seja, a despeito de apresentarem a mesma denominação das expressões pertencentes à retórica, as significações, atribuídas pelos estudos argumentativos aos termos, são diferenciadas e tendem a caracterizar o campo do conhecimento pelos traços de oposição à retórica.

No primeiro caso, podemos ilustrar a situação com a UT *componente retórico* que, em primeira instância, pode parecer se relacionar com as características ligadas aos estudos da retórica clássica, mas que quando retomada pelo produtor do texto, ele o faz relacionando-a ao conceito de subentendido defendido pela teoria da argumentação de base linguística.

Esse fenômeno se repete com as UT *teoria dos topoi* e *teoria dos topoi argumentativos*, que mantêm relação com a expressão *topos*, oriunda da retórica clássica. Ou seja, de acordo com (GARANTIZADO JÚNIOR, 2015, p. 58), “percebe-

se uma forte inserção da noção de topos para a descrição semântica”. No entanto, quando as UT são empregadas no CORPARG adquirem significações diferenciadas e específicas.

Nesse sentido, “cabe algumas considerações sobre os *Tópicos*, tratado sobre dialética no qual Aristóteles procura os *topoi* (lugares) ou esquemas de raciocínio úteis para a argumentação” (MENEZES E SILVA, 2016, p. 50). Todavia, sob a perspectiva da teoria da argumentação de base linguística a noção de *topoi* emerge como conector cuja função é promover o encadeamento no enunciado e, conseqüentemente, proporcionar orientação argumentativa.

O uso das UT *teoria dos topoi* e *teoria dos topoi argumentativos* confere ao campo de conhecimento um caráter particularizado e relevante, uma vez que especificam a segunda fase dos estudos da teoria da argumentação de base linguística. Essas unidades se relacionam com as funções que os conectores exercem no texto argumentativo. Isto é, ao contrário dos estudos sobre os conectores na primeira fase, nesta segunda, eles, segundo o CORPARG, alcançam dimensões mais funcionais e relevantes para a área da argumentação. O mesmo ocorre com as UT *teoria da polifonia* e *teoria polifônica da enunciação* que também são unidades oriundas de outras áreas da linguagem. No caso do conceito de “polifonia”, mais especificamente, é uma expressão utilizada por Bakhtin (2006), nos estudos literários, de acordo com Bezerra (2005) e também por Ducrot (1982).

Em suma, a pertinência pragmática permite que as UT expressem características advindas de outras áreas do conhecimento, mas que podem ser ressignificadas com a finalidade de estabelecer novos conceitos, adequando-se à área especializada recente. De modo geral, o repertório terminológico expresso nessa teoria contribui para o processo de identificação da área da argumentação, uma vez que, embora sejam UT oriundas de outras áreas, são utilizadas pelos produtores dos textos, com significações próprias atribuindo ao campo características individualizadas e conceitualizações específicas.

A seguir, para finalizar o tópico, expomos as análises das UT sob a perspectiva das relações mobilizadas no CORPARG.

#### 4.1.2.2 Análise das unidades terminológicas: aspectos comportamentais

Por conta das especificidades que encontramos no processo de organização do repertório vocabular da teoria em estudos, apresentamos em nossas análises, em um primeiro momento, as variantes de maior frequência, para no final descrevermos a aparição das siglas no CORPARG. Essa forma de apresentação e discussão dos dados se justifica por, na nossa perspectiva, facilitar a compreensão dos resultados apresentados.

As UT que constituem a terminologia pertencente à teoria da argumentação de base linguística apresentam densa variação na forma de denominar a área. Diante disso, podemos concluir que a variação nas denominações, de modo geral, revela elementos teóricos com os quais os estudos sobre as teorias da argumentação são desenvolvidos, especificando características próprias de cada um dos objetos de estudos e das fases que constituem essa subárea, conforme abordagens no tópico anterior.

Assim, no quadro a seguir, apresentamos as UT que nomeiam a teoria, com o número de ocorrências e a quantidade de textos em que são registradas no CORPARG.

**Tabela 5 – Unidades terminológicas que nomeiam a teoria da argumentação de base linguística**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>argumentação na língua</i>	189	31
<i>teoria da argumentação na língua</i>	142	29
<i>semântica argumentativa</i>	90	19
<i>teoria dos blocos semânticos</i>	81	16
<i>teoria dos topoi</i>	66	13
<i>teoria da polifonia</i>	43	13
<i>forma standard</i>	29	10
<i>pragmática integrada</i>	17	08
<i>fase standard</i>	15	01
<i>argumentação linguística</i>	10	04
<i>teoria polifônica da enunciação</i>	08	04
<i>teoria dos topoi argumentativos</i>	07	03
<i>pragmática linguística</i>	04	03
<i>teoria standard</i>	02	01

**Tabela 5 – Unidades terminológicas que nomeiam a teoria da argumentação de base linguística**

(continuação)

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
TAL	320	14
TBS	156	15
ADL	40	05
ANL	45	05

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados revelam que a UT *argumentação na língua* registrada no *corpus* 189 vezes, ocupa a segunda posição no que se refere ao número de ocorrências, já que a UT *TAL* é registrada com maior frequência, aparecendo em 31 dos textos que constituem o CORPARG. Já a UT *teoria da argumentação na língua* é registrada no *corpus* em 142 contextos de ocorrências e em 29 dos textos. São unidades que nomeiam a subárea caracterizando-a em sua totalidade, ou seja, sem especificar as fases.

Observamos que a sigla *TAL* faz referência às UT *argumentação na língua* e *teoria da argumentação na língua*, embora os dados revelem que a primeira é a mais utilizada pelos produtores textuais, já que é registrada em 31 textos. Logo, podemos afirmar que são unidades representativas para a argumentação e se referem à área como um todo.

A UT que ocupa a terceira colocação, que também tem a função de nomear a área em sua totalidade é a unidade *semântica argumentativa* que é registrada no *corpus* 90 vezes e em 19 textos. A nosso ver, é uma unidade relevante, não somente pela frequência, mas principalmente pela quantidade de textos. Esses dados comprovam que essa é uma unidade que muitos produtores textuais consideram caracterizadora desse campo de conhecimento.

Já com relação à UT *teoria dos blocos semânticos* e à UT *TBS*, elas aparecem em 81 e 156 contextos de ocorrências e em 16 e 15 textos, nessa ordem. Não percebemos grandes diferenças entre elas no que se refere ao número de textos, na medida em que são as formas com as quais a terceira fase da teoria pode ser nomeada. Por essa razão, tanto o número de ocorrências quanto o número de textos nos parece apenas como um sinal de igualdade na importância da unidade para a área.

A UT *teoria dos topoi* que é usada com o objetivo de nomear a segunda fase dos estudos, e a UT *teoria da polifonia*, que também assume a mesma função, são registradas com respectivamente 66 e 43 contextos de ocorrência e em 13 e 13 textos. Esses resultados demonstram que os produtores dos textos utilizam as duas formas de registros em situação de igualdade.

Já a UT *forma standard*, que é usada para nomear a primeira fase, é registrada em 29 contextos e em 10 textos. No que se refere à UT *fase standard*, os dados indicam que aparece em 15 contextos de ocorrências, mas em apenas 01 dos textos, sendo, portanto, usada por apenas um produtor textual. A UT *teoria standard*, que também é utilizada para nomear a primeira fase da teoria, é registrada em 02 contextos de ocorrências e em apenas um dos textos. Portanto, tanto a UT *fase standard* quanto a UT *teoria standard* não são as formas mais recorrentes pelos produtores dos textos. Apesar disso, consideramo-las relevantes para a teoria, uma vez que representam o período inicial dos estudos.

Com relação às UT *pragmática integrada* e *pragmática linguística*, elas aparecem em 17 e 04 contextos e em 08 e 03 dos textos, nessa ordem. Já a UT *argumentação linguística* se inscreve em 10 contextos de ocorrências e em 04 textos. Essas unidades são utilizadas pelos produtores dos textos para fazerem referências à teoria de forma geral, o que pode significar o mesmo grau de relevância para a área, mesmo a primeira aparecendo mais vezes.

No que se refere às UT *teoria polifônica da enunciação* e *teoria dos topoi argumentativos*, que são utilizadas para nomear a segunda fase, são registradas 08 e 07 vezes e em 04 e 03 dos textos que compõem o CORPARG. Já com relação à presença das siglas no *corpus*, destacamos as UT: *TAL*, *ADL*, *ADN*, que são utilizadas para denominar a área, aparecem em 320, 40 e 45 contextos de ocorrências e em 14, 05 e 02 textos.

Diante dessa conjuntura de construção das siglas no CORPARG, notamos que os produtores textuais recorrem a essas formas abreviadas, como uma maneira de ilustrar a redução das expressões e/ou ainda evitar repetição das UT. O uso da sigla revela ser esse um recurso comumente utilizado pelos produtores de textos quando da necessidade de retomada de expressões em uma produção textual. Assim, a presença das siglas nos textos especializados tem “conquistado um papel importante não só na constituição das terminologias das diversas áreas do saber, mas também no léxico como um todo” (ARAÚJO; GOMEZ, 2008, p. 42).

Nesse sentido, o uso das UT expressa formas diferenciadas de nomear a teoria da argumentação de base linguística. Estes dados explicitados no CORPARG justificam a necessidade de se identificarem as motivações que instigam os produtores dos textos a se apropriarem desses recursos em seus trabalhos.

Por fim, apresentadas as considerações, passemos à próxima tabela, cujo foco consiste em registrar as UT que mencionam os objetos analíticos pertencentes à teoria da argumentação de base linguística selecionados para nossas análises.

**Tabela 6 – Unidades terminológicas que nomeiam os objetos analíticos da teoria argumentação de base linguística**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>enunciado</i>	2.197	53
<i>frase</i>	667	43
<i>sentido</i>	602	65
<i>significação</i>	504	44
<i>componente retórico</i>	35	07
<i>potencial argumentativo</i>	32	14
<i>entidade linguística</i>	25	09
<i>entidade abstrata</i>	19	06
<i>componente linguístico</i>	12	03
<i>entidade concreta</i>	09	02
<i>valor semântico da frase</i>	09	07
<i>material linguístico</i>	07	03
<i>valor semântico do enunciado</i>	05	04
<i>entidade linguística abstrata</i>	03	02
<i>potencial argumentativo dos enunciados</i>	02	02
<i>potencial argumentativo do enunciado</i>	01	01
<i>valor semântico dos enunciados</i>	01	01

Fonte: Elaborado pela autora

As UT *enunciado*, *frase*, *sentido* e *significação* são registradas no CORPARG com o número de ocorrência, respectivamente, 2197, 667, 602 e 504 em 53, 43, 65 e 44 dos textos do *corpus*. Essas quantificações evidenciam que são unidades representativas para a teoria e, conseqüentemente, para a área da argumentação, pois revelam características próprias dos objetos analíticos do campo de conhecimento, sinalizando marcas singulares que identificam a teoria da argumentação de base linguística.

As UT *componente retórico* e *componente linguístico* são registradas no *corpus* 35 e 12 vezes e em 07 e 03 textos. Esses resultados, além de nos levarem a

refletir sobre as motivações que o produtor do texto expressa nessas escolhas, uma vez que tanto variam os contextos de ocorrências quanto à quantidade de textos, motivam-nos ainda a afirmar que ambas as formas assumem funções diferenciadas nos textos. Logo, estes dados nos instigam a ponderar que as UT podem expressar significações diferentes entre elas, revelando características de antonímia, ou podem ainda, a nosso ver, expressarem elementos que se complementem no que se refere às significações.

Já a UT *potencial argumentativo* que aparece no *corpus* 32 vezes em 14 textos, é retomada pelas UT *potencial argumentativo do enunciado* e *potencial argumentativo dos enunciados* em apenas 01 e 02 dos textos, respectivamente. Esses resultados sinalizam que há a predominância da primeira unidade nas escolhas lexicais dos produtores textuais. Essas quantificações comprovam que as UT variam e que podemos considerar uma evolução conceitual da área, uma vez que as conceitualizações são diferentes na primeira e na segunda fases da teoria, conforme dados do CORPARG.

No tocante às UT *entidade abstrata*, *entidade linguística*, *entidade concreta*, *material linguístico*, *entidade linguística abstrata*, que são registradas 25, 19, 09, 07 e 03 vezes em 09, 06, 02, 03 e 02 textos, respectivamente, expressam, de acordo com o *corpus*, diferentes formas de se compreenderem e se definirem frase e enunciado.

Por fim, as UT *valor semântico da frase*, *valor semântico do enunciado* e *valor semântico dos enunciados* são registradas em 09, 05 e 01 contextos de ocorrências e em 07, 04 e 01 dos textos que compõem o CORPARG. No que se refere às conexões que são estabelecidas pelas escolhas do locutor, refletimos sobre o uso da primeira com relação à segunda, que aparenta serem utilizadas em contextos diferenciados, já que as quantidades de textos são aproximadas. Já a UT *valor semântico dos enunciados* ocorre em apenas 01 contexto e faz parte da escolha de somente um produtor textual.

Para concluir as análises, o próximo campo nocional, responsável pelas UT que nomeiam os participantes envolvidos no ato de argumentar, difere da teoria da argumentação de base retórica, uma vez que esta apresenta tanto unidades que se referem aos sujeitos que falam nos discursos quanto aos sujeitos para quem se fala. No entanto, para a teoria da argumentação de base linguística, a nosso ver, essa divisão não se constitui como relevante, porque os dados não contemplam essa diferenciação.

Esse cenário nos leva a crer que as motivações para essa não relevância pode se relacionar ao fato de que a teoria da argumentação de base linguística prioriza em seu escopo os elementos intralinguísticos e, portanto, as questões extras não são vistas como imprescindíveis à subárea, como é o caso dos sujeitos interlocutores. A noção de sujeito está relacionada ao conceito defendido pela teoria da argumentação de base retórica.

Assim, sigamos as análises das UT que nomeiam os participantes envolvidos na teoria da argumentação de base linguística, com destaque para o número de ocorrências e o número de textos registrados no CORPARG.

**Tabela 7 – Unidades terminológicas que nomeiam os participantes que falam na teoria da argumentação de base linguística**

Unidades Terminológicas	Número de Ocorrências	Número de Textos
<i>locutor L</i>	22	06
<i>sujeito empírico (SE)</i>	22	10
<i>enunciador E</i>	12	05
<i>locutor (L)</i>	06	06
<i>enunciador (E)</i>	03	03
<i>locutor (<math>\lambda</math>)</i>	03	03
<i>locutor-L</i>	02	01
<i>locutor-lambda</i>	02	01
<i>enunciador (Lo)</i>	01	01

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados revelam diferenças nas formas de denominar os participantes, tanto no que tange ao número de ocorrências, que não apresenta frequência acima de 50, quanto à quantidade de textos em que as UT são registradas, que contabilizam apenas 10 dos textos que constituem o CORPARG. Esses dados revelam o caráter singular dessa vertente teórica, uma vez que, nesse campo nocional, essa teoria atribui às UT, no que se refere às quantificações, recorrências similares entre elas.

Diante desse panorama, os produtores dos textos utilizam as UT: *locutor L*, *locutor (L)*, *locutor ( $\lambda$ )*, *locutor-lambda* e *locutor-L*, em 22, 06, 03, 02 e 02 contextos de ocorrências em 06, 06, 03, 01 e 01 textos do CORPARG. Os dados demonstram que as cinco unidades utilizadas para fazer referências aos tipos de participantes envolvidos no processo de argumentar sob essa perspectiva teórica variam entre os produtores, sendo a primeira UT *locutor L* com maior número de ocorrências, mas em

apenas 06 textos. Portanto, fazem parte da mesma quantidade de textos que a UT *locutor (L)*, o que pode revelar que não há mudanças nas significações.

Já a UT *locutor (λ)* surge em 03 contextos e em 03 dos textos, e é uma unidade que concorre com outra forma variante, a UT *locutor-lambda*, que é registrada em 02 contextos de ocorrência e em apenas 01 dos textos. Essas duas unidades evidenciam que não há diferenças conceituais entre elas, uma vez que a primeira é registrada com a letra grega que simboliza a nomenclatura que pertence à estrutura da segunda UT.

No que refere à UT *sujeito empírico*, observamos que apresenta um número de ocorrências de 22 vezes e em 10 textos do *corpus*, e é acompanhada pela sigla SE com a mesma quantidade. Do mesmo modo, identificamos as UT: *enunciado E*, *enunciador (E)*, *enunciador (Lo)*. Esses resultados justificam a necessidade de se averiguarem as motivações que subjazem a essas escolhas, pois não conseguimos, em um primeiro momento, identificar os motivos que instigam os produtores a utilizarem uma ou outra UT nos textos.

Os dados apresentados confirmam nosso posicionamento anterior de que os sujeitos envolvidos no ato de argumentar, para essa vertente teórica, não se configuram em um componente relevante, sendo-lhe fundamental, portanto, apenas os enunciadores envolvidos com os elementos linguísticos. Essas características conferem à teoria aspectos individualizadores e singulares à área, que defende uma argumentação centrada nos elementos da língua.

Assim, apresentamos as UT pertencentes às teorias da argumentação, a seguir. Para isso, organizamos dois quadros em que as UT estão em ordem alfabética e contemplam apenas as unidades que permitem observar o fenômeno da variação terminológica da área, conforme as análises.

**Quadro 22 – Lista em ordem alfabética das UT das teorias da argumentação de base retórica**

UT das teorias da argumentação de base retórica	
<i>acordo prévio</i> <i>auditório</i> <i>auditório particular</i> <i>auditório universal</i> <i>autoimagem</i> <i>argumentação convincente</i>	<i>argumentação discursiva</i> <i>argumentação no discurso</i> <i>argumentação persuasiva</i> <i>argumentação retórica</i> <i>discurso persuasivo</i> <i>discurso argumentativo</i>

**Quadro 22 – Lista em ordem alfabética das UT das teorias da argumentação de base retórica**

(continuação)

UT das teorias da argumentação de base retórica	
<i>discurso convincente</i>	<i>orador</i>
<i>discurso retórico</i>	<i>pathos</i>
<i>estudos retóricos</i>	<i>pathos projetivo</i>
<i>ethos prévio</i>	<i>pathos efetivo</i>
<i>ethos discursivo</i>	<i>pathos efetivo</i>
<i>ethos</i>	<i>patos</i>
<i>ethe</i>	<i>pragmática dos valores</i>
<i>etos</i>	<i>pragmática de valores</i>
<i>imagem de si</i>	<i>retórica</i>
<i>logos</i>	<i>retórica argumentativa</i>
<i>nova retorica</i>	<i>tese</i>

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 23 – Lista em ordem alfabética das UT das teorias da argumentação de base linguística**

UT das teorias da argumentação de base linguística	
<i>ADL</i>	<i>potencial argumentativo dos enunciados</i>
<i>ADNL</i>	<i>pragmática integrada</i>
<i>ANL</i>	<i>pragmática linguística</i>
<i>argumentação linguística</i>	<i>semântica argumentativa</i>
<i>argumentação na língua</i>	<i>sujeito empírico</i>
<i>componente linguístico</i>	<i>TAL</i>
<i>componente retórico</i>	<i>TBS</i>
<i>entidade abstrata</i>	<i>texto</i>
<i>entidade concreta</i>	<i>teoria da argumentação na língua</i>
<i>entidade linguística abstrata</i>	<i>teoria dos blocos semânticos</i>
<i>enunciado</i>	<i>teoria polifônica da enunciação</i>
<i>enunciador (Lo)</i>	<i>valor argumentativo</i>
<i>fase standard</i>	<i>valor argumentativo do enunciado</i>
<i>frase</i>	<i>valor do enunciado</i>
<i>locutor (L)</i>	<i>valor semântico da frase</i>
<i>locutor-lambda</i>	<i>valor semântico do enunciado</i>
<i>potencial argumentativo</i>	

Fonte: Elaborado pela autora

Concluída esta subseção, com a caracterização das unidades e as análises das relações entre as UT no *corpus* de estudos do repertório terminológico das teorias da argumentação, a seguir, apresentamos, sinteticamente os dados observados neste item.

### 4.1.3 Síntese do observado

Nas subseções anteriores, apresentamos as UT das teorias da argumentação sob a perspectiva tanto das caracterizações do repertório vocabular, com relação aos critérios de reconhecimento das unidades quanto no que se refere às relações comportamentais do repertório no COPARG. Os dados nos revelaram, de modo geral, que as teorias selecionadas para desenvolver a presente investigação apresentam características peculiares que as individualizam e as distanciam, mas que atribuem características significativas ao campo do conhecimento.

Em outras palavras, a teoria da argumentação de base retórica contempla em seu acervo terminológico mais UT relacionadas à pertinência temática que as unidades relacionadas à pertinência pragmática. Melhor dizendo, essas unidades revelam características identitárias da teoria com maior vinculação aos estudos da argumentação sob a perspectiva dos elementos retóricos. Em dimensão diferente, também nos deparamos com a teoria da argumentação de base linguística, que apresenta a pertinência temática em menor proporção que a pertinência pragmática. Esses dados revelam uma aproximação maior dessa teoria a outras áreas da linguagem, mais ligadas aos estudos linguísticos.

Outro aspecto identificado nessa subseção diz respeito aos critérios de reconhecimento das UT. Deparamo-nos com uma subárea de maior filiação aos estudos da Retórica clássica, inclusive apreendendo dessa relação denominações e conceitualizações fundamentais para os estudos da argumentação, como é o caso da UT *nova retórica*, que figura nos dados como a unidade mais recorrente pelos produtores dos textos quando denominam a área. Também de acordo com a filiação, a segunda vertente apresenta características contrárias à Retórica clássica. Prova disso são os registros no CORPARG que revelam que a UT *argumentação na língua* é a unidade de maior incidência no *corpus*, sendo acompanhada pela sigla que a representa, a UT *TAL*.

Nesse ambiente de aproximação e distanciamento entre as UT pertencentes às teorias da argumentação, destacamos o caráter de singularidade que particulariza cada uma das subáreas. Esses componentes individualizados atribuem a esse campo do conhecimento diversas possibilidades de se observar a linguagem argumentativa. Arricamo-nos a dizer que são teorias que em suas particularidades,

além de necessárias aos estudos da argumentação, conferem riqueza vocabular à área.

Diante dos dados contemplados na subseção apresentada, passamos ao tópico seguinte, em que atentamos aos tipos de variação denominativa identificados no *corpus* e às causas que motivam os usos dessas tipologias.

## 4.2 CORRELAÇÃO ENTRE TIPOS E CAUSAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA

Na subseção anterior, recorreremos à caracterização e à análise da terminologia das teorias da argumentação. Para isso, aludimos aos critérios de reconhecimento do repertório vocabular da área e analisamos, em seguida, as relações comportamentais que as unidades estabelecem no *corpus*. Nesta seção da tese, detemo-nos em analisar os tipos de variação denominativa e as causas que motivam os produtores textuais a utilizarem as denominações registradas no CORPARG.

Para desenvolver nossas análises neste tópico, tomamos como ponto de partida a classificação elaborada por Freixa (2014), para identificarmos os tipos de variação que ocorrem no *corpus*; em seguida, apresentamos as UT e os contextos de ocorrências em que as unidades são evidenciadas no CORPARG; depois relatamos nossas considerações, destacando os aspectos que motivam os autores a realizarem suas escolhas lexicais no momento das produções textuais.

O foco, neste ponto, consiste no reconhecimento dos tipos de variação denominativa identificados no *corpus* de estudos, acompanhados das análises por meio dos contextos de ocorrências e das motivações que justificam as escolhas realizadas pelos produtores dos textos no tocante à autovariação e à heterovariação.

A seguir, analisamos a primeira tipologia denominada por variação gráfica, que se subdivide em UT e forma artificial, UT e abreviação e variação ortográfica.

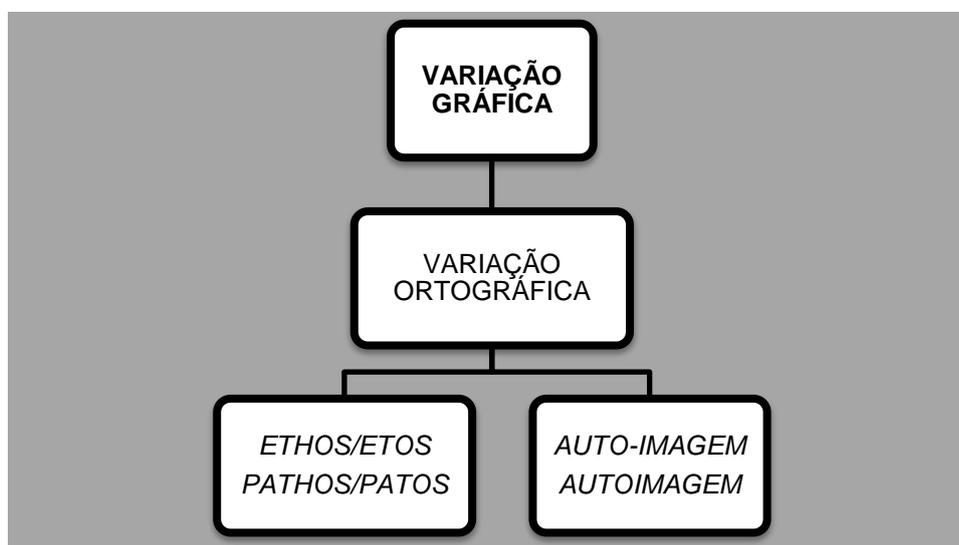
### 4.2.1 Variação gráfica

O tipo de variação denominado por variação gráfica contempla vários subtipos e afeta diretamente as formas de registro das UT no *corpus*. No caso da teoria em estudos, exposta a seguir, registramos apenas um subtipo desse primeiro caso: a variação ortográfica.

#### 4.2.1.1 Teoria da argumentação de base retórica

Na subárea de estudos voltada à teoria da argumentação de base retórica, obtivemos apenas um dos subtipos de variação gráfica, que se refere à variação ortográfica. Ao apresentar o quadro classificatório com os resultados da sua pesquisa de doutorado, no primeiro subtipo, Freixa (2014) utiliza a nomenclatura “termo” para fazer referência ao que denominamos, neste trabalho, de unidade terminológica. Vejamos o quadro, a seguir, com a representação do tipo de variação:

**Figura 20 – Tipo variação denominativa: variação gráfica I**



Fonte: Elaborado pela autora

O tipo de variação gráfica, nesta teoria da argumentação, ocorre apenas com o subtipo que permite alteração na ortografia das UT. A variação ortográfica acontece entre as unidades que, por sua vez, não acarreta alteração nas significações. Essas UT se configuram como equivalentes para a área do conhecimento.

No primeiro caso registrado no quadro 20, notamos que a variação ortográfica ocorre entre as UT *ethos* e *etos*; *pathos* e *patos*. Trata-se de uma variação que acontece na forma de registro das unidades, com a alternância da letra “h”. Já a outra situação em que acontece a variação ortográfica, identificada nesta teoria, é o registro das UT *auto-imagem* e *autoimagem*, que se apresenta ora com o uso do hífen ora sem a presença dele.

De acordo com os dados quantitativos do registro das UT no *corpus*, *ethos* aparece 485 vezes, enquanto *etos* foi registrado 35 vezes. Com relação à quantificação do registro da UT *pathos*, ela ocorre 180 vezes e *patos* apenas 31 vezes no *corpus*. Nesse caso, podemos afirmar que, em termos de frequência, as UT mais “aceitas” pelos autores, no CORPARG, são as formas de registro *ethos* e *pathos*. Já com relação às UT *auto-imagem* e *autoimagem*, as quantificações demonstram que a primeira forma de registro aparece em dois dos textos e a segunda, em apenas um.

Observemos os contextos de ocorrências em que as UT *pathos/pato* e *ethos/etos* são registradas pelo mesmo autor em um mesmo texto no COPARG - autovariação:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT</b>
Os que se referem à afetividade são ou o <i>etos</i> ( <i>ethos</i> ), o caráter que o orador deve assumir para chamar a atenção e obter do auditório a confiança, ou o <i>patos</i> ( <i>pathos</i> ), as tendências, os desejos, as emoções do auditório das quais o orador poderá tirar proveito.
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Tese_15_ECF_06

De acordo com o contexto, cabe destacar os recursos estilísticos utilizados pelo produtor do texto ao registrar as UT *etos/patos* sem a letra “h” e entre parênteses, enquanto as UT *ethos/pathos* foram registradas com a letra “h”. O primeiro aspecto a se observar, nesta situação, é a presença dos parênteses que, de acordo com Suarez (2004), revela a variação expressa entre as unidades, podendo, nesse caso, explicitar a equivalência conceitual. Logo, o uso das UT não altera os sentidos no texto.

Para entender as motivações que suscitam o uso das UT *ethos/pathos*, registradas com a letra “h”, inclusive pela predominância no *corpus*, acreditamos que estão relacionadas à denominação que se vincula ao filósofo Aristóteles. Parece ser Aristóteles o primeiro a propor uma teoria da argumentação sistematizada e, com essa ideia, o filósofo afirma haver três provas utilizadas no discurso argumentativo e as distingue em: *ethos*, *pathos* e *logos*.

Inferimos, nesse sentido, que o uso das UT *etos/patos*, registradas sem a letra “h”, tanto pode estar relacionado à necessidade que o produtor do texto sentiu em “traduzir” a unidade para uma forma mais comum na língua portuguesa, como

pode ainda fazer parte do ideal de modernidade, pois o tipo de registro com a letra “h” não acontece com muita frequência na língua em foco.

Verificamos ainda como essas unidades aparecem nos dicionários na contemporaneidade. Para isso, consultamos o novíssimo Aulete (2011) e o dicionário *on-line* da língua portuguesa<sup>58</sup>. Observamos que as UT *ethos/etos* e *pathos* são registradas nos referidos dicionários, embora com significações diferenciadas das identificadas no CORPARG. No entanto, a UT *patos* não está registrada em nenhum dos dois dicionários ou pelo menos não aparece com significados que nos remetam à área.

De qualquer modo, de acordo com os dados apresentados nesta pesquisa, as duas formas de registro das UT são aceitáveis pelos estudiosos da área. Assim, cabe ao autor utilizar as unidades *ethos* ou *etos* em seus textos. Com relação às motivações que subjazem as escolhas do produtor textual, tanto pode se relacionar a uma filiação teórica à retórica e, mais precisamente, aos estudos retóricos defendidos em Aristóteles quanto a uma escolha estilística que pertence a uma comunidade discursiva da qual o autor faz parte.

Com relação às UT *autoimagem* e *auto-imagem*, cuja variação identificamos em um mesmo autor – autovariação e a variação entre autores distintos - heterovariação. Vejamos os contextos de ocorrência a seguir:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1</b>
O ato de argumentar envolve tanto uma tese (logos) a ser defendida pelo orador/enunciador, como a imagem que este tem do auditório (pathos), assim como de sua auto-imagem (ethos) que pretende construir perante os seus leitores, no caso dos jornais escritos. É nesse processo que o orador consegue a adesão do auditório às suas teses.
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Tese_03_GSS_03

Na primeira situação, a UT *auto-imagem* é registrada com a presença do hífen. Nessa situação, o produtor do texto apresenta a variante *ethos* entre parênteses, revelando que as significações são as mesmas para as duas unidades.

<sup>58</sup> <https://www.priberam.pt/dlpo/pathos>

Já no segundo contexto de ocorrência, em que a UT *autoimagem* é escrita sem o registro do hífen, notamos, novamente o recurso de retomada entre as UT *autoimagem* e *ethos*. Vejamos a situação, a seguir:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2</b>
Para ser efetivada, esta ação necessita de uma interação entre o orador e um auditório, em situações reais de uso da linguagem. Assim, o próprio ato de argumentar, conforme defende Souza (2008), envolve tanto uma tese - a parte racional do discurso - (logos) a ser defendida por um orador, como a imagem que ele tem de seu auditório (pathos), bem como a sua autoimagem (ethos)
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Diss_01_AAS_12

Ao observarmos os usos das UT *auto-imagem* e *autoimagem*, destacamos os anos de publicação dos textos ao qual pertencem os contextos anteriores: o primeiro em 2003, período anterior ao acordo ortográfico<sup>59</sup> que regulamenta o uso da escrita no Brasil. Nesse sentido, a variação que acontece entre as UT está vinculada à reforma ortográfica, já que o uso do hífen passa por mudanças e, na situação em destaque, passará a não ser mais registrada com hífen como no primeiro caso. Portanto, observamos que a variação gráfica ocorre entre autores e em diferentes textos – heterovariação, sendo que, nesse caso, a variação ocorre ainda entre períodos distintos. Ademais, a motivação pode estar relacionada ainda com a necessidade de atualização da escrita ao novo acordo estabelecido.

Esses dados são relevantes, para que reflitamos sobre os usos da terminologia da área, no entanto, registramos no protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação somente o segundo caso, a UT *autoimagem*.

Após essas observações, sigamos averiguando de que forma esse tipo de variação acontece na segunda teoria selecionada para as análises.

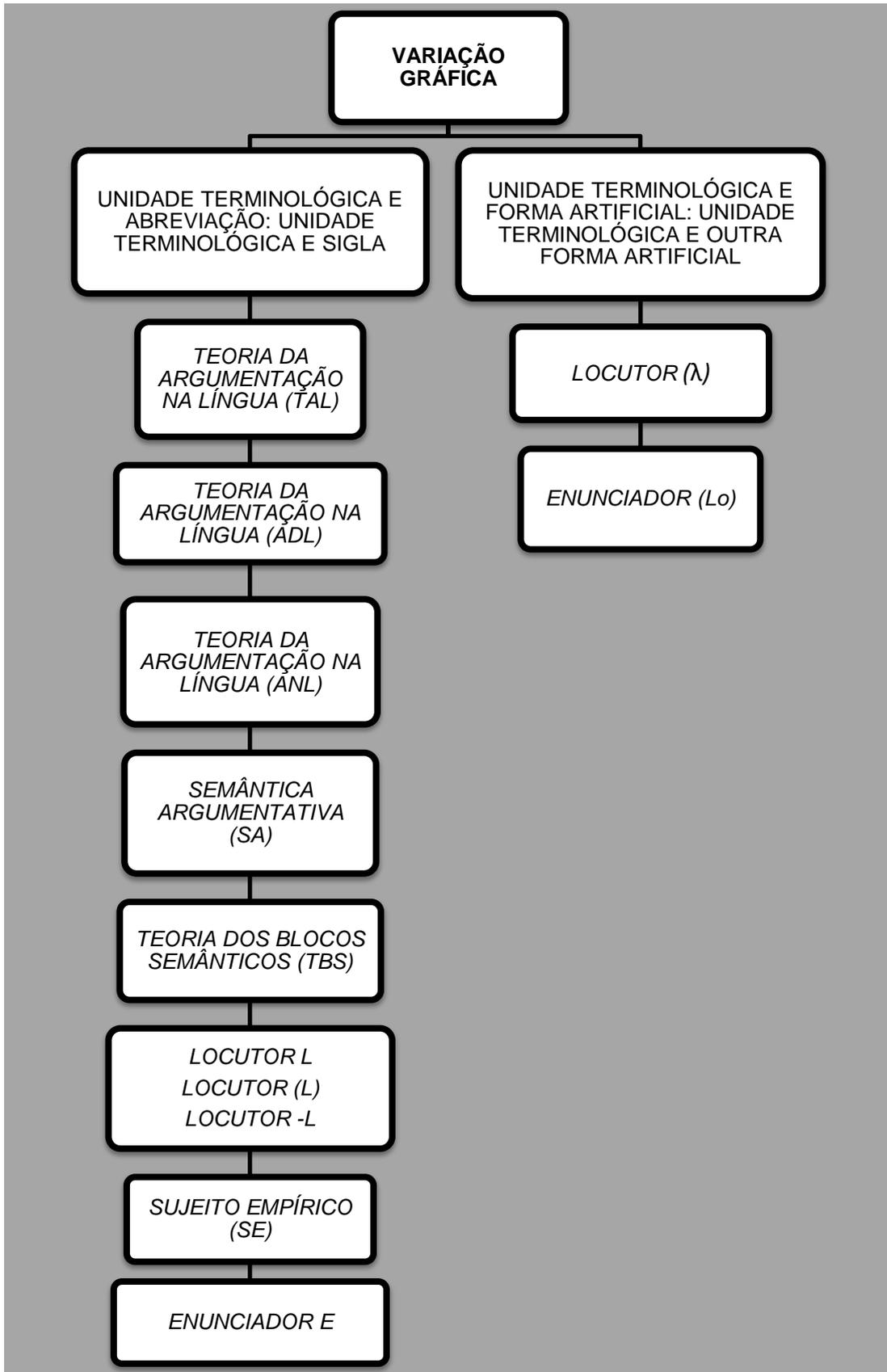
<sup>59</sup> “O acordo ortográfico envolve os países que têm a Língua Portuguesa como língua oficial (Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Em 2004, Timor Leste ratifica esse acordo. Sua promulgação no Brasil, acontece apenas em 29 de setembro de 2008, no governo do presidente Lula, e o que estava previsto para entrar em vigor em janeiro de 2013, foi transferido para janeiro de 2016 com a promulgação do Decreto 7875/2012 pela presidente Dilma Rousseff. Essa prorrogação também acontece em outros países da CPLP, como é o caso de Portugal em que as duas ortografias irão conviver até 2015 e em Cabo Verde até 2019”. (LEITÃO; SOUZA, 2014).

#### 4.2.1.2 Teoria da argumentação de base linguística

No repertório vocabular da teoria da argumentação de base linguística, convém destacar que há uma maior precisão nos significados das unidades, uma vez que, a nosso ver, se trata de uma necessidade da própria base semântica da teoria. Logo, podemos afirmar que as UT variam menos nesta teoria.

Assim, nessa teoria, a variação denominativa não apresenta a variação ortográfica como no subitem anterior. Identificamos somente a variação gráfica, com o subtipo UT e abreviação: UT e sigla. Vejamos:

**Figura 21 – Tipo de variação denominativa: variação gráfica II**



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com os dados revelados no CORPARG, o uso da UT acompanhada de sigla é um tipo de variação recorrente nesta subárea. É um fenômeno que ocorre no *corpus* com algumas particularidades, por exemplo, a UT *teoria da argumentação na língua* é retomada sob a representação de três diferentes tipos de siglas, a saber, as UT: *TAL*, *ADL* e *ANL*.

Além dessas unidades, encontramos no CORPARG, os casos que se referem ainda a esse subtipo, tais como as UT *semântica argumentativa (SA)*, quando faz referência à área englobando todas as etapas; a *teoria dos blocos semânticos (TBS)*, como denominação da terceira fase da teoria; *sujeito empírico (SE)* e *enunciador E*.

Com relação à UT *locutor*, também identificamos variação quando os autores retomam a unidade com a presença da sigla L, em alguns casos com a presença de recursos estilísticos, tais como, - (travessão) e () (parênteses), e em outros casos, sem a presença desses recursos. Detectamos também a presença das UT e a forma artificial *locutor (λ)* e *enunciado(lo)*, conforme o quadro 21.

Ademais, vale a pena chamar a atenção para as UT, registradas no *corpus*, *TAL*, *ADL* e *ANL*. Para Pavel e Nolet (2001), a primeira é um acrônimo, enquanto as duas últimas são siglas. O acrônimo é entendido como a sigla que se pronuncia como uma palavra e a sigla, como um termo complexo formado pelas iniciais de seus componentes.

Nesse sentido, apresentamos os contextos discursivos a seguir, em que a UT *teoria da argumentação na língua* é descrita pelo autor do texto como uma teoria voltada aos aspectos semântico-argumentativos. Acrescenta-se a isso a justificativa para o posicionamento de que a argumentação se constitui na estrutura da língua.

A UT *teoria da argumentação na língua* é retomada pela sigla *TAL* em dois momentos no contexto de ocorrência. O primeiro momento expressa a sigla entre parênteses, e o segundo retoma a teoria somente pela sigla, conforme demonstramos a seguir:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

A *Teoria da Argumentação na Língua (TAL)* foi proposta, inicialmente, por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, na década de 80 do século passado. Situada entre as teorias da enunciação, trabalha com a descrição semântico-argumentativa

(continuação)

**CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1**

da língua, a partir do pressuposto de que *a argumentação está na língua*. Mesmo tendo passado por algumas reformulações, a TAL manteve-se fiel a esse pressuposto.

FONTE DO CONTEXTO: Diss-15\_NK\_12

As siglas com as quais os autores fazem referência à teoria também variam entre si. Na primeira situação, a UT *TAL* expressa as primeiras letras com as quais a teoria é denominada. Nesse caso, especificamente, deparamo-nos com o fenômeno denominado de acrônimo, segundo Araújo e Gómez (2008). Portanto, a motivação para o uso da unidade TAL está relacionada às primeiras letras que formam o nome da teoria. Já no contexto a seguir, a UT *teoria da argumentação na língua* é denominada pela sigla *ADL*. Percebemos assim, o surgimento de outra motivação para o uso dessa UT.

**CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2**

A teoria da argumentação na língua (ADL), desenvolvida pelos linguistas franceses Ducrot e Anscombre, apresenta-se como uma teoria radicalmente diferente e *sui generis* na abordagem da argumentação.

FONTE DO CONTEXTO: Livro\_04\_Teorias\_da\_Argumentação\_RAG\_2012

De acordo com o segundo contexto de ocorrência, a teoria da Argumentação na Língua é uma teoria que tem origem na França com a publicação do livro *L'argumentation dans la langue* de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre em 1983. Por meio desses dados, podemos inferir que a sigla utilizada nesse caso tem origem nas primeiras letras da obra (ADL).

Sob este ponto de vista, embora a obra tenha sido traduzida para a Língua Portuguesa, a denominação da teoria por meio da sigla tem como embasamento as iniciais da teoria em Língua Francesa. Caso inverso acontece no próximo contexto, que nos leva a afirmar que o uso da sigla advém de outra motivação, a qual, a nosso ver, refere-se ao título da obra anterior traduzida sem a presença da expressão “teoria”. Vejamos a seguir:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 3

Ducrot afirma que um dos objetivos da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) é fazer a descrição semântica da linguagem no quadro do estruturalismo saussuriano.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_17\_MMR\_10

Notamos então o registro da sigla *ANL*, que faz referência explicitamente à Teoria da Argumentação na Língua. Nesse caso, o comportamento de uso da sigla não parece seguir os mesmos parâmetros das demais, já que não apresenta todas as iniciais da denominação. Isso se justifica, a nosso ver, pela tradução da Língua Francesa para a Língua Portuguesa, que também não registra a expressão “teoria” na denominação.

De acordo com esse cenário, podemos inferir que a economia Linguística também é uma das causas pelas quais as UT *TAL*, *ADL* e *ANL* são utilizadas pelos produtores dos textos, embora percebamos que, em nosso *corpus*, o uso das siglas ocorra por meio de outras motivações, conforme análises tratadas nesta subseção.

O uso das siglas representa, nessa situação, redução por economia linguística, uma vez que elas consistem no uso das iniciais para fazer referência à Argumentação na Língua e, no decorrer de todo o texto, a subárea é retomada somente pela sigla. Essas particularidades nos orientam a refletir sobre as causas que motivam os produtores dos textos a utilizarem diferentes siglas em suas organizações textuais.

A nosso ver, a retomada das UT tanto com a função de efetivar a economia linguística como para evitar a repetição enfadonha da mesma unidade ocorre diretamente pelas necessidades do texto. No entanto, quando a escolha lexical se dá por uma ou outra sigla, a motivação está relacionada às delimitações conceituais a que o produtor do texto se filia e, conseqüentemente, adota.

Ainda no tocante ao primeiro grupo, além da existência das siglas como forma de retomar as UT, no processo de organização do texto, surge a presença do subtipo denominado por UT e forma artificial: UT e outra forma artificial, em que o produtor do texto se apropria de uma forma artificial para especificar as características das UT *locutor* ( $\lambda$ ) e *enunciador* ( $lo$ ).

No caso da UT com uma forma artificial, no *corpus*, ela é representada pelas UT *locutor* ( $\lambda$ ) e *enunciador* (*lo*), o que significa, a nosso ver, mais categoricamente uma decisão pessoal do produtor do texto, principalmente, pelo fato de que as explicações na língua que motivam o uso de uma ou de outra expressão não se relacionam aos aspectos linguísticos. Por outro lado, a obra que inaugura os estudos teóricos sobre argumentação recorre a esses dados para ilustrar as diferenciações conceituais e, conseqüentemente, influencia os demais estudiosos.

Ademais, as formas pelas quais o autor retoma a UT no texto não se apresentam como uma forma linguística. Concordamos com os posicionamentos de Barros (2007, p. 402), quando afirma que encontrar designações com as características das unidades braquigráficas nas línguas especializadas é muito comum. Nesse caso, a autora nos revela que esses recursos tanto podem fazer referências a números, símbolos quanto podem apresentar termos que não tenham nenhuma relação com a linguística, como é o caso registrado nas análises.

Continuamos as análises observando o contexto abaixo, em que a UT é retomada por símbolos diferentes, de acordo com a distinção apresentada pelo produtor do texto. Vejamos o primeiro contexto de ocorrência com a UT *locutor* ( $\lambda$ ):

#### **CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT**

Para isso, Ducrot concebe o locutor-enquanto-tal (L), constituído no nível do dizer – responsável pela enunciação – e o locutor enquanto-ser-no-mundo ( $\lambda$ ), origem do enunciado, que representa discursivamente o ser empírico, identificável através de (L) e constituído no nível do dito. Ambos são seres do sentido do enunciado, diferentes do sujeito-falante (elemento não-enunciativo).

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_15\_ECF\_06

Observamos que o uso da unidade está relacionada aos sentidos e às funções que o item lexical assume no texto. Assim, para se referir à UT *locutor*, o produtor do texto recorre aos símbolos (L) e ( $\lambda$ ), na intenção de especificar que há diferenças nas conceitualizações e, conseqüentemente, na funcionalidade do item lexical no texto especializado. Nesse caso, as motivações estão relacionadas às diferenciações nas conceitualizações das UT. Acrescentamos ainda que outro fator motivador para o uso destas unidades pode se relacionar ao estilo que é

compartilhado pela comunidade acadêmico-científica ao propor abordagens sob essa perspectiva teórica, pois os idealizadores da teoria utilizaram essa simbologia e podem influenciar os demais pesquisadores ao fazerem o mesmo.

Sendo assim, após tomarmos conhecimento do comportamento das UT com relação à variação gráfica, a seguir, passamos a analisar a variação morfossintática que é observada sob a perspectiva da variação na organização estrutural das UT.

#### **4.2.2 Variação morfossintática**

O tipo de variação denominativa nomeada por variação morfossintática diz respeito às mudanças que envolvem a estrutura sintagmática da UT, seja por meio de alteração na mesma estrutura, seja por meio de estruturas diferentes. No primeiro caso, a variação envolve mudança de número, gênero, preposição, dentre outras mudanças, que afetam a mesma estrutura da UT. Com relação ao segundo caso, as mudanças acontecem com alteração de uma parte da expressão na unidade, com a presença ou ausência de elementos. Vejamos as exemplificações originadas do CORPARG:

##### **4.2.2.1 Teoria da argumentação de base retórica**

Na teoria em destaque, com relação à variação morfossintática, esse fenômeno se dá na mesma estrutura com mudança de preposição nas UT *pragmática de valores* e *pragmática dos valores*, em que o uso da primeira está voltado para o caráter mais generalizado da noção de valor e o da segunda, para uma função mais específica. Esta análise se explica pela presença do determinante que acompanha a preposição na segunda UT, cuja função é especificar o adjetivo, o que não ocorre com a primeira unidade.

A variação morfossintática não contempla alteração semântica relevante no tocante ao fato de modificar os sentidos do item lexical, mas apresenta entre as UT graus de lexicalização, podendo referir-se, no caso ilustrativo, especificamente, à ideia de mais ou menos valor. Ou seja, a primeira UT *pragmática de valores* refere-se, conforme já salientamos, à noção mais geral, enquanto a segunda, à ideia mais particular de valores.

Observemos a ilustração com as exemplificações retiradas do nosso *corpus*.

**Figura 22 – Tipo de variação denominativa: variação morfossintática I**



Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à presença da variação morfossintática no contexto de ocorrência, vejamos como sucede o fenômeno, quando ocorre na autovariação.

De modo geral, as UT *pragmática de valores* ou *pragmática dos valores* revelam as discussões mais específicas da Nova Retórica, as quais, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), estão voltadas às discussões abordadas no Tratado da Argumentação: a Nova Retórica (2005), obra que é referência nos estudos contemporâneos da argumentação.

Observemos o primeiro contexto, que se refere à UT *pragmática de valores*:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Nesta nova retórica, o discurso argumentativo não se encontra subordinado à noção de verdade proposicional, mas a uma pragmática de valores, conforme observa Plantin (1990), já que o verdadeiro corresponde aos enunciados que são aceitos pelo auditório.

**FONTE DO CONTEXTO:** tese\_15\_ECF\_06

Notamos, na primeira situação, a forma generalizada com a qual a UT *pragmática de valores* é utilizada, que funciona como uma espécie de apresentação geral. Já no segundo contexto de ocorrência, o registro acontece no mesmo texto. Percebemos que o produtor textual faz uso da UT *pragmática dos valores*, em que especifica quais os valores que são referendados nos estudos. Vejamos:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2</b>
No campo específico da argumentação, os três modelos tratados aqui refletem correntes específicas: a de Perelman, mais afinada com a retórica clássica que se define como uma pragmática dos valores (o justo, o bom, o justificado).
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> tese_15_ECF_06

A presença dos substantivos (pragmática e valores) na denominação revela a importância tanto das discussões que envolvem a pragmática, quanto à necessidade da atribuição de valores aos argumentos para a ação de convencer ou persuadir. Esse posicionamento se justifica inclusive pelo fato de o produtor do texto especificar, no contexto de ocorrência, os valores aos quais ele se refere quando usa a UT *pragmática dos valores*, conforme destacamos anteriormente.

Concluída esta parte das análises, em que a variação morfossintática foi registrada na teoria em apenas uma situação, sigamos investigando como esse tipo de variação acontece na teoria da argumentação de base linguística.

#### 4.2.2.2 Teoria da argumentação de base linguística

No caso da nossa investigação, na teoria da argumentação de base linguística, a variação morfossintática ocorre na mesma estrutura da UT e com alteração de número. Observemos que a mudança de número não altera o sentido da UT, apenas revela uma adequação textual. A marca de número na língua se configura como uma “categoria gramatical” que se concretiza com a presença da desinência de plural.

Nessa vertente teórica, a variação morfossintática acontece em duas situações, de acordo com a figura 23 a seguir.

**Figura 23 – Tipo de variação denominativa: variação morfofossintática II**



Fonte: Elaborado pela autora.

As UT *potencial argumentativo do enunciado* e *potencial argumentativo dos enunciados*, assim como *valor semântico do enunciado* e *valor semântico dos enunciados*, são exemplos de variantes que não alteram os sentidos das unidades nos textos, conforme dados retirados do *corpus*.

A seguir, vejamos de que maneira a variação morfofossintática emerge nos contextos de ocorrências destacados do CORPARG.

#### **CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1**

Pela noção de topos, (re)explica o conceito de trajeto argumentativo. Isso questiona, reformula e alarga a forma standard da TAL que definia o potencial argumentativo do enunciado em termos de conclusões e preocupava-se com a definição do ato de argumentação realizado pelo locutor.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_15\_ECF\_06

Nesse primeiro contexto de ocorrência, a UT *potencial argumentativo do enunciado* é explicada sob a perspectiva da primeira fase da teoria. A referida unidade tem a função de ampliar e reexplicar os “conceitos de trajeto argumentativo” nos estudos. Isso significa dizer que os produtores retomam as UT, denominando-as como

potencial argumentativo do enunciado cuja motivação para o uso de uma ou de outra unidade pode estar relacionada ao referencial teórico ou à adequação textual.

Podemos inferir que o uso das UT *potencial argumentativo do enunciado* e *potencial argumentativo dos enunciados*, no *corpus* de estudos, revela variação morfossintática na mesma estrutura com a mudança de número. Embora não seja característica desse tipo de variação denominativa, nessa vertente teórica, essa ocorrência revela uma evolução conceitual no que concerne ao entendimento das fases da teoria, segundo os contextos de ocorrência em destaque. Vejamos a segunda situação em que ocorre o uso da referida UT.

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

Na segunda fase da teoria, o potencial argumentativo dos enunciados deixa de ser considerado em termos de conclusões. A noção de topos passa a explicar o trajeto argumentativo que conduz às conclusões. Ele constitui o elo intermediário entre o argumento e a conclusão.

**FONTE DO CONTEXTO:** Art\_19\_RAG\_09

De acordo com os contextos ilustrados, a UT *potencial argumentativo do enunciado*, no primeiro exemplo, funciona como uma ampliação da Fase Standard. Já no segundo, a UT *potencial argumentativo dos enunciados* faz referência à segunda fase da teoria e apresenta como função ser a ligação entre o argumento e a conclusão. Essa relação justifica a evolução conceitual a que nos referimos anteriormente. Esse tipo de variação denominativa acontece, nesse caso, entre autores diferentes, portanto, trata-se de uma heterovariação.

Ainda no tocante ao segundo caso em que ocorre a variação morfossintática no CORPARG, registramos o uso das UT *valor semântico do enunciado* e *valor semântico dos enunciados*. A nosso ver, o uso dessas UT na produção textual não atribui mudanças às significações. A motivação, que subjaz a escolha do autor por uma delas, está relacionada às necessidades do texto. Vejamos as ilustrações a seguir:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

O valor semântico dos enunciados (ANSCOMBRE e DUCROT, 1988) é, então, o sentido desses enunciados, e o valor semântico da frase constitui sua significação.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_18\_LLM\_11

Observamos que os contextos de ocorrência, que ilustram o uso das UT *valor semântico dos enunciados* e *valor semântico do enunciado*, revelam que as unidades são utilizadas por diferentes autores – heterovariação – e em contextos de ocorrências também diversificados. Vejamos o segundo caso:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

Tanto é assim, que Ducrot (1984c) estabelece como tarefa da reafirmar aqui que arbitrariamente (segundo o próprio autor) sentido é considerado o valor semântico do enunciado, ao passo que significação corresponde ao valor semântico da frase.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_15\_ECF\_06

As motivações que suscitam o uso das UT pelos produtores do texto podem ser influenciadas tanto pela evolução conceitual que envolve a teoria da argumentação de base linguística, quando da divisão da teoria em fases, quanto pela necessidade de adequação textual.

A seguir, investigamos o tipo de variação que ocorre por redução.

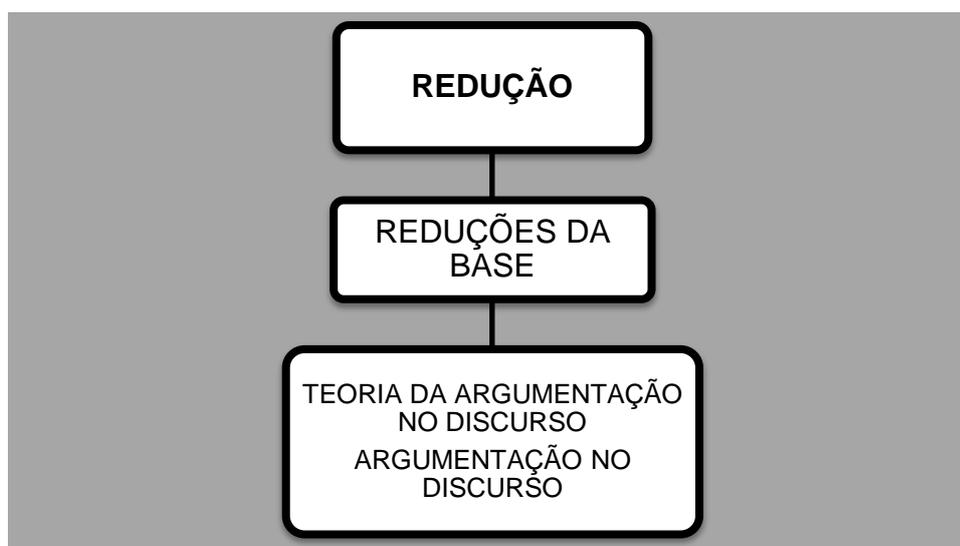
#### 4.2.3 Variação por redução

O tipo de variação apresentada por Freixa (2014), denominada de variação por redução, não revela alteração semântica das UT. A redução pode acontecer em uma parte da unidade tanto na extensão quanto na base, pode se relacionar ainda ao número de elementos que são reduzidos e à estrutura do sintagma. Observemos de que forma esse tipo de variação ocorre no CORPARG.

#### 4.2.3.1 Teoria da argumentação de base retórica

Na teoria da argumentação de base retórica, o tipo de variação denominado por redução ocorre com o subtipo reduções da base, em que a UT *teoria da argumentação no discurso* é retomada pela UT *argumentação no discurso*, conforme podemos verificar na ilustração a seguir.

**Figura 24 – Tipo de variação denominativa: variação por redução I**



Fonte: Elaborado pela autora.

A variação por redução ocorre nessa teoria com a presença dos subtipos redução da base, que nessa situação acontece com a supressão do primeiro elemento do sintagma. Já com relação ao segundo subtipo, denominado de outras reduções, registramos a retirada do primeiro elemento do sintagma e a alteração no último, em que o sintagma preposicionado foi modificado pelo adjetivo. Notemos os contextos de ocorrências da UT *teoria da argumentação no discurso*.

#### **CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1**

Assim, nesse capítulo, inicialmente, faremos uma retrospectiva do percurso histórico da Retórica para, em seguida, apresentarmos os fundamentos da Teoria da Argumentação no Discurso ou Nova Retórica.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_01\_AAS\_12

Neste momento, o produtor do texto faz uso da UT *teoria da argumentação no discurso* estabelecendo uma relação de equivalência com a UT *nova retórica*. No segundo momento, o mesmo autor utiliza a UT *argumentação no discurso*, para especificar a qual argumentação ele faz referência em sua pesquisa.

#### **CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2**

A argumentação no discurso aplica-se aos discursos que visam a agir sobre o auditório e também os que exercem influência, sem parecer evidentemente persuasivos.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_01\_AAS\_12

Podemos afirmar, por meio do contexto, que o autor varia consigo mesmo, utilizando o tipo de variação por redução, inclusive por economia linguística e ainda para evitar que a mesma UT se repita enfadonhamente. Logo, o processo de variação por redução se dá pela supressão da expressão “teoria”. No entanto, mesmo recorrendo a esse tipo de variação, é possível ao leitor recuperar a informação apresentada na UT anterior, pois os sentidos não mudam.

Ainda nesse tipo de variação, vejamos como a redução ocorre na teoria da argumentação de base linguística.

#### 4.2.3.2 Teoria da argumentação de base linguística

No que se refere ao tipo de variação por redução, na teoria da argumentação de base linguística, encontramos a presença dos subtipos: redução de extensão e outras reduções. No primeiro caso, há a supressão do último elemento do sintagma e com relação ao segundo subtipo, além da supressão de um elemento, deparamo-nos com a alteração do adjetivo (polifônica), que foi modificado para o sintagma nominal (da polifonia).

Observemos a seguir, a representação do tipo de variação por redução.

**Figura 25 – Tipo de variação denominativa: variação por redução II**



Fonte: Elaborado pela autora

A UT *potencial argumentativo do enunciado* é retomada no mesmo texto pertencente ao mesmo autor – autovariação – pela UT *potencial argumentativo*, conforme ilustração, a seguir. Essa unidade é descrita na primeira fase da teoria, de acordo com os produtores dos textos que constituem o CORPARG, como “um conjunto de enunciados capazes de veicular determinada conclusão” (GREGIS, 2009, p. 03). Vejamos o primeiro contexto de ocorrência da UT:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

A diferença entre o que o autor chama a forma standard e a forma recente, ou segunda forma da TAL, está justamente na definição dessa noção de força ou potencial argumentativo de um enunciado. Na forma standard, como já visto, o potencial argumentativo de um enunciado era definido em termos de conclusão, e essa noção era usada para determinar quais as expressões argumentativas (EA) de uma língua.

**FONTE DO CONTEXTO:** Art\_19\_RAG\_09

O uso das UT *potencial argumentativo do enunciado* e *potencial argumentativo*, no primeiro contexto de ocorrência já nos revela que a motivação para

utilizar uma das UT está atrelada à diferenciação dos conceitos. Já no segundo caso, registrado no CORPARG e ilustrado no quadro 19, refere-se às UT *entidade linguística abstrata* e *entidade abstrata*. Vejamos os contextos de ocorrências que seguem:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1</b>
<p>Texto é caracterizado por Ducrot (1984) como a entidade linguística abstrata de nível complexo, formada por uma sequência de frases interligadas. A atualização, a manifestação do texto, constitui o discurso, formado por uma sequência de enunciados interligados semanticamente. O discurso é descrito semântico-argumentativamente pelo texto, assim como o enunciado é descrito pela frase.</p>
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Diss_15_NK_12

O produtor do texto apresenta a UT *entidade linguística abstrata*, no contexto de ocorrência – 1, e retoma, no mesmo texto, o uso da UT *entidade abstrata*, conforme contexto de ocorrência - 2. Nessa exemplificação, notamos que a motivação que orienta o produtor do texto a variar o uso dessa unidade se relaciona com a necessidade de evitar que a UT seja repetida em sua totalidade. Para isso faz uso da redução.

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2</b>
<p>Frase, para Ducrot (1984), é, em relação à oposição língua/fala, a entidade abstrata, teórica, o constructo utilizado pelo linguista para descrever semanticamente a língua.</p>
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Diss_15_NK_12

Observamos que as UT não apresentam diferenciação nos sentidos nem nos conceitos. O contexto de ocorrência das unidades se encarrega de estabelecer a referência. Nesse caso, o produtor do texto se apropria da UT *entidade linguística abstrata* como retomada da UT *entidade abstrata*.

No entanto, vejamos os contextos das mesmas UT a seguir:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Esse material linguístico seria um tipo de entidade abstrata, idêntica através de seus usos.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_17\_L\_MMR\_10

O contexto de ocorrência revela que o uso desse tipo de variação ocorre de forma contrária à redução. Notemos que primeiro o produtor textual apresenta a UT *material linguístico*, utilizando uma noção geral da expressão, e em seguida faz referência à UT *entidade abstrata*, especificando-a. Observemos o segundo contexto de ocorrência.

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

A ANL entende por frase o material linguístico de que o locutor se utilizou, uma entidade linguística abstrata, construto teórico, uma sucessão de símbolos não necessariamente presentes no enunciado, fora de qualquer situação de discurso.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_17\_L\_MMR\_10

O produtor do texto se apropria da UT *material linguístico*, esclarece a definição e, mais adiante, especifica qual o material a que ele se refere, utilizando, para isso, a UT *entidade linguística abstrata*. Portanto, a variação acontece por meio da ampliação da UT e não somente por redução. Na primeira situação, o registro é feito pela UT *entidade abstrata* e, no segundo, a retomada se dá pela UT *entidade linguística abstrata*.

A motivação apresentada, na segunda situação, tanto pode ser uma opção do autor em deixar claros os elementos a que ele alude e, portanto, estamos nos referindo aos aspectos estilísticos, como pode ainda estabelecer relações com as questões teóricas e conceituais da teoria. De todo modo, a variação é utilizada pelo mesmo produtor do texto.

No que se refere ao terceiro caso, registrado no CORPARG, com relação à variação por redução, vejamos o contexto de ocorrência a seguir:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Ao considerar essas novas possibilidades para explicar os enunciados, desvencilhados da noção de verdade, Ducrot apresenta a segunda versão da ADL, denominada Os topoi e a Teoria Polifônica da Enunciação, que passaremos a explicitar. A Teoria Polifônica da Enunciação, marcada pela noção de polifonia, segundo Ducrot (2005), visa a substituir a análise semântica horizontal, típica da teoria do modus ou dos atos de linguagem, por uma análise vertical.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_16\_AIH\_10

Nesse primeiro contexto, o autor apresenta a UT *teoria polifônica da enunciação* como uma teoria que faz parte dos estudos da argumentação de base linguística. Para isso, utiliza a sigla já registrada no CORPARG e, em seguida, esclarece os motivos do uso da UT, nesse caso, *teoria polifônica da enunciação*. Já no segundo contexto, o mesmo autor realiza a autovariação quando apresenta a UT *teoria da polifonia*. Observemos:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

Para sustentar a sua teoria da polifonia, Ducrot precisou diferenciar as funções a que o sujeito falante remete, as quais, segundo o autor, são muito diferentes.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_16\_AIH\_10

Esse tipo de variação ocorre tanto pelo fato de o produtor do texto intentar evitar uma repetição exaustiva da unidade e para isso recorre ao fenômeno da redução, quanto por economia linguística, embora também possa se relacionar ao estilo, porque ele poderia recorrer à redução de duas formas: teoria polifônica ou teoria da polifonia.

Após as considerações sobre a variação por redução, o próximo tipo que aparece no nosso *corpus* de estudos, ilustrado a seguir, está relacionado à variação lexical.

#### 4.2.4 Variação lexical

O tipo de variação denominado por variação lexical, segundo os estudos desenvolvidos em Freixa (2002), é o tipo de variação que tanto pode promover

alteração semântica como não, mas de alguma forma pode implicar na utilização de um novo conceito.

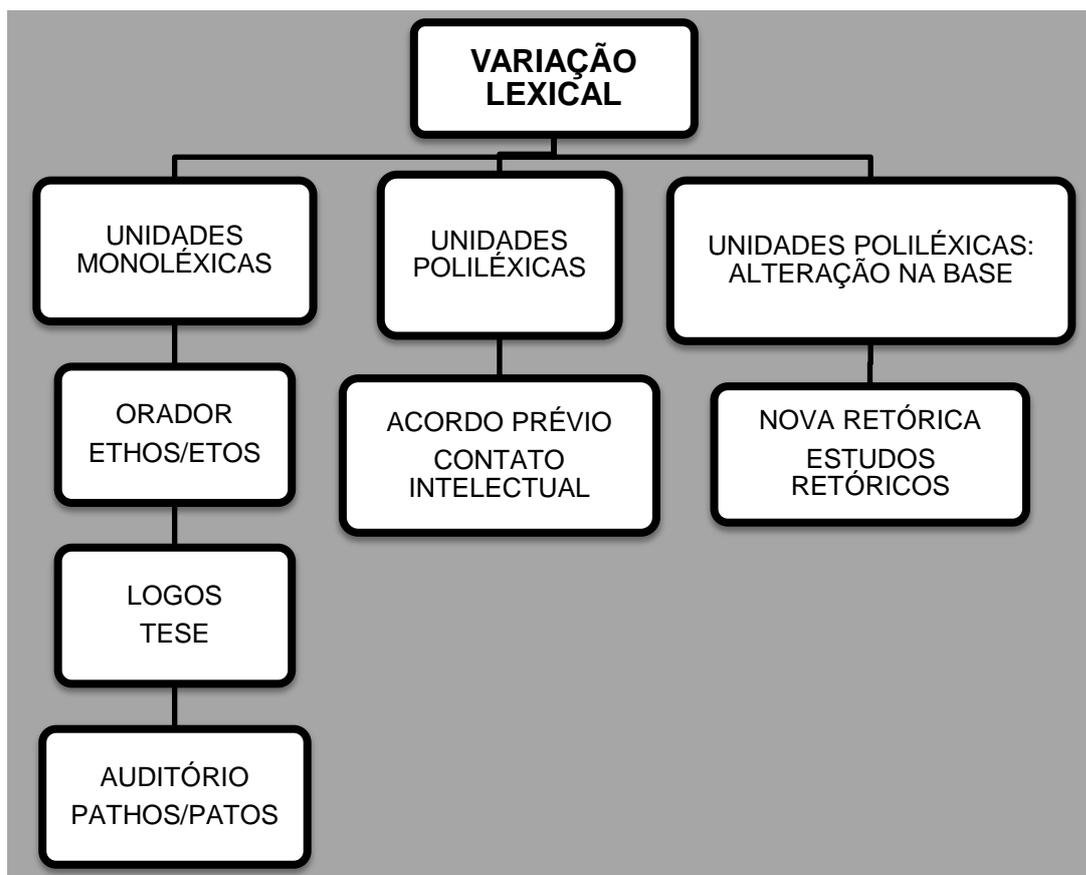
Esse tipo de variação ocorre entre unidades monoléxicas, que podem ser consideradas como UT simples; entre unidades poliléxicas, que podem ser consideradas como UT compostas ou complexas; e entre unidades poliléxicas, com alteração na base do sintagma.

Ademais, é um tipo de variação denominativa que pode não apresentar grandes mudanças nas significações, mas se torna útil no sentido de que o produtor pode recorrer ao uso das UT para retomar uma expressão no texto. Mais uma vez, podemos convocar as necessidades de organização textual para justificar as causas da variação. Nesse caso, o que motiva o uso dos tipos de variação lexical está vinculado à adequação do produtor ao texto e à mensagem que pretende expressar, uma vez que a construção textual consiste em um espaço que permite o emprego diversificado das unidades com ou sem mudanças nas significações. Vejamos a ocorrência da variação na teoria da argumentação de base retórica.

#### 4.2.4.1 Teoria da argumentação de base retórica

No que se refere à variação lexical, a terminologia pertencente à teoria da argumentação de base retórica apresenta variação entre as unidades monoléxicas, entre as unidades poliléxicas e entre as unidades poliléxicas com alteração na base do sintagma. Observemos a ilustração que segue:

**Figura 26 – Tipo de variação denominativa: variação lexical I**



Fonte: Elaborado pela autora.

Na variação que ocorre entre as unidades monoléxicas, obtivemos as seguintes exemplificações registradas em cada situação, a) as UT *orador, ethos/etos*; b) as UT *tese e logos*; c) as UT *auditório, pathos/patos*. Os dados revelam que esse tipo de variação não apresenta alteração entre as significações, pois as UT apresentam proximidades semânticas, podendo uma ser usada em lugar da outra.

No primeiro caso registrado no CORPARG, com relação à variação entre as UT *orador, ethos/etos*, de acordo com o contexto de ocorrência a seguir, a UT *etos* aparece com uma escrita diferente, conforme já assinalamos, nas análises sobre a variação gráfica. Vejamos algumas exemplificações com os contextos que seguem:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Se o *etos* diz respeito ao orador e o *patos* ao auditório, o *logos* (Aristóteles não emprega esse termo, que utilizamos para simplificar) diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso (cf. 1356 a).

(continuação)

**CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1****FONTE DO CONTEXTO:** Livro\_03\_Intr\_Retorica\_OR\_00

No primeiro contexto, notamos que a UT *etos* faz referência à UT *orador*, bem como a UT *patos* refere-se à UT *auditório*. O segundo contexto registra a UT *ethos* também fazendo referência à UT *orador*, sendo as duas unidades usadas em uma relação de equivalência conceitual.

**CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2**

Enquanto o *ethos* diz respeito ao orador, como visto há pouco, o *pathos* diz respeito ao auditório, ao ouvinte, uma vez que representa seu sentimento. Para adquirir convencimento do auditório é necessário impressionar, seduzir, fundamentar os argumentos na paixão, por meio do *logos*, ou seja, do próprio discurso.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_13\_MBRA\_10

As motivações que subjazem às escolhas lexicais do autor estão relacionadas, a nosso ver, às necessidades textuais. Isso se dá porque é uma “exigência”, para se compreenderem as informações contidas no texto. Exige-se, portanto, que as expressões utilizadas pelo produtor sejam esclarecidas e façam parte do acervo intelectual do leitor, sob pena de que o entendimento do texto seja comprometido. Outro aspecto motivacional revelado nas escolhas lexicais diz respeito à filiação teórica dos produtores dos textos.

A segunda situação em que a variação é registrada no *corpus* ocorre entre as unidades poliléxicas: *acordo prévio* e *contato intelectual*. Os sentidos, nessa situação, estão relacionados ao contexto em que são utilizadas as UT. Há diferenças de pontos de vista, nesse caso, por parte dos produtores de textos, quando escolhem uma ou outra unidade.

A UT *acordo prévio* é retomada no CORPARG pela UT *contato intelectual* que apresentam em sua estrutura os substantivos acordo e contato sendo modificados pelos adjetivos prévio e intelectual, respectivamente. A primeira nos remete à ideia de que há um acordo previamente estabelecido entre orador e auditório, antes de se iniciar a argumentação de fato. Já o contato intelectual redimensiona o conceito de

acordo, embora possamos inferir que esse contato se dá no campo das ideias. Assim sendo, essas duas UT aparecem no CORPARG sendo tomadas uma pela outra. Em outras palavras, não notamos diferenças nas significações entre elas no contexto de uso, segundo os produtores dos textos. Vejamos o que revela o contexto de ocorrência que segue:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT</b>
Se a argumentação pressupõe um contato intelectual entre orador e auditório, e, nesse ato, como mostra Breton (1999a), o orador busca sempre um ‘acordo prévio’ com o auditório, como uma estratégia argumentativa, é nesse “acordo prévio”, nesse “contato intelectual” que o auditório influencia o orador na construção de seu texto.
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Tese_03_GSS_03

Nesse contexto de ocorrência, notamos que o produtor do texto se apropria das duas UT em uma relação de equivalência e, nesse sentido, as significações não revelam diferenças nas conceituações. De todo modo, convém salientar que os envolvidos no ato de argumentar devem estar dispostos a “ouvir” o posicionamento do interlocutor.

Portanto, as escolhas por uma das UT fazem parte muito mais de uma escolha pessoal do produtor do texto, que pelas significações que são acionadas no uso da unidade, embora, notemos que, dentre elas, a unidade de maior incidência no COPARG se relaciona à primeira opção. Esse dado revela então, como motivação por essa tipologia, a filiação teórica a que o produtor do texto se associa.

A terceira ocorrência refere-se à variação lexical entre unidades poliléxicas com alteração na base do sintagma: *nova retórica*, *estudos retóricos*. Nesse contexto, as bases dos sintagmas apresentam diferenças entre si, conforme podemos comprovar no contexto de ocorrência, a seguir:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT</b>
Opondo-se a esta concepção de retórica, que se tornou sinônimo de discurso vazio, Perelman apresenta a sua Nova Retórica, cujo foco central recai sobre as técnicas

(continuação)

**CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT**

argumentativas (o logos), o dialogismo da linguagem, e não somente sobre as técnicas ornamentais, as figuras de linguagem.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_03\_GSS\_03

No primeiro contexto, o autor se apropria da UT *nova retórica* e, no segundo, o mesmo autor menciona a UT *estudos retóricos*. Percebemos que as duas UT estão sendo usadas pelo mesmo produtor do texto sem alteração nos sentidos. No tocante ao segundo contexto de ocorrência, vejamos como o autor se posiciona com relação ao uso da unidade:

**CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT**

A noção de ethos, nessas condições, é muito significativa para os estudos retóricos atuais, pois, mesmo reconhecendo a interpelação ideológica do sujeito falante, a noção de ethos dá corporidade ao orador/enunciador e, como diz Maingueneau, ao campo enunciador, permite ao auditório construir uma representação desse sujeito discursivo, o que, no processo dialógico, faz emergir, desse ethos, “uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito”.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_03\_GSS\_03

Logo, podemos concluir que esse tipo de variação acontece como forma de evitar que uma mesma UT se repita demasiadamente no texto, tornando a leitura tediosa para o interlocutor. Portanto, a motivação, nesse caso, está relacionada à necessidade que o produtor do texto percebe com relação às exigências textuais.

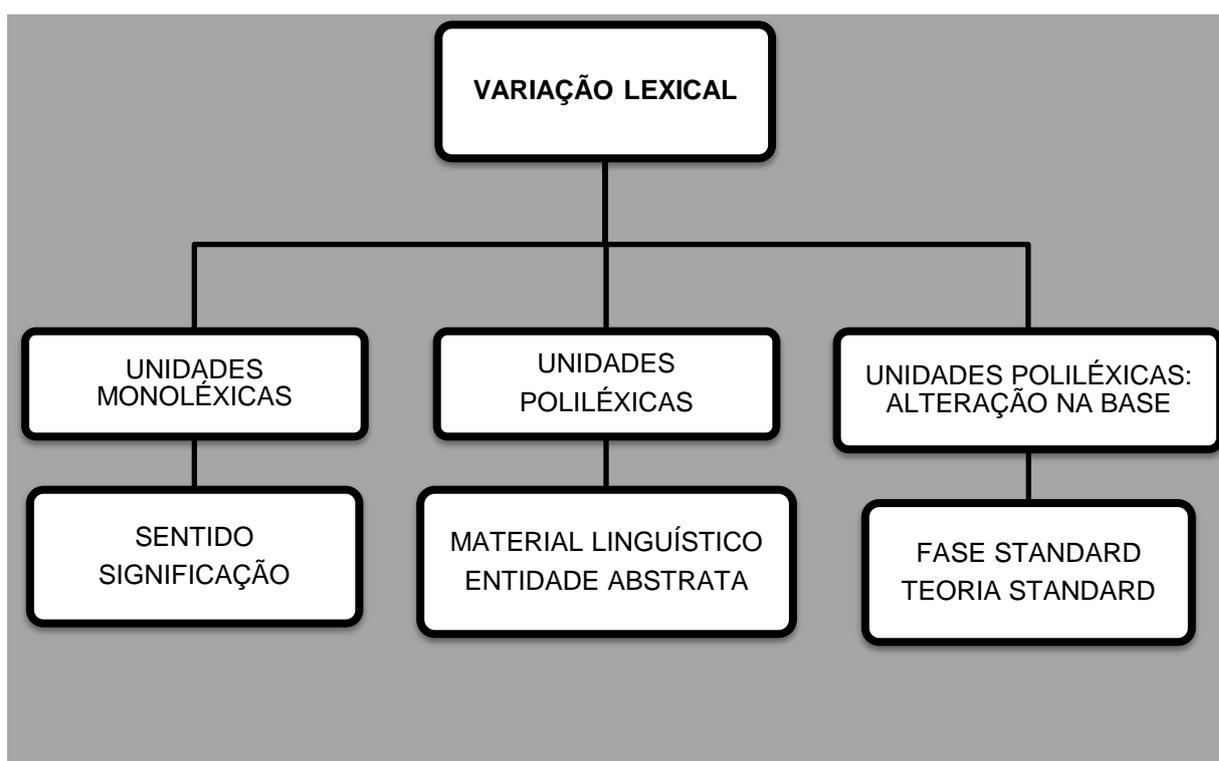
Diante dos contextos de ocorrências, notamos que a base do sintagma nominal é a expressão “retórica”, que significa, segundo as discussões da Retórica antiga, a arte de falar bem. Ela pode representar ainda a disciplina Retórica que tinha como foco a formação do cidadão, com a finalidade de desenvolver a habilidade de falar bem e com eloquência.

A seguir, vejamos como acontece esse tipo de variação na segunda teoria definida para o nosso trabalho.

#### 4.2.4.2 Teoria da argumentação de base linguística

A variação lexical, na teoria da argumentação de base linguística, ocorre entre unidades monoléxicas, entre unidades poliléxicas e entre unidades poliléxicas, com alteração na base podendo ou não alterar as significações. Nesse sentido, destacamos um aspecto que difere dos estudos apresentados em Freixa (2014), a variação entre unidades poliléxicas. Esse tipo de variação acontece quando há alteração em todo o sintagma. Ainda no que se refere à variação entre unidades poliléxicas com alteração na base do sintagma, segundo os nossos resultados, é um tipo de variação que pode acarretar mudanças de sentido. Logo, a variação lexical pode não estabelecer relação total de equivalência semântica entre as unidades. Vejamos a ilustração a seguir:

**Figura 27 – Tipo de variação denominativa: variação lexical II**



Fonte: Elaborado pela autora.

No caso do nosso *corpus*, esse tipo de variação ocorre em três situações, conforme demonstração no quadro anterior. A nosso ver, este cenário revela tanto uma escolha do produtor do texto, quanto um posicionamento com relação ao ponto de vista que ele defende sobre as conceitualizações que envolvem as UT.

Sendo assim, no primeiro caso, registrado no CORPARG, entre as UT *sentido* e *significação*, de acordo com contexto de ocorrência, são unidades que apresentam sentidos diferenciados no texto. Observemos os contextos que seguem:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1</b>
A par dessa, segue-se à distinção entre sentido – valor semântico do enunciado – e significação – valor semântico da frase -, distinção que, consoante o autor (1988, p. 57-60), assume duplo gênero.
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Tese_15_ECF_06

As escolhas por uma das unidades, de acordo com a ilustração anterior, vinculam-se às diferenciações conceituais que são acionadas, principalmente, nas relações que se estabelecem com o valor semântico tanto dos enunciados quanto da frase.

No segundo caso, destacado no quadro 27, as UT *material linguístico* e *entidade abstrata* são unidades utilizadas no CORPARG e representam os objetos teóricos importantes e fundamentais para a teoria em foco. Essa importância se dá porque as unidades fazem referência a outros objetos de estudo, tais como a frase, o enunciado, o texto e o discurso, que são unidades basilares para as investigações sobre a teoria da argumentação de base linguística. Vejamos o contexto de ocorrência a seguir:

<b>CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT</b>
A terminologia adotada na ANL, a qual foi definida, por Ducrot, parte de duas distinções relevantes. A primeira diz respeito ao que ele chama de material linguístico, isto é, uma sequência de palavras dispostas segundo uma ordem bem definida e relacionadas de acordo com as regras da língua (1984, p.368). Esse material linguístico seria um tipo de entidade abstrata, idêntica através de seus usos.
<b>FONTE DO CONTEXTO:</b> Tese_17_L_MMR_10

De acordo com o contexto, o produtor do texto retoma a UT *material linguístico* no CORPARG por meio da UT *entidade abstrata*. Percebemos que essa

variação é motivada pela necessidade que os produtores revelam de especificar as expressões utilizadas por eles nos textos. Portanto, nesse caso, o que o motiva a realizar a escolha por uma das UT é a adequação ao texto, pois o produtor lança mão das unidades terminológicas por achar necessário ser mais específico em sua construção textual.

O uso da UT *material linguístico* é definido no texto como uma sequência de palavras que se relaciona à UT *entidade linguística*, estalecendo entre elas uma equivalência conceitual, inclusive pelo fato de que o produtor recorre ao uso da expressão “essa” para retomar as significações. Desse modo, podemos afirmar que as escolhas realizadas pelo produtor do texto, nesse caso, mantêm relação com as conceitualizações, haja vista uma UT poder ser retomada pela outra.

O último caso registrado no *corpus* de estudos é a variação lexical existente entre as unidades poliléxicas: *forma standard* e *fase standard*. Vejamos os contextos de ocorrência das UT, a seguir.

#### **CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1**

A Teoria da Argumentação na Língua apresenta evoluções através de algumas maneiras sucessivas configuradas diferentemente. A primeira, chamada forma Standard ou primeiro momento da Teoria, foi objeto das reflexões abordadas nesta seção; a segunda, denominada segundo momento ou segunda forma, é a que será apresentada no próximo tópico.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_15\_NK\_12

A primeira fase da teoria da argumentação se configura em um momento de apresentação dos primeiros elementos que constituem a área, sendo denominada, no contexto, pela UT *forma Standard*. Esses dados demonstram que os conceitos que circundam esta fase, no decorrer da evolução dos estudos, são retomados e ressignificados de acordo com o desenvolvimento das pesquisas. Já no segundo contexto, o produtor do texto retoma o uso da UT *teoria standard*, para fazer referência à primeira fase. Observemos:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

Além do conceito de polifonia aqui trabalhado, a reformulação da teoria *standard* prevê, ainda, um estudo detalhado sobre a Teoria dos Topoi. A teoria dos topoi considera que “sob as palavras” encontram-se não os objetos, mas os cenários, os esquemas de cenários.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_15\_NK\_12

De acordo com os contextos de ocorrências 1 e 2, notamos que o uso das UT *forma standard* e *teoria standard* pelo mesmo produtor do texto confirma que essas escolhas fazem referência à mesma fase teórica e, por isso apresentam as mesmas características e não acarretam mudanças de sentidos. Nesse cenário, as UT são retomados no CORPARG com equivalência conceitual.

A seguir, apresentamos a variação lexical complexa.

#### 4.2.5 Variação lexical complexa

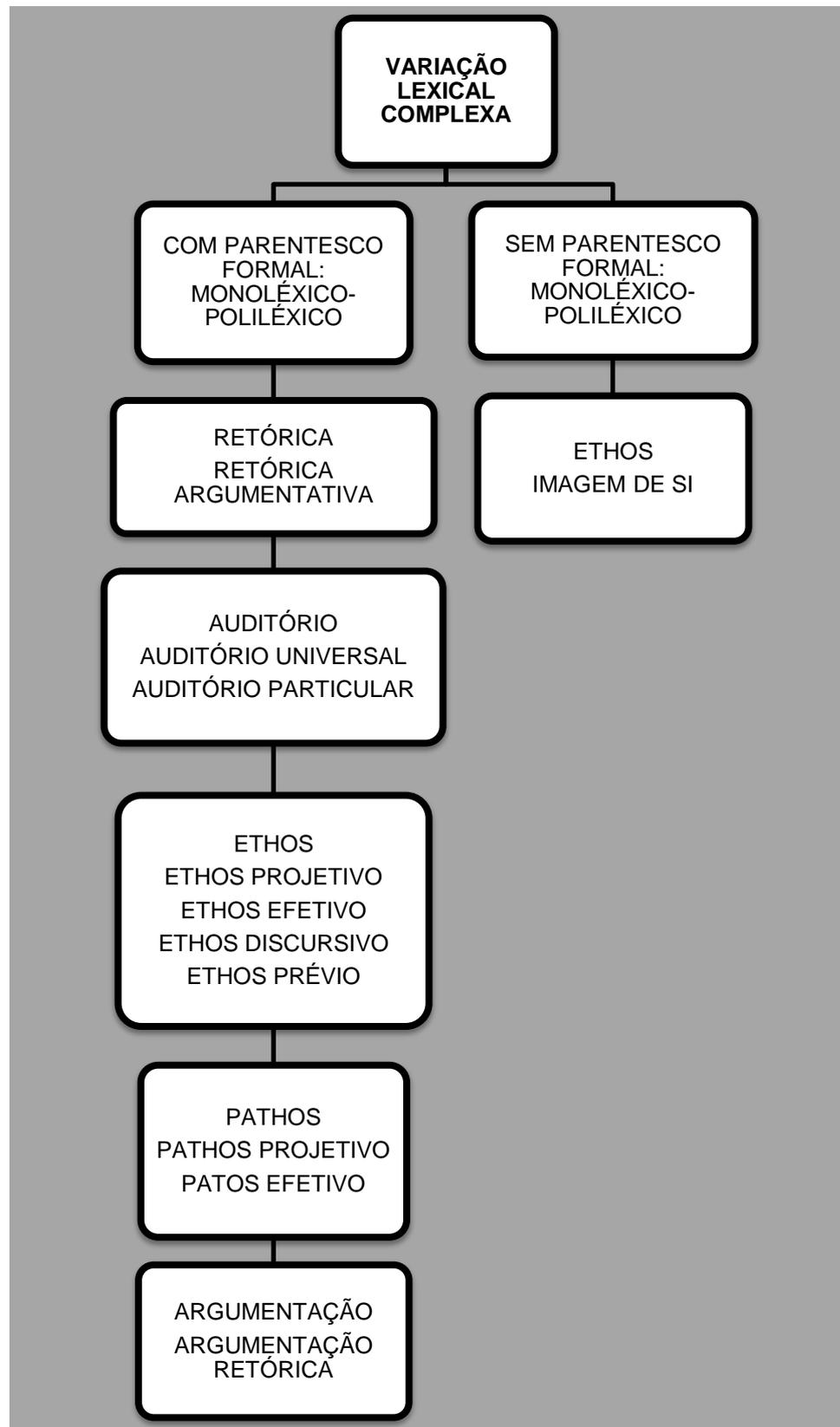
O tipo de variação tratado nesta subseção consiste na variação lexical complexa, definida dessa forma por englobar tanto a variação lexical quanto a variação por redução (Freixa, 2014). Esse tipo de variação apresenta relação formal com ou sem parentesco entre as unidades. É um tipo de variação que possibilita observarmos os elementos composicionais das unidades, no sentido de identificar a relação de aproximação entre elas. Em outras palavras, se as unidades poliléxicas apresentam na base da sua estrutura os mesmos elementos, denominamos parentesco formal, caso contrário, elas são nomeadas pela expressão “sem parentesco formal”.

A seguir, apresentamos de que forma essa tipologia se comporta no CORPARG, quando se refere à primeira teoria selecionada para nossas discussões.

##### 4.2.5.1 Teoria da argumentação de base retórica

O tipo de variação denominada de variação lexical complexa, na teoria da argumentação de base retórica, apresenta-se, de modo geral, com ou sem parentesco formal entre as UT. Vejamos as ilustrações na figura que segue:

Figura 28 – Tipo de variação denominativa: variação lexical complexa I



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a ilustração no quadro 28, podemos notar que entre as UT ocorre a variação denominativa, estabelecendo uma relação de parentesco formal entre as unidades monoléxicas e poliléxicas e também sem parentesco formal. Assim, com relação às UT, *retórica*, *retórica argumentativa* e *argumentação*, *argumentação retórica*, a nosso ver, são unidades que variam com parentesco formal e são motivadas por causas similares.

Nesse caso, atentamos para a primeira situação ilustrada no contexto de ocorrência a seguir:

#### **CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1**

Essas novas concepções sobre a Retórica culminaram no século XX com a publicação da obra de Perelman e Tyteca (1952), e daí surge a Nova Retórica, que, recusando o normativismo clássico, preocupa-se com o caráter interativo da Retórica, ou seja, considera não só elementos literários ou jurídicos, mas também os temas próprios da mídia, do cinema, da política, etc., sem deixar de lado nada que possa contribuir para o alcance da persuasão. Como um instrumento que contribui para a persuasão, no campo da Retórica argumentativa tem papel relevante a analogia, o que justifica a abordagem do tema em tópico próprio.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_14\_SMSR\_06

Nesse contexto, primeiro a UT *retórica* é registrada, acompanhada das explicações que a caracterizam como nova retórica. Em seguida passa a ser considerada pelo produtor do texto como um instrumento de contribuição para que o campo do conhecimento assuma funções mais persuasivas. Diante disso, o produtor recorre ao registro da UT *retórica argumentativa*.

Ainda de acordo com a ilustração, a noção da retórica como conceito que embasa a retórica argumentativa emerge com a função de especificar o tipo de retórica a que faz referência o produtor textual. Observemos que a variação denominativa é motivada, nesse caso, pela necessidade que o produtor revela em explicitar as características da retórica. Nesse sentido, a Retórica deixa de ser entendida como um componente que apenas contempla os aspectos literários ou jurídicos e passa a ser considerada com uma função mais persuasiva da linguagem. Assim, podemos chegar à conclusão de que há alteração nas significações, no sentido

de que a primeira se refere a um conceito mais geral e a segunda, se propõe a especificar o tipo de retórica.

Vejamos a segunda ocorrência em que as UT *argumentação* e *argumentação retórica* são registradas no CORPARG.

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

A argumentação, então, representa uma espécie de mecanismo discursivo passível de transportar a anuência das justificativas à conclusão e vice-versa. Os argumentos, sob esta perspectiva, consistem em meios pelos quais os indivíduos sustentam as suas idéias no intuito de captar a audiência ou assentimento do seu interlocutor para persuadi-lo ou convencê-lo.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_06\_OEC\_07

Nesse primeiro contexto de ocorrência, a UT *argumentação* é empregada de modo a sugerir uma apresentação geral da argumentação. No entanto, não identificamos textualmente o tipo de argumentação a que produtor do texto se refere nesta situação. Já no segundo contexto a seguir, ainda na mesma sequência do texto, o produtor apresenta a UT *argumentação retórica*, vejamos:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

No entanto, para que a argumentação retórica possa desenvolver-se, é preciso que o orador dê valor à adesão alheia e que aquele que fala tenha a atenção daqueles a quem se dirige: é preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar já formem uma comunidade, e isso pelo próprio fato do compromisso das mentes em interessar-se pelo mesmo problema.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_06\_OEC\_07

Observamos que a UT *argumentação retórica* é delimitada e definida neste contexto como a teoria a que o produtor do texto se filia para discutir sobre argumentação. Sendo assim, a motivação para o uso de uma ou outra unidade se relaciona a uma estratégia textual, com a finalidade de delimitar e especificar o lugar do qual ele fala, quando destaca os posicionamentos que defende sobre o tema da argumentação.

De modo geral, as motivações estão relacionadas às diferenças de conceitualizações que o produtor do texto lança mão para determinar os posicionamentos adotados. Todavia suas escolhas também podem ser resultado de estratégias textuais para encaminhar o leitor na compreensão das informações sobre as características da argumentação que são descritas em suas produções.

A seguir, com relação ao segundo caso ilustrativo, observemos as UT *auditório*, *auditório particular* e *auditório universal*.

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Segundo Perelman (1997), auditório é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso. Quanto melhor se conhece o auditório, maior é o número de acordos prévios que se tem à disposição, e, portanto, melhor fundamentada será a argumentação.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_02\_FBFA\_11

Nesse primeiro caso, o produtor do texto apresenta uma explicação para a UT *auditório*, que está relacionada ao conceito que é acionado na situação comunicativa, referindo-se à noção geral da unidade. Já no contexto seguinte:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

A técnica utilizada para obter um assentimento de uma só pessoa, designada de auditório particular, consiste em elaborar perguntas ao interlocutor, que, por sua vez, responde às contestações que surgirem, transformando, assim, o discurso em um diálogo.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_02\_FBFA\_11

Notamos que o mesmo produtor do texto expõe as diferenciações dos tipos de auditório, destacando que a UT *auditório particular* é utilizada com a noção de especificar aquele a quem o orador se dirige. Esse recurso revela que a dimensão conceitual interfere diretamente no uso das unidades nos contextos de ocorrências.

No terceiro contexto, ilustrado a seguir, a UT *auditório universal* é utilizada como algo idealizado pelo orador e está relacionada aos valores argumentativos que

são acionados na relação orador e auditório. Esse tipo de variação, nesta situação, provoca mudanças conceituais. Vejamos o contexto:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 3

Porém, a ideia de auditório universal vem de um auditório ideal, de uma construção mental, uma idealização do orador e do auditório ao qual ele se dirige. Como afirma Perelman, todo auditório reconhece determinados dados constituintes de fatos, verdades, presunções ou valores.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_02\_FBFA\_11

De modo geral, o que motiva o orador a utilizar uma das unidades expostas nos contextos de ocorrências anteriores (1, 2 ou 3) está relacionado diretamente com a dimensão conceitual de cada uma, embora o produtor do texto utilize como estratégia textual apresentar uma noção geral e em seguida especificar cada uma das unidades. Nesse sentido, a variação lexical complexa por parentesco formal mantém relação de aproximação entre as UT, a despeito de conservar as especificidades nas conceitualizações que são acionadas por cada uma delas.

Com relação a UT *ethos*, ela aparece sendo registrada no CORPARG de diferentes formas que abarcam desde a variação lexical com parentesco formal, até sem parentesco formal. No primeiro caso, registramos 04 situações e no segundo, apenas uma. Convém destacar que, no primeiro caso, as relações que se estabelecem entre a UT *ethos* e as UT: *ethos projetivo*, *ethos efetivo*, *ethos discursivo* e *ethos prévio*, a nosso ver, seguem o mesmo raciocínio de análise das unidades com parentesco formal, anteriormente analisados, em que as motivações são ocasionadas pela necessidade de especificar o tipo de *ethos* a que o autor se refere.

No entanto, quando observamos as relações entre as UT: *ethos projetivo*, *ethos efetivo*, *ethos discursivo* e *ethos prévio*, notamos que nesse caso há alteração nas significações. Assim, as escolhas por essas unidades revelam que os produtores foram motivados pelas diferenciações conceituais mobilizadas por cada uma delas. Vejamos o contexto de ocorrência a seguir, com a ilustração das UT *ethos projetivo* e *ethos efetivo*.

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Assim como o pathos, a noção de ethos também abarca duas denominações: ethos projetivo e ethos efetivo. O ethos projetivo corresponde à imagem que o auditório constrói do orador, por meio do que este diz ou escreve, portanto, é a imagem que emana do auditório, é o que o auditório espera do orador e o ethos efetivo constitui-se da imagem do orador em si, o que este acredita ser.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_03\_DSM\_11

Nesse contexto, observamos que as noções correspondentes às UT *ethos projetivo* e *ethos efetivo* são distintas e específicas. Essas noções servem ainda para justificar, no que se refere ao uso de uma unidade ou outra, que o processo de escolha pelo produtor se dá por conta da diferenciação conceitual. A mesma motivação fundamenta o uso das UT: *pathos*, *pathos projetivo* e *pathos efetivo* no CORPARG, cuja variação lexical ocorre também com parentesco formal.

Já no que tange às relações entre as UT *ethos* e *imagem de si*, no contexto de ocorrência a seguir, a UT *ethos* aparece sendo retomada pela UT *imagem de si*, ambas relacionadas às características do orador. Vejamos:

### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 2

O ethos, na concepção aristotélica, pode ser compreendido como a imagem de si que o orador cria através do discurso o que não é necessariamente o caráter real do orador.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_03\_DSM\_11

Por meio desse contexto, a UT *ethos* aparece no CORPARG sendo utilizada pelo produtor do texto na mesma relação de equivalência da imagem que o orador revela de si mesmo. Portanto, podemos afirmar que a escolha por uma dessas unidades na produção textual não acarreta mudanças nas significações. Há, portanto, uma relação de sinonímia.

Nesse cenário de equivalência, podemos depreender que a variação lexical sem parentesco formal permite que as escolhas sejam realizadas com equivalência conceitual, nesse caso. Todavia, no primeiro contexto, o mesmo produtor textual utiliza as UT classificadas como unidades que mantêm uma relação de parentesco

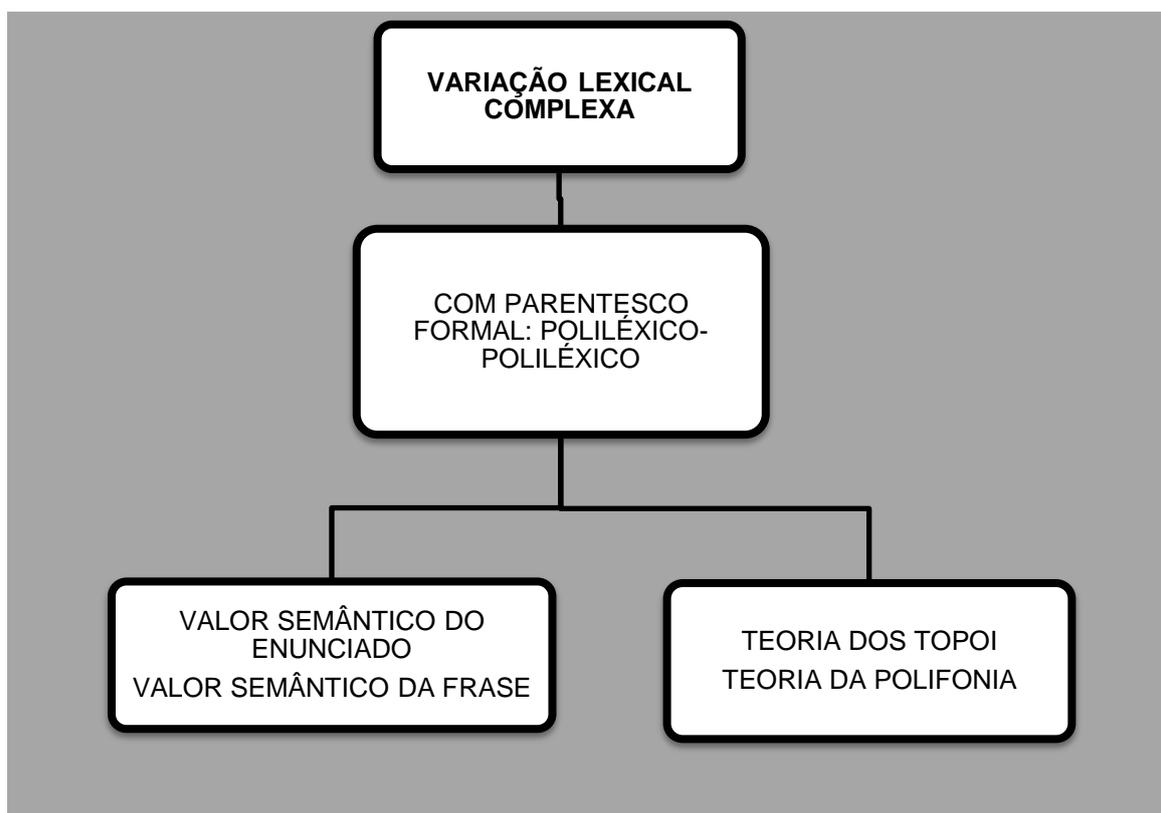
formal, com significados distintos, uma vez que as motivações pelo uso são ocasionadas por meio das diferenciações conceituais mobilizadas pelas unidades.

Para concluir as análises, expomos, a seguir, as questões que envolvem a variação lexical complexa na teoria da argumentação de base linguística.

#### 4.2.5.2 Teoria da argumentação de base linguística

Na teoria da argumentação de base linguística, esse tipo de variação ocorre apenas com parentesco formal e entre as UT poliléxicas-poliléxicas, conforme demonstramos na ilustração:

**Figura 29 – Tipo de variação denominativa: variação lexical complexa II**



Fonte: Elaborado pela autora.

A variação lexical complexa, considerada com parentesco formal e, no nosso caso, entre unidades poliléxicas, configura-se em um tipo de variação que engloba a variação formal, mas que, em alguns casos, apresentam entre si certo grau de equivalência e entre outros, diferenciações conceituais.

Observemos, portanto, os contextos de ocorrências, em que nos deparamos com as UT *valor semântico do enunciado* e *valor semântico da frase*.

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

A par dessa, segue-se à distinção entre sentido – valor semântico do enunciado – e significação – valor semântico da frase -, distinção que, consoante o autor (1988, p. 57-60), assume duplo gênero.

**FONTE DO CONTEXTO:** Tese\_15\_ECF\_06

No contexto de ocorrência, observamos que as escolhas por uma das UT *valor semântico do enunciado* e *valor semântico da frase* está condicionada à diferenciação conceitual que engloba as unidades. O produtor do texto lança mão do recurso da variação influenciado pelos conceitos que as UT veiculam sobre a argumentação na língua na construção dos sentidos do texto.

A próxima UT *teoria dos topoi* é retomada no texto pela UT *teoria da polifonia*. O uso dessas UT faz referência às diferentes “vozes” que permeiam os discursos na tentativa de identificar aquele que fala, uma vez que essa fase da teoria da argumentação se propoe a “questionar e substituir a teoria da unicidade do sujeito da enunciação.” (CARNEIRO, 2006, p. 30). Vejamos o próximo contexto:

#### CONTEXTO DE OCORRÊNCIA DA UT – 1

Como a própria TAL, Ducrot define a teoria dos topoi como uma teoria de interpretação de enunciados ou do sentido dos enunciados e diz que o objetivo da teoria é fazer a descrição semântica do enunciado, mais especificamente a descrição de uma imagem do evento enunciativo veiculado pelo enunciado. Assim, ao lado dos conceitos advindos da teoria da polifonia, em que Ducrot (1988, p. 16) diz que o sentido dos enunciados nasce do confronto dos diferentes sujeitos apresentados no enunciado; em Ducrot (1987,1988, 1989) é apresentado um quadro teórico em que os conceitos de discurso, frase, significação, sentido, enunciado e enunciação, devem ser interpretados para a correta compreensão da TAL.

**FONTE DO CONTEXTO:** Diss\_19\_WJMC\_06

Por meio do contexto de ocorrência, podemos afirmar que se estabelece um diálogo na busca pela origem da expressão “polifonia”. Podemos perceber que a motivação influenciadora para a realização das escolhas tanto pela UT *teoria dos topoi* em equivalência com a UT *teoria da polifonia* está relacionada à retomada da conceitualização e adequação à segunda fase deste campo da argumentação.

Nesse sentido, convém refletirmos que a noção de polifonia advém dos estudos realizados por Bakhtin no campo da literatura, que se define, segundo Bezerra (2005, p. 194), “pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes”. Essa concepção é retomada pelos estudiosos da teoria da argumentação, a fim de demonstrar a existência de vários enunciadores em um mesmo enunciado.

Acrescentamos ainda que a noção de *topos*, expressão oriunda dos estudos aristotélicos, diz respeito, nessa vertente teórica, ao conjunto de palavras que assumem a função de orientar os sentidos dos enunciados sob a perspectiva da argumentação, já que, para os idealizadores da teoria, a argumentação é intrínseca à língua.

Diante das discussões desenvolvidas nesta subseção, em que apresentamos as correlações existentes entre as tipologias de variação denominativa e as causas que motivam essas escolhas, tanto na autovariação quanto na heterovariação, foi-nos permitido observar que para cada escolha realizada pelos produtores dos textos há motivações subjacentes específicas.

Nesse sentido, apresentamos, a seguir, em síntese os dados observados nesta subseção.

#### **4.2.6 Síntese do observado**

Neste capítulo, apresentamos as UT das teorias da argumentação tanto no que se refere aos tipos de variação denominativa quanto as causas que motivam os usos dessa variação no CORPARG. Consideramos, para tal, os requisitos da autovariação e da heterovariação, pois esses parâmetros influenciam os aspectos motivacionais do uso da variação.

Em outras palavras, as motivações da variação denominativa se comportam de forma diferente quando ocorre entre um mesmo autor no mesmo texto ou entre diferentes autores em textos diferentes. Ou seja, de modo geral as causas

da variação vão desde os aspectos da economia linguística até a diferenciação conceitual - causas já constatadas pelos estudos desenvolvidos por Freixa (2002 e 2014).

No entanto, na terminologia das teorias da argumentação, verificamos que as motivações também são influenciadas pelo estilo, que faz parte de uma comunidade acadêmico-científica. Nesse sentido, essa comunidade, ao realizar escolhas lexicais imprimem as marcas linguísticas que possibilitam identificá-la como aquela que se filia teoricamente a uma determinada área da argumentação. Além do estilo, como elemento motivador para realizar as escolhas sobre as UT, remetemo-nos ainda à motivação por filiação teórica.

Expomos, em síntese, os tipos e subtipos de variação denominativa encontrados no *corpus* e as causas que motivam essa variação com as exemplificações retiradas do CORPARG, observando as especificidades da área. Convém acrescentar que o quadro apresentado, em seguida, contempla todas as UT discutidas em nossas análises, sem separação por teoria. Utilizamos esse recurso como forma de ilustrar o que já havíamos afirmados na subseção 4.2, quando admitimos que, embora as teorias apresentem unidades distintas entre si, elas também revelam elementos de aproximação. De todo modo, essas particularidades atribuem ao campo da argumentação uma riqueza na terminologia.

**Quadro 24 – Síntese das características da variação denominativa nas teorias da argumentação**

TIPOLOGIAS DA VARIÇÃO DENOMINATIVA	SUBTIPOS ENCONTRADOS NO CORPARG	EXEMPLIFICAÇÕES DO CORPARG	CAUSAS DA VARIÇÃO DENOMINATIVA
Varição gráfica	Varição ortográfica	- <i>ethos/etos</i> - <i>pathos/patos</i> - <i>auto-imagem/</i> <i>autoimagem</i>	- estilística - filiação teórica
	UT e abreviação: UT e sigla	- <i>teoria da</i> <i>argumentação na</i> <i>língua/TAL</i> - <i>teoria da</i> <i>argumentação na</i> <i>língua/ADL</i>	- obra de referência - economia linguística - impedimento de repetição enfadonha

**Quadro 24 – Síntese das características da variação denominativa nas teorias da argumentação**

(continuação)

TIPOLOGIAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA	SUBTIPOS ENCONTRADOS NO CORPARG	EXEMPLIFICAÇÕES DO CORPARG	CAUSAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA
Variação gráfica	UT e abreviação: UT e sigla	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>teoria da argumentação na língua/ANL</i></li> <li>- <i>argumentação na língua/TAL</i></li> <li>- <i>teoria dos blocos semânticos/TBS</i></li> <li>- <i>locutor L</i></li> <li>- <i>Locutor (L)</i></li> <li>- <i>sujeito empírico/SE</i></li> <li>- <i>enunciador E</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- obra de referência</li> <li>- economia linguística</li> <li>- impedimento de repetição enfadonha</li> </ul>
	UT e abreviação: UT e outra forma artificial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>locutor (<math>\lambda</math>)</i></li> <li>- <i>enunciador (Lo)</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ênfase e expressividade;</li> <li>- diferenças na conceitualização</li> </ul>
Variação morfossintática	Mesma estrutura: alteração de preposição	- <i>pragmática de valores/ pragmática dos valores</i>	- filiação teórica
	Mesma estrutura: alteração de número	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>potencial argumentativo do enunciado/ potencial argumentativo dos enunciados</i></li> <li>- <i>valor semântico do enunciado/ valor semântico dos enunciados</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- filiação teórica</li> <li>- evolução conceitual</li> </ul>
Variação por redução	Redução de base	- <i>teoria da argumentação no discurso/ argumentação no discurso</i>	- economia linguística
	Redução de extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>potencial argumentativo do enunciado/ potencial argumentativo</i></li> <li>- <i>entidade linguística abstrata/ entidade linguística</i></li> </ul>	- economia linguística

**Quadro 24 – Síntese das características da variação denominativa nas teorias da argumentação**

(continuação)

TIPOLOGIAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA	SUBTIPOS ENCONTRADOS NO CORPARG	EXEMPLIFICAÇÕES DO CORPARG	CAUSAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA
Variação por redução	Redução de outras extensões	- <i>teoria polifônica da enunciação/ teoria da polifonia</i>	- impedimento de repetição enfadonha - filiação teórica
Variação lexical	Unidades monoléxicas	- <i>orador/ ethos/ etos</i> - <i>logos/ tese</i> - <i>auditório/ pathos/ patos</i> - <i>sentido/ significação</i>	- diferenças na conceitualização - filiação teórica
	Unidades poliléxicas	- <i>acordo prévio/ contato intelectual</i> - <i>material linguístico/ entidade abstrata</i>	- filiação teórica - especificação do objeto
	Unidades poliléxicas: alteração na base	- <i>nova retórica/ estudos retóricos fase standard/ teoria standard</i>	- impedimento de repetição enfadonha - filiação teórica
Variação lexical complexa	Com parentesco formal: monoléxicas – poliléxicas	- <i>retórica/ retórica argumentativa</i> - <i>auditório/ auditório universal/ auditório particular</i> - <i>ethos/ ethos projetivo/ ethos efetivo/ ethos discursivo/ ethos prévio</i> - <i>pathos/ pathos projetivo/ pathos efetivo</i> - <i>argumentação/ argumentação retórica</i> - <i>retórica/ retórica argumentativa</i> - <i>auditório/ auditório universal/ auditório particular</i> - <i>ethos/ ethos projetivo/ ethos efetivo/ ethos discursivo/ ethos prévio</i>	- diferenças na conceitualização

**Quadro 24 – Síntese das características da variação denominativa nas teorias da argumentação**

(conclusão)

TIPOLOGIAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA	SUBTIPOS ENCONTRADOS NO CORPARG	EXEMPLIFICAÇÕES DO CORPARG	CAUSAS DA VARIAÇÃO DENOMINATIVA
Variação lexical complexa	Com parentesco formal: monoléxicas – poliléxicas	- <i>pathos/ pathos projetivo/ pathos efetivo</i> - <i>argumentação/ argumentação retórica</i>	- diferenças na conceitualização
	Com parentesco formal: poliléxico – poliléxico	- <i>valor semântico do enunciado/ valor semântico da frase</i> - <i>teoria dos topoi/ teoria da polifonia</i>	- diferenças na conceitualização
	Sem parentesco formal: Monoléxico – poliléxico	- <i>ethos/ imagem de si</i>	- filiação teórica - diferenças na conceitualização

Fonte: Elaborado pela autora

Por meio das exemplificações ilustradas no quadro 24, pudemos ter acesso às UT que contemplam os tipos de variação denominativa com as causas que motivam o uso dessa tipologia nas teorias da argumentação.

Ainda nessa perspectiva de análise dos dados do *corpus*, passamos a discutir, a seguir, os elementos expostos na presente tese, que refletem a proposição das bases teóricas e metodológicas do dicionário.

#### 4.3 PROTÓTIPO DO DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DAS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO

Nas seções anteriores, expusemos, em nossas análises, a caracterização das UT, considerando os critérios de reconhecimento do repertório terminológico das teorias da argumentação e logo depois, observamos as relações que as unidades estabelecem com as demais terminologias no CORPARG, com destaque para os números de ocorrência e de textos. Em seguida, exploramos as tipologias de variação e as motivações variacionistas na área de estudos. Os resultados expostos nessas seções contemplam o primeiro e o segundo objetivos específicos, inscritos na

presente tese. Nesta subseção, dedicamo-nos aos resultados que atendem ao terceiro e ao quarto objetivo, apresentados na introdução.

Para isso, dividimos este tópico em duas subseções, seguindo a ordem dos objetivos específicos. Sendo assim, na primeira subseção destacamos o terceiro objetivo, qual seja: propor as bases teóricas e metodológicas para a construção do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, estruturado nos fundamentos teóricos da TCT. Na segunda, atentamos ao quarto objetivo, qual seja: construir um protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, que contemple os aspectos variacionistas da área.

Embora as bases teóricas e metodológicas do protótipo do dicionário já tenham sido contempladas em nossos fundamentos teóricos e metodológicos, achamos por bem resgatá-las aqui com o objetivo de apresentar os resultados que alicerçam o processo de construção do dicionário. Essa ação de retomar esses componentes, que respaldam nossas escolhas, justifica-se por considerarmos necessário textualizar os resultados observados, assim como por ser um requisito importante, a nosso ver, para ilustrar o protótipo do dicionário que contemple as discussões versadas em nossa investigação.

Sendo assim, um dicionário terminológico contempla em seu arcabouço, de acordo com as palavras do Fiorin (2009), três perspectivas, que se constituem em aspectos relevantes para os estudos da Terminologia e das áreas especializadas, conforme demonstram os resultados de nossa pesquisa. Nas palavras do referido autor,

Um dicionário especializado, em vez de nos mostrar a totalidade da cultura que se desenvolveu numa dada formação social, desvenda-nos um segmento dela. [...] permite que extraíamos dele as mil histórias que nele estão entranhadas: as da constituição de um campo do saber, as de sua institucionalização, as de sua aceitação, os esquecimentos e as recuperações. [...] começa por nos indicar os gestos de exclusão, que constituem o gesto científico primeiro, já que as exigências metodológicas e epistemológicas pedem objetos claramente delimitados e questões que tem origem em problemas claramente enunciados. (FIORIN, 2009, p. 08).

O primeiro aspecto discutido, segundo os posicionamentos do autor, diz respeito à porção da formação social que é revelada pelos produtores dos textos quando utilizam o repertório vocabular em seus contextos discursivos. Essas escolhas lexicais desvelam ideologias e concepções defendidas pela comunidade social a que pertencem os produtores.

Nesse sentido, o dicionário terminológico promove ainda o acesso tanto aos elementos que constituem o campo do conhecimento, quanto aos componentes característicos de cada área, assim como as “aceitações, os esquecimentos e as recuperações” (FIORIN, 2009, p. 08) do repertório terminológico. Esses posicionamentos são confirmados em nossas análises, quando explicitamos as razões que motivam o uso da terminologia das teorias da argumentação pelos produtores textuais.

Na terceira perspectiva, o dicionário terminológico se encarrega de revelar elementos de exclusão no sentido de que precisamos delimitar claramente os objetos de investigação, uma vez que as “exigências metodológicas e epistemológicas pedem objetos claramente delimitados” (FIORIN, 2009, p. 08) como soluções a problemas que envolvem a comunicação especializada.

Tomando por base as caracterizações de um dicionário terminológico, registramos, nesta seção, as unidades terminológicas das teorias da argumentação, levando em consideração as teorias delimitadas na metodologia, os paradigmas que norteiam o olhar sobre o CORPARG para selecionar as unidades e as discussões teóricas e metodológicas abordadas neste trabalho.

Para demonstrar o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, primeiramente, recorreremos à sistematização, em síntese, da proposição das bases teóricas e metodológicas do dicionário, que foi contemplada tanto no segundo quanto no terceiro capítulos da tese. Sinteticamente, na presente subseção, fazemos um compêndio geral desses dados.

Com relação à subseção, em que apresentamos o protótipo do dicionário no que se refere à organização estrutural, esclarecemos para o leitor os motivos que nos levaram a pensar na proposta, destacando-lhe as necessidades e quais aspectos da aprendizagem esse produto terminográfico poderá servir ao aluno, ao professor e ao pesquisador da área. Esse público alvo tanto se refere ao iniciante nas discussões ou àquele que já revela saberes adquiridos, mas que, de modo geral, necessita de apoio para desenvolver suas ações no que diz respeito ao tema da argumentação.

Diante desse prólogo, passamos à sistematização da proposição das bases teóricas e metodológicas do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, para na seção seguinte, ilustrarmos a obra terminográfica.

### 4.3.1 Proposição das bases teóricas e metodológicas

Iniciamos esta seção retomando o pressuposto teórico defendido pela TCT, que postula ser a variação um princípio universal da língua (CABRÉ, 1999). Partindo desse preceito, recorreremos aos aspectos teóricos que sustentam esse posicionamento para delinear as bases teóricas e metodológicas da proposição do dicionário. Em outras palavras, ancoramos nossas sugestões e decisões terminológicas nos embasamentos teóricos da TCT, já que a área da argumentação, além de proporcionar a observação dos elementos variacionistas da Terminologia, configura-se em uma esfera do conhecimento que se insurge nos estudos da linguagem como uma área cuja terminologia necessita ser sistematizada, conforme posicionamentos relatados nesta tese.

Nesse sentido, as UT das teorias da argumentação contemplam em suas características elementos constitutivos tanto da forma quanto do conteúdo, que permitem veicular conceitos relevantes para o campo da argumentação. São unidades que estão incessantemente em processo de resignificação, pelo fato de serem utilizadas pelos produtos textuais com o objetivo de se adequarem às situações de comunicação especializada em diferentes situações discursivas.

Sob esse ângulo, os produtores dos textos, na tentativa de delimitarem e esclarecerem os aportes teóricos a que se filiam, ao apresentarem os resultados de suas investigações, lançam mão da terminologia da área como princípio norteador, para expressarem as escolhas realizadas e os posicionamentos defendidos em seus trabalhos.

Essas transformações no léxico ocorrem nas denominações e nas conceitualizações que, conseqüentemente, adquirem sentidos resignificados, reexplicados e retomados tanto de outras áreas da linguagem quanto de outros períodos cronológicos da própria área a cada situação de comunicação.

Já com relação ao CORPARG, ele foi formado por textos acadêmicos que circulam na comunidade universitária e que tem como finalidade representar a área da argumentação. Para tal empreitada, recorreremos à concepção de que o texto especializado é o espaço em que as terminologias circulam naturalmente, sinalizando características relevantes da área, já que o produtor do texto utiliza o repertório terminológico na tentativa de denominar e conceituar objetos da realidade, que contemplam as vertentes teóricas definidas, conforme destacamos em nossas

análises. Portanto, o texto especializado figura como o *habitat* natural das terminologias.

Nesse sentido, o uso da terminologia das teorias da argumentação instiga o fenômeno da variação denominativa, que, por sua vez, apresenta motivações que subjazem às escolhas lexicais dos produtores dos textos. Logo, as ações de denominar e conceituar estão imbricadas nas escolhas da terminologia, que sofre alteração quando o autor varia consigo em um mesmo texto e também quando os autores variam entre si em textos diferentes.

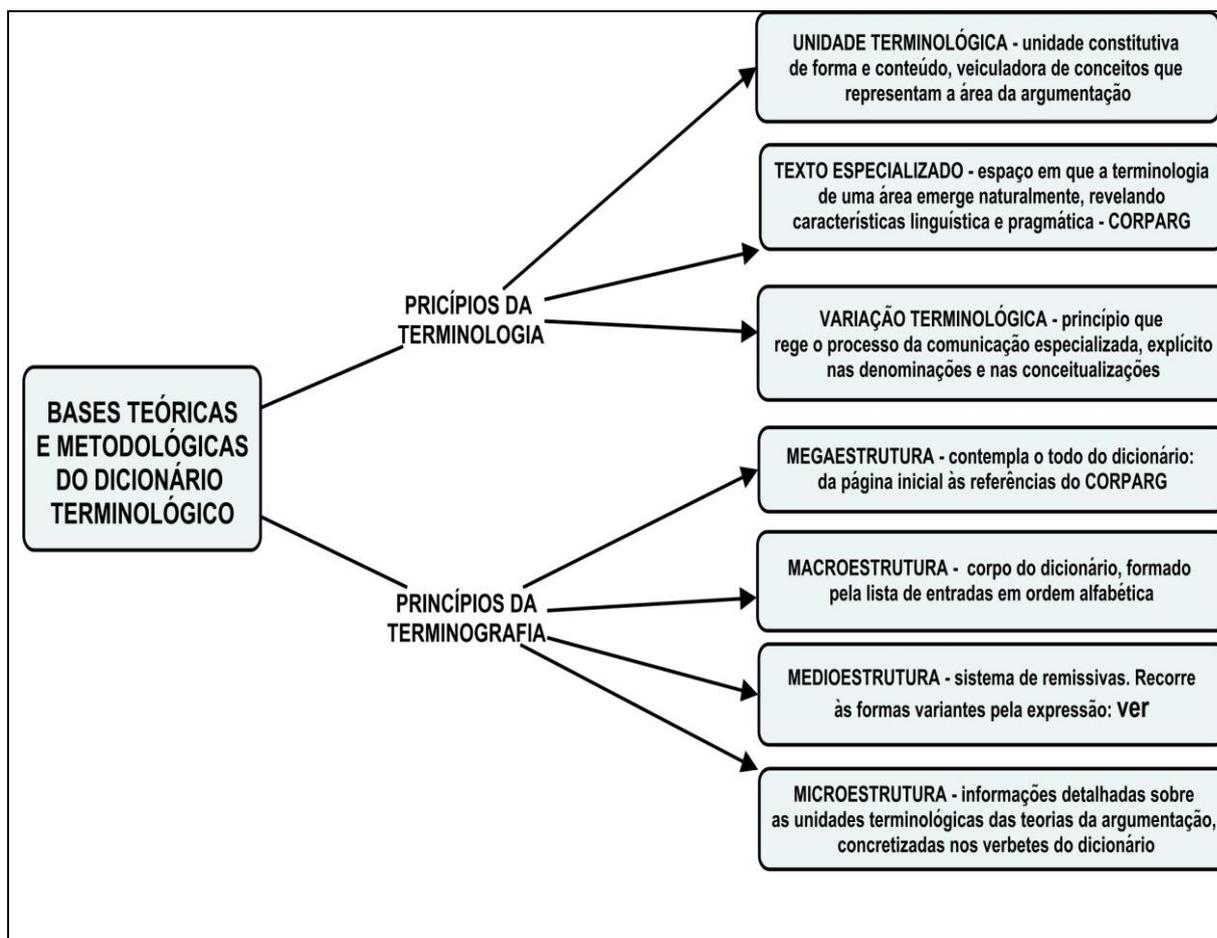
Sendo assim, o protótipo do dicionário revela, em sua organização estrutural, tanto os aspectos teóricos da TCT, que engloba as questões já explicitadas, quanto os elementos que compõem os estudos da Terminografia. Portanto, recorreremos aos componentes estruturais da megaestrutura, que se refere ao todo do dicionário. No nosso caso, especificamente, a megaestrutura se constitui desde as páginas iniciais até às referências do CORPARG.

Aludimos ainda à macroestrutura, que trata da organização das UT pertencentes às teorias da argumentação, que na nossa proposição estão em ordem alfabética. Assim, a macroestrutura do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação tem como finalidade atender às necessidades do aluno-iniciante nos estudos argumentativos. Logo, apresentar o repertório terminológico em ordem alfabética, assim como a lista completa com a terminologia da área poderá, a nosso ver, auxiliá-lo no momento da consulta ao dicionário.

Recorreremos aos elementos que compõem a medioestrutura, no que diz respeito ao sistema de remissivas, para ilustrar as relações conceituais das UT da argumentação. Esse componente organizacional promove uma leitura linear dessas unidades. Por fim, reportamo-nos à microestrutura, materializada nos verbetes que constitui o dicionário terminológico. Desse modo, o verbete terminológico consiste no enunciado que contempla as informações pesquisadas pelo usuário e figura como o produto final a que o consulente tem acesso quando realiza suas pesquisas.

Para finalizar esta subseção, expomos, em síntese, a seguir, as bases teóricas e metodológicas do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

**Figura 30 – Bases teóricas e metodológicas do dicionário terminológico**



Fonte: Elaborado pela autora.

Acreditamos que o quadro 30, ilustrativo da proposição das bases teóricas e metodológicas do dicionário terminológico, contribui tanto no entendimento da organização das bases quanto na exposição dos resultados apresentados na subseção a seguir. A referida subseção trata da demonstração da sistematização das bases teóricas e metodológicas do dicionário em sua dimensão aplicada. A perspectiva aplicada da proposta consiste na ilustração do próprio Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, com as partes estruturais que compõem uma obra terminográfica. Convém acrescentar que se trata da concretização do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, que tem como base os fundamentos da TCT e demais discussões tratadas neste trabalho.

### 4.3.2 Protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação

No decorrer da presente tese, até esta subseção, tomamos os fundamentos teóricos e metodológicos da Terminologia e da Terminografia, bem como nos ancoramos nos aportes metodológicos que englobam diversos componentes e etapas procedimentais para que nos fosse possível construir tanto as bases teóricas e metodológicas da proposição do dicionário terminológico, anteriormente descrito, quanto para ilustrar o protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação na presente subseção.

Esta etapa da tese consiste em uma materialização das discussões teóricas e metodológicas das pesquisas em Terminologia. Assim, dedicamo-nos a apresentar o protótipo do dicionário, constituído com base nos estudos da TCT e da Terminografia, com o auxílio das ferramentas computacionais da Linguística de *Corpus* e que, por fim, revele tanto o caráter variacionista da argumentação quanto seu aspecto multifacetado.

Sendo assim, a subseção está assim composta: a) da apresentação do dicionário, direcionado ao público-alvo da proposta, onde justificamos e destacamos os motivos que instigaram a construção do dicionário; b) do guia de uso, que trata das informações básicas de leitura do dicionário, em que explicitamos a estrutura do verbete; c) das listas do repertório vocabular das teorias da argumentação, que se apresentam em ordem alfabética e divididas por perspectivas teóricas; d) da ilustração do dicionário com a apresentação dos verbetes terminológicos selecionados para a demonstração do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, para finalizar, e) da exposição das referências do CORPARG.

Convém lembrar que os aspectos contemplados nesta subseção são direcionados ao público-alvo primeiro do dicionário, qual seja: os estudantes do curso de Letras, iniciantes no campo da argumentação, embora possa ser utilizados por outros usuários, conforme discutimos no decorrer da tese. Acrescentamos ainda que, para a ilustração do protótipo, utilizamos a fonte book antiga 12, com o intuito de destacar as informações e diferenciá-las dos demais dados debatidos e apresentados na presente tese. Feitos os esclarecimentos, iniciamos a ilustração do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

#### 4.3.2.1 Apresentação

### APRESENTAÇÃO DO DICIONÁRIO

O Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação consiste em uma obra terminográfica com base nos princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que tem como finalidade atender aos universitários que se iniciam nos estudos da argumentação. Para isso, recorreremos aos aportes teóricos e metodológicos dessas ciências do léxico, que se voltam aos estudos do repertório vocabular especializado.

Nesse sentido, com base nos princípios teóricos da TCT e nos fundamentos teórico-metodológicos da Terminografia, esclarecemos que o dicionário é monolíngue, portanto, não apresenta equivalentes em outras línguas. Os verbetes estão organizados sob dois aspectos: informações sistematizadas (obrigatórias em todos os verbetes) e não sistematizadas (não recorrentes), mas que são relevantes para o entendimento das unidades.

#### **Sobre o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação**

Salientamos que a argumentação é um campo do conhecimento que contempla inúmeras teorias sob as mais diferentes áreas da linguagem. Por essa razão, o conjunto de vertentes teóricas, cujo foco de estudos é a argumentação, revela que essa é uma área em que o repertório vocabular está em expansão, principalmente, pelo fato de que vem sendo tema de eventos nacionais e internacionais nas universidades e de um acervo de publicações em periódicos significativos para os estudos da linguagem.

Como forma de ilustrar a relevância da área, tomamos como exemplo o Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação – SEDIAR, que se encontra em vias de se realizar a sua IV edição no ano de 2018<sup>60</sup>. O SEDIAR é um evento bianual que conta com a participação de diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros voltados ao entendimento da linguagem argumentativa em suas mais

---

<sup>60</sup> <http://www.sediar.com/>

diversas abordagens. O Seminário tem como objetivo, segundo os organizadores da IV edição do evento, promover um espaço em que seja possível manter o diálogo entre estudiosos do mundo inteiro que tenha como foco os estudos sobre discurso e argumentação, nas mais diversas teorias. Trata-se, portanto, de um acontecimento acadêmico-científico multidisciplinar.

Contamos ainda com outros eventos que abarcam em sua temática os estudos sobre argumentação, como é o caso do Simpósio de Linguística Textual que teve sua primeira edição em 2015 e foi organizado pelo grupo de pesquisa PROTEXTO. Esse evento contou com a participação de inúmeros pesquisadores nacionais e internacionais. Dentre as discussões, destacamos os estudos da argumentação como tema de grande relevância no desenvolvimento do simpósio. O evento se constitui em uma organização bianual e contempla as diversas perspectivas de observação dos estudos da argumentação. O simpósio está em vias de realizar a sua 2ª edição ainda em 2017<sup>61</sup>.

Do ponto de vista das publicações sobre argumentação, destacamos a Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação (EID&A)<sup>62</sup>, é uma revista vinculada ao Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz. A proposta da revista consiste em divulgar trabalhos sobre argumentação sob as mais diversificadas perspectivas de estudos.

Registramos ainda alguns periódicos temáticos sobre o assunto, tais como: Revista Virtual de Estudos da Linguagem (Revel)<sup>63</sup>, que apresentou um número especial em 2016, intitulado *argumentação: perspectivas teórico-metodológicas*. Esse periódico foi organizado pelo grupo de pesquisa em Linguística Textual (PROTEXTO), da UFC. Outra publicação na área é a Revista Diálogo das Letras<sup>64</sup>, vinculada ao grupo de pesquisa em Ensino e Produção de Texto (GPET), da UERN, que em 2013 publicou um número, cujos trabalhos focalizam os estudos da argumentação sob os mais diferentes enfoques.

---

<sup>61</sup> <https://sil2017.com.br/>

<sup>62</sup> <http://www.uesc.br/revista/eidea/>

<sup>63</sup> <http://refel.inf.br/pt/edicoes/?id=44>

<sup>64</sup> <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/index>

Diante desse cenário, em que se confirma a fortuna crítica da argumentação, cujos eventos e publicações se constituem como espaços de circulação e socialização dos conhecimentos, acrescentando ainda a disseminação das investigações sobre os estudos argumentativos em trabalhos acadêmicos, insurge a necessidade de sistematização da terminologia e, conseqüentemente, de um Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Sendo assim, consideramos que este dicionário poderá contribuir para que os conhecimentos compartilhados circulem com mais clareza entre a comunidade acadêmica. Temos ciência de que uma obra dessa natureza já surge sendo necessário revisar e ampliar a terminologia, uma vez que muitas outras unidades terminológicas e definições tornam-se necessárias para acrescentar o repertório terminológico da área.

Compartilhamos ainda das dificuldades de mapear epistemologicamente uma área especializada com as características do campo da argumentação. Diante dessa complexidade, selecionamos como área de domínio para a construção do dicionário as teorias da argumentação de base retórica e de base linguística. Essa escolha se deve ao fato de serem as duas concepções teóricas de maior representatividade no Brasil, quando se trata de discutir o tema da argumentação.

Sendo assim, a terminologia, elencada para este trabalho, está organizada por meio de uma lista alfabética, com o objetivo de manifestar as UT da área que compõem o dicionário. Essa ação permite que o consulente tome conhecimento prévio das unidades e faça a primeira busca pelas informações necessárias à consulta.

Recorremos, ainda, como critérios de seleção para a escolha das UT pertencentes às teorias da argumentação: a pertinência temática, a pertinência pragmática, a categoria linguística dos substantivos e/ou sintagmas nominais e o aval dos especialistas da área. Para a construção do *corpus*, denominado de CORPARG, selecionamos teses, dissertações, artigos e livros que apresentassem discussões teóricas sobre o tema e que tivessem a aceitação dos especialistas da argumentação. Em outras palavras, selecionamos os textos que faziam parte das referências das teses, dissertações e artigos ou ainda que tivessem sido indicados pelos especialistas. Portanto, o *corpus* se constitui de obras que circulam na comunidade acadêmico-científica.

Já na seleção das entradas, priorizamos a ordem alfabética, lembrando que nosso objetivo é contemplar a variação denominativa na área. Sendo assim, para cada UT, abrimos uma nova entrada no dicionário e, quando necessário, utilizamos a expressão **ver** para as remissivas.

#### 4.3.2.2 Guia de uso

### GUIA DE USO

Caro consulente, o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação tem como objetivo atender aos alunos da graduação que principiam as primeiras leituras sobre os estudos argumentativos. Para isso, dedicamo-nos ao tratamento do dicionário de forma que as informações se apresentem acessíveis no sentido de fácil entendimento e possam atingir o maior número de leitores.

Apresentamos, para isso, alguns esclarecimentos sobre os campos que compõem o verbete e como estão expostos na construção do dicionário. Sendo assim, a lista completa com o repertório terminológico das teorias da argumentação figura nas páginas iniciais do dicionário. Organizamos a lista em ordem alfabética, com o intuito de facilitar o acesso prévio do consulente à terminologia da área, sem necessariamente ter que percorrer toda a obra para isso.

A seguir, demonstramos as informações presentes nos verbetes:

**Verbete = entrada(1) + informação gramatical(2) +  
definição(3) + contexto de uso(4) ± nota(5) + fonte da nota(6)  
+ forma variante(7) + nome da subárea(8) ± remissivas(9).**

- 1) Entrada: UT coletada nos textos que compõem o *corpus* da pesquisa, apresentada em negrito, em book antiqua 14.
- 2) Classificação gramatical: campo relativo às informações gramaticais da UT, que se dispõem em itálico e na fonte book antiqua 10.

- 3) Definição: elaborada com base nas informações coletadas nos textos que compõem o *corpus* de estudos e validada pelos especialistas da área, fonte book antiqua 12.
- 4) Contexto: excerto relevante retirado do CORPARG. Está disposta em itálico na fonte book antiqua 12, com marcação do termo-entrada em negrito. Indicado pela expressão “contexto” em negrito.
- 5) Fonte do contexto: paradigma informacional que serve para identificar a fonte de onde a UT foi retirada. Registrada depois do contexto, entre parênteses, pelo sobrenome do autor, em caixa alta e pelo ano de publicação, fonte book antiqua 12.
- 6) Nota: neste paradigma, são disponibilizadas, em book antiqua 12, informações complementares sobre a UT, as quais podem ter caráter enciclopédico e/ou linguístico. Está indicada pela palavra “nota” em negrito.
- 7) Fonte da nota: embasamento teórico para a seleção das notas, já que são produzidas com base no CORPARG e não retiradas do dele. Registrada depois da nota, entre parênteses, pelo sobrenome do autor, em caixa alta, e pelo ano de publicação, fonte book antiqua 12.
- 8) Variantes: os termos apresentam outras denominações que, ao revelarem aproximações nos significados, serão tratadas no dicionário por meio das remissivas e funcionam como entrada para um novo verbete.
- 9) Nome da subárea: vertente na qual o termo surgiu inicialmente.
- 10) Remissiva: indicada pela palavra “ver”, em negrito. Relaciona à UT de entrada a outros itens lexicais, como, por exemplo, sinônimos, hiperônimos e hipônimos.

Acreditamos que o percurso na busca pelo entendimento da terminologia das teorias da argumentação será de grande valia para sua formação, caro consulente.

**Para isso, faça bom uso desta obra e boa consulta!**

## 4.3.2.3 Lista alfabética I

**LISTA ALFABÉTICA I: Teoria da Argumentação de Base Retórica**

01 Acordo prévio	27 Estudos retóricos
02 Auditório	28 Ethos
03 Auditório particular	29 Ethe
04 Auditório universal	30 Ethos prévio
05 Autoimagem	31 Ethos discursivo
06 Analogia	32 Etos
07 Argumentação convincente	33 Fato
08 Argumentação discursiva	34 Figuras de presença
09 Argumentação no Discurso	35 Figuras de seleção
10 Argumentação persuasiva	36 Figuras de comunhão
11 Argumentação Retórica	37 Força argumentativa
12 Argumento	38 Imagem de si
13 Argumento ad hominem	39 Ligações de coexistência
14 Argumentos baseados na estrutura do real	40 Ligações de sucessão
15 Argumento de autoridade	41 Língua
16 Argumento do desperdício	42 Linguagem argumentativa
17 Argumento pelo ridículo	43 Logos
18 Argumento pelo exemplo	44 Lugar da argumentação
19 Argumento pelo modelo	45 Metáfora
20 Argumento pela analogia	46 Nova Retorica
21 Argumento pragmático	47 Orador
22 Argumentos quase lógicos	48 Pathos
23 Discurso persuasivo	49 Pathos projetivo
24 Discurso argumentativo	50 Pathos efetivo
25 Discurso convincente	51 Patos
26 Discurso retórico	52 Pragmática dos Valores
	53 Pragmática de valores

54 Preferível	62 Técnicas de argumentação
55 Recurso de presença	63 Técnicas discursivas
56 Recursos argumentativos	64 Texto
57 Regra de justiça	65 Tese
58 Retorsão	66 Tese de adesão inicial
59 Retórica	67 Tese principal
60 Retórica Argumentativa	68 Valor argumentativo
61 Técnicas argumentativas	69 Valor do argumento

#### 4.3.2.4 Lista alfabética II

### **LISTA ALFABÉTICA II: Teoria da Argumentação de Base Linguística**

1. ADL	19. Encadeamentos normativos
2. ADNL	20. Encadeamentos transgressivos
3. Alocutário	21. Escala argumentativa
4. Alocutório	22. Expressão argumentativa
5. ANL	23. Entidade abstrata
6. Argumentação externa	24. Entidade concreta
7. Argumentação interna	25. Entidade linguística abstrata
8. Argumentação Linguística	26. Enunciação
9. Argumentação na língua	27. Enunciado
10. Argumento	28. Enunciador (Lo)
11. Articuladores	29. Estruturalismo do discurso
12. Aspecto factual	30. Expressão argumentativa
13. Ato de argumentar	31. Fase Standard
14. Classe argumentativa	32. Força argumentativa
15. Componente linguístico	33. Frase
16. Componente retórico	34. Função argumentativa
17. Destinatário	35. Gradualidade
18. Discurso argumentativo	36. Internalizador

- |   |   |
|---|---|
| 37. Instâncias argumentativas                 | 55. Sujeito empírico                    |
| 38. Locutor (L)                               | 56. TAL                                 |
| 39. Locutor-Lambda                            | 57. TBS                                 |
| 40. Operadores argumentativos                 | 58. Texto                               |
| 41. Posto                                     | 59. Teoria da Argumentação na<br>Língua |
| 42. Palavra instrumental                      | 60. Teoria dos Blocos Semânticos        |
| 43. Palavra modificadora                      | 61. Teoria polifônica da Enunciação     |
| 44. Palavra plena                             | 62. Teoria Semântica                    |
| 45. Potencial argumentativo                   | 63. Teoria semântica argumentativa      |
| 46. Potencial argumentativo dos<br>enunciados | 64. Topos                               |
| 47. Pragmática integrada                      | 65. Trajeto argumentativo               |
| 48. Pragmática Integrada à<br>Linguística     | 66. Valor argumentativo                 |
| 49. Pragmática linguística                    | 67. Valor argumentativo do<br>enunciado |
| 50. Pressuposto                               | 68. Valor do enunciado                  |
| 51. Sentido                                   | 69. Valor informativo                   |
| 52. Semântica Argumentativa                   | 70. Valor semântico da frase            |
| 53. Semântica do discurso ideal               | 71. Valor semântico do enunciado        |
| 54. Subentendido                              |   |

#### 4.3.2.5 Organização dos verbetes

**Acordo prévio** *s.m* premissa compartilhada previamente entre os interlocutores da comunicação argumentativa.

**Contexto:** *Em nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem geralmente regras que estabelecem como a conversa pode iniciar-se, um acordo prévio resultante das próprias normas da vida social.* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

**Nota:** O acordo prévio consiste em uma ideia oriunda do locutor como ponto de partida para iniciar a argumentação, que presume compartilhar com o interlocutor os mesmos valores instituídos socialmente. Esses elementos apresentam a anuência do

interlocutor e funcionam como ponto de partida da argumentação. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

**Forma variante:** contato intelectual.

**Subárea:** teoria da argumentação de base retórica.

**ADL** s.f **ver** Argumentação na língua

**Auditório** s.m Grupo de interlocutores idealizado pelo orador com a finalidade de influenciá-los por meio do discurso.

**Contexto:** *O auditório é uma construção do orador e esta imagem transparece no discurso. Não é o auditório real, mas aquele construído pelo locutor, assim, não se trata de uma presença real, mas de uma imagem mais ou menos esquemática construída na interação verbal. A argumentação será eficaz se essa imagem se aproximar do público. Por isso, atualmente, os profissionais de marketing fazem pesquisa de público.* (FABRINO, 2008).

**Nota:** O conceito de auditório consiste em uma representação mental a quem o orador pretende convencer por meio do discurso. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 p. 21), o auditório é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos”. Portanto, é uma concepção que faz parte da construção do orador. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005); (AMOSSY, 2008).

**Subárea:** teoria da argumentação de base retórica.

**Argumentação linguística** s.f **ver** Argumentação na língua

**Argumentação na língua** s.f. processo de argumentar que apresenta na própria estrutura da língua as marcas linguísticas que orientam o interlocutor à significação dos enunciados.

**Contexto:** *Um dos postulados básicos da Teoria da Argumentação na Língua é o de que a argumentação está na língua; temos, neste caso uma espécie de noção de argumentação*

*puramente discursiva, a língua mesma oferece os elementos necessários para a construção da argumentação.* (CARNEIRO, 2006).

**Nota:** A Teoria da Argumentação na língua surge com as pesquisas de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre. Por conta da própria evolução dos estudos, se divide em três fases e, por essa razão, apresenta mudanças em seu contexto definitório e conseqüentemente em seu arcabouço teórico. Os dados apresentados referem-se à chamada 1ª fase da teoria. Silva; (ESPÍNDOLA, 2005).

**Formas variantes:** semântica argumentativa, argumentação linguística, ADL, TAL, fase standard, teoria standard, forma standard.

**Subárea:** teoria da argumentação de base linguística.

**Argumentação retórica** *s.f.* Processo de argumentar que recorre ao uso das técnicas argumentativas com o propósito de levar o interlocutor à adesão das teses apresentadas.

**Contexto:** *Fica evidente que a argumentação retórica difere da argumentação científica (raciocínios analíticos), já que suas premissas não se baseiam em um conhecimento verdadeiro, podendo ser da ordem da opinião. No entanto, nem por isso deixam de apresentar certas regras argumentativas. Na verdade, quando Aristóteles busca sistematizar os elementos centrais do discurso retórico capazes de reproduzir o efeito persuasivo visado por este discurso, ele se utiliza de metáforas e de outras figuras de linguagem, mas enfatiza o caráter argumentativo da retórica, que não se restringiria apenas à produção da emoção, por isso ele busca aproximá-la da dialética.* (GARANTIZADO JÚNIOR, 2013).

**Nota:** A argumentação retórica surge a partir dos estudos desenvolvidos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca e consiste na ação de obter a adesão do auditório às teses defendidas pelo orador, utilizando para isso o uso das técnicas argumentativas. Nessa vertente, há uma retomada dos conceitos aristotélicos, no que se refere ao comportamento do orador ao auditório, a quem se direciona o discurso e aos elementos que constituem o próprio discurso. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

**Formas variantes:** nova retórica, estudos retóricos, retórica argumentativa, argumentação persuasiva.

**Subárea:** teoria da argumentação de base retórica.

**Argumentação persuasiva** *s.f.* **ver** Argumentação retórica.

**Contato intelectual** *s.m* **ver** Acordo prévio.

**Estudos retóricos** *s.f.* **ver** Argumentação retórica.

**Nova retórica** *s.f.* **ver** Argumentação retórica.

**Potencial argumentativo** *s.m* conjunto de expressões da língua que promove a orientação argumentativa do enunciado.

**Contexto:** *A diferença entre o que o autor chama a forma standard e a forma recente, ou segunda forma da TAL, está justamente na definição dessa noção de força ou **potencial argumentativo** de um enunciado. Na forma standard, como já visto, o potencial argumentativo de um enunciado era definido em termos de conclusão, e essa noção era usada para determinar quais as expressões argumentativas (EA) de uma língua. (FREITAS, 2006).*

**Nota:** A noção de potencial argumentativo está relacionada a cada uma das fases da Teoria da Argumentação na Língua. Nessa situação, especificamente, fazemos referência à concepção pertencente à 1ª fase da teoria, a fase Standard. Logo, o conceito de potencial argumentativo é definido por meio das possíveis orientações reveladas pelas expressões linguísticas que compõem o enunciado. (GRAEFF; TIMMERMAN, 2014); (FREITAS, 2006).

**Forma variante:** força argumentativa, potencial argumentativo do enunciado.

**Subárea:** teoria da argumentação de base linguística.

**Retórica argumentativa** *s.f.* **ver** Argumentação retórica.

**Semântica Argumentativa** *s.f.* **ver** Argumentação na língua

#### 4.3.2.6 Referências do CORPARG

ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: gerenciado razão e emoção. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. 64 p.

AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olimpio. **EID&A** - revista eletrônica de estudos integrados em discurso e argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

ANDRADE, V. S. R. **A construção da causalidade na vertente dos gêneros textuais**: uma análise da argumentação jurídica. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

AQUINO, Z. G. O.; DIOGUARDI. Argumentação nas redes sociais: o *tweet* – caracterização e funcionamento. **Revista ContraPonto**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 2013.

ARANHA, M. B. R. **Do pregoeiro ao camelô**: a construção dos gêneros pregão tradicional e pregão pós-moderno. 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

ARAÚJO, F. B. F. **Análise dos Procedimentos Enunciativos, Argumentativos, Interacionais em blogs jornalísticos**. 2011. 306 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

AZEVEDO, I. C. M. **A argumentação no exame nacional do ensino médio**: percursos discursivos seguidos em processo de formação. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

CAMARGO, P. M. S. **A construção da veridicção do discurso das petições iniciais**: Mecanismos Semióticos e Estratégias Retóricas para a Persuasão. 2006. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CARNEIRO, W. J. M. **O encadeamento argumentativo na Teoria da Argumentação na Língua**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2006.

CARNEIRO, W. J. M. Argumentação linguística e o sentido no texto. **Pesquisa em Foco**, Maranhão, v. 16, n.1, p. 30-51, 2008.

CÔRTEZ, M. T. G. **Os provérbios franceses utilizados como forma de argumentação nas crônicas de arte**. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CATELÃO, E. M. A Argumentação em cartas de suicídio: análises textual/discursiva e retórica sobre o amor como motivo para o suicídio. **Diálogo das Letras**. Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p. 24 – 52, 2013.

CORDEIRO, I. C. **Argumentação e leitura: uma relação de complementaridade**. 2007. 325 f. Tese (doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

CUNHA, C. L. Sequência descritiva e argumentação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 4, n. 6, 2006. Disponível em <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_6\\_sequencia\\_descritiva.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_6_sequencia_descritiva.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

DELANOY, C. P. A Construção de objetos de discurso pela teoria da argumentação na língua. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 63-80, 2015.

DITTRICH, J. I. Por uma Retórica do discurso: argumentação técnica, emotiva e representacional. **Alfa: revista de Linguística**, São Paulo, n. 52 v. 1, p. 21-37, 2008.

DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, 2008.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. 222 p

DULCE, E. C. B. Argumentação e linguagem: da retórica à concepção de discurso como prática social. **Desenredo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 95-111, 2012.

ESPÍNDOLA, L. Retórica e Argumentação. In: SILVA, J. M. S.; ESPÍNDOLA, L. (Orgs.) **Argumentação na língua: da pressuposição aos Topoi**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2005.

FABRINO, A. M. J. **O lugar dos lugares – a escrita argumentativa na universidade**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARNENDA, E. S. **O Debate Televisivo: um estudo das estratégias argumentativas no discurso feminino**. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIGUEREDO, F. C. **Um estudo dos advérbios -mente sob a Teoria da Argumentação na Língua**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FREIRE, F. N. **Quando a premissa é persuadir: a argumentação pela interlocução**. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Departamento de Linguística Aplicada. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FREITAS, E. C. **A teoria da argumentação na língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso**. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GALINARI, M. M. *Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda*. **Alfa: revista de Linguística**, São Paulo, n. 52, v. 2, p. 257-285, 2014.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. S. **Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GRÁCIO, R. A. **Teorias da Argumentação**. Coimbra: Grácio Editora, 2012. 454 p.

GRAEFF, T. F.; TIMMERMANN, R. S. O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa. **Bakhtiniana**, São Paulo, n. 9 (1), p. 90-107, 2014.

GRÉGIS, R. A. O paradoxo na Teoria da Argumentação na Língua: uma questão linguístico-argumentativa. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 195-204, 2009.

HANEL, A. I. **Avaliação de propostas de produção de textos dissertativo-argumentativos à luz da teoria da argumentação da língua**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2010.

JOSÉ, L. F. Argumentação e Discurso. **Bakhtiniana**, São Paulo, n. 9 (1), p. 53-70, 2014.

KULLMANN, N. **Educação e linguagem: a descrição semântico-argumentativa e a compreensão leitora de enunciados de exercícios**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

LAZAROTTO, C. C. **Argumento, argumentação e auditório universal: a nova retórica de Perelman**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Filosofia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

LUQUES, S. U. **Metáfora e argumentação**: uma análise crítica do discurso político. 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MASSMANN, D. Argumentação: em busca de um conceito. **Revista línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 26, p. 99-11, 2010.

MARIANO, M. R. C. P. **As figuras de Argumentação como estratégias discursivas**: um estudo em avaliações no ensino superior. 2007. 231 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDES, M. R. M. **A argumentação em discussões sociocientíficas**: o contexto e o discurso. 2012. 211 f. Tese (doutorado em educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

MESQUITA, L. L. Argumentação e polifonia nas anáforas encapsuladoras. 2011. 163 f. Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MIRANDA, D. S. **Discurso Jurídico**: constituição do *ethos* e orientação argumentativa. 2011. 235 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOURA, J. B. Por uma análise argumentativa do discurso: o hibridismo nos editoriais do jornal meio norte. **Desenredos**, Teresina, ano 3, n. 10, 2011.

ODA, I. H. **Os recursos persuasivos no editorial de jornal sob a perspectiva da Linguística sistêmico-funcional**. 2008. 164 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, E. C. **A “Nova Retórica”**: “da regra da justiça” ao “ad hominem”. 2007. 231 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, E. G. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 2, n. 7, p. 109-131, dez. 2004.

OLIVEIRA, M. R. C. C. **O gênero “notícia” e suas possibilidades de modalização na construção do sensacionalismo**: uma abordagem linguístico-discursiva. 2009. 138 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAPA, I. A. W. **Os recursos de presença nos livros de auto-ajuda**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

PAULINELLI, M. P. T. Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v, 14, n. 2, p. 391-409, 2014.

PEIXOTO, D. S. **A construção argumentativa no sermão da primeira domingo do advento: um estudo historiográfico**. 2008. 77 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PELIZZARO, T.; MOLINA, J. A. A argumentação no discurso de Teotônio Vilela em memória a Juscelino Kubitschek: um estudo retórico. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 161-174, 2007.

PEREIRA, É. G. S. **Retórica e Argumentação: os mecanismos que regem a prática do discurso jurídico**. 2006. 112 f. Dissertação (mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PEREIRA, M. E. A. **A construção da argumentatividade em artigos de opinião produzidos por alunos do ensino médio**. 2008. 218 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 653 p.

PLANTIN, C. **A Argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2010. 105 p.

RAMOS, S. M. S. R. **O ethos discursivo de Lula: análise de construções metafóricas**. 2006. 165 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, A. F. C. F. **A graça de Deus em suas mãos: análise dos elementos argumentativos e prosódicos no discurso religioso neopentecostal de R. R. Soares**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca, 2009.

RYPL, M. M. **O sentido construído pelas relações dentro do discurso**. 2010. 111 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, N. L. **Os operadores na argumentação do discurso**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, A. A. **A Argumentação em textos escritos por crianças em fase inicial do ensino fundamental**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Departamento de Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

SILVA, A. V. Também: um operador argumentativo. **Revista línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 47-57, 2012.

SILVA, C. L. C. R. **O discurso radiofônico: um estudo da argumentação e dos atos da fala**. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, G. M. M. **Prática de produção da escrita: um estudo da argumentação em textos de alunos da 5ª série**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras do centro de Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2009.

SILVA, R. C. **A emoção “maquiada” de razão: aspectos prosódicos e argumentativos de uma palestra espírita kardecista**. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Franca, Franca, 2008.

SILVEIRA, M. **O Discurso da Teologia da Prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso**. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, G. S. **O nordeste na mídia: um (des)encontro de sentidos**. 2003. 398 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

SOUZA, W. P. A. **A construção da argumentação na língua brasileira de sinais: divergência e convergência com a Língua Portuguesa**. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística e ensino) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

STEFANES, I. **Retórica e argumentação: fundamentos para a análise de um discurso do sul-mato-grossense Hélio Serejo**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

TINOCO, A. L. O conceito de justiça: argumentação e dialogismo. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 19-34, 2014.

TRUBILHANO, F. S. **Retórica clássica e nova retórica nos recursos judiciais cíveis**: a construção do discurso persuasivo. 2013. 374 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VOLPATO, L. **Argumentação na obra o abolicionismo de Joaquim Nabuco**: uma perspectiva historiográfica. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

#### **4.3.3 Síntese do observado**

Diante da apresentação do protótipo do dicionário terminológico, com a concretização dos componentes organizacionais que compõem a obra terminográfica, passamos, em seguida, a apresentar sinteticamente os resultados observados nesta exposição. Nesse sentido, convém destacar que esta seção revela a riqueza vocabular do repertório da área da argumentação e nos encoraja a confirmar a complexidade terminológica a que fizemos referências no decorrer da presente investigação.

No que se refere às bases teóricas e metodológicas do dicionário, destacamos os aportes teóricos que embasam o princípio universal da língua, que trata dos aspectos da variação, segundo a TCT, dos conceitos da UT e do texto especializado. No que concerne aos elementos da Terminografia que orientam os aspectos estruturais de um produto terminográfico, recorreremos ao quadro 30, que ilustra os aspectos organizacionais das bases do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Para demonstrar o nosso protótipo, recorreremos inicialmente à parte da obra que trata da apresentação do dicionário, na qual justificamos os motivos instigadores da proposição do dicionário terminológico. Em seguida, expusemos o guia de uso, que orienta a consulta do usuário às informações registradas tanto no que se refere aos elementos teóricos quanto no que se refere aos aspectos estruturais dos verbetes. Consideramos relevante destacar que o CORPARG consiste no espaço cujos produtores dos textos utilizam o repertório vocabular das teorias da argumentação para expressarem, no processo de variação terminológica, as necessidades de adequação tanto à situação de comunicação quanto aos aspectos textuais.

Sendo assim, as ilustrações dos verbetes demonstram que o repertório vocabular das teorias consiste em veicular informações conceituais que representam

a área do conhecimento, como é o caso das UT *argumentação na língua* e *argumentação retórica*. Essas unidades, conforme destacamos em nossas análises, são representativas para o domínio, mas não somente isso, elas promovem, assim como o repertório terminológico da área, a circulação das conceitualizações que atribuem às teorias da argumentação características particulares, de acordo com as definições apresentadas.

Em suma, conforme salientamos, estas seções do trabalho consistem em atender aos objetivos específicos da tese que englobam a proposição das bases teóricas e metodológicas do dicionário e a demonstração do protótipo com as ilustrações dos verbetes. Na seção a seguir, expomos uma síntese geral dos dados observados em nosso *corpus* com o intuito de expor os resultados elencadas em nossas análises.

#### 4.4 SÍNTESE GERAL DOS DADOS OBSERVADOS NO CORPARG

Nesta seção da tese, dedicamo-nos à construção de uma síntese geral dos resultados observados no quarto capítulo, intitulado *análise e interpretação dos dados do corpus: sob a perspectiva da variação denominativa*. Primeiro, observamos as UT por meio dos critérios de reconhecimento da terminologia, com vista a confirmar se as unidades atendem aos parâmetros de reconhecimento mencionados na tese e em seguida, detemo-nos na observação do comportamento das UT nas relações estabelecidas umas com as outras no CORPARG, atentando para o número de ocorrências e o número de textos em que as unidades estão registradas no *corpus*. Esses pontos atendem ao primeiro e segundo objetivos da tese.

Como resultados, observamos que, por meio dos critérios de reconhecimento, foi possível confirmar a lista de UT pertencentes às teorias da argumentação e perceber que o repertório vocabular da área revela o caráter singular desse campo do conhecimento, conforme demonstramos nas análises. São unidades que imprimem às teorias da argumentação características determinantes que as diferenciam enquanto filiação teórica, mas as aproximam no sentido de que mantêm relação dialógica na forma de examinar o fenômeno da argumentação.

Do mesmo modo, observamos as relações que essas unidades constroem umas com as outras no *corpus* de estudos, expressando-lhes as origens das unidades e as significações que assumem de modo a particularizar a argumentação como uma

área fundamental para os estudos da linguagem na contemporaneidade. Reafirmamos aqui a relevância de se estudar a terminologia de uma área em sua relação com as demais unidades. Só assim nos é possível perceber as significações que são acionadas por elas no *corpus* de estudos.

Na segunda seção do quarto capítulo, verificamos a correlação entre os tipos e as causas da variação denominativa, com destaque para a autovariação e a heterovariação. Para isso, recorreremos aos estudos desenvolvidos por Freixa (2002 e 2014). Nossos resultados revelaram que os estudos sobre a terminologia das teorias da argumentação nos permitem acrescentar tanto aos estudos da Terminologia quanto às pesquisas em argumentação que os usos das denominações e, conseqüentemente, das suas variantes no CORPARG são influenciados também por díspares motivações, que envolvem desde a escolha conceitual a que o produtor do texto realiza até a filiação teórica definida para nortear cada investigação. De modo geral, essa seção nos proporciona o acesso à riqueza vocabular da terminologia da área com as respectivas motivações no uso deste repertório.

Para finalizar as análises, recorreremos à seção em que nos debruçamos sobre a parte aplicada da tese. Nessa seção, buscamos atender ao terceiro e quarto objetivos da investigação. Trata-se de uma etapa dedicada à parte aplicada dos estudos em Terminologia - a Terminografia, que é a ciência do léxico que se dedica à construção dos produtos terminográficos - quanto aos propósitos de uma pesquisa em Linguística Aplicada.

Em outras palavras, essa etapa aplicada também se justificou pelo fato de estarmos vinculados a um programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, que tem como foco propor uma solução a um problema da linguagem com base em discussões teóricas. No nosso caso, a proposição das bases teóricas do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação e a apresentação do protótipo do dicionário se configuram nesse cenário de concretização das discussões teóricas e metodológicas realizadas no decorrer da nossa pesquisa.

Sendo assim, a seção consiste tanto na sistematização do repertório terminológico da área, no que se refere às bases teóricas e metodológicas do protótipo, quanto na materialização dos verbetes que contemplam os aspectos particularizados da área de domínio. Como resultados, deparamo-nos, com a estruturação dos componentes organizacionais e o modelo do verbe, que nos

proporcionam condições de observar os elementos variacionistas presentes na terminologia do campo de conhecimento.

Assim, com relação ao repertório terminológico das teorias da argumentação, identificamos que é um repertório representativo da área, que se constitui com características de oposição, mas que apresenta elementos de aproximação. Ou seja, as teorias da argumentação dialogam tanto nas escolhas das UT quanto na filiação teórica, que embora se posicionem como originárias de vertentes diferentes da linguagem, revelam proximidades nas escolhas lexicais que compõem cada teoria.

Em outras palavras, por meio do repertório vocabular das teorias da argumentação expressos no CORPARG, pudemos perceber que as teorias mantêm entre si características de aproximação, no que refere aos campos nocionais cujas unidades designam as teorias e os objetos analíticos de cada uma. Mas se distanciam no tocante aos sujeitos envolvidos no ato de argumentar. Na primeira situação, o uso das UT revela que, ao designar as teorias e os objetos analíticos, os produtores dos textos assumem a variação terminológica que envolve a área em suas escolhas lexicais. Logo, o uso das diferentes unidades só vem a confirmar que não há somente uma forma para denominar e, conseqüentemente, para conceituar as unidades a que os estudiosos da argumentação recorrem para caracterizar a área de estudos.

Já com relação ao campo nocional que versa sobre os sujeitos envolvidos no ato de argumentar, a relação que se estabelece consiste em um elo direto com as epistemologias que originam as teorias. Ou seja, para as teorias da argumentação de base retórica, a presença da interação entre os interlocutores no processo de argumentar torna-se fundamental. Já com relação às teorias da argumentação de base linguística, esses sujeitos não são importantes, uma vez que o foco consiste em analisar os aspectos estruturais internos da língua.

Diante desse panorama geral, nossas análises demonstram que o repertório terminológico da argumentação figura como fundamental para o entendimento dessa área do conhecimento, principalmente, por tratar dos aspectos argumentativos da linguagem. No entanto, convém esclarecer que esse repertório apresenta características individualizadas de cada uma das teorias.

A seguir, tecemos as nossas considerações sobre a presente investigação, que tem como finalidade destacar as respostas construídas para as nossas questões de pesquisa, atender aos objetivos gerais e específicos apresentados na introdução

da presente tese e comentar as lacunas identificadas na pesquisa que poderão servir de motivações para investigações vindouras.

## 5 CONCLUSÃO

“Todo projeto de pesquisa nasce de uma intenção, de uma necessidade de saber mais, de resolver um problema, de responder a uma questão. O procedimento não poderia estar completo sem um retorno a essa intenção original, a necessidade sentida no início, a fim de determinar em que medida essa necessidade está satisfeita, o problema resolvido, uma resposta dada à questão. Somente assim o círculo será fechado, o trabalho despendido terá dado seus frutos.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 229).

Tomando como nossas as palavras de Laville e Dionne (1999), reconhecemos que chegou o momento de “fechar uma porta e abrir novos horizontes” neste processo investigativo. Com o tom de desfecho, damos início ao processo de encerramento de um ciclo, com o propósito de colocar “um ponto” nas abordagens tratadas neste trabalho e projetar ações futuras que visem complementar algumas lacunas percebidas nesta tese. Essas lacunas se conformam como espaços para as projeções vindouras no que tange os estudos das ciências do léxico – Terminologia e Terminografia – e da argumentação, bem como motivam projetos de cunho profissional e de interesse pessoal da pesquisadora.

Diante desse cenário especulativo, constatamos que as investigações se constituem como intermináveis. Consequentemente, a ideia de um “ponto final” deixa de representar o acabado e se transforma em um elemento caracterizador de apenas o “final de uma etapa” e, logo em seguida, ele passa a se metamorfosear em reticências, assegurando a noção de continuidade da pesquisa. Portanto, nesse clima de incompletude investigativa, adentramos nas veredas conclusivas da tese.

Nesse sentido, consideramos imprescindível saber “em que medida” as necessidades apontadas no início da investigação foram atendidas e quais caminhos seguir a partir dos “achados” apresentados no trabalho.

Nesta investigação, tomamos como objeto de pesquisa a variação denominativa nos estudos da argumentação. Considerando tratar-se de uma pesquisa de base terminológica e terminográfica, traçamos nossos objetivos com a finalidade de analisar a terminologia da área especializada e propor as bases teóricas e metodológicas para a construção de um protótipo do dicionário terminológico, que reflita a variação presente na área de domínio.

Para isso, recorreremos aos conceitos de unidade terminológica e texto especializado advindos da Terminologia, em consonância com os preceitos da Terminografia para a proposição das bases teóricas e metodológicas de construção do protótipo do dicionário terminológico da área. Pautamo-nos também nos fundamentos sobre a variação terminológica e, mais precisamente, nos da variação denominativa, para observar a terminologia das teorias da argumentação, com a finalidade de, na construção do protótipo do dicionário, contemplar os aspectos da flutuação terminológica da área. As articulações entre os estudos das ciências do léxico e os da argumentação demonstram ser produtivas para a construção de um dicionário específico desse campo do conhecimento, que contemple em sua estrutura organizacional as particularidades da área de domínio.

Do ponto de vista dos fundamentos teóricos, orientamo-nos pelos estudos da Teoria Comunicativa da Terminologia sob os princípios defendidos por Cabré (1999), para quem as unidades terminológicas são poliédricas e, portanto, são estudadas sob a perspectiva linguística, cognitiva e social. Baseamo-nos também no preceito admitido pela TCT sobre a variação ser o princípio universal de toda comunicação. Nesse sentido, essa orientação defende ser a comunicação especializada uma ação que contempla inerentemente a variação terminológica.

Partindo do primeiro princípio, destacamos nossa visão sobre o conceito da unidade terminológica das teorias da argumentação, como uma unidade constitutiva de forma e conteúdo, veiculadora de conceitos que representam a área de estudos. Assim, essas unidades se configuram por apresentarem os seguintes requisitos: tratam objetivamente dos aspectos relevantes e denominam a realidade da área, representam os conceitos imprescindíveis ao campo do conhecimento e, especificamente, são utilizadas pelos sujeitos produtores dos textos e pertencem à situação comunicativa que envolve o texto especializado.

Diante desses posicionamentos, chegamos à conclusão de que as unidades terminológicas pertencentes às teorias da argumentação assumem a função

de serem representativas para a área, já que revelam informações e características imprescindíveis ao campo do conhecimento.

Acrescentamos ainda, com base no primeiro princípio mencionado, que o conceito de texto especializado (teses, dissertações, artigos e livros sobre os estudos argumentativos) figura, para nós, como o espaço em que a terminologia da argumentação emerge naturalmente, revelando características linguísticas e pragmáticas do repertório. Nesse sentido, corroboramos a posição defendida por Krieger e Finatto (2004), ao afirmarem que o texto especializado é o *habitat* natural das terminologias.

Assim, com relação ao conceito de texto especializado, concluímos que, na presente investigação, essa compreensão está relacionada à noção de construção, disseminação e socialização das pesquisas que elegem a argumentação como temática de estudos. Além dessa concepção, acrescentamos que o texto especializado da argumentação, especialmente, nesse caso, é uma forma de possibilitar ao estudante, iniciante no processo de aprendizagem das teorias da argumentação, a apreender conceitos importantes e relevantes, bem como promover a comunicação especializada entre os envolvidos no processo comunicativo no espaço de interlocução.

Tendo em vista o segundo princípio norteador da nossa pesquisa, que afirma ser a variação um componente da linguagem inerente às comunicações especializadas, partimos do conceito de variação terminológica como um preceito intrínseco a essa comunicação, explicitado nas denominações e conceitualizações que circulam neste processo comunicativo. Desse modo, reafirmamos o aspecto heterogêneo das teorias da argumentação, como elemento caracterizador desta variação no repertório vocabular. Ademais, tomamos como nossos os posicionamentos explicitados por Silva Filho (2010), ao afirmar que a variação na terminologia propicia à área especializada, além do caráter evolutivo, o dinamismo, a diversidade e a riqueza no léxico. Por essa razão, vale ressaltar que, na argumentação, as inúmeras percepções de um mesmo conceito, que se concretiza na variação denominativa da terminologia, atribuem ao campo uma “fortuna terminológica” que oferece ao produtor do texto diferentes percursos que podem ser seguidos na organização do texto especializado.

Tomando ainda o princípio variacionista como elemento orientador das nossas conclusões, recorreremos aos aspectos da variação denominativa para ratificar

a concepção de que uma unidade terminológica não pertence somente a uma área especializada, uma vez que ela assume definições distintas e especificadoras a cada área, sobretudo porque cada especialista demonstra uma percepção singular da realidade. Nesse sentido, o autor do texto realiza escolhas lexicais condizentes com as conceitualizações que intenciona dar a seu processo de produção textual. Logo, essas escolhas estão relacionadas a um objetivo, uma intencionalidade e um propósito comunicativo.

Nesse sentido, concluímos que a variação denominativa em nossa investigação acontece na mesma vertente teórica, entre os mesmos autores (autovariação) e entre autores diferentes (heterovariação). Assim, recorreremos aos estudos realizados por Freixa (2002, 2014) para alicerçar nosso posicionamento sobre os tipos de variação denominativa presentes nas teorias da argumentação, com a finalidade de identificar as causas que motivam o uso dessa tipologia na área.

Do ponto de vista teórico e metodológico, orientamo-nos por meio dos posicionamentos da Terminografia, que figura nas pesquisas em Terminologia, como a parte aplicada dessa. Convém reiterar, conforme afirmamos no decorrer da tese, que o componente aplicado das pesquisas terminológicas não se constrói de forma aleatória, pois são necessários embasamentos teóricos que fundamentam as escolhas metodológicas para a construção do plano de trabalho em terminografia. Por essa razão, como aporte metodológico, apresentamos dois percursos que foram seguidos na construção da tese. O primeiro que trata do itinerário da pesquisa terminológica com todas as produções advindas deste roteiro de observação dos dados e o segundo, que versa sobre os procedimentos metodológicos da proposição do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Sobre os procedimentos metodológicos que se constituem o percurso da pesquisa, ressaltamos que as investigações terminológicas na atualidade se constituem com base em *corpora*. Portanto, não mais se concebem pesquisas sobre as terminologias de uma área especializada fora desse escopo. Para isso, recorreremos ao CORPARG, que se constitui em um *corpus*, construído especificamente para a realização desta investigação, com critérios de cunho acadêmico, que apresenta características próprias do campo de conhecimento e têm como finalidade ser objeto de estudo. Para a extração do repertório vocabular desse *corpus*, dedicamo-nos a organizar e “limpar” os textos para serem manuseados pelo software *WordSmith Tools 6.0*, uma vez que recorreremos a esse instrumento computacional para lidarmos com

os dados. Esse processo, que envolve a construção do *corpus*, consiste em uma tarefa árdua, no sentido de que é necessário todo um trabalho manual para a realização dessas ações. Só depois do processo de seleção, organização e tratamento dedicado ao *corpus* é que podemos seguir com a investigação e desenvolver as demais etapas necessárias a uma pesquisa terminológica.

Convém destacarmos um ponto fulcral em nossa pesquisa: a área de domínio eleita para desenvolvermos nossa investigação nos leva a afirmar ser essa uma área de estudos que apresenta terminologias imbricadas e interligadas entre si, isto é, as teorias da argumentação oferecem, conforme já afirmamos uma “fortuna terminológica” cujas significações se confundem e se entrelaçam. Desse modo, não podemos observá-la sob os paradigmas norteadores de uma árvore conceitual linear e hierárquica. Torna-se necessário que “saíamos das caixinhas”, enquanto estudiosos do léxico especializado, para conseguirmos perceber que o campo da argumentação imprime características específicas e singulares em seu repertório terminológico. Sendo assim, recorreremos à representação conceitual das teorias da argumentação que, a nosso ver, retrata as particularidades da área de estudos, atentado para as especificidades de cada uma das teorias que a constitui.

Para conseguirmos atribuir este olhar diferenciador à terminologia das teorias da argumentação, recorreremos ainda aos critérios de reconhecimento deste repertório vocabular. Esses critérios são fundamentais para esta sistematização, uma vez que, em uma área especializada, circulam terminologias de diferentes campos do conhecimento, de acordo com as discussões tratadas neste trabalho. Em suma, o que identifica uma unidade terminológica ser pertencente a uma área é a relevância que ela adquire nas relações conceituais deste campo de estudos.

Ainda com relação aos percursos metodológicos, destacamos o processo de validação da terminologia da argumentação. Essa etapa da pesquisa consiste em uma ação que conta com a participação efetiva dos especialistas envolvidos com os estudos argumentativos. Nesta ação de validar a terminologia de uma área, aparecem muitas “pedras no meio do caminho”, que vão desde o tempo dedicado a essa tarefa pelo especialista, até o entendimento do percurso terminológico em uma área especializada, exigindo que o pesquisador construa veredas possíveis para o desenvolvimento do percurso. No entanto, convém ressaltar que a validação das terminologias é um trabalho necessário e importante, pois oportuniza um diálogo

pontual entre as áreas e permite uma construção coletiva de conhecimentos, evidenciando em sua organização a presença de vários profissionais da linguagem.

Ainda sobre a ação de validar as terminologias, a ficha terminológica funciona como uma aliada, ou pelo menos, nesta investigação, findou por exercer essa função, uma vez que enviamos aos especialistas as informações sobre as unidades terminológicas da área, como forma de auxiliá-los no processo de entendimento das ações que realizamos para chegar ao “produto final”, no formato de verbete, enviado a ele. Para os estudos terminológicos, essa ficha promove a organização dos dados sobre a unidade terminológica que está sendo repertoriada e torna-se funcional para a seleção dos dados que compõem o dicionário terminológico da área.

Com relação ao segundo percurso da metodologia, discutido na tese, que trata da proposição do dicionário, evidenciamos a organização estrutural do protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, com destaque para a concretização dos fundamentos teóricos e metodológicos na sistematização das bases do referido protótipo.

Vale reiterar que, na introdução da presente tese, apresentamos as questões de pesquisas que nos motivaram e nos guiaram nos fundamentos teóricos e metodológicos e nas proposições dos objetivos. Recorremos às referidas questões, como forma de sistematizar, sinteticamente, os resultados demonstrados neste texto. Sendo assim, observemos:

Quanto à primeira questão de pesquisa que originou o primeiro objetivo da tese – *Quais as características que uma unidade terminológica deve apresentar para pertencer às teorias da argumentação?* –, a nosso ver, ao caracterizarmos as UT pertencentes à área de domínio, pudemos constatar que os critérios de reconhecimento do repertório terminológico da argumentação contemplaram em seu arcabouço as UT representativas para a área. Essas unidades promovem uma construção identitária, atribuindo ao campo da argumentação traços específicos e particularizados no que se refere às UT que nomeiam as teorias, os objetos analíticos de cada uma delas e os sujeitos que atuam no processo de argumentar, considerando os pontos de vista e as singularidades das vertentes teóricas.

Ainda no que diz respeito a essa primeira questão motivadora, ao analisarmos os aspectos comportamentais dessas unidades no CORPARG, obtivemos um repertório terminológico que, embora revele um caráter de

complexidade das teorias, expressa concepções, crenças e posicionamentos defendidos pelos estudiosos da área ao realizarem suas escolhas lexicais. Esses elementos comportamentais são também caracterizadores da identidade da área especializada, já que fornecem, além da riqueza vocabular, elementos especificadores ao campo do conhecimento.

No que tange à segunda questão de pesquisa, originadora do segundo objetivo específico, – *Quais os tipos de variação denominativa e quais as motivações que estimulam o uso dessas tipologias nas teorias da argumentação?* –, acreditamos que conseguimos respondê-la. Para isso, recorreremos às tipologias da variação denominativa apresentadas por Freixa (2014), entre outros estudiosos, como ponto de partida para observarmos a variação no CORPARG. Acrescentamos ainda, a essas tipologias, a busca pela identificação das motivações que instigam os produtores dos textos a realizarem suas escolhas lexicais.

Com relação aos tipos de variação denominativa identificadas em nossa investigação, destacamos a variação gráfica, com suas particularidades, uma vez que observamos existir, além das diferenças no registro de algumas unidades, como é o caso das UT *pathos* e *patos*, notamos a presença das várias siglas com a função de denominar a área da argumentação. Ainda com relação à variação gráfica, registramos o uso de símbolos, como elemento importante na terminologia da área. No que se refere à variação morfossintática, destacamos a variação na mesma estrutura das UT, com ênfase no uso da marca de preposição e de número. Já a variação por redução consiste na supressão de base e/ou na extensão das UT. A variação lexical e a variação lexical complexa apresentam, na primeira situação, variação entre as unidades monoléxicas, entre as unidades poliléxicas com alteração na base da UT. Na segunda situação, a variação acontece com parentesco e sem parentesco formal.

No que concerne às motivações que provocam o uso dessas tipologias, as causas vão desde estímulos estilísticos, passando pela filiação teórica com destaque para as obras de referência de cada teoria, até a repetição enfadonha das UT nos textos. Acrescentamos que as causas da variação no CORPARG, também estão relacionadas tanto à ênfase e à expressividade que o produtor do texto pretende atribuir às discussões teóricas, contemplando as diferenças nas conceitualizações, como à economia linguística necessária à adequação do texto.

No que se refere à terceira questão de pesquisa – *Quais os procedimentos teóricos e metodológicos mais viáveis para organizar o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação que contemple os aspectos da variação?* –, consideramos que foi respondida, na medida em que, além de discutirmos, no segundo capítulo os elementos teóricos da Terminologia e da Terminografia, também nos detivemos, no capítulo metodológico, a apresentar com algumas minúcias os componentes que embasam a organização de um dicionário terminológico, com vistas a atender às necessidades do usuário iniciante no ato de uma consulta ao produto terminográfico.

Vale destacar que, com o intuito de propor as bases teóricas e metodológicas para a construção do protótipo do dicionário, recorreremos aos princípios da TCT, que defende a variação como elemento inerente à língua e, conseqüentemente, a nosso ver, como um fenômeno que perpassa as diversas comunicações especializadas. Ademais, com base nesse princípio, acrescentamos que, em uma pesquisa terminológica, alguns procedimentos já são constitutivos da própria investigação, como é o caso da construção do *corpus*, que, em nossa investigação, define-se como CORPARG e se constitui das teses, dissertações, artigos e livros que circulam na comunidade acadêmica quando tratam do tema da argumentação.

Recorreremos a uma representação conceitual das teorias da argumentação que nos permite considerar as particularidades da área. Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Saussure (2015, p. 39) ao afirmar que “o objeto precede o ponto de vista”, uma vez que a argumentação é um campo do conhecimento que possibilita uma flutuação terminológica, e olhá-la sob um paradigma linear seria desconsiderar suas singularidades e correr o risco de sermos infiéis aos propósitos que cada vertente teórica traça em suas abordagens.

Para validar a representação conceitual das teorias da argumentação e a terminologia da área, dispomos da participação efetiva dos especialistas da argumentação. Nesse processo de validação, contamos com vários profissionais que se propuseram a entender o percurso terminológico na organização de um produto terminográfico, bem como com os textos definitórios da UT ilustradas em nossas análises. Além desses elementos, com a finalidade de propor as bases teóricas e metodológicas do dicionário, também evocamos os preceitos da Terminografia, com os seus componentes organizacionais, para a construção do dicionário terminológico. Nesse momento, acionamos os conhecimentos da Terminografia por necessitarmos

retomar os componentes estruturais do dicionário terminológico, quais sejam: a megaestrutura, que trata do todo do dicionário; a macroestrutura, que se volta à disposição das entradas e à organização delas na obra terminográfica; a medioestrutura, que é responsável pela leitura linear da terminologia repertoriada, já que promove o sistema de remissivas; a microestrutura, que influencia diretamente na construção do verbete.

Quanto à última questão investigativa, que originou o quarto objetivo específico da tese – *De que forma podemos organizar um protótipo do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação que contempla a variação denominativa da área?* –, consideramos que também foi atendida, tendo em vista que, apresentamos os verbetes com os paradigmas informacionais que contemplam desde os conceitos que envolvem as teorias da argumentação até os componentes organizacionais da obra terminográfica. Assim, o verbete terminológico consiste em um produto a que o consulente tem acesso na busca pela terminologia. Portanto, pode até não ser o componente estrutural mais importante do dicionário, mas com certeza, torna-se o mais visível aos olhos do usuário.

Diante disso, concluímos que os resultados revelados com esta investigação sobre a terminologia das teorias da argumentação nos permitiram compreender que a Terminologia exerce uma função primordial no processo de identificação de uma área especializada. Por conseguinte, apropriamo-nos das palavras de Benveniste (1989), apresentadas na introdução desta tese e retomadas em nossas conclusões, como forma de reafirmar que, para o campo da argumentação, é a identificação da terminologia que conduz uma área de estudos a construir sua identidade enquanto área do conhecimento.

Acreditamos na pertinência desta investigação, porque ela pode oferecer valiosas contribuições aos estudos da Terminologia, quando se dispõe a apresentar os aportes teóricos e metodológicos para a proposição de um dicionário terminológico. Acrescentamos ainda as contribuições advindas desta pesquisa ao discutirmos os tipos e as causas da variação terminológica em uma área que contempla em seu arcabouço uma infinidade de vertentes teóricas, com objetos e características específicas.

No que se refere aos contributos da pesquisa para os estudos da Terminografia, salientamos que, entre os componentes tratados na investigação, a proposta de verbete com base nos elementos variacionistas da terminologia, com

destaque para as diversas formas variantes das UT, oferece aos estudiosos algumas possibilidades de organização e sistematização das obras terminográficas. Ademais, a proposta da representação conceitual da área de domínio exposta nesta tese figura como um possível “achado” que pode ampliar as diferentes formas com as quais os terminólogos se propõem a organizar e sistematizar a árvore conceitual de um campo do conhecimento.

Para os estudos da argumentação, a presente pesquisa poderá ser utilizada como fonte de conhecimento para aqueles que buscam compreender as conceitualizações que norteiam as teorias da argumentação. Vale destacar que o repertório terminológico abordado nesta tese permite ao estudante iniciante nos estudos argumentativos o acesso às origens das teorias. Acrescentamos ainda que o CORPARG também se constitui como uma ferramenta importante aos estudos sobre argumentação, uma vez que poderá ser reutilizado por outros pesquisadores com finalidades investigativas diversas.

Já com relação às contribuições desta pesquisa para a Linguística Aplicada, ressaltamos que há uma preocupação com as possíveis respostas para as lacunas identificadas nas investigações sobre os estudos da linguagem, tais como as tratadas nesta tese. Essa preocupação comunga com a vertente aplicada dos estudos em Terminologia – a Terminografia - que consiste na proposição do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Diante dessa exposição, e reconhecendo que esta investigação não teve a pretensão de dar conta de todas as questões que permeiam o objeto de pesquisa, afirmamos que muitas lacunas foram detectadas no decorrer deste processo investigativo. Acreditamos que as discussões desenvolvidas nesta tese não se encerram aqui, abrem novos caminhos especulativos para outras pesquisas acadêmico-científicas, com base nos resultados encontrados e demonstrados. Portanto, com esse olhar de ampliação de novos horizontes e possibilidades de promover os “frutos deste trabalho”, tomando por base os dados apresentados, comentamos sobre possíveis propostas de investigação no devir. Dentre elas, destacamos:

Para as ciências do léxico, importa: a) a construção do Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação, atentando para as bases teóricas e terminológicas discutidas na presente tese. Para isso, torna-se necessário organizar um grupo de estudiosos (terminólogos, especialistas nos estudos da argumentação e

profissionais da informática) para a produção do referido dicionário; b) a análise da variação conceitual das teorias da argumentação, partindo das bases teóricas e metodológicas apresentadas na presente tese como requisito primeiro, na pretensão de complementar os estudos iniciados com esta investigação.

Para a argumentação, compete investigar a terminologia comum entre as teorias da argumentação de base retórica e de base linguística, com a finalidade de ressaltar o grau de aproximação e distanciamento entre as denominações e conceitualizações das UT e a relevância dessas unidades para a construção da identidade da área da argumentação;

Para o ensino da argumentação, interessa produzir e aplicar testes de compreensão com os alunos da graduação e da pós-graduação do curso de Letras, que estudam a disciplina de Argumentação ou que desenvolvem pesquisas na área, com o intuito de verificar se os verbetes terminológicos, construídos pelo grupo de estudiosos, atendem ao nível de entendimento que o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação propõe;

Nesse sentido, interessamo-nos, em pesquisas futuras, por desenvolver investigações que contemplem o ensino da argumentação no meio acadêmico-científico visando contribuir para ampliar o repertório terminológico dos graduandos no campo de conhecimento da argumentação. Para isso, objetivamos organizar um grupo de estudos que contemple, além dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento, os alunos da graduação e da pós-graduação do curso de Letras e áreas afins, para conjuntamente construirmos o Dicionário Terminológico das Teorias da Argumentação.

Consideramos que os alunos da graduação necessitam efetivamente da argumentação em suas relações acadêmicas e/ou sociais. Essas necessidades de que carecem os estudantes universitários se referem à tomada de posição tanto com relação ao tema da argumentação, quando da disciplina da Argumentação em sala de aula, quanto em relação aos demais temas que exijam dele uma apreciação avaliativa do assunto. Este posicionamento está relacionado a uma decisão mais consciente por parte do estudante, uma vez que, para realizar as escolhas lexicais que fundamentem os discursos, a presença do léxico adequado à comunicação possibilita ao universitário defender uma opinião fundamentada em argumentos válidos e sólidos. Portanto, reiteramos a necessidade de domínio do repertório terminológico para promover a competência leitora e produtora de textos dos alunos que, por sua vez,

precisam realizar escolhas lexicais para expressarem seus posicionamentos, suas crenças e suas convicções sobre os assuntos que circulam na comunidade acadêmica e/ou nas relações sociais.

Por enquanto, e na crença de que conseguimos concluir as inquirições propostas nesta investigação, encerramos esta seção da tese, que consiste em uma espécie de fechamento de um ciclo, com a finalidade de prestar contas. Assim, recorreremos às palavras de Gil (1999, p. 19), que abre a introdução deste trabalho de tese, quando afirma que “a observação constitui, sem dúvida, importante fonte de conhecimento”. Logo, nesse tom de aprendizado, destacamos o quanto uma pesquisa desta natureza, produzida à forja, constitui-se como condição essencial à sistematização e à organização da terminologia de uma área especializada.

## REFERÊNCIAS

ADELSTEIN, A. Condiciones de reductibilidad léxica de los sintagmas terminológicos. In: CORREIA, M. (org.). **Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional**. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 105-122.

ALMEIDA, G. M. B. A Teoria Comunicativa da Terminologia e sua prática. **Alfa**, São Paulo, v. 2, n. 50, p. 85-101, 2006.

\_\_\_\_\_. Terminologia: o que é e como se faz. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Orgs.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico?**, Campinas: Mercado de Letras, 2012. cap. 7, p. 197-229.

ARAÚJO, M.; GÓMEZ, A. F. A terminologia nos textos científicos sobre a cardiologia: um estudo comparativo sobre as composições acronímicas em português e espanhol. **Debate Terminológico**, Porto Alegre, n. 4, p. 20-50, 2008.

ARAÚJO, V. M. P. **Documentação, Terminologia e Linguística: uma interface produtiva**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2013.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BARBISAN, L. As raízes da Teoria da Argumentação na Língua. In: SILVA, J. M.; ESPÍNDOLA, L. (Orgs.) **Argumentação na Língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005. cap. 2, p. 21-43.

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário e glossário. In: ALVES, M. I. (Org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001. p. 23-45.

\_\_\_\_\_. Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos. **Revista da sociedade brasileira para o progresso da ciência**, São Paulo, n. 2, p. 48-51, 2006.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da Terminologia. **Revista da sociedade brasileira para o progresso da ciência**, São Paulo, n. 2, p. 48-51, 2006.

\_\_\_\_\_. Estruturas morfossintáticas e léxico-semânticas dos termos da Dermatologia. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. Campo Grande: UFMS/São Paulo: Humanitas, 2007, p. 397-407.

BENVENIESTE, É. **Problema da Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em linguística de corpus com *WordSmith Tools***. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Usando WordSmith Tools na investigação da linguagem**. LAEL, PUCSP - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 1999. Disponível em: <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers40.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

BEVILACQUA, C. R.; FINATTO, M. J. B.; REUILLARD, P. C. R. Grupo Termisul: do projeto acervo ao estudo de combinatórias léxicas. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, vol. 2, n. 12, p. 211-213, 2010.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. cap. 11, p. 191-200.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRETON, P.; GAUTHIER, G. **História das teorias da argumentação**. Tradução de Maria de Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

BRITO, M. J. P. A. S. **Equivalência e variação em medicina dentária: a harmonização terminológica no caso da cárie dentária**. 2015. 291 f. Tese (Doutorado em Linguística). Especialização em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIA, V. S. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. In: XATARA, C. M.; HUMBLÉ, P. (Orgs.). **Tradução e Lexicografia Pedagógica**. Florianópolis: Pós-graduação em Estudos da Tradução. Cadernos de Tradução, p. 115-135, 2006.

CABRÉ, M. T. **La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

\_\_\_\_\_. **La Terminologia: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos**. Textos em castellà, catalã i francès. Institut Universitari de Linguística Aplicada – Universitat Pompeu de Fabra. Barcelona: 1999.

\_\_\_\_\_, JUDIT, F. **La Terminologia científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semântica** (DGES PB96-0293). Edición a cargo de M. Teresa Cabré y Judit Feliu. Institut Universitari de Linguística Aplicada – Universitat Pompeu Fabra. Barcelona: 2001.

\_\_\_\_\_. **La Terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. IULA/ Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2005.

\_\_\_\_\_. **Constituir un corpus de textos de especialidad**: condiciones y posibilidades. En Ballard, M.; Pineira-Tresmontant, C. (ed.). *Les corpus en linguistique et en traductologie*. Arras: Artois Presses Université, 2007, p. 89-106.

\_\_\_\_\_. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: **Actas Riterm**, 1998. Disponível em: <<http://www.riterm.net/actes/6simposio/cabre.html>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. El principio de poliedricidad: la articulación de lo discursivo, lo cognitivo y lo lingüístico en Terminología. **Organon**, Porto Alegre, n. 50, p. 125-152, 2011.

CAPITANI, C. A. **A operacionalização das teorias de Perelman e Grácio no ciclo da pesquisa-ação**: uma possibilidade de análise das situações argumentativas em sala de aula. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARNEIRO, W. J. M. **O encadeamento argumentativo na Teoria da Argumentação na Língua**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2006.

CARVALHO, F. M; FERREIRA, A. M. A. Da sociolingüística à Socioterminologia: definindo conceitos. **Tabuleiro de Letras**, n. 5, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/issue/view/22>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CASTILLO, R. A. **¿Cómo hacer un diccionario científico técnico?** Buenos Aires República Argentina: Editorial Memphis, 1995.

COLLAÇO, T. W. G. G. **Microestrutura para um glossário bilíngüe de termos jurídico-comerciais de contratos internacionais**. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, M. R. V. O termo como veículo de especificidades conceptuais e semânticas. **Polifonia**, Lisboa, n. 4, p. 199-204, 2001.

COSTA, L. A. C. **Reflexões sobre a variação terminológica na lexicografia corrente no Brasil e a construção das bases teórico-metodológicas para o dicionário de lexicografia brasileira**. 2015. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

CREMONESE, L. E. **Bases Epistemológicas para a elaboração de um dicionário de Linguística da Enunciação**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DAL CORNO, G. O. M. **Terminologia da indústria moveleira: um estudo descritivo**. 2006. 317 f. Tese (Doutorado Teorias do Texto e do Discurso), Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DAMIM, C. P. **Parâmetros para uma avaliação do dicionário escolar**. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DESMET, I. Teoria e prática da fraseologia de especialidade: aplicações. **Filologia Linguística**, São Paulo, n. 5, p. 27-56, 2002.

DIEGUES, C. S. **A variação morfossintática na Terminologia**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Lexicografia e Terminologia). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, O.; ANSCOMBRE, J. C. Leis lógicas e leis argumentativas. In: DUCROT, O. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global, 1981. p. 229-261.

ESPÍNDOLA, L. Retórica e Argumentação. In: SILVA, J. M. S.; ESPÍNDOLA, L. (Orgs.) **Argumentação na língua: da pressuposição aos Topoi**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2005.

FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica. **Revista da sociedade brasileira para o progresso da ciência**, São Paulo, n. 2, p. 27-31, 2006.

\_\_\_\_\_. **Bases metodológicas para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Brasília: Centro Lexterm, 1995.

\_\_\_\_\_. **Metodologia para projeto terminográfico**. Brasília: UnB/IBICT, 1990.

FELIPPO, A., SOUZA, J. W. C. O projeto do *corpus* para a construção de uma wordnet terminológica. In: SHEPHERD, T. M. G.; BERBER SARDINHA, T.; PINTO, M. V. (Orgs.). **Caminhos da Linguística de Corpus**. Campinas: Mercado das Letras, 2012, p. 225-245.

FERNANDEZ SILVA, S. Variación denominativa y punto de vista. **Debate Terminológico**, Porto Alegre, n. 9, p. 11-37, 2013.

FINATTO, M. J. B. Terminologia e Linguística de Corpus: da Perspectiva Enunciativa aos Novos Enfoques do Texto Técnico-científico. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 97-106, 2004.

FIORIN, J. L. Prefácio. In: FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEICEIRA, M. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 7-9.

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, E. C. **A teoria da argumentação na língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso**. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FREIXA, J. **La variació terminològica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient**. Tesis doctoral. Departament de Filologia Catalana, Universitat de Barcelona, 2002

\_\_\_\_\_, "Variación terminológica: ¿Por qué y para qué?". **Journal des traducteurs**. Meta: Translators' Journal. v. 50, n. 4, 2005. Disponível: <<http://id.erudit.org/iderudit/019917ar>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_, Causes of denominativa variation in terminology: a typology proposal. **Terminology International journal and applied issues in specialized communication**, v. 12, n. 1, p. 51-77, 2006.

\_\_\_\_\_. Otra vez sobre las causas de la variación denominativa. **Debate Terminológico**, Porto Alegre, n. 9, p. 38-46, 2013.

\_\_\_\_\_. La variación denominativa em terminologia: tipos y causas. In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (Orgs.). **As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014, p. 311-329.

FROMM, G. Obras lexicográficas e terminológicas: definições. **Revista Factus**. Taboão da Serra, v. 1, n.2, p. 139-147, 2004.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. S. **Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Athos, 1999.

GRÁCIO, R. A. L. M. **Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas**. 2010. 446 f. Tese (Doutorado em ciência da computação: semiótica da comunicação). Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2010.

GUTIÉRREZ VIDRIO, S. Argumentación y lógica natural: la propuesta de Jean-Blaise Grize. **Revista Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, jan. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/7982>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

HARDY-VALLÉE, B. **O que é conceito?** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2013.

HOFFMAN, L. Conceitos Básicos da Linguística das linguagens especializadas. **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, n. 12, p. 29-90, 2004.

KOSTINA, I. **La variación conceptual de los términos en el discurso especializado**. 2009. 591 f. (Doutorado em Linguística Aplicada) – Institut Universitari De Lingüística Aplicada Universitat Pompeu Fabra, Programa de Doctorat en Lingüística Aplicada, Barcelona, 2009.

KRIEGER, M. G. Terminologia técnico-administrativa: os termos no espaço público brasileiro. **Filologia e Linguística Portuguesa**, vol. 2, n. 12, p. 313-328, 2010.

\_\_\_\_\_. O termo: questionamentos e configurações. **Tradterm**, São Paulo, n. 7, p. 111-140, 2001.

\_\_\_\_\_. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Orgs.). **As Ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004, p-327-339.

\_\_\_\_\_, FINNATO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_, MACIEL, A. M. B.; FINATTO, M. J. B. Terminografia das leis do meio ambiente: princípios teórico-metodológicos. **Tradterm**, São Paulo, n. 6, p. 143-169, 2000.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

LEITÃO, L. V.; SOUSA, S. C. T. O acordo ortográfico: as políticas linguísticas percebidas nas vozes dos usuários da Língua Portuguesa. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL). **Anais eletrônicos**. João Pessoa, Paraíba: ideia, 2014. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1014-2.pdf>> Acesso em: 01 de ago. 2017.

LORENTE, M. Aspectos Sintáticos de la terminología. In: MURABAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 125-143.

MACIEL, A. M. B. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/ São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas, 2001. p. 275-284.

\_\_\_\_\_. Quais são os rumos da Terminologia no século XXI? In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 371-383.

\_\_\_\_\_. Terminografia jurídica para o mercosul e recursos informatizados. **Organon**, Porto Alegre, n. 26, p. 147-162, 1998.

MARINHO, S. P. P. **Manual do IHMC CmapTools**: Manual do usuário rápido. 1. ed. Belo Horizonte, 2008.

MARTELOTA, M. E. (Org.) **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, A. F. C. **Terminologia do ciclo de produção do alumínio**: bauxita, alumina e alumínio. 2014. 388 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística. Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MARZÁ, N. E. Lexicografía especializada y lenguajes de especialidad: fundamentos teóricos y metodológicos para la elaboración de diccionarios especializados. **Lingüística**, Castellón, v. 27, p. 98-114, 2012.

MATUDA, S. **A fraseologia do Futebol**: um estudo bilíngue português-inglês direcionado pelo *corpus*. 2011. 335 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENEZES E SILVA, C. M. O conceito de doxa (opinião) em Aristóteles. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 29, n. 2, p. 43-67, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

MELO NETO, J. C. **O ferrageiro de Carmona**. In: obras completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 595-596.

MILNER, M. C. H. B. **Terminografia com base em 'corpora'**: um ensaio na área da construção metálica. 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Tradução). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000.

MIRANDA, F. B. O que é macroestrutura no dicionário de língua?. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, São Paulo: Humanitas, 2007, p. 261-722.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

MOSCA, L. L. S. (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentidos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

NUVENS, M. A. **Elementos para um glossário dos termos da cultura, industrialização e comercialização da cana-de-açúcar**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, A. R. R. **Processo terminográfico**: vertentes conceptual, comunicativa e textual. 2010. 606 f. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Línguas e culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

OLIVEIRA, L. H. M.; MÜLLER, A. F. A Terminologia e a utilização de ferramentas computacionais de análise de *corpus*. In: TAGNIN, S.; BEVILÁCQUA, C. (Orgs.). **Corpora na Terminologia**, São Paulo: Hub Editorial, 2013. p. 47-61.

OLIVEIRA, T. M. Terminologia, metáfora e outros fenômenos que desafiam o princípio da univocidade: análise qualitativa de unidades terminológicas. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 42, p. 308-319, 2011.

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Tradução de Enilde Faulstich. Canadá: Bureau de la traduction, 2002.

PIERINI, A. J. Democracia dos antigos x democracia dos modernos: uma visão de literatura. **Semina: Ciências Sociais e humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 125-134, 2008.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 47-68, v. 2.

PLANTIN, C. **A Argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar**: o que é e como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

QUIROZ, G. H.; MUÑOZ C.; ZAPATA, G. Sobre la relación del terminólogo y el experto. In: CORREIA, M. (org.). **Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional**. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 809-814

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madrid: Pirámide, 1993.

SANCHEZ, A. Definición e historia de los corpus. In: \_\_\_\_\_. **CUMBRE**: Corpus Lingüístico de Espanol Contemporaneo. Madrid: SGEL. 1995. p. 7-24

SANTIAGO, M. S. **Unidades fraseológicas especializadas em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem**: proposta de um sistema classificatório com base na valência verbal. 2013. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

\_\_\_\_\_. O léxico da Educação a Distância: parâmetros para o reconhecimento terminológico de uma área em desenvolvimento. **Domínios de linguagem**, Minas Gerais, v. 5, n. 2, 2011.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCOTT, M. **WordSmith Tools Manual**: versão 6.0. Lexical Analysis Software Ltd., 2014. Disponível em: <www. <http://lexically.net/downloads/version6/wordsmith6.pdf>.> Acesso em: 10 de ago. 2014.

SEGHEZZI, N. **Variación terminologica y canal de comunicación**: estudio contrastivo de textos especializados escritos y orales sobre lingüística. Institut Universitari De Lingüística Aplicada, 2015.

SERRANO, F. P. **Pesquisar no labirinto**: a tese de doutorado, um desafio possível. Tradução de Marcos Marcolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SILVA FILHO, S. C. Análise e descrição da variação conceptual a partir de um *corpus* de especialidade. In: Encontro Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (CELSUL), 2010, Santa Catarina. **Anais do IX Encontro de Celsul**, Palhoça, 2010, p. 1-10.

SILVEIRA, F. M. **Terminologia e tradução na localização de software**: insumos para o Processamento da Linguagem Natural. 2013. 262 f. Dissertação (Mestrado em Teorias Linguísticas do Léxico) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SERRA, L. H. **O universo terminológico da cana-de-açúcar em duas perspectivas**: o agrônomo e o agricultor. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA LARA, M. **Variação das unidades fraseotermológicas da culinária entre Português Brasileiro e Português europeu**. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Linguística), Departamento de Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SUÁREZ, M. M. **Análisis contrastivo de la variación denominativa en textos especializados**: del texto original al texto meta. 2004. 381 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Institut universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2004.

SZABO, L. C. As unidades terminológicas no contexto da terminologia de abordagem comunicativa. **Acta Semiótica et Lingvistica**, João Pessoa, v. 15. n. 1. p. 50-60, 2010.

TERMMEMAN, R. Questioning the univocity ideal: The difference between socio-cognitive Terminology and traditional Terminology. **Hermes, Journal of Linguistics**, Aarhus, n. 18, 1997.

TOULMIN, S. E. Os usos do argumento. Tradução de Reinaldo Guarany. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à Lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría General de la Terminología y la lexicografía Terminológica**. Barcelona: Documenta Universitaria, 1998.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – DADOS CODIFICADOS DO CORPARG

- Artigos

### Codificação no CORPARG (ART\_14\_RA\_11)

AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olimpio. **EID&A** - revista eletrônica de estudos integrados em discurso e argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

### Codificação no CORPARG (ART\_16\_ZGDxGD\_13)

AQUINO, Z. G. O.; DIOGUARDI. Argumentação nas redes sociais: o *tweet* – caracterização e funcionamento. **Revista ContraPonto**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 70-91, 2013.

### Codificação no CORPARG (ART\_18\_WJMC\_08)

CARNEIRO, W. J. M. Argumentação linguística e o sentido no texto. **Pesquisa em Foco**, Fortaleza, v. 16, n.1, p. 30-51, 2008.

### Codificação no CORPARG (ART\_38 EMC\_13)

CATELÃO, E. M. A Argumentação em cartas de suicídio: análises textual/discursiva e retórica sobre o amor como motivo para o suicídio. **Diálogo das Letras**. Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p. 24-52, 2013.

### Codificação no CORPARG (ART\_12\_LCL\_06)

CUNHA, C. L. Seqüência descritiva e argumentação. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – **ReVEL**, v. 4, n. 6, p. 1-14, 2006. Disponível em <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_6\\_sequencia\\_descritiva.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_6_sequencia_descritiva.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

### Codificação no CORPARG (ART\_15\_CPD\_15)

DELANOY, C. P. A Construção de objetos de discurso pela teoria da argumentação na língua. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 63-80, 2015.

### Codificação no CORPARG (ART\_03\_IJD\_08)

DITTRICH, J. I. Por uma Retórica do discurso: argumentação técnica, emotiva e representacional. **Alfa**: revista de Linguística, São Paulo, n. 52, v. 1, p. 21-37, 2008.

### Codificação no CORPARG (ART\_17\_ODxMC\_08)

DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, 2008.

Codificação no CORPARG (ART\_01\_ECBD\_12)

DULCE, E. C. B. Argumentação e linguagem: da retórica à concepção de discurso como prática social. **Desenredo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 95-111, 2012.

Codificação no CORPARG (ART\_04\_MMG\_14)

GALINARI, M. M. *Logos, ethos e pathos*: “três lados” da mesma moeda. **Alfa**: revista de Linguística, São Paulo, v. 2 n. 52, p. 257-285, 2014.

Codificação no CORPARG (ART\_11\_TFGxSRT\_14)

GRAEFF, T. F.; TIMMERMANN, R. S. O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 90-107, 2014.

Codificação no CORPARG (ART\_19\_RAG\_09)

GRÉGIS, R. A. O paradoxo na Teoria da Argumentação na Língua: uma questão linguístico-argumentativa. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 195-204, 2009.

Codificação no CORPARG (ART\_09\_JLF\_14)

JOSÉ, L. F. Argumentação e Discurso. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 53-70, 2014.

Codificação no CORPARG (ART\_07\_MD\_10)

MASSMANN, D. Argumentação: em busca de um conceito. **Revista línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, n. 26, p. 99-111, 2010.

Codificação no CORPARG (ART\_10\_JBM\_11)

MOURA, J. B. Por uma análise argumentativa do discurso: o hibridismo nos editoriais do jornal meio norte. **Desenredos**. Teresina, n. 10, p. 1-19, 2011.

Codificação no CORPARG (ART\_08\_EGO\_04)

OLIVEIRA, E. G. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 2, n. 7, p. 109-131, 2004.

Codificação no CORPARG (ART\_08\_EGO\_04)

PAULINELLI, M. P. T. Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 14, n. 2, p. 391-409, 2014.

Codificação no CORPARG (ART\_02\_TPxJAM\_07)

PELIZZARO, T.; MOLINA, J. A. A argumentação no discurso de Teotônio Vilela em memória a Juscelino Kubitschek: um estudo retórico. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n. 53, p. 161-174, 2007.

Codificação no CORPARG (ART\_02\_TPxJAM\_07)

SILVA, A. V. Também: um operador argumentativo. **Revista línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 47-57, 2012.

Codificação no CORPARG (ART\_06\_ALTxFMG\_14)

TINOCO, A. L.; GUARANHA, M.F. O conceito de justiça: argumentação e dialogismo. **Baktiniana**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 19-34, 2014.

- Dissertações

Codificação no CORPARG (Diss\_08\_PMSC\_06)

CAMARGO, P. M. S. **A construção da veridicção do discurso das petições iniciais**: Mecanismos Semióticos e Estratégias Retóricas para a Persuasão. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

Codificação no CORPARG (Diss\_19\_WJMC\_06)

CARNEIRO, W. J. M. **O encadeamento argumentativo na teoria da argumentação na língua**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2006.

Codificação no CORPARG (Diss\_13\_MTGC\_08)

CÔRTEZ, M. T. G. **Os provérbios franceses utilizados como forma de argumentação nas crônicas de arte**. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Codificação no CORPARG (Diss\_05\_ESF\_07)

FARNENDA, E. S. **O debate televisivo**: um estudo das estratégias argumentativas no discurso feminino. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Codificação no CORPARG (Diss\_17\_FCF\_08)

FIGUEREDO, F. C. **Um estudo dos advérbios –mente sob a teoria da argumentação na língua**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Codificação no CORPARG (Diss\_06\_FNF\_02)

FREIRE, F. N. **Quando a premissa é persuadir**: a argumentação pela interlocução. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Departamento de Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Codificação no CORPARG (Diss\_16\_AIH\_10)

HANEL, A. I. **Avaliação de propostas de produção de textos dissertativo-argumentativos à luz da teoria da argumentação da língua**. 2010. 141 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2010.

Codificação no CORPARG (Diss\_15\_NK\_12)

KULLMANN, N. **Educação e linguagem: a descrição semântico-argumentativa e a compreensão leitora de enunciados de exercícios**. 2012. 104 f. Dissertação

(Mestrado em educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

Codificação no CORPARG (Diss\_02\_CCL\_09)

LAZAROTTO, C. C. **Argumento, argumentação e auditório universal: a nova**

retórica de Perelman. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em

Filosofia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

Codificação no CORPARG (Diss\_09\_SUL\_10)

LUQUES, S. U. **Metáfora e argumentação: uma análise crítica do discurso político**.

2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) –

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Codificação no CORPARG (Diss\_03\_DSM\_11)

MIRANDA, D. S. **Discurso Jurídico: constituição do *ethos* e orientação**

argumentativa. 2011. 235 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua

Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Codificação no CORPARG (Diss\_10\_DSP\_08)

PEIXOTO, D. S. **A construção argumentativa no sermão da primeira domingo**

**do advento: um estudo historiográfico**. 2008. 77 f. Dissertação (Mestrado em Língua

Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Codificação no CORPARG (Diss\_04\_EGSP\_06)

PEREIRA, É. G. S. **Retórica e argumentação: os mecanismos que regem a prática**

do discurso jurídico. 2006. 112 f. Dissertação (mestrado em Estudos Linguísticos) –

Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Codificação no CORPARG (Diss\_18\_MEAP\_08)

PEREIRA, M. E. A. **A construção da argumentatividade em artigos de opinião**

**produzidos por alunos do ensino médio**. 2008. 218 f. Dissertação (Mestrado em

Linguística) – Programa em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

Codificação no CORPARG (Diss\_11\_AFCFR\_09)

RODRIGUES, A. F. C. F. **A graça de Deus em suas mãos: análise dos elementos argumentativos e prosódicos no discurso religioso neopentecostal de R. R. Soares.** 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca, 2009.

Codificação no CORPARG (Diss\_01\_EAS\_12)

SILVA, A. A. **A Argumentação em textos escritos por crianças em fase inicial do ensino fundamental.** 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Departamento de Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

Codificação no CORPARG (Diss\_14\_CLCRS\_07)

SILVA, C. L. C. R. **O discurso radiofônico:** um estudo da argumentação e dos atos da fala. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Codificação no CORPARG (Diss\_20\_GMMS\_09)

SILVA, G. M. M. **Prática de produção da escrita:** um estudo da argumentação em textos de alunos da 5ª série. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras do centro de Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2009.

Codificação no CORPARG (Diss\_07\_RCS\_08)

SILVA, R. C. **A emoção “maquiada” de razão:** aspectos prosódicos e argumentativos de uma palestra espírita kardecista. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca, 2008.

Codificação no CORPARG (Diss\_12\_LV\_07)

VOLPATO, L. **Argumentação na obra o abolicionismo de Joaquim Nabuco:** uma perspectiva historiográfica. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

- Teses

Codificação no CORPARG (Tese\_20\_VSRA\_07)

ANDRADE, V. S. R. **A construção da causalidade na vertente dos gêneros textuais:** uma análise da argumentação jurídica. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Codificação no CORPARG (Tese\_13\_MBRA\_10)

ARANHA, M. B. R. **Do pregoeiro ao camelô:** a construção dos gêneros pregão tradicional e pregão pós-moderno. 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

Codificação no CORPARG (Tese\_02\_FBFA\_11)

ARAÚJO, F. B. F. **Análise dos procedimentos enunciativos, argumentativos, interacionais em blogs jornalísticos**. 2011. 306 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Codificação no CORPARG (Tese\_08\_ICMA\_09)

AZEVEDO, I. C. M. **A argumentação no exame nacional do ensino médio: percursos discursivos seguidos em processo de formação**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Codificação no CORPARG (Tese\_09\_ICM\_07)

CORDEIRO, I. C. **Argumentação e leitura: uma relação de complementaridade**. 2007. 325 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

Codificação no CORPARG (Tese\_01\_AMJF\_08)

FABRINO, A. M. J. **O lugar dos lugares: a escrita argumentativa na universidade**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Codificação no CORPARG (Tese\_15\_ECF\_06)

FREITAS, E. C. **A teoria da argumentação na língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso**. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Codificação no CORPARG (Tese\_10\_JPSGF\_15)

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. S. **Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica**. 327 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

Codificação no CORPARG (Tese\_04\_MRCPM\_07)

MARIANO, M. R. C. P. **As figuras de argumentação como estratégias discursivas: um estudo em avaliações no ensino superior**. 2007. 231 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Codificação no CORPARG (Tese\_12\_MRMM\_12)

MENDES, M. R. M. **A argumentação em discussões sociocientíficas: o contexto e o discurso**. 2012. 211 f. Tese (doutorado em educação) – Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2012.

Codificação no CORPARG (Tese\_18\_LLM\_11)

MESQUITA, L. L. Argumentação e polifonia nas anáforas encapsuladoras. 2011. 163 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

Codificação no CORPARG (Tese\_06\_OEC\_07)

OLIVEIRA, E. C. **A “Nova Retórica”**: “da regra da justiça” ao “ad hominem”. 2007. 231 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Codificação no CORPARG (Tese\_07\_IAWP\_06)

PAPA, I. A. W. **Os recursos de presença nos livros de auto-ajuda**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

Codificação no CORPARG (Tese\_14\_SMRS\_06)

RAMOS, S. M. S. R. **O ethos discursivo de Lula**: análise de construções metafóricas. 2006. 165 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Codificação no CORPARG (Tese\_17\_MMR\_10)

RYPL, M. M. **O sentido construído pelas relações dentro do discurso**. 2010. 111 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Codificação no CORPARG (Tese\_16\_NLS\_10)

SANTOS, N. L. **Os operadores na argumentação do discurso**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Codificação no CORPARG (Tese\_05\_MS\_07)

SILVEIRA, M. **O Discurso da teologia da prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais**: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Codificação no CORPARG (Tese\_03\_GSS\_03)

SOUZA, G. S. **O nordeste na mídia**: um (des)encontro de sentidos. 2003. 398 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

Codificação no CORPARG (Tese\_19\_WAPS\_09)

SOUZA, W. P. A. **A construção da argumentação na língua brasileira de sinais**: divergência e convergência com a Língua Portuguesa. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

Codificação no CORPARG (Tese\_11\_FST\_13)

TRUBILHANO, F. S. **Retórica clássica e Nova Retórica nos recursos judiciais cíveis**: a construção do discurso persuasivo. 2013. 374 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- Livros

Codificação no CORPARG (Livro\_01\_SAA\_15)

ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: gerenciado razão e emoção. Cotia: Atelié Editorial, 2005.

Codificação no CORPARG (Livro\_6\_0D\_87)

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

Codificação no CORPARG (Livro\_04\_RAG\_12)

GRÁCIO, R. A. **Teorias da Argumentação**. Coimbra: Grácio Editora, 2012.

Codificação no CORPARG (Livro\_05\_CPxOT\_05)

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Codificação no CORPARG (Livro\_02\_CP\_10)

PLANTIN, C. **A Argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

Codificação no CORPARG (Livro\_03\_OR\_03)

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

## APÊNDICE B – LISTA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS DAS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO

Acordo prévio	Enunciado
ADL	Enunciador (Lo)
ADNL	Escala argumentativa
Alocutário	Entidade abstrata
ANL	Entidade concreta
Analogia	Entidade linguística abstrata
Argumentação convincente	Estruturalismo do discurso
Argumentação discursiva	Estudos retóricos
Argumentação no Discurso	Expressão argumentativa
Argumentação persuasiva	Ethos
Argumentação Retórica	Ethe
Argumentação externa	Ethos prévio
Argumentação interna	Ethos discursivo
Argumentação Linguística	Etos
Argumentação na língua	Fase Standard
Argumento	Fato
Argumento ad hominem	Figuras de presença
Argumentos baseados na estrutura do real	Figuras de seleção
Argumento de autoridade	Figuras de comunhão
Argumento do desperdício	Força argumentativa
Argumento pelo ridículo	Frase
Argumento pelo exemplo	Função argumentativa
Argumento pelo modelo	Gradualidade
Argumento pela analogia	Imagem de si
Argumento pragmático	Internalizador
Argumentos quase lógicos	Instâncias argumentativas
Articuladores	Ligações de coexistência
Auditório	Ligações de sucessão
Auditório particular	Língua
Auditório universal	Linguagem argumentativa
Autoimagem	Locutor (L)
Aspecto factual	Locutor-Lambda
Ato de argumentar	Logos
Classe argumentativa	Lugar da argumentação
Componente linguístico	Metáfora
Componente retórico	Nova Retorica
Destinatário	Operadores argumentativos
Discurso persuasivo	Orador
Discurso argumentativo	Palavra instrumental
Discurso convincente	Palavra modificadora
Discurso retórico	Palavra plena
Discurso argumentativo	Pathos
Encadeamentos normativos	Pathos projetivo
Encadeamentos transgressivos	Pathos efetivo
Enunciação	Patos
	Pragmática dos Valores

Pragmática de valores  
Preferível  
Posto  
Potencial argumentativo  
Potencial argumentativo dos enunciados  
Pragmática integrada  
Pragmática Integrada à Linguística  
Pragmática linguística  
Pressuposto  
Recurso de presença  
Recursos argumentativos  
Regra de justiça  
Retorsão  
Retórica  
Retórica Argumentativa  
Sentido  
Semântica Argumentativa  
Semântica do discurso ideal  
Subentendido  
Sujeito empírico  
TAL

TBS  
Técnicas argumentativas  
Técnicas de argumentação  
Técnicas discursivas  
Teoria da Argumentação na Língua  
Teoria dos Blocos Semânticos  
Teoria polifônica da Enunciação  
Teoria Semântica  
Teoria semântica argumentativa  
Tese  
Tese de adesão inicial  
Tese principal  
Texto  
Topos  
Trajeto argumentativo  
Valor argumentativo  
Valor do argumento  
Valor argumentativo do enunciado  
Valor do enunciado  
Valor informativo  
Valor semântico da frase  
Valor semântico do enunciado

APÊNDICE C – FICHAS TERMINOLÓGICAS  
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
 CENTRO DE HUMANIDADES  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
 CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Ficha Terminológica

Código	0001-A
Unidade Terminológica	Acordo prévio
Fonte da Unidade Terminológica	Art.: 02, 05, 13. Diss.: 01, 02, 05, 08, 12. Tese: 03, 05, 06, 08, 11, 15. Livro: 03, 05.
Contexto	Em nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem geralmente regras que estabelecem como a conversa pode iniciar-se, um <b>acordo prévio</b> resultante das próprias normas da vida social.
Fonte do Contexto	Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005)
Proposta de Definição	premissa compartilhada previamente entre os interlocutores da comunicação argumentativa.
Informação Gramatical	Substantivo masculino singular (subs. masc. sing.).
Unidades Terminológicas Relacionadas	contato intelectual.
Nota	O acordo prévio consiste em uma ideia oriunda do locutor como ponto de partida para iniciar a argumentação, que presume compartilhar com o interlocutor os mesmos valores instituídos socialmente. Esses elementos apresentam a anuência do interlocutor e funcionam como ponto de partida da argumentação.
Fonte da Nota	Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Subárea	teoria da argumentação de base retórica.
Responsável pela Coleta	Edmar Peixoto de Lima.
Data da Coleta	27/06/2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
 CENTRO DE HUMANIDADES  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
 CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Ficha Terminológica

Código	0002-A
Unidade Terminológica	Auditório
Fonte da Unidade Terminológica	Art.: 02, 05, 13, 14. Diss.: 02, 03, 04, 05, 08, 12, 19. Tese: 01, 02, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13 15. Livro: 01, 03, 05, 05
Contexto	O auditório é uma construção do orador e esta imagem transparece no discurso. Não é o auditório real, mas aquele construído pelo locutor, assim, não se trata de uma presença real, mas de uma imagem mais ou menos esquemática construída na interação verbal. A argumentação será eficaz se essa imagem se aproximar do público. Por isso, atualmente, os profissionais de marketing fazem pesquisa de público.
Fonte do Contexto	Fabrino (2008).
Proposta de Definição	Grupo de interlocutores idealizado pelo orador com a finalidade de influenciá-los por meio do discurso.
Informação Gramatical	Substantivo masculino singular (subs. masc. sing.).
Unidades Terminológicas Relacionadas	pathos, auditório universal, auditório particular.
Nota	o conceito de auditório consiste em uma representação mental a quem o orador pretende convencer por meio do discurso. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 p. 21), o auditório é “o conjunto daqueles que o orador

quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos”. Portanto, é uma concepção que faz parte da construção do orador.

Fonte da Nota	Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Amossy (2008).
Subárea	teoria da argumentação de base retórica.
Responsável pela Coleta	Edmar Peixoto de Lima.
Data da Coleta	18/07/2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
 CENTRO DE HUMANIDADES  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
 CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Ficha Terminológica

Código	0003-A
Unidade Terminológica	Argumentação na língua (1ª fase)
Fonte da Unidade Terminológica	Art.: 05, 07, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20. Diss.: 01, 16, 17, 18, 19, 20. Tese: 01, 08, 13, 15, 16, 17, 20. Livro: 02, 04, 06.
Contexto	Um dos postulados básicos da Teoria da Argumentação na Língua é o de que a argumentação está na língua; temos, neste caso uma espécie de noção de argumentação puramente discursiva, a língua mesma oferece os elementos necessários para a construção da argumentação.
Fonte do Contexto	Carneiro (2006)
Proposta de Definição	processo de argumentar que defende existir, na própria estrutura da língua, as marcas linguísticas que orientam o interlocutor a compreender a significação dos enunciados.
Informação Gramatical	Substantivo feminino singular (subs. fem. sing.).
Unidades Terminológicas Relacionadas	semântica argumentativa, ADL, TAL, fase standard, teoria standard, forma standard, argumentação linguística.
Nota	A Teoria da Argumentação na língua surge com as pesquisas de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre. Por conta da própria, evolução dos estudos se divide em três fases e, por essa razão, apresenta mudanças em seu contexto definatório e conseqüentemente em

	seu arcabouço teórico.
Fonte da Nota	Silva; Espíndola (2005).
Subárea	teoria da argumentação de base linguística.
Responsável pela Coleta	Edmar Peixoto de Lima.
Data da Coleta	02/04/2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
 CENTRO DE HUMANIDADES  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
 CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Ficha Terminológica

Código	0004-A
Unidade Terminológica	Argumentação retórica
Fonte da Unidade Terminológica	Art.: 14 Diss.: 03, 04, 09, 18. Tese: 02, 06, 08, 12, 15, 19. Livro: 02, 03, 04.
Contexto	Fica evidente que a <b>argumentação retórica</b> difere da argumentação científica (raciocínios analíticos), já que suas premissas não se baseiam em um conhecimento verdadeiro, podendo ser da ordem da opinião. No entanto, nem por isso deixam de apresentar certas regras argumentativas. Na verdade, quando Aristóteles busca sistematizar os elementos centrais do discurso retórico capazes de reproduzir o efeito persuasivo visado por este discurso, ele se utiliza de metáforas e de outras figuras de linguagem, mas enfatiza o caráter argumentativo da retórica, que não se restringiria apenas à produção da emoção, por isso ele busca aproximá-la da dialética.
Fonte do Contexto	Araújo (2011).
Proposta de Definição	Processo de argumentar que recorre ao uso das técnicas argumentativas com o propósito de levar o interlocutor à adesão das teses apresentadas.
Informação Gramatical	Substantivo feminino singular (subs. fem. sing.).
Unidades Terminológicas	argumentação no discurso, nova retórica.

## Relacionadas

## Nota

A argumentação retórica surge a partir dos estudos de Chaïm Perelman e Luice Olbrechts-Tyteca e consiste na ação de obter a adesão do auditório às teses defendidas pelo orador, utilizando para isso o uso das técnicas argumentativas. Nessa vertente, há uma retomada dos conceitos aristotélicos, no que se refere ao comportamento do orador ao auditório a quem se direciona o discurso e aos elementos que constituem o próprio discurso.

## Fonte da Nota

Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005).

## Subárea

teoria da argumentação de base retórica.

## Responsável pela Coleta

Edmar Peixoto de Lima.

## Data da Coleta

02/04/2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
 CENTRO DE HUMANIDADES  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
 CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Ficha Terminológica

Código	0005-A
Unidade Terminológica	potencial argumentativo (1ª fase).
Fonte da Unidade Terminológica	Art.: 03, 11, 18, 19. Diss.: 15, 16, 18, 19. Tese: 08, 11, 15, 16, 18. Livro: 06.
Contexto	A diferença entre o que o autor chama a forma standard e a forma recente, ou segunda forma da TAL, está justamente na definição dessa noção de força ou <b>potencial argumentativo</b> de um enunciado. Na forma standard, como já visto, o potencial argumentativo de um enunciado era definido em termos de conclusão, e essa noção era usada para determinar quais as expressões argumentativas (EA) de uma língua.
Fonte do Contexto	Freitas (2006).
Definição	conjunto de expressões da língua que promove a orientação argumentativa do enunciado.
Informação Gramatical	Substantivo masculino singular (subs. masc. sing.).
Unidades Terminológicas Relacionadas	potencial argumentativo do enunciado força argumentativa.
Nota	A noção de potencial argumentativo está relacionada a cada uma das fases da Teoria da Argumentação na Língua. Nessa situação, especificamente, fazemos referência à concepção pertencente à 1ª fase da teoria, fase

Standard. Logo, o conceito de potencial argumentativo é definido por meio das possíveis orientações reveladas pelas expressões linguísticas que compõem o enunciado.

Fonte da Nota	Graeff; Timmermman (2014), Freitas (2006).
Subárea	teoria da argumentação de base linguística.
Responsável pela Coleta	Edmar Peixoto de Lima.
Data da Coleta	19/07/2017.